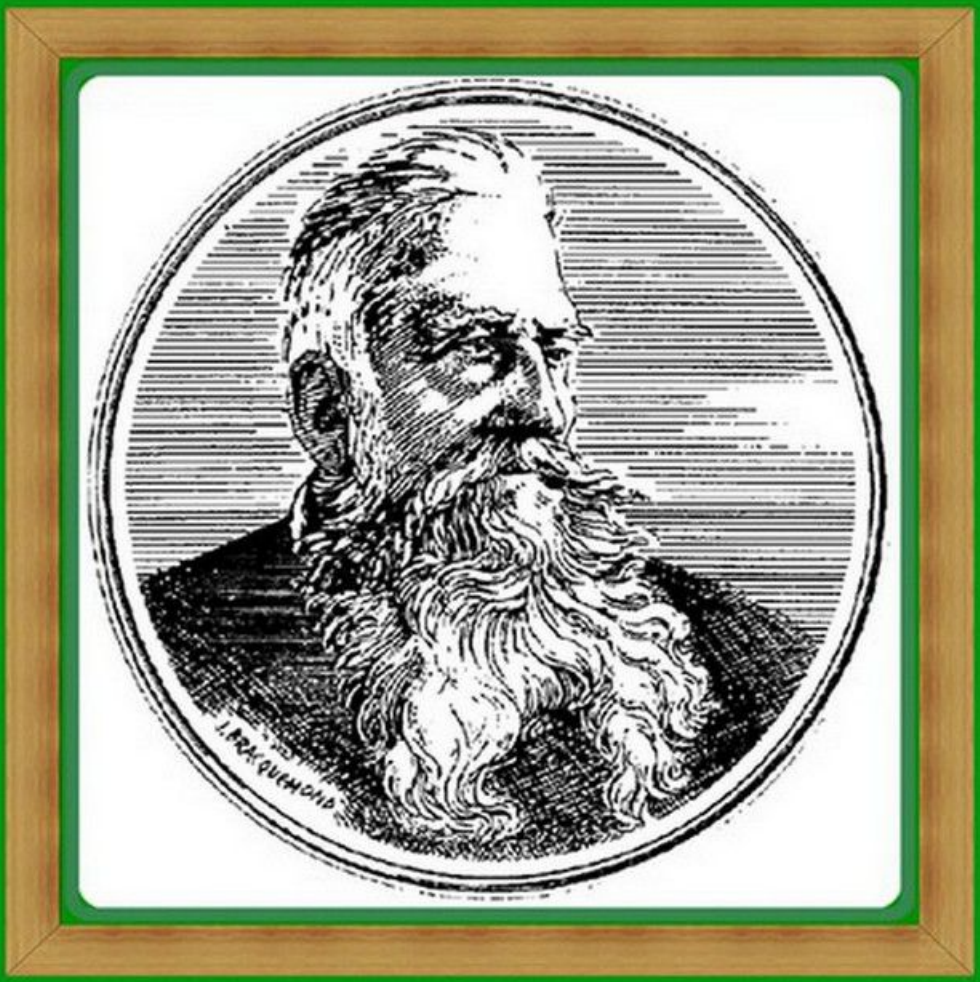
Psicologia da Política



Gustave Le Bon

VALDEMAR TEODORO EDITOR

Gustave Le Bon

Psicologia da Política

Tradução: Souza Campos, E. L. de
TEODORO EDITOR
Niterói – Rio de Janeiro – Brasil
2ª Edição: 2018

Psychologie Politique et la Défense Social. Paris: Ernest Flammarion, 1910.

Traduzido por Souza Campos, E. L. de

© 2018 Teodoro Editor: Niterói – Rio de Janeiro - Brasil

Psicologia da política

Gustave Le Bon

LIVRO I

Objetivo e Método

CAPÍTULO I

A psicologia da política.

Sumário

A primeira manifestação de progresso de uma ciência é renunciar às explicações simples que a satisfizeram em seu início. O que parecia inicialmente fácil de compreender torna-se mais tarde muito difícil de explicar.

Os estudos relativos à evolução da vida das nações sofreram a mesma lei. Após ter tentado interpretar tudo, os historiadores percebem agora que eles dissertavam geralmente sobre ilusões nascidas em suas mentes.

Os fenômenos sociais aparecem hoje como mecanismos extremamente complicados, estreitamente hierarquizados e onde a

simplicidade pouco é observada. A evolução dos povos é tão complexa quanto a dos seres vivos.

A ciência ainda procura as leis que determinam as transformações das espécies e condicionam suas formas sucessivas. As leis da evolução social ainda continuam pouco conhecidas. Somente algumas já foram encontradas.

A análise dos diversos elementos, cujo agregado constitui uma sociedade, não tendo saído da fase das generalizações vagas e das afirmações conjecturais, a visão das coisas com que se contentam os teóricos do desconhecido continua muito fragmentária ainda. Do conjunto das necessidades que dirigem a trajetória da vida de um povo, eles escolhem a aquelas que impressionam suas mentes e negligenciam as outras. É por isso que a narrativa dos atos dos soberanos __ e, sobretudo, suas batalhas __ parecia constituir o único interesse da história. Tudo o que dizia respeito à existência dos povos era, até pouco tempo atrás, desdenhado ou ignorado.

A ciência não se contenta mais com as respostas sumárias feitas outrora aos “porquês” que surgem por toda parte e com os quais a vida política das nações está repleta. Por que tantos povos surgiram bruscamente do nada e encheram o mundo com o ruído de sua grandeza? Por que caíram em seguida num esquecimento tão profundo que durante séculos tudo foi ignorado sobre eles? Como nascem, evoluem e morrem os deuses, as instituições, as línguas e as artes?

Eles condicionam as sociedades humanas ou são, pelo contrário, condicionados por elas? Por que certas crenças como o islamismo, puderam ser construídas quase instantaneamente, enquanto outras levaram séculos para se estabelecer? Por que este mesmo islamismo sobreviveu ao poder político que lhe serviu de suporte e ainda se expande, enquanto outras religiões como o cristianismo e o budismo parecem declinar e beirar seu fim?

A todos estes "porquês" e a muitos outros, as respostas nunca faltaram. Parecemos como a criança que sempre precisa disso. Mas as explicações que poderiam contentar uma ciência muito jovem, não são mais aceitas em sua maturidade.

*

* *

A era em que os deuses conduziam a história já passou.

A Providência benevolente que guiava nossos passos incertos e reparava nossos erros desapareceu para sempre. Abandonado a si mesmo, o ser humano deve se orientar sozinho no amedrontador caos das forças desconhecidas que o envolvem. Elas ainda o dominam, mas ele aprende a cada dia a dominá-las, por sua vez. É este domínio cada vez mais acentuado sobre a natureza que é designado pela palavra progresso.

Dominar a natureza não basta. Vivendo em sociedade, o ser humano deve aprender a dominar a si mesmo e obedecer a leis comuns. É aos líderes colocados a frente das nações que cabe a tarefa de editar essas leis e de fazê-las ser respeitadas.

O conhecimento dos meios que permitem governar eficientemente os povos, ou seja, a psicologia da política, sempre constituiu um difícil problema. E muito mais, hoje em dia, em que necessidades econômicas novas, nascidas dos progressos científicos e industriais, pesam enormemente sobre os povos e escapam da ação de seus governantes.

A psicologia da política participa da incerteza das ciências sociais indicadas acima. É preciso, no entanto, utilizá-la tal como ela é, pois os acontecimentos nos empurram e não esperam. As decisões que estes últimos provocam têm geralmente uma importância considerável, pois as consequências de um erro podem pesar sobre várias gerações. O século que precedeu o nosso forneceu numerosos exemplos disso.

As mais importantes regras do governo das pessoas são aquelas relativas à ação. Quando agir, como agir e em que limites agir? A resposta a estas questões constitui toda a arte da política.

*

* *

Uma análise atenta dos erros políticos que permearam a trama da história mostra que eles tiveram geralmente erros de psicologia como causas.

As artes e as ciências são submetidas a certas regras que não se pode violar impunemente. E existem regras igualmente muito precisas para governar as pessoas. Sua descoberta é muito difícil, sem dúvida, pois muito poucas, até aqui, foram nitidamente formuladas.

O único verdadeiro tratado de psicologia da política conhecido foi publicado há quatro séculos por um ilustre florentino, que sua obra tornou imortal.

O mármore luxuoso que protege seu sono eterno foi erguido sob as abóbadas da célebre igreja Santa Croce, em Florença. Esse panteão das glórias da Itália reúne magníficos monumentos erguidos em memória dos homens que fizeram sua grandeza: Michelangelo, Galileu, Dante etc. Os méritos desses semideuses do pensamento estão gravados nele em letras de ouro.

Nessa galeria de ilustres almas só há um túmulo sobre o qual longas inscrições foram consideradas inúteis. Uma só indicação figura nele: Maquiavel, 1527. *Tanto nomini nullum par elogium*. (Nenhum elogio iguala tal nome).

A obra que valeu a seu autor um epitáfio tão glorioso e tão curto é o pequeno volume intitulado **O Príncipe**, ao qual fiz alusão a-

cima. O ilustre escritor formulou nele regras precisas sobre a arte de governar as pessoas de seu tempo.

De seu tempo e não de outro. Foi por ter sido esquecida essa condição essencial que o livro, tão admirado inicialmente, foi desacreditado mais tarde, quando as ideias e os costumes tinham evoluído e ele deixou de traduzir as necessidades das novas eras. Somente então Maquiavel se tornou maquiavélico.

Possuindo o sentido das realidades, o eminente psicólogo não buscava o melhor, mas somente o possível. Para penetrar seu gênio deve-se reportar a esse período brilhante e perverso, em que a vida do outro contava pouco e em que o fato de levar seu vinho consigo, para não ser envenenado quando se ia jantar na casa de um cardeal ou simplesmente na casa de um amigo, era considerado como muito natural. Julgar a política daquela época com as ideias da nossa, seria tão ilógico quanto querer interpretar as cruzadas, as guerras de religião, a Noite de São Bartolomeu, à luz das concepções atuais.

Maquiavel não era um simples teórico. Envolvido intimamente, através de suas funções, com a política ativa de seu país, ele sofreu as dissensões que convulsionavam as repúblicas italianas, então em pleno regime sindicalista e perturbadas sem parar pelas mais sangrentas discórdias. Ele viu, em 1502, Florença ser reduzida a um

gonfalonato[1], que não passava de uma verdadeira ditadura perpétua, ou seja, cesarismo puro. Esta última forma de governo lhe parecia uma fase fatal de anarquia, sempre produzida por governos populares. Ele não estava muito enganado, pois todas as repúblicas italianas acabaram __ como, aliás, as repúblicas ateniense e romana __ da mesma maneira.

A maior parte das regras relativas à arte de conduzir as pessoas, ensinadas por Maquiavel, são, há muito tempo, inutilizáveis e, no entanto, quatro séculos se passaram sobre a poeira deste grande morto sem que ninguém tenha tentado refazer sua obra.

A psicologia da política __ ou a ciência de governar __ é, no entanto, tão necessária, que os homens de Estado não conseguiriam passar sem ela. Eles não passam sem ela, mas, na falta de leis formuladas, os impulsos do momento e algumas regras tradicionais muito sumárias, constituem seus únicos guias.

Tais guias levam frequentemente a custosos erros. Napoleão, tão consciente da psicologia dos franceses, ignorava profundamente a dos russos e dos espanhóis. Esta ignorância o jogou em guerras em que toda sua genialidade de conquistador falhou, contra um patriotismo insuspeitado, que nenhuma força teria podido vencer. Muito mal aconselhado, o herdeiro de seu nome acumulou, na Crimeia, no

[1] *Gonfalonat*, na língua original. Governo dos *gonfalonieri*, título dado aos dirigentes de algumas repúblicas italianas da Idade Média. (Nota do tradutor)

México, na Itália e outros lugares, erros de psicologia muito graves, que nos valeram finalmente uma nova invasão.

Os grandes condutores de pessoas são, necessariamente, grandes psicólogos. Sem o conhecimento íntimo da mentalidade dos indivíduos e dos povos que possuía Bismarck, a superioridade dos exércitos germânicos não teria, certamente, bastado para criar a unidade da Alemanha.

*

* *

A psicologia da política é construída com materiais diversos e os principais são: a psicologia individual, a psicologia das massas e enfim, a psicologia dos povos. Os mestres de nosso ensino consideram evidentemente esses conhecimentos bem inúteis, pois não são mencionados em nenhum de seus programas. A escola de ciência política parece até mesmo ignorar sua existência. Não é estranho que se possa ter recebido o título de "doutor em ciência política", sem ter nunca ouvido falar de conhecimentos que são, no entanto, as verdadeiras bases da política?

Constituindo algumas noções tradicionais a única bagagem psicológica dos homens de Estado medíocres, eles ficam absolutamente desorientados diante de certos problemas novos, em que a

rotina não mostra a solução. Os impulsos móveis dos partidos se tornam seus guias e os erros então cometidos são inumeráveis.

Muito longa seria a lista deles, mesmo limitada aos últimos anos. Erro perigoso de psicologia, essa separação entre a Igreja e o Estado, que dá ao clero uma independência e um poder que os mais católicos de nossos reis jamais teria tolerado. Erros fundamentais de psicologia, nossos princípios de educação; tão diferentes daqueles que levaram a Alemanha a realizar todos os seus progressos científicos, industriais e econômicos. Erros de psicologia as ideias de assimilação às quais nossas colônias devem sua decadência. Erro de psicologia, a medida que introduziu delinquentes no exército, outrora confinados em batalhões especiais compostos de outros delinquentes e onde, por consequência, seu contato não poderia contaminar ninguém. Erro de psicologia muito grande, a capitulação do governo na primeira greve dos carteiros. Erros de psicologia ainda, um grande número de nossas leis pretensamente humanitárias. Erro de psicologia sempre, essa utópica esperança de reconstruir as sociedades a golpes de decretos e a crença de que um povo pode se livrar inteiramente da influência de seu passado.

As forças que determinam as ações de um povo são certamente complexas: forças naturais, forças econômicas, forças históricas, forças políticas etc. Elas produzem finalmente uma certa orientação de nossos pensamentos e, por consequência, de nosso comportamen-

to. Essas forças tão diversas são, desta forma, finalmente transformadas em forças psicológicas. É então a estas últimas que todas as outras se reduzem.

*

* *

As dificuldades entre povos são, algumas vezes, tão graves que só podem ser resolvidas a golpes de canhão. O único direito a invocar então é a lei do mais forte. Tais foram as diferenças entre a Prússia e a Áustria, entre o Transvaal e a Inglaterra, entre o Japão e a Rússia. Mas quando se trata de questões secundárias, as influências psicológicas, habilmente manejadas, conseguem às vezes substituir os argumentos militares. Somente um adversário muito superior em potência pode desdenhá-las. Ele golpeará o solo com sua espada, como fizeram Napoleão e Bismarck e o adversário terá que se resignar em esperar a hora da revanche, que sempre chegará.

Ninguém parece suficientemente forte hoje em dia para empregar esses processos sumários. Os cruzamentos de alianças não permitem mais a nenhum soberano falar como se fosse o único senhor. A aventura do Marrocos ensinou aos povos a sorte que os espera se eles não sabem solidarizar suas fraquezas para se defenderem.

É então entre forças quase iguais que acontecem agora as discussões provocadas pelos incidentes da vida cotidiana. Então a psicologia retoma seu papel e a ação dos diplomatas pode se tornar importante.

É indubitável, no entanto, que essa ação não é mais hoje em dia o que ela foi outrora. Informado pelo telégrafo, o telefone e os jornais, o público discute apaixonadamente os menores acontecimentos políticos, enquanto os diplomatas trocam lentamente suas notas obscuras. Habituados outrora a negociar nas sombras, eles precisam atualmente discutir em plena luz e seguir a opinião pública, em vez de precedê-la.

E, no entanto, seu papel, injustamente desdenhado, guarda uma certa utilidade. Acontecimentos recentes colocaram isso em evidência.

Várias questões importantes foram, com efeito, solucionadas graças a intervenções diplomáticas. Bombardeio dos barcos pesqueiros ingleses pelos couraçados russos no início da guerra com o Japão; o caso Casablanca; a diferença austro-russa com relação à Sérvia etc. Se tivéssemos, às vésperas de 1870, diplomatas um pouco acima da mais desoladora mediocridade, a guerra teria sido adiada para um momento em que nós teríamos podido preparar alianças e não teria acontecido no momento escolhido pelo inimigo.

É a psicologia da política, mais uma vez, que ensina a resolver problemas que aparecem a cada dia. Discernir, por exemplo, quando é preciso ceder ou resistir às exigências populares. De acordo com seu temperamento, os homens de Estado cedem indefinidamente ou resistem sempre. Detestável princípio. De acordo com as circunstâncias é preciso saber resistir ou, pelo contrário, ceder. Nenhuma parte da psicologia da política é mais difícil e as consequências dos erros mais graves. A Revolução Francesa teria sido talvez evitada __ certamente atenuada __ se na época da crise agrícola e financeira de 1788, que havia aumentado a miséria das classes trabalhadoras pela escassez e o desemprego, a classe aristocrática não tivesse persistido em recusar a igualdade fiscal. Isso resultou num ódio intenso contra as classes privilegiadas e nos motins que levaram à desagregação de um longo passado.

*

* *

Impressionado outrora pela ausência de obras especializadas em psicologia da política, eu sempre esperei essa lacuna ser coberta.

Após dez anos quase exclusivamente dedicados às experiências de física, de onde meu livro sobre **L'Évolution de la Matière** surgiu, essas pesquisas se tornaram muito onerosas para serem continuadas. Eu tive então que abandoná-las e me contentei em retomar

antigos estudos. Desejoso de aplicar à política os princípios expostos em vários de meus livros precedentes, eu solicitei ao meu ilustre amigo, o professor Ribot, que me indicasse os tratados de psicologia da política publicados no último século. Sua resposta foi de que eles não existiam. Meu espanto foi o mesmo de quinze anos antes, quando, querendo empreender o estudo da psicologia das massas, eu constatei que nenhum escrito havia sido publicado sobre este assunto.

Não é, certamente, que as dissertações políticas tenham algum dia faltado. Elas abundam, pelo contrário, desde Aristóteles, mas seus autores foram, na maioria das vezes, teóricos, estranhos às realidades de seu tempo e que só conheciam o ser humano quimérico criado pelos seus sonhos. Nem a psicologia, nem a arte de governar têm nada a perguntar a eles.

A ausência de obras clássicas sobre um assunto tal e a não existência de cátedras dedicadas a seu ensino provam que sua utilidade não parece clara. Era, portanto, necessário demonstrá-la. Este será um dos objetivos deste livro.

A psicologia da política é construída __ eu já mencionei isso __ com materiais tirados do estudo da psicologia individual, das massas, dos povos e, enfim, dos ensinamentos da história. Vários desses materiais começam a ser conhecidos, mas eles não são a obra em si.

No estado atual de nossos conhecimentos, a política não pode ser somente uma adaptação cotidiana do comportamento às necessidades. Racionais ou não, o que importa é que são necessidades. Os preconceitos herdados de um povo e suas crenças religiosas podem ser declarados absurdos pela razão, mas um verdadeiro homem de Estado não tentará jamais combatê-los, sabendo que ele não pode fazê-lo impunemente. Somente teóricos que ignoram as realidades acreditam que a razão pura governará o mundo e transformará as pessoas. Na realidade, a inteligência prepara lentamente as mudanças que, em longo prazo, transformarão nossas almas, mas sua utilidade imediata é muito pequena. Muito poucas coisas podem ser mudadas por ela bruscamente.

A psicologia da política está ainda, já dissemos isso, na era das incertezas. No entanto, regras __ empíricas frequentemente, mas, no entanto, muito precisas __ surgem a cada dia. Não é formulando-as que provamos seu valor, mas mostrando as consequências de sua ignorância. Este será também um dos objetivos aos quais eu me proponho.

O desenvolvimento dos princípios que me serviram de guia exigiria comentários que as dimensões deste livro não comportam; eles podem ser encontrados em meus livros anteriores[2].

[2] Para os princípios gerais, ver:

Eu estou quase exclusivamente confinado, neste livro, à aplicação das regras determináveis da psicologia da política aos acontecimentos contemporâneos. Mesmo limitado a este período muito circunscrito, o assunto era ainda tão vasto que foi preciso geralmente que me contentasse com indicações sumárias. Examinar o papel da psicologia da política na história dos povos, na formação de suas crenças, nas lutas guerreiras, que formam a trama de seu passado necessitaria de vários volumes.

Tendo que tratar de assuntos um pouco áridos, capazes, por consequência, de assustar o leitor e esgotar facilmente sua atenção, eu procurei evitar as formas muito didáticas. As proposições mais sérias geralmente ganham ao serem apresentadas em um quadro pouco severo.

*

* *

Um dos capítulos desta obra é dedicado a descrever os fatores da persuasão e mostra o papel preponderante da repetição. Foi a

L'Homme et les Sociétés, leurs Origines et leur Histoire; Lois Psychologiques de l'Évolution des Peuples; Psychologie des Foules; Psychologie du Socialisme; Psychologie de l'Éducation.
Para as aplicações da psicologia à história, ver:
Les Premières Civilisations de l'Orient; La Civilisation des Arabes; Les Civilisations de l'Inde; Les Opinions et les Croyances; La Révolution Française et la Psychologie des Révolutions; La Vie des Vérités.

convicção de sua utilidade que me estimulou a repetir às vezes as mesmas coisas em termos pouco diferentes. Eu lamento que a falta de espaço tenha me impedido de fazê-lo mais vezes. Napoleão exagerou pouco ao dizer que a repetição é a única figura séria de retórica. É pelo menos permitido afirmar que ela constitui um dos mais ativos fatores das convicções.

Todos os grandes homens de Estado tiveram consciência de seu poder. Foi por meio de repetições inumeráveis que o imperador da Alemanha conseguiu persuadir seus súditos da utilidade dos sacrifícios necessários para a construção de uma grande frota de guerra. O ex-presidente dos Estados Unidos, o Sr. Roosevelt, a este propósito, disse muito justamente: “Todas as grandes verdades fundamentais arriscam soar como coisas batidas e, no entanto, por mais batidas que elas sejam, elas precisam ser reiteradas mais uma vez e sempre”.

Se as repetições são necessárias para difundir verdades conhecidas, o quanto não são necessárias para fazer com que sejam aceitas verdades novas? Eu experimentei isso mais de uma vez. Os apóstolos que no curso das eras transformaram nossas concepções e nossas crenças, só conseguiram isso através de repetições incessantes.

Isso acontece porque o verdadeiro mecanismo das convicções difere profundamente daquele que ensinam os livros. Muito útil para demonstrações científicas, o racionalismo desempenha apenas um papel muito pequeno na gênese de nossas crenças. As ideias não se

impõem, de maneira alguma, por causa de sua exatidão; elas se impõem somente quando, através do duplo mecanismo da repetição e do contágio, elas invadiram as regiões do inconsciente onde são elaborados os motivos geradores de nosso comportamento. Persuadir não consiste simplesmente em provar a justeza de uma razão, mas muito mais em fazer agir de acordo com essa razão.

***

CAPÍTULO II

As necessidades econômicas e as teorias políticas.

Sumário

As imagens evocadas na mente por narrativas impressionam mediocremente e, por isso, as diferenças entre o passado e o presente nunca aparecem muito claramente.

Só representamos nitidamente as coisas abstratas comparando-as com impressões concretas já percebidas. Quem presenciou uma batalha ou um naufrágio ficará sempre impressionado com narrativas de eventos semelhantes.

Essa representação do passado através de comparação concreta ficou muito clara para mim um dia, nas seguintes circunstâncias:

Os acasos de uma excursão me levaram a atravessar de automóvel a ponte sobre o rio que divide em duas a antiga cidade de Huy, na Bélgica. Um ruído tão intenso a envolvia que eu tive que parar. Eu desci e me encostei ao parapeito.

Sob o espesso manto de bruma que envolvia as coisas avistavam-se massas monumentais imponentes. Isso era para mim o desconhecido. Eu esperei que ele se mostrasse.

Subitamente, um claro raio de sol dissipou as nuvens e, numa visão inesperada, surgiram, separados pelo rio, dois mundos, duas

expressões da humanidade erguidas uma diante da outra e que, numa primeira olhada, pareciam ameaçadoras, inconciliáveis e terríveis.

Na margem esquerda, um agregado de antigos edifícios.

Dominando o conjunto, uma gigantesca fortaleza com linhas rígidas e uma majestosa catedral, que a piedade ardente de numerosas gerações havia, durante séculos, lentamente ornamentado seus contornos.

Na margem direita, fazendo frente a essas grandes sínteses de uma outra era, se erguiam as paredes tristes e nuas de uma imensa usina de tijolos acinzentados, suplantadas por altas chaminés que vomitavam torrentes de fumaça negra pontilhada por fagulhas.

Em intervalos regulares uma porta se abria, propiciando longas teorias sobre homens hirsutos, cobertos de suor, com o rosto maltratado e o olhar sombrio. Filhos de ancestrais dominados pelos deuses e os reis, eles só mudaram de senhores, para se tornarem servidores do ferro.

E eram mesmo dois mundos, duas civilizações em presença, que obedeciam a motivos diferentes e eram animados por outras esperanças. De um lado, um passado já morto, mas cujas vontades ainda obedecemos. Do outro, um presente carregado de mistérios e que carrega em seus flancos um futuro desconhecido.

Eles sempre existiram, esses dois mundos e, constantemente hostis, mas, com sentimentos semelhantes, uma fé comum geralmen-

te cobria o abismo que os separava. Hoje, fé e sentimentos desapareceram e só deixaram de pé a atávica hostilidade do pobre para com o rico. Libertados gradualmente das crenças e dos laços sociais do passado, os trabalhadores modernos se revelam cada vez mais agressivos e opressores, ameaçando as civilizações com tiranias coletivas que farão talvez sentir a falta da tirania dos piores déspotas. Eles falam como senhores a legisladores que os bajulam servilmente e obedecem a todos os seus caprichos. O peso do número procura cada dia mais substituir o peso da inteligência.

*

* *

A vida política é uma adaptação dos sentimentos do ser humano ao meio que o rodeia. Esses sentimentos variam pouco, pois a natureza humana se transforma muito lentamente, enquanto que o meio moderno evolui rapidamente em razão dos progressos contínuos da ciência e da indústria.

Quando o ambiente exterior se modifica muito rapidamente, a adaptação é difícil e disso resulta o mal-estar geral observado hoje em dia. Fazer a natureza do ser humano se enquadrar às necessidades de todo tipo que o envolvem e das quais ele não é o senhor, constitui um problema que ressurge sem parar e cada vez mais difícil.

O mundo antigo e o mundo moderno diferem profundamente pelos seus pensamentos e seus modos de vida. Os elementos novos que nos guiam não são derivados de raciocínios abstratos e não oscilam, de maneira alguma, de acordo com nossas esperanças ou de nossas concepções lógicas. Eles são o resultado de necessidades que sofremos e que não criamos.

A era atual não difere daquelas que as precederam, pelas rivalidades e as lutas, pois estas últimas nascem de paixões que variam pouco. A diferença real recai principalmente sobre a dessemelhança dos fatores que fazem os povos evoluírem hoje em dia. Este é o ponto essencial que vou tentar destacar agora.

As verdadeiras características deste século são: primeiramente, a substituição do poder dos reis e das leis, pelos fatores econômicos. Em segundo lugar, o cruzamento de interesses entre povos outrora separados e que não possuíam nada para intercambiar.

Este último fenômeno, de origem relativamente recente, tem uma importância considerável. Os povos não estão mais, como antigamente, isolados e sem quase nenhuma relação comercial. Eles vivem todos uns dos outros e não poderiam sobreviver uns sem os outros. A Inglaterra seria rapidamente reduzida à fome se ela fosse rodeada por um muro que a impedisse de receber os alimentos que ela vai buscar no exterior e que paga com outras mercadorias.

Essas novas condições de existência permitem pressentir que em todos os grandes movimentos industriais e comerciais que transformam a vida das nações e criam a riqueza em um ponto e a pobreza em outros, a influência dos governos, tão considerável outrora, torna-se a cada dia mais fraca. Eles mesmos, convencidos de sua impotência, seguem os movimentos e não os dirigem mais. As forças econômicas são os verdadeiros senhores e ditam as vontades populares, às quais pouco se resiste.

Há 60 anos (1850), um soberano ainda era suficientemente poderoso para decretar o comércio livre em seu país. Hoje em dia, ninguém nem mesmo ousaria isso. Que a proteção, condenada pela maior parte dos economistas, seja boa ou nociva, pouco importa. Ela responde às vontades populares da hora presente e esta hora está rodeada de necessidades bastante esmagadoras para que os homens de Estado pensem muito no futuro.

Eles se iludem, aliás, sobre as consequências de sua intervenção. Esses comandantes dóceis de exércitos indóceis obedecem sempre e não comandam.

Numa sessão, em 11 de março de 1910, o senhor Méline assegurou diante do Senado que o livre comércio tinha arruinado a agricultura inglesa, cuja produção de trigo tinha abaixado em mais da metade em meio século, enquanto que sob o regime de proteção, a França, que em 1892 tinha um déficit alimentar de 695 milhões, o

viu desaparecer e ser substituído por um excedente de 5 milhões, que permite exportar trigo, em vez de importá-lo. O célebre economista atribui, naturalmente, ao regime de proteção, do qual ele foi apóstolo, os 700 milhões que os agricultores retiram agora do solo.

Pode-se, no entanto, assegurar, sem medo de errar, que desde a origem do mundo nenhuma lei teve tal poder criador. De fato, a nova produção agrícola é resultante unicamente dos imensos progressos científicos realizados por uma agricultura que se sentia muito ameaçada.

E se os ingleses não realizaram os mesmos progressos não foi, de maneira alguma, porque o comércio livre os impediu de lutar contra a concorrência estrangeira, mas simplesmente porque eles acharam muito mais vantajoso fabricar produtos industriais, de cuja venda eles conseguem mais dinheiro do que precisam para comprar todo o trigo que precisam.

Que o regime protecionista seja útil ou nocivo não é o caso, aliás, de se considerar aqui. Na política atual __ e é justamente o que eu queria mostrar __ não se trata de buscar o melhor, mas unicamente o acessível. Em nossos dias nenhum déspota, repito, seria suficientemente forte para impor a livre troca ou a proteção a um país que não o queira. Quando os povos se enganam, pior para eles. A experiência mostra para eles. Algumas pessoas de gênio, ajudadas pelas

circunstâncias, conseguem algumas vezes superar correntes, mas seu número sempre foi muito pequeno.

O que foi exposto mostra bem a que ponto os fatores da hora presente diferem daqueles do passado e permite pressentir a pouca influência das teorias políticas sobre a evolução dos povos. Com os progressos da ciência, da indústria e das relações internacionais, nasceram, invisíveis, mas todo-poderosos senhores, aos quais os povos e até mesmo seus soberanos devem obedecer.

*

* *

Os elementos econômicos da vida dos povos constituem, portanto, necessidades às quais eles são forçados a se adaptar, pois não podem se livrar delas. A essas necessidades naturais se juntam outras, muito artificiais, que os teóricos da política e os governos que os seguem tentam criar. Estudemos seu papel.

Apesar de todos os recursos de seus laboratórios, os biólogos jamais conseguiram transformar uma única espécie viva. As pequenas modificações exteriores que consegue produzir a arte do criador são sem duração e sem força.

É mais fácil transformar um organismo social do que um ser vivo? A resposta afirmativa a esta questão dirigiu toda nossa política no último século e ainda a dirige.

A possibilidade de reconstruir as sociedades por meio de instituições novas sempre pareceu evidente aos revolucionários de todas as eras, principalmente os da nossa Revolução. Ela parece igualmente certa para os socialistas. Todos aspiram reconstruir as sociedades com base em planos ditados pela razão pura.

Mas, na medida em que ela progride, a ciência contradiz cada vez mais essa doutrina. Apoiada na biologia, na psicologia e na história, ela mostra que nossos limites de ação sobre uma sociedade são muito restritos, que as transformações profundas não se realizam jamais sem a ação do tempo, que as instituições são o envelope de uma alma interior. Estas últimas constituem um tipo de vestimenta, capaz de se adaptar a uma forma interior, mas impotente para criá-la e é por isso que instituições excelentes para um povo podem ser detestáveis para outro. Longe de ser o ponto de partida de uma evolução política, uma instituição é simplesmente o término dela.

Certamente que o papel das instituições e das pessoas sobre os acontecimentos não é nulo. A história mostra isso em cada uma de suas páginas, mas ela exagera seu poder e não percebe que elas são geralmente a eclosão de um longo passado. Se elas não chegam no momento certo, sua ação é simplesmente destrutiva como a dos conquistadores.

Acreditar que se modifica a alma de um povo mudando suas instituições e suas leis tornou-se um dogma que teremos que combater frequentemente nesta obra e que terá que ser revisto um dia.

Os povos latinos ainda não o reviram e é a isso que se deve sua fraqueza. Suas ilusões sobre o poder das instituições nos custaram a mais sangrenta revolução que a história conheceu, a morte violenta de vários milhares de pessoas, a decadência profunda de todas as colônias e os progressos ameaçadores do socialismo.

Nada pôde abalá-lo, esse terrível dogma e nós não deixamos de aplicá-lo rigorosamente a cada dia aos infelizes nativos que caíram em nossas mãos e que nós levamos assim ao ódio e à revolta.

Os jornais forneceram recentemente um novo exemplo dessa cegueira geral ao reproduzirem alguns extratos de uma circular do governador da Costa do Marfim a seus administradores. Seu resultado final foi a sublevação do país, o massacre de vários oficiais e a muito custosa necessidade de enviar, da metrópole, tropas numerosas para restabelecer a ordem. Se os ingleses e holandeses governassem suas colônias com tais princípios, há muito tempo eles as teriam perdido.

Esse documento, cujas passagens mais memoráveis eu vou fornecer, ilustra nitidamente nossa irredutível incapacidade de compreender que a alma de um povo não é transformada por decretos e

que instituições excelentes para um povo podem ser muito ruins para um outro e que, em todo caso, são sempre inaplicáveis.

Escreve o governador:

> *É preciso 'que nossos súditos venham ao progresso, apesar deles...' É obter pela autoridade o que seria recusado pela persuasão... 'É preciso modificar completamente a mentalidade negra' para nos fazer compreender... O que eu não quero é que façamos uso de uma sensibilidade sem resultado. Mesmo que não pareçamos levar em conta desde o início os desejos dos nativos, o que importa é que sigamos sem fraqueza pela única via suscetível de nos levar ao objetivo... Eu não creio, de maneira alguma, que é preciso temer as consequências de nossa ação, mesmo quando isso não respeitar costumes, quando o melhor que se possa pensar deles é que eles são opostos a todo progresso.*

Não é a mentalidade negra que é urgente modificar __ se a coisa dependesse de nossa vontade __ mas as dos administradores capazes de assinar as linhas precedentes.

Quanto à ilusão do bravo governador "que não teme, de maneira alguma, as consequências de sua intervenção", os acontecimentos lhe deram uma rude lição que, infelizmente, ele pouco aproveitará. Sempre foi próprio de uma crença não ser modificável pela observação, nem por argumentos racionais e nem pela experiência. As cren-

ças políticas têm a mesma tenacidade que os dogmas religiosos, mesmo que elas nem sempre possuam a mesma duração que eles.

O dogma da transformação da alma dos povos sob a influência das instituições é, aliás, indiscutido na França por todos os partidos, inclusive os mais conservadores.

Nós vimos este dogma exposto recentemente num manifesto publicado em março de 1910 pelo duque de Orleans, do qual transcrevemos alguns extratos:

> *Parece que jamais os acontecimentos deram maior evidência ao axioma político: "São as instituições que corrompem as pessoas". Um detalhe que nos fornece a atualidade demonstra isso com a mesma precisão que uma figura geométrica esclarece um teorema.*

Este princípio está também nas ideias de Rousseau, que acreditava, ele também, que as sociedades pervertiam as pessoas. Dever-se-ia renunciar a professar abertamente tais doutrinas quando se aspira governar.

*

* *

Os progressos da psicologia moderna permitem explicar o papel desempenhado pela razão na organização das sociedades, suas

crenças e seu comportamento. Ele é muito pequeno, mesmo que todos os governantes pretendam se apoiar nele.

Eu mostrei numa outra obra (**Les Opinions e les Croyances**), que, contrariamente aos ensinamentos da filosofia clássica, existem formas de lógicas bem distintas da lógica racional: a lógica mística e a lógica afetiva, particularmente. Elas são tão separadas que não se pode passar de uma para outra e, por consequência, expressar uma com a linguagem da outra. É justamente por isso que tantas coisas são sentidas, mas não são definidas.

Sobre a lógica racional se constroem todas as formas de conhecimento; as ciências exatas, particularmente. Com as lógicas afetiva e mística são construídas nossas crenças, ou seja, os fatores da conduta dos indivíduos e dos povos.

A lógica racional rege o domínio do consciente, onde são fabricadas as interpretações de nossos atos. É no domínio do inconsciente, governado pelas influências afetivas e místicas, que se elaboram suas verdadeiras causas.

A observação mostra que as sociedades são guiadas sobretudo pelas lógicas afetiva e mística, que a lógica racional pouco pode influenciar e menos ainda transformar.

A alma simples dos reformadores é bastante inacessível à gênese das coisas para compreender que as instituições não são construídas com argumentos lógicos, mas essa noção se tornou evidente

hoje em dia aos homens de Estado ingleses. Um de seus ministros disse recentemente em pleno Parlamento, que o grande mérito da Constituição inglesa era o fato de não ser racional. Esta é sua força, enquanto que a fraqueza das inumeráveis constituições criadas por nossos revolucionários, no último século, na França, é justamente o fato de serem baseadas apenas na razão pura.

Essa ideia ainda permanece incompreensível aos cérebros latinos e seria inútil insistir nela aqui. Eu me limitarei portanto a lembrar que as religiões, os governos, os atos políticos, enfim, tudo o que constitui a trama da existência de um povo jamais é fundamentado em razões. Saber manejar os sentimentos para influenciar a opinião pública é o verdadeiro papel dos homens de Estado. As aparências parecem provar às vezes que eles agem frequentemente pela lógica de seus discursos. É bem outro, na realidade, o mecanismo da persuasão e nós o veremos nesta obra. As multidões jamais ficam impressionadas pelo vigor lógico de um discurso, mas muito mais pelas imagens sentimentais que certas palavras e associações de palavras despertam. As proposições encadeadas por meio da lógica racional servem unicamente para enquadrá-las. Admitindo que um discurso simplesmente lógico produza uma convicção, ela será sempre efêmera e não constituirá jamais um motivador de ação.

*

* *

Mas, se não é a lógica racional que conduz as pessoas e faz evoluir suas crenças, como explicar que, por ocasião da Revolução Francesa, teorias unicamente deduzidas da razão pura, tenham produzido tão rapidamente profundas perturbações?

Antes de mostrar que essa contradição é apenas aparente, lembremos inicialmente que a Revolução Francesa teve apenas, na realidade, um só teórico influente: Rousseau.

A ação de Montesquieu, notável no seu início, tornou-se rapidamente muito fraca. Ele procurava sobretudo explicar organizações já existentes; Rousseau propunha criar uma sociedade nova. Este doce alucinado acreditava que o ser humano, feliz em estado natural, tinha sido depravado e tornado miserável pelas instituições. A razão exigia então que elas fossem refeitas. Ele estava igualmente convencido de que o vício essencial das sociedades é a desigualdade e que a origem do mal social é a antítese entre a riqueza e a pobreza. Necessário, por consequência, mudar tudo isso, estabelecendo inicialmente a soberania popular. Foi precisamente o que seus discípulos tentaram, pelos meios enérgicos que conhecemos, assim que as resistências do rei, da nobreza e do clero produziram violências que os levaram ao poder. Robespierre, Saint-Just e os jacobinos buscaram unicamente aplicar as teorias de seu mestre.

A influência de Rousseau não desaparece, de maneira alguma, com a Revolução Francesa. O Sr. Lanson destacou justamente que,

“no último século, todos os progressos da democracia __ igualdade, sufrágio universal, esmagamento das minorias, as reivindicações dos partidos radicais, a guerra à riqueza e à propriedade __ foram no sentido de sua obra”. Veremos que ele foi muito menos um inspirador do que um pretexto.

A rapidez com a qual se propagaram as ideias de Rousseau, por ocasião da Revolução Francesa, é impressionante. Sabemos, pelos cadernos gerais de 1789, o que a maioria dos franceses demandava então: abolição dos privilégios feudais, leis fixas, justiça uniforme etc., ou seja, quase o que Napoleão realizou com seu Código. A realeza era ainda universalmente respeitada e ninguém demandava suprimi-la.

E, no entanto, três anos mais tarde, as teorias enunciadas acima reinavam soberanamente e o Terror suprimia aqueles que não as venerava.

Parece então que há uma contradição evidente entre o que dissemos sobre a pouca influência das teorias deduzidas da razão pura sobre a marcha dos acontecimentos e a ação tão rápida que essas teorias pareceram exercer durante a Revolução.

Acentuaremos ainda mais essa contradição ao afirmar que as pessoas de cada era são governadas por um número muito pequeno de ideias diretrizes que se estabelecem muito lentamente e só se tor-

nam motivadoras de ação após terem se transformado em sentimentos.

Na realidade, a contradição, apesar de sua nitidez aparente, não existe. Se, com efeito, as ideias dos teóricos da Revolução se implantaram facilmente nas almas das massas, isso não foi, de maneira alguma, por que elas eram novas, mas unicamente porque elas eram, pelo contrário, muito antigas. As teorias revolucionárias só fizeram apoiar, com leis, paixões que nunca deixaram de existir e aspirações que as necessidades sociais podem reprimir ou adormecer, mas que jamais se extinguem.

O povo tinha aceitado o poder real e as desigualdades de condições porque, mantidas por uma antiga estrutura social, elas pareciam indestrutíveis necessidades naturais. Assim que ele ouviu dos governantes, aos quais o poder supremo conferia um grande prestígio, que seu despotismo deveria substituir o dos reis, que as desigualdades de fortuna eram uma injustiça e que os bens de seus antigos senhores seriam distribuídos, ele deveria fatalmente adotar com entusiasmo tais ideias e considerar como inimigos dignos do mais alto suplício aqueles que teriam podido se opor à realização de seus apetites. Se, em nossos dias, um governo que se apoiasse sobre a autoridade de filósofos renomados, editasse leis que autorizassem o assassinato e a pilhagem, ele logo contaria com um grande número de sectários e seria tão aplaudido quanto foi o governo quando foi

proposta a tomada do bilhão das congregações para distribuí-lo aos trabalhadores e a seus amigos. Certamente que a prática de tais doutrinas não sobrevive por muito tempo, pois se descobre rapidamente, como aconteceu após alguns anos de Revolução, que a anarquia arruína e não enriquece. E então, como aconteceu naquela época e sempre, a nação procura um ditador enérgico capaz de livrá-la da desordem.

*

* *

Nós nos iludimos frequentemente sobre o papel útil dos governos e os limites deste papel, porque seu poder, muito fraco para o bem, é, pelo contrário, muito grande para o mal. Sempre foi fácil destruir e difícil construir. Hoje em dia, não temos que nos defender somente contra as rígidas necessidades econômicas da hora presente, mas também contra o zelo desastroso dos legisladores que legislam ao acaso, como logo mostraremos, segundo os impulsos do momento. Leis chamadas de sociais que perturbam cada vez mais a indústria e não enriquecem ninguém. Leis que entravam o aprendizado a ponto de expulsar os aprendizes das fábricas e transformar um grande número deles em desempregados, ladrões e criminosos, como prova o rápido crescimento da criminalidade infantil. Perseguições religiosas incessantes e expropriações cujo resultado final foi dividir a

França em dois povos inimigos. Leis aduaneiras que, pelas represálias que elas provocam continuamente, acabarão por suprimir inteiramente nosso comércio com o exterior etc. Todas essas leis, criadas por uma razão curta, são calamidades artificiais que se acrescentam aos males naturais cujo peso somos obrigados a suportar.

Não temos, certamente, a ideia de fazer aqui o processo da razão, mas daqueles que pretendam empregá-la para modificar fenômenos que ela não conseguiria reger. É exclusivamente sobre a razão que se edificam todas as formas de conhecimento. É sobretudo com sentimentos e crenças que se governam as pessoas e se faz a história.

***

CAPÍTULO III

Métodos de estudo da psicologia da política.

Sumário

Na psicologia da política, como aliás nas outras ciências, são os fatos primeiramente e depois sua interpretação, que permitem a elaboração de leis.

Em política, a observação dos fatos é muito mais fácil do que sua interpretação, ou seja, do que a determinação de suas causas e a previsão de suas consequências. Nossos exércitos foram derrotados em 1870. Eis um fato conhecido de todos. Mas por que eles foram derrotados? Quais reformas deveriam ser feitas neles para evitar uma nova derrota? Aqui as dificuldades se acumulam e as explicações variam consideravelmente. Para se convencer disso basta examinar as teorias contraditórias reveladas por uma série de regulamentos militares editados nos últimos vinte anos, ou simplesmente os escritos dos especialistas. Se, aliás, a interpretação dos fenômenos sociais fosse fácil estaríamos de acordo em tudo, enquanto que, na realidade, não estamos de acordo em nada.

Portanto, embora os fatos políticos que fazem parte da vida cotidiana sejam de uma observação fácil, a determinação de suas causas é, pelo contrário, difícil. Ela é tão difícil devido ao fato de que as

partes de um acontecimento que tomamos conhecimento não passam geralmente de uma parte bem pequena do acontecimento em si.

Num estudo tal, a simples intuição não bastaria. Métodos rigorosos tornam-se necessários. Eles são da mesma ordem que aqueles empregados nas ciências; particularmente na história natural.

O psicólogo deve operar um pouco como o naturalista que, colocando em relevo, através de uma análise atenta, as realidades escondidas sob enganosas aparências, reúne em conjunto fenômenos de aspectos diferentes. Desta forma, ele consegue classificar a baleia junto aos mamíferos, em vez de considerá-la como um peixe. Para o observador superficial, a baleia parece evidentemente mais próxima do tubarão do que de um esquilo mas é, no entanto, com este último que se deve compará-lo. Em política, infelizmente, somente as aparências impressionam e não as relações escondidas.

As generalidades precedentes mostram que a primeira dificuldade da psicologia da política é descobrir os fatores próximos ou distantes dos acontecimentos e não atribuir a eles uma só causa __ como se faz geralmente __ já que eles são o resultado de vários.

Nunca é demais insistir sobre esta dificuldade. Para provar sua importância eu vou tomar um caso concreto, relativamente muito simples __ a expansão do socialismo __ e somente pela enumeração de alguns dos fatores que determinaram essa expansão, colocar em evidência sua complexidade.

*

* *

Na base do socialismo encontra-se primeiramente um elemento fundamental: a Esperança. Esperança de melhorar sua sorte e criar um futuro feliz.

Um fator tal possui certamente um grande poder. Somente ele, no entanto, forneceria uma explicação bem incompleta do problema, já que a esperança de melhorar seu destino constituiu em todos os tempos um dos principais motivadores da atividade humana.

Iremos mais longe destacando que outrora era muito menos necessário que hoje em dia melhorar sua vida, já que isso deveria acontecer num mundo futuro, de cuja realidade não se tinha nenhuma dúvida, enquanto que se acredita muito pouco nele hoje em dia. O que o ser humano esperava numa outra existência ele procura agora, aqui embaixo. A explicação da expansão do socialismo começa assim a se tornar mais precisa.

Um novo elemento de interpretação aparecerá se observarmos que o socialismo, cuja forma humanitária se acentua a cada dia, torna-se uma religião que substitui aquelas em vias de desaparecer. A psicologia moderna ensina que o sentimento religioso, ou seja, a veneração do mistério e a necessidade de se submeter a um credo capaz de orientar nossos pensamentos, é uma tendência irreversível da mente. O apóstolo do socialismo é um clérigo que mudou o nome

de seus deuses. Sua alma continua saturada de uma religiosidade ardente. O jornal **L'Humanité**, de 30 de novembro de 1909, nos informa que o jovem professor na Sorbonne que ministrou recentemente a aula inaugural da Escola Socialista, "dirigiu, como convinha, uma invocação emocionada à deusa Razão!"

Os fatores psicológicos que acabamos de indicar apresentam um caráter geral que os tornam aplicáveis a todos os povos. Porém, é visível que o socialismo assume, num e outro país, formas diversas. Certos elementos de interpretação devem, no entanto, se juntar ainda aos precedentes.

Encontraremos inicialmente o papel da cultura, ou seja, das disposições herdadas das nações. Elas diferem profundamente e é por isso que o socialismo é uma etiqueta comum que traduz aspirações muito diferentes. Como poderiam ser de mesma natureza povos com instintos tão opostos, como os Estados Unidos, por exemplo __ que contam exclusivamente com sua energia e sua iniciativa individual __ e aqueles dominados, como os latinos, pela irresistível e perpétua necessidade da proteção de um mestre?

Fora as aptidões culturais, um outro fator psicológico capital também intervém: o passado. É evidente que povos centralizados há séculos sob a mão de um Estado que regulamenta os menores detalhes de sua vida social, industrial, comercial e até mesmo religioso, não poderiam possuir as mesmas aspirações, as mesmas tendências

que jovens nações que só possuem atrás de si um passado político muito curto, incapaz, por consequência, de pesar grandemente sobre elas.

O coletivismo estatista que nos sufoca cada vez mais, foi praticado, na realidade, em todos os tempos por nossos monarcas e é por isso que os povos latinos sempre retornam a ele facilmente. As minuciosas regulamentações de Colbert formariam um excelente capítulo de um tratado de socialismo estatista.

Sendo o Estado considerado hoje em dia como uma divindade protetora, todos os partidos, todas as classes, devem naturalmente demandar a ele a intervenção em seus negócios e a defesa de seus interesses. Foram primeiramente os industriais que rogaram a ele proteção, a fim de se enriquecerem através dos direitos de aduana, dos subsídios, das subvenções etc. Destrói-se evidentemente, desta forma, toda a concorrência, mas se paralisa, ao mesmo tempo, toda iniciativa e, por consequência, todo progresso.

Ao se tornarem poderosas pelo número, as classes trabalhadoras reclamaram, por sua vez, a proteção do Estado. Mas desta vez contra os senhores da indústria. Cedendo-se a eles entra-se cada vez mais na via socialista aberta pelo protecionismo.

Para satisfazer crescentes exigências, o Estado entrou no caminho do arbítrio despótico e das espoliações: aposentadorias dos trabalhadores pagas obrigatoriamente pelos patrões, ou seja, caridade

forçada às suas custas; encampação das estradas de ferro e extensão progressiva dos monopólios, de maneira a transformar os trabalhadores em funcionários públicos mantidos pelo Estado etc.

Mas, como tudo isso custa muito caro e a engrenagem das repercussões se desenrola fatalmente, os legisladores são levados agora a tentar espoliar os que têm posses através de pesados impostos progressivos, sem compreender, aliás, que o pequeno número desses privilegiados torna irrisórias as somas obtidas. Sua espoliação deve ter como consequência última a ruína da indústria e se chegará finalmente, desta forma, à igualdade na miséria. Este será o nivelamento sonhado por tantas almas dominadas pelo ódio às superioridades.

Mesmo que já longa, nossa enumeração dos fatores de evolução socialista não os contém todos. Seria preciso pesquisar ainda como as doutrinas se propagam nas multidões e porque palavras e fórmulas muito vagas possuem às vezes tanto poder. Nós nos encontramos então em presença de novos fatores importantes criados pela especial mentalidade das massas.

Mas o exame das causas da expansão do socialismo não seria, de maneira alguma, terminado por este estudo, pois ele viceja não apenas nas multidões iletradas, mas também entre professores e burgueses prósperos, satisfeitos com sua sorte.

Torna-se necessário portanto a intervenção de outros fatores psicológicos e, particularmente, o contágio mental através da imitação. Ele é encontrado sempre no alvorecer das grandes crenças e explica sua propagação.

*

* *

Se tantos fatores agem em um fenômeno social, deve parecer bem difícil dosar suas influências respectivas. O problema é árduo, com efeito. Como resolvê-lo?

Pode-se fazê-lo através de dois métodos diferentes: um, muito simples; outro, muito complicado.

O método simples __ e, por esta razão, de uso geral __ consiste em supor os fenômenos como sendo produzidos por uma causa única e de compreensão fácil. Encontrar remédios aparentes para todos os males se torna então fácil. Os trabalhadores de um país se declaram descontentes com sua sorte? Decretemos um imposto sobre a renda que permitirá espoliar os ricos para enriquecer os trabalhadores. A população de um país está estagnada? Estabeleçamos pesados encargos sobre os cidadãos que não tenham muitos filhos. Eles terão mais filhos? Somente economistas inveterados poderiam duvidar disso.

Assim pensam os políticos de mentalidade curta e seu simplismo __ que eu tive que condensar um pouco em meus exemplos __ nos custou detestáveis leis.

Vejamos agora qual método deve seguir o observador que queira utilizar os ensinamentos da psicologia da política.

Sendo um evento social qualquer geralmente a resultante de um grande número de fatores imediatos ou distantes, a primeira regra é aprender a separá-los; a segunda, avaliar exatamente o valor respectivo de cada um deles.

É desta forma que opera o físico diante de um fenômeno que pode ser derivado de várias causas. Sua tarefa é relativamente fácil, porque experiências repetidas lhe permitem verificar suas primeiras deduções. Mas, para os fenômenos políticos, somente a observação e não a experiência consiste no único guia. Certamente que experiências sociais não faltam. Elas são mesmo inumeráveis, mas independentes de nós e de nossas vontades. Não podendo renová-las, temos que nos contentar em interpretá-las. Sabemos muito bem a que divergências levam essas interpretações e no descrédito em que caiu a sociologia por esta razão.

Só é realmente possível dosar o valor de um fator determinado vendo-o agir de maneira semelhante, em tempos diversos e povos diferentes, enquanto todos os outros fatores permanecem invariáveis. É um pouco, como se vê, a aplicação do método dito das variações

concomitantes. Só sendo aplicável a casos muito simples, onde se trata, geralmente, de banalidades de utilidade restrita: a anarquia gera o cesarismo; os povos fracos são conquistados pelos povos fortes etc.

A dissociação dos elementos geradores de um evento é, no entanto, facilitada pela constatação de que cada fenômeno social é habitualmente o resultado de duas categorias de fatores bem distintos: uns permanentes, outros transitórios.

Os primeiros agem de uma maneira constante em todos os fenômenos. Como, por exemplo, a cultura, ou seja, as disposições herdadas. Como também o passado social, que compreende os sentimentos religiosos, políticos ou sociais fixados na alma dos povos e estabilizados por um longo passado.

Os fatores transitórios mudam, pelo contrário, frequentemente, mas, agindo sobre o fundo pouco móvel do resíduo ancestral, eles sempre recebem sua marca. É por isso que povos de culturas diferentes, submetidos ao mesmo tempo aos fatores transitórios, reagem de maneiras diversas. É certo que a história geralmente parece mostrar que um povo pode, pelo menos na aparência, transformar suas crenças, suas instituições e suas artes. Mas, sob as mudanças exteriores, o passado reaparece sempre e logo modifica as formas que as revoluções violentas momentaneamente impuseram.

As influências da cultura e do passado, habitualmente negligenciadas, porque invisíveis, são, na realidade, as mais necessárias para serem estudadas. Elas dominam efetivamente toda a evolução de um povo. É por isso, por exemplo, que, na França, sob agitações políticas variadas, encontramos dois princípios fixos, comuns a todos os povos latinos e que invariavelmente dirigiram seus atos: 1º) a crença no poder transformador do Estado e 2º) a confiança inabalável no poder absoluto das leis. Destes dois princípios, que estudaremos em vários capítulos, nasceram a expansão do estatismo e o desenvolvimento do socialismo coletivista que é sua floração.

Parece, portanto, indispensável, para avaliar acontecimentos relativos a um povo, conhecer as características de sua cultura e de sua história.

No que diz respeito à cultura, este estudo não é muito complicado, sendo pouco numerosas as características fundamentais gerais. Já se sabe muito dos americanos dos Estados Unidos e de seu futuro possível quando se observou algumas de suas características essenciais, como a energia, a confiança em suas próprias forças, o otimismo, a necessidade de justiça e de liberdade pessoal, o hábito da iniciativa substituindo a intervenção do governo. Enquanto alguns povos não podem ser estudados sem o conhecimento prévio de seu governo, o cidadão dos Estados Unidos deve, pelo contrário, ser observado sobretudo fora de seu governo. Limitado a seus próprios

recursos, ele progride sem nenhuma ajuda e, sozinha, esta característica psicológica bastaria para traçar seu destino.

Um exame análogo das tristes repúblicas latinas da América, incapazes de sair da anarquia em que vegetam, mostraria igualmente um número muito pequeno de características psicológicas fundamentais que dominam toda sua história. Um povo de mestiços é ingovernável.

Portanto, o conhecimento dos grandes fatores gerais que determinam, ou pelo menos orientam os outros, simplifica um pouco o problema da psicologia da política.

Ele ainda é muito difícil, no entanto. Os fatores transitórios que agem ao lado dos fatores permanentes são, com efeito, tão numerosos que sua complicação desconcerta, às vezes, toda lógica. Como determinar seu papel?

Observa-se que, além dos grandes fatores inevitáveis, cuja ação eu marquei, existe, para cada época, um pequeno número de princípios diretores que canalizam os pensamentos e os atos num mesmo sentido. É por isso, por exemplo, que a política do Segundo Império foi orientada pelo princípio dito das nacionalidades; que o socialismo atual evolui sob a influência de uma ideia mestre: a equalização das situações sociais sob a tutela do Estado etc.

*

* *

Resulta de todas essas considerações que na gênese de um acontecimento figuram sempre elementos numerosos, mas de importância desigual. O papel da psicologia da política consiste precisamente em saber dosar essa importância, discernir o principal e eliminar o acessório.

A eliminação dos fatores secundários é tão difícil em política quanto numa ciência qualquer; a física ou a astronomia, particularmente. Ela é, no entanto, muito necessária.

Com os progressos científicos atuais, a gênese de todo fenômeno parece infinitamente complexa. A simplicidade das causas só é criada pela ineficiência de nossos meios de observação. Um peso colocado no prato de uma balança não é atraído somente pela terra, já que a lua e todos os outros astros do firmamento agem sobre ele. Mas, esses milhares de atrações são tão mínimos, em comparação com aquela exercida pelo nosso planeta, que não são levadas em conta.

Toda a sagacidade do cientista consiste em saber separar os fatores principais de um fenômeno e negligenciar os outros. Kepler só conseguiu formular suas leis ao deixar de lado as perturbações acessórias que modificam minimamente o curso dos planetas.

O verdadeiro homem de Estado não procede de maneira diferente, mas, como o cientista, ele deve se lembrar de que um determinado fator, sem importância num dado momento, pode adquiri-la

num outro. O físico considera como verdadeira a Lei de Mariotte, porque ele negligencia elementos muito acessórios para modificá-la visivelmente nas condições habituais de temperatura, mas ele sabe também que, quando os gases se encontram próximos de seu ponto crítico, fatores justamente negligenciados inicialmente tornam-se agora preponderantes. A lei é então inexata e ele precisa substituí-la por outra.

*

* *

A noção de lei absoluta, cara aos cientistas do último século, tende a desaparecer gradualmente da ciência. Os princípios da psicologia da política não poderiam certamente pretender uma estabilidade maior do que as leis físicas. Eles são, aliás, perturbados sem cessar pela intervenção de elementos imprevistos. É por isso que, em certos momentos, a influência dos fatores habituais desaparece diante de bruscas correntes de opinião. Se o homem de Estado conhece este mecanismo ele pode produzi-los ou, pelo menos, orientá-los, como conseguiu Bismarck em 1870.

Esses súbitos movimentos de opinião constituem uma força moral tão irresistível às vezes que nenhum poder conseguiria estancá-los. Até mesmo Napoleão sabia que certas correntes não voltam. Várias de suas cartas são características sobre este ponto. Escreveu

ele: “São os fatos que falam. É a direção do espírito público que impulsiona... Eu jamais fui seu mestre. Eu sempre fui governado pelas circunstâncias”.

O poder, como também a mobilidade desses movimentos populares, se revela em cada página de nossa história. Eles são numerosos em um único século. A epopeia imperial, a restauração monárquica, o romantismo, o Segundo Império, a aventura boulangista etc. são exemplos desse fenômeno. **O Príncipe**, de Maquiavel, chama-se hoje em dia a multidão. Seu poder torna-se formidável quando todas as vontades se orientam num único sentido. Uma orientação tal jamais dura por muito tempo e o homem de Estado deve saber disso também.

As correntes populares de uma época são geralmente mal compreendidas pelas pessoas dessa época. No início da Revolução Francesa, ninguém previu o futuro terrível que se preparava. Já se disse com razão: enquanto o navio afundava os passageiros se congratulavam com o naufrágio. Madame de Genlis levou os príncipes de Orleans __ dos quais ela era a governante __ para verem a demolição da Bastilha. A nobreza olhava todo esse movimento com tanta simpatia quanto nossa cega burguesia contemplou a primeira greve dos carteiros. Naquela época, como hoje, ninguém compreendeu que os fenômenos psicológicos têm um encadeamento necessário e que cada um deles torna-se causa, por sua vez. Todas essas causas acu-

muladas no mesmo sentido produzem, como na mecânica, uma aceleração fatal.

Veremos a que ponto é difícil a tarefa atual dos líderes que querem sabiamente governar. Ela é para eles um tanto mais difícil quanto mais diferente for sua mentalidade com relação à mentalidade da massa, que obedece a outros motivos e nem sempre eles conseguem compreendê-la e lhes falar.

Só se conhece as pessoas de uma classe se se pertence a essa classe. É por isso que os líderes da Confederação Geral do Trabalho, saídos das camadas populares, conseguem se fazer obedecer tão perfeitamente. Com os grandes princípios e as belas teorias humanitárias eles não dão a mínima, sabendo muito bem que as massas não se preocupam com isso mais do que eles. Inacessíveis a qualquer argumento racional elas aceitam sem discussão crenças condensadas em fórmulas breves e violentas e se submetem sem murmúrios às ordens mais imperiosas, com a condição de que sejam dadas por pessoas ou comitês revestidos de prestígio.

Certamente que esses líderes possuem apenas uma psicologia muito sumária, mas admiravelmente adaptada à mentalidade das almas simples que eles souberam dominar. Seu horizonte é estreito, mas eles o conhecem. Eles sabem para onde vão e o que querem. Os erros dos políticos não lhes escapam e “do outro lado da barreira” seus conselhos seriam muito úteis a nossos governantes. Foi por isso

que, por exemplo, na hora em que o governo cedeu às ameaças dos carteiros, um dos líderes sindicais mostrou muito justamente num artigo, que os dirigentes "cometeram um erro imperdoável, deixando que tomassem consciência de sua força, pessoas que pouco suspeitavam dela".

*

* *

A reunião de todos esses fatores distantes ou próximos, estáveis ou transitórios, representa o que se poderia chamar de a equação social de uma época. Da solução correta dessa equação depende geralmente o futuro de um povo. A necessidade geralmente bastaria para resolvê-la, se os legisladores não interviessem para perturbar o jogo dos fatores que as leis naturais sempre tendem a equilibrar.

A enumeração dos elementos geradores da evolução de um fenômeno social nos mostrou sua variedade. Vimos igualmente que os mais ativos eram geralmente os menos percebidos. Seu conjunto constitui um feixe de forças invisíveis que dirigem o destino de um povo. Ele se agita, elas o guiam. O ser humano se parece geralmente com um fantoche que ignora os fios que o fazem se mover.

Por mais poderosas que possam ser, no entanto, essas forças, não devemos suportá-las com uma resignação morna. Dominada por um sentimento tal a humanidade jamais teria saído da selvageria

primitiva e não teria podido vencer a natureza que a havia inicialmente escravizado.

E isso nos levará a um outro estudo que ainda faz parte da psicologia da política.

Reduzida a uma simples ciência de constatação ela seria um pouco inútil. Mas ela ensina também a arte de prever, ou seja, em linguagem matemática, a arte de extrapolar curvas quando se conseguiu determinar um número suficiente de elementos.

A psicologia da política apresenta ainda uma outra vantagem. Prever é útil, prevenir o é mais. Prever é eliminar as surpresas do futuro. Prevenir é anular sua ação.

Como conseguir isso? A ciência que confirma as mais antigas tradições religiosas da humanidade parece nos confinar cada dia mais num fatalismo estreito. Veremos, no entanto, num dos últimos capítulos desta obra, que é possível dissociar os elementos que compõem toda fatalidade. E desagregar os fatores de uma fatalidade é aprender a se livrar dela.

***

LIVRO II

Fatores Psicológicos da Vida Política.

CAPÍTULO I

A origem das leis e as ilusões legislativas.

Sumário

Muitos acontecimentos políticos representam a eclosão de um pequeno número de princípios solidamente ancorados nas almas. A crença no poder soberano das leis é um dos mais ativos deles.

Encontra-se na França um número grande de pessoas que se dizem livres de qualquer crença religiosa. Elas não acreditam mais em deuses, desprezam as superstições e muito menos temem as revelações dos sonâmbulos ou a ação mágica do número treze.

Mas, neste país de livres-pensadores, dificilmente se encontraria cidadãos que manifestem a mais leve dúvida com relação ao poder infalível das constituições e das leis. Estamos todos convencidos de que textos legislativos podem remanejar à vontade o estado social de um povo. Com leis, todas as reformas são possíveis. Depende delas enriquecer o pobre às custas do rico, igualar as condições e assegurar uma felicidade universal.

Esse dogma sagrado sobre o poder das leis é quase o único que restou de pé e que os teóricos veneram. Se o ideal de um partido político permitisse defini-lo, poder-se-ia dizer que só existe na França um único partido. Todos possuem, com efeito, um mesmo ideal: reformar a sociedade a golpes de decretos e demandar ao Estado sua intervenção constante na vida social dos cidadãos. Não se sabe, quando se encontra um francês, se ele é clerical ou anticlerical __ o que, aliás, representa geralmente a mesma coisa __ mas pode-se estar bem certo de que ele é um estatista.

A doutrina da ação soberana das leis sempre constituiu um dos mais poderosos fatores de nossa história. As pessoas da Revolução Francesa estavam convencidas de que uma sociedade se refaz com instituições e elas acabaram por deificar a razão, em nome da qual eram promulgados seus decretos.

Muitos motivos contribuíram, nos povos cuja mentalidade religiosa é muito desenvolvida, para buscar legislativamente os meios de remediar os males que os afligem. Não podendo mais demandar milagres aos céus, eles são demandados ao legislador. O poder das leis substituiu o poder dos deuses.

Esses milagres legislativos parecem de uma realização fácil, pois se as razões distantes das coisas são difíceis de serem percebidas, suas causas fictícias, muito aparentes, parecem fáceis de serem atingidas.

O insucesso das leis votadas sob a pressão das vontades populares não abala, de maneira alguma aliás, a crença em seu poder. Elas guardam a influência dos dogmas religiosos. As prescrições imperativas e breves dos códigos exercem sempre um prestígio misterioso. Como as divindades, as leis ordenam e não explicam. Seus autores compreenderam muito bem que um poder discutido logo deixa de ser um poder respeitado. O verdadeiro poder não reside, com efeito, na força daquele que comanda, mas na submissão voluntária daquele que obedece.

Essa ideia, tão difundida entre os povos latinos, de que as organizações sociais são reformadas com leis, é, nós já o dissemos, um dos mais funestos erros que a história já registrou. Para defendê-la, milhões de pessoas foram mortas miseravelmente, cidades florescentes caíram em ruínas, grandes impérios desceram a ladeira da decadência. A fatal quimera está, no entanto, mais poderosa do que jamais foi.

Alguns raros filósofos bem que tentaram mostrar o perigoso absurdo dessa doutrina. Eu mesmo tentei isso em várias de minhas obras e, particularmente, em meu livro sobre as **Lois Psychologiques de l'Évolution des Peuples**. Mas o que podem os escritos sobre as impressões móveis das massas? Elas só escutam os demagogos que bajulam servilmente seus instintos.

Não deixemos, no entanto, de repetir sem parar as mesmas verdades. As ideias acabam, algumas vezes, por encontrar o terreno onde elas podem germinar.

*

* *

Ele próprio convencido da onipotência das leis, o legislador legisla para remediar os males visíveis cujas causas permanecem escondidas. Ele legisla sem trégua, totalmente espantado em ver que as leis votadas são ineficazes ou produzem efeitos contrários àqueles esperados. Ele se irrita, então legisla de novo, interpela os ministros, nomeia comissões para supervisionar a execução dos decretos e intervém incansavelmente em todas as engrenagens da administração. É por isso que o regime parlamentar tende, entre nós, a se transformar em um regime que lembra aquele da Convenção. Mal saídos do despotismo, os povos latinos sempre retornam a ele. O despotismo coletivo substitui progressivamente neles o despotismo individual. Tudo faz crer que ele será também tirânico.

Nossa história está repleta de consequências desastrosas de leis promulgadas nas melhores intenções. A República de 1848 acreditou fazer o bem editando numerosas leis trabalhistas e criando oficinas nacionais para dar trabalho a todos os cidadãos. Quando as necessidades econômicas, que dominam muito acima das vontades do legis-

lador, obrigaram a fechar essas oficinas, isso resultou numa revolução e em apavorantes massacres. A consequência final foi o restabelecimento do Império e suas consequências, inclusive Sedan e a invasão.

É muito funesta a raça dos filantropos. Sob seus impulsos se editam leis chamadas de humanitárias, cujos efeitos são, muito frequentemente, desastrosos.

As medidas legislativas que produziram um resultado contrário àqueles que elas se propunham a atingir são inumeráveis. Foi assim, por exemplo, que as leis sobre os prêmios de navegação foram uma das causas ativas da lamentável decadência de nossa marinha mercante.

Mostraremos isso logo.

Foi assim ainda, que, em virtude do princípio do poder soberano atribuído às leis, pretendemos impor nossas instituições a todos os povos conquistados por nós, sem compreender que um método tal logo deveria determinar a ruína de nossas colônias.

O dogma latino do poder transformador dos decretos leva, sob a pressão das móveis vontades do povo, a serem votadas leis as mais violentas, sem a preocupação com sua injustiça.

Após terem feito cintilar aos olhos das classes trabalhadoras o bilhão das congregações, foi preciso, diante do estrondo popular, editar leis para se apoderar desse bilhão. Esse ato de iniquidade sel-

vagem, cuja injustiça não espantou os legisladores, criou um precedente terrível. Que os acasos de uma votação confiram por um dia o poder aos socialistas revolucionários e eles saberão como expropriar uma nova classe de cidadãos em prol de uma outra, sem invocar outras razões além do direito soberano do Estado, ou seja, a razão do mais forte.

Nossa sociedade só está um pouco salva da desorganização produzida pelos decretos, por causa da impossibilidade de aplicá-los sempre. Cada lei gera a criação de uma nuvem de funcionários destinados a executá-la, mas, às vezes, é preciso recuar diante da enorme despesa. Hesitou-se até aqui em instituir um exército de 500.000 inspetores para fazer as leis sobre o trabalho serem cumpridas. Somente essa impossibilidade salvou nossa indústria da decadência profunda que teria produzido a ingerência constante dos funcionários públicos nas manufaturas.

O Estado acaba, aliás, por desistir ele próprio das leis inaplicáveis, porque todo mundo as viola. Um delito generalizado logo se transforma em direito.

Por essa razão, os decretos editados no objetivo de se contrapor às especulações financeiras, às sociedades anônimas e todas as formas de contratos, nascidas da evolução econômica moderna, falharam miseravelmente. Estudando a verdadeira gênese das leis compreenderemos facilmente o porquê.

Concluiremos das considerações precedentes que jamais é preciso promulgar reformas por via legislativa e que se deve cruzar os braços. Evidentemente que os legisladores de 1848, aos quais fizemos alusão acima, teriam sido mais úteis se tivessem cruzado os braços do que votando leis tão perigosas, mas esta conclusão pessimista não é aplicável em todos os casos. Muitas leis são úteis quando nascem sob a influência de certas necessidades que vamos examinar agora e que são estranhas geralmente à vontade dos legisladores.

Para saber o que é preciso fazer e sobretudo não fazer em matéria de leis, deve-se primeiramente tratar de compreender sua gênese.

Estejamos antes de tudo convencidos de que uma nação não pode utilizar as constituições e as leis de um povo de mentalidade diferente, por mais perfeitas que elas sejam. Quando juristas tentam nos convencer de que o direito romano foi adotado por alguns países e a constituição inglesa por outros, eles dão prova de uma pobre psicologia.

Quando o direito romano foi adotado por um povo qualquer, os alemães por exemplo, ele logo se tornou um direito alemão. Jamais, sem que se possa citar uma só exceção, a constituição inglesa foi praticada por outros povos além dos ingleses, mesmo que ela tenha sido aceita por vários.

*

* *

Três fases se sucedem na gênese de um direito. 1ª) o costume; 2ª) a jurisprudência e 3ª) a lei. O legislador só conseguiria intervir utilmente na última dessas fases.

A lei deve se limitar na maioria das vezes a codificar o costume. Este é seu verdadeiro papel. Nosso Código Civil, que muitos imaginam construído em todos os detalhes por um conselho de juristas dirigido por Napoleão, só fez, na realidade, condensar os costumes mais geralmente admitidos nas diversas partes da França. Ele terminou assim uma unificação jurídica começada há muito tempo. Este não foi o código do presente, mas o de um passado.

O costume resulta das necessidades sociais, industriais e econômicas de cada dia. A jurisprudência os fixa. A lei os sanciona.

Mas o que a lei sanciona é o estado social do momento. As civilizações, sobretudo hoje em dia, evoluem mais rápido do que as leis. A jurisprudência intervém então para modificá-la segundo os novos costumes que se estabelecem.

Nos países onde o juiz, na falta de independência, parece mais habituado a prestar serviços do que realizar prisões, as leis devem prontamente registrar o costume e é por isso que elas mudam rapidamente. Nos países onde, como a Inglaterra, o juiz é muito inde-

pendente, não há necessidade de tocar nas leis; é o próprio magistrado que as transforma.

Mas, em todas as nações e pelo único fato de que as necessidades sociais evoluem mais rapidamente do que os códigos, a jurisprudência que fixa os costumes sempre foi mais poderosa do que as leis. Jamais ouve um povo tão respeitoso dos textos escritos como os romanos. Escreve justamente Cruet: “Em nenhum lugar mais do que Roma, o direito sancionado pela prática judiciária ultrapassou tão largamente e tão largamente contradisse o direito expressamente escrito nos textos legislativos. Isso não impediu que esse direito nacional de uma sociedade morta fosse por tanto tempo considerado como o protótipo de uma legislação universal e imortal!”

De fato, uma sociedade cujo direito não evoluísse e permanecesse cristalizado em regras imóveis logo deixaria de existir.

Um caso tal, aliás, jamais se apresentou. Até mesmo o direito muçulmano, outrora fixado no Corão, acabou por se desligar dele quase inteiramente. Como uma lei poderia permanecer estável, quando tudo muda ao redor dela? Num dado momento, sua aplicação torna-se impossível. Pode-se continuar a respeitar seu texto, mas ele não é mais praticado. Os romanos veneravam muito a lei das XII tábuas, apenas eles não a aplicavam. Os muçulmanos respeitam o Corão, mas o transformam completamente com sua interpretação.

Desta forma, seguindo a evolução dos costumes, a jurisprudência evolui fora da lei e, às vezes, até mesmo contra ela. A lei jamais foi suficientemente poderosa para lutar contra o costume. “Se a vida de família nos inclinasse ao incesto, as defesas do legislador seriam impotentes”, escreve o professor Durkheim.

Nada é mais evidente. Que tribunal ousaria hoje condenar a trabalhos forçados, por assassinato, como a lei obriga, o indivíduo que matou seu adversário em duelo? A lei interdita o aborto, mas com o júri sempre absolvendo a culpada, o juiz acabará necessariamente por não mais processar esses casos. Ele não tem, com efeito, que nos impor o seu direito, mas praticar aquele que o sentimento social lhe impõe.

Sem a jurisprudência, que segue todas as oscilações do costume, o código acabaria por se tornar um tecido de iniquidades. Foi a jurisprudência, particularmente, que libertou a mulher do marinheiro morto numa distante viagem, da viuvez eterna que a lei a condena, por causa da impossibilidade para ela de apresentar a certidão de óbito de seu marido. Foi a jurisprudência, mais uma vez, que, apesar da interdição legal do exame de paternidade, obriga agora o sedutor a indenizar a mulher seduzida e sustentar sua criança.

Tais fatos explicam a gênese das leis e determinam o verdadeiro papel do legislador. Ele deveria consistir unicamente em sancionar as leis quando elas já estão feitas, ou seja, criadas pelo costume e

fixadas pela jurisprudência. Toda lei surgida inopinadamente, sem ter passado por essas etapas, está condenada à morte no próprio dia em que foi promulgada.

Como exemplo de um direito novo, em vias de formação sob a influência do costume e da jurisprudência, citamos o poder preponderante e crescente a cada dia em proporções colossais, de nosso Conselho de Estado. Outrora uma engrenagem administrativa secundária, confinada em funções bem subalternas, ele se tornou progressivamente, sem novos regulamentos, um poder que faz curvar todos os outros. Ele julga sem apelação nos casos mais diferentes, revoga as prisões dos chefes de departamentos e dos ministros, reintegra oficiais da marinha aposentados, anula nomeações de funcionários etc.

Donde provém uma tal autoridade? Sempre da mesma fonte. De costumes criados pela necessidade e fixados pela jurisprudência. Não foi o Conselho de Estado que sonhou se apoderar dos outros poderes. Foi o público que o obrigou a avançar sobre eles, porque ele desejava limitar as fantasias ministeriais ou administrativas e encontrar alguma proteção no meio de uma anarquia universal. Todas as democracias são levadas, aliás, à criação dessas potências superiores que apresentam um pouco de independência e de estabilidade. A Corte Suprema dos Estados Unidos desempenha um papel análogo àquele que, parece, logo vai preencher nosso Conselho de Estado.

Um fato impressionante na criação desses poderes espontâneos e que justificam a tese exposta aqui sobre a gênese do direito, é que eles não se apoiam sobre textos, não são geralmente sancionados por nenhum e adquirem, no entanto, um grande poder, enquanto que leis nitidamente formuladas não possuem nenhum.

Esse fenômeno é observado igualmente na Inglaterra. Os princípios mais fundamentais do governo não repousam, de maneira alguma, sobre textos. Neles não há nada que diga para dividir o Parlamento em duas câmaras, para lhe permitir votar as leis, para obrigar os soberanos a governar por intermédio de ministros responsáveis etc.

A Inglaterra não tem uma constituição escrita[3], mesmo apresentando o típico governo constitucional. Ela progressivamente se tornou uma verdadeira república presidida por um rei. Nela, a liberdade é, no entanto, muito maior do em qualquer outra república, ex-

[3] Esta afirmação surpreende sempre as pessoas que só acreditam no valor dos textos escritos. O acaso me permite justificá-la inteiramente reproduzindo um fragmento do discurso pronunciado por um ministro inglês, o Sr. Asquith, diante da Câmara dos Lordes, no começo de setembro de 1909.
"Há séculos que somos regidos por uma Constituição não escrita. Sem dúvida que há uma inscrição no livro de nossas leis, de imperecíveis instrumentos, como a Carta Magna. Mas o conjunto de nossas liberdades e de nossos costumes constitucionais não foi sancionado até aqui por nenhuma lei que tenha recebido formalmente o consentimento do rei, dos lordes e dos comuns. Vivemos sob o império dos usos, dos costumes, das convenções, que, em sua origem, se desenvolveram com lentidão e sem uniformidade, mas que com o passar do tempo foram universalmente observados e respeitados".

ceto a dos Estados Unidos. Os cidadãos são livres para irem ou não à igreja, sem sofrerem nenhuma perseguição visível ou oculta. Eles podem se reunir e adquirir bens sem serem jamais expostos à expropriação. As *lettres de cachet*[4], que retiramos das mãos dos reis, para colocá-las nas mãos de juizinhos de instrução, lá são desconhecidas.

Tudo num país assim choca nossas ideias de ordem, de razão e de bela simetria. Seu direito é composto dos elementos mais díspares. "O grande mérito das instituições inglesas é de não serem lógicas", disse, em pleno Parlamento, um ministro, o Sr. Chamberlain.

Profundo pensamento. As leis, com efeito, passam muito bem sem a lógica, porque são filhas de sentimentos criados por necessidades independentes da razão.

Ficamos, infelizmente, muito distanciados na França, de tais ideias. Nós não nos aproveitamos da experiência. Nossos erros sobre a gênese das leis nos custaram numerosas revoluções, ruínas e massacres. Ninguém pode dizer o que eles nos custarão ainda.

Nossa quimera não está próxima de se aniquilar, pois ela encontra defensores em mentes muito esclarecidas. Um ilustre homem de Estado afirmou recentemente no prefácio de um livro, ser necessário "organizar política e socialmente a sociedade segundo as leis da razão". Que infelicidade! Isto é o que não paramos de fazer com a

[4] *Lettre de cachet*: carta com o selo real ordenando a prisão sem acusação formal e julgamento. (Nota do tradutor)

mais incansável obstinação há um longo século, no meio de terríveis convulsões. Não desistiremos jamais de querer legislar, organizar, reformar em nome dessa cega razão, que não conhece as necessidades naturais, nem as necessidades econômicas, nem as necessidades de nenhum tipo? Chegaremos a compreender que as sociedades não estão à mercê das fantasias sentimentais dos governos? Não se faz o direito; ele se faz. Esta breve fórmula contém toda sua história.

***

CAPÍTULO II

Os malefícios das leis.

Sumário

Para justificar as proposições enunciadas no capítulo precedente, não será inútil examinar as consequências de algumas dessas leis improvisadas pelos cérebros fantasiosos dos legisladores.

Xerxes, diz a lenda, mandou chicotear o mar para puni-lo por ter destruído seus navios e, sem dúvida, lhe tirar o desejo de fazer de novo. A mentalidade do ilustre rei parece um pouco rudimentar hoje em dia. Ela é muito próxima, no entanto, da mentalidade dos legisladores que pretendem transformar, segundo seus sonhos, as necessidades de todo tipo que regem a evolução das sociedades.

Essas necessidades são, no entanto, tão imutáveis quanto as leis da física. Não as vemos sempre, mas precisamos invariavelmente obedecê-las e inutilmente tentamos opor a elas a codificação de nossas ignorâncias.

Somente o futuro mostrará o quanto são perigosas as tentativas atuais de renovação social dos coletivistas revolucionários e dos legisladores que os seguem.

Tais ilusões só perdem seu poder no dia em que aparecem as consequências. Foi preciso Sedan para nos revelar os perigos do ce-

sarismo imperial. Experiências análogas serão necessárias para revelar os perigos do cesarismo socialista.

*

* *

Estudando as ilusões legislativas, sumariamente retraçamos as linhas gerais da vida do direito e da gênese das leis e mostramos como estas últimas nascem do costume e são modificadas lentamente, a cada dia, de acordo com as necessidades, pela jurisprudência. A lei nos apareceu como uma codificação momentânea de um direito que evolui sem parar. A existência social, contrariamente ao que supõem os metafísicos do coletivismo, não é organizada com a ajuda de decretos improvisados, mas sob a ação das necessidades econômicas e do caráter dos povos.

Sem dúvida que se pode destacar __ e a ilusão socialista não se apoia em outra coisa __ que, de Sólon a Napoleão, surgiram bruscamente na história, códigos que parecem surgidos completamente do cérebro de um único legislador. O exame atento desses códigos __ o de Napoleão, por exemplo __ demonstra rapidamente que eles são simplesmente, pelo contrário, a condensação e a simplificação de costumes anteriores fixados pelo uso. Os códigos supostamente novos sancionam e não improvisam. Eles não improvisam também quando se torna necessário impor a países, outrora separados, leis

gerais destinadas a substituir seus direitos particulares. Foi o que aconteceu com a França no fim do século XVIII e, muito mais recentemente, com a Alemanha e a Suíça. Estes grandes países acabaram por fundir em um só texto os códigos diversos de províncias inicialmente muito diferentes, depois aproximadas e, por fim, identificadas pelas semelhanças de interesses.

Depois da expansão do coletivismo revolucionário, os teóricos parecem ter formado uma concepção do direito bem diferente. Segundo eles, uma sociedade pode ser refeita com códigos. O poder sobrenatural atribuído às leis substituiu aquele atribuído aos deuses.

Tais crenças só eram defensáveis no tempo em que os sábios teólogos ensinavam que as divindades intervinham sem parar nos assuntos humanos e revelavam aos povos suas vontades por intermédio dos reis. Leis naturais inflexíveis não estavam então em questão. A teologia socialista também não as leva em conta hoje em dia. Os apóstolos da nova fé ignoram as necessidades sociais tanto quanto os sacerdotes das divindades antigas.

Contrariamente a essas quiméricas doutrinas, percebemos hoje claramente que os fenômenos históricos mais consideráveis são produzidos por causas distantes, numerosas e estreitamente encadeadas.

É às vezes do acúmulo de pequenas causas que nascem os grandes efeitos. Em história, o ponderável surge geralmente do imponderável. Os milhares de pequenos fatos, às vezes imperceptíveis,

dos quais os grandes acontecimentos são a síntese, acabam por se orientar numa mesma direção, em virtude de leis rigorosas análogas àquelas que obrigam um astro a seguir uma certa trajetória ou a glande se tornar um carvalho. Assim canalizados, todos esses pequenos acontecimentos cotidianos produzem correntes que, muito fracas na origem e podendo ser facilmente estancadas, mais tarde se tornam irresistíveis, quando sua força cresceu suficientemente. Então, os grandes diques sociais são derrubados e a evolução de um povo se transforma em uma revolução.

Em todas as transformações lentamente criadas pelo tempo, o papel da razão, nós já o dissemos, sempre foi muito pequeno. Os verdadeiros senhores da história, os fundadores de grandes religiões e de grandes impérios, todos, aliás, pressentiram isso. Nunca eles tentaram agir sobre a razão das pessoas, mas sim influenciar seus sentimentos e conquistar seus corações.

Mas essa fase heroica do mundo parece em vias de desaparecer. Com a evolução da ciência e da indústria, nesta fase da humanidade, os códigos das necessidades econômicas substituem os códigos religiosos que se tornaram impotentes.

É importante não ressuscitar, sob a forma de uma teoria socialista, a antiga doutrina que nos mostra os povos governados por divinos caprichos. A grande utopia dos reformadores é precisamente atribuir às leis o poder mágico agora recusado aos deuses. Seu sonho

de renovação social não leva absolutamente em conta as necessidades naturais. Mas, se as velhas divindades às vezes desculpam nossas fraquezas e se mostram acessíveis à piedade, as leis naturais são inflexíveis e não perdoam jamais. Querer lhes opor decretos artificiais é sempre uma perigosa empreitada. Não seria mais inútil tentar parar uma locomotiva com discursos.

Eis, no entanto, a tarefa que nós nos obstinamos tentar a cada dia, com as leis acumuladas por imprudentes legisladores. Somente a experiência pode agir sobre as mentes alucinadas por sua fé. Porém, essas experiências se multiplicam e nós percebemos cada vez melhor as consequências das medidas precipitadas e acumuladas para remediar as imperfeições do estado social. Começa-se a constatar que a quase totalidade dessas medidas só fez aumentar os males que se queria curar e isso simplesmente porque elas pretendiam entravar o curso natural das coisas.

A enumeração dessas leis nocivas e de suas repercussões encheria um volume. Eu vou portanto me limitar a citar algumas delas, com a concisão que a falta de espaço me impõe. Não se tratará, de maneira alguma, de contestar aqui as intenções do legislador, sem dúvida excelentes, mas de mostrar os resultados de seus atos.

Leis sobre os prêmios à marinha mercante.

Custo anual atualmente: 41 milhões. Resultado: aceleração rápida da decadência de nossa marinha e fretes importantes transferidos a companhias alemãs.

A enormidade dessa dupla consequência é tal que é preciso entrar em detalhes. Eu os tomo de empréstimo do livro recente de Jules Huret sobre a Alemanha. A competência de seu interlocutor, o Sr. Platé, não é discutível, pois ele é o diretor da Norddeutscher Lloyd, uma das duas ou três maiores companhias de navegação do mundo.

Eu digo ao Sr. Platé: "Vós que assistis e participais da prosperidade extraordinária dos portos alemães, como explicais queis nossa estagnação e vosso progresso?"

Responde-me ele muito brutalmente: "É muito simples. Vosso sistema de prêmios à navegação é a morte. Vós dais dinheiro para nada fazer e não se faz nada! Mas o resultado mais cômico desse sistema é que o dinheiro que vós distribuís desta forma beneficiou até o presente aos alemães e aos ingleses."

Acrescentou ele: "Eu não deveria dizer isso, pois são meus compatriotas que se beneficiam de vossos erros. Mas, porque vós me perguntastes minha opinião, eu vos dou com toda honestidade."

O Sr. Platé explica em seguida como grupos estrangeiros criaram empresas de barcos na França, com capitais ale-

mães e ingleses... O Estado francês pagava, como se sabe, prêmios por quilômetros percorridos, mesmo com os barcos vazios. "Faz-se então voltas ao mundo bem remuneradas, às custas do orçamento francês."

Um armador me disse que, em oito anos, passeando com seu barco vazio, ele tinha recuperado o custo de sua construção.

O Sr. Platé cita barcos que recusam carga para não perder tempo, achando mais proveitoso circular vazio. O Sr. Huret observou que a lei tinha sido modificada e que era preciso agora que os barcos fossem carregados para receberem o prêmio e o diretor do Lloyd lhe disse que quase nada havia mudado, na realidade, pois bastava um quarto do frete para embolsar o prêmio. Para contrabalançar os prêmios franceses, alguns alemães tinham também reclamado prêmios, mas os diretores das grandes companhias os recusaram energicamente. Disse o diretor do Lloyd: "Teria sido a morte de nossa atividade e o começo da decadência da marinha comercial alemã. Vosso exemplo nos bastou. Os prêmios de encorajamento são prêmios de morte. Só recebemos subvenções por serviços prestados: transporte do correio etc. Vós permaneceis na inação... Neste meio tempo, os outros países caminham e, desta forma, a França se vê a cada dia para trás..."

Lei de 1900 que limita o trabalho dos jovens nas fábricas.

Resultado: 1º) desaparecimento do aprendizado e crise próxima muito ameaçadora para a mão-de-obra na indústria. 2º) aumento da criminalidade infantil, que dobrou desde a aplicação dessa lei.

Estas consequências o senhor senador Touron as relembrou nitidamente em um relatório no Senado.

Escreve ele: "É universalmente reconhecido, hoje em dia, que a aplicação dessa lei levou um bom número de dirigentes industriais a suprimir em suas fábricas o emprego dos jovens trabalhadores."

Após ter constatado que, em Paris, o número dos adolescentes que se tornaram delinquentes dobrou (de 1.174 para 2.273), ele acrescentou: "Uma das causas principais desse fenômeno reside precisamente nos rigores de uma regulamentação do trabalho que, afastando os jovens das oficinas, os jogou na rua, abandonados a todos os perigos da promiscuidade."

Lei sobre o privilégio dos destiladores de álcool.

Essa lei autoriza os proprietários coletores destilarem sem pagar direitos. Eles só têm que escoar em seguida suas aguardentes. Uma operação fácil e que lhes permite embolsar 220 francos de direitos por hectolitro de álcool puro. Resultados: 1º) perda para o Tesouro avaliada em mais de 100 milhões por ano. 2º) aumento enorme

do alcoolismo nas famílias, que tinha diminuído diante dos custos das aguardentes comerciais.

Lei da expropriação das congregações.

Resultado final ainda desconhecido, mas fácil de se prever. Deveria produzir um bilhão. Parece que não vai render mais do que 10 milhões. Só serviu para enriquecer um exército de agentes da lei. Em compensação: necessidade de criar um número imenso de escolas, de estabelecimentos hospitalares etc., para substituir aqueles mantidos pelas congregações. Em vez de um bilhão em receitas, serão certamente centenas de milhões em despesas. Sem falar das consequências sociais dessa tremendamente imoral operação: exasperação de milhares de cidadãos e desenvolvimento nos socialistas da ideia de que o Estado pode, com uma simples lei, se apoderar das propriedades privadas ou das fábricas, como fez, por exemplo, com a dos Chartreux. Essa espoliação de toda uma classe de cidadãos provocou uma violenta indignação nas nações estrangeiras e nos prejudicou mais, aos seus olhos, do que a perda de várias batalhas. O assunto será retomado num outro capítulo.

Leis sobre os prêmios aos fabricantes de açúcar.

Leis abolidas após terem custado, ao Estado, centenas de milhões. Os resultados foram unicamente uma superprodução artificial

de açúcar e a admirável consequência de que os fabricantes franceses vendiam na França seu açúcar 4 a 5 vezes mais caro do que aos ingleses. Todos tiveram, aliás, tempo de enriquecer às custas do consumidor.

Lei decretando a liberdade de venda de bebidas nos cafés e cabarés.

Essa lei não custou nada, em aparência, ao Estado, mas muito caro aos cidadãos, pelo desenvolvimento considerável do alcoolismo. Povoando os hospitais e enfraquecendo as forças francesas, ela foi indiretamente muito cara.

Lei da encampação das Estradas de Ferro do Oeste.

Estando esta lei nos seus inícios, seus efeitos só se farão sentir em alguns anos. Logo no dia seguinte à votação, os empregados se reuniram para demandar aumentos de salários, mas eles não foram aceitos ainda. Atualmente, a elevação das despesas, ou seja, a perda anual do Estado chega, em 1910, de acordo com o relatório do Sr. Doumer, a 50 milhões. Isso, aliás, não passa de um pequeno começo. Pelos fatos observados na cidade de Paris, pode-se avaliar no que se transforma um serviço cujo pessoal foi transformado em funcionário público.

Escreveu recentemente o Sr. Delombre: “Toda vez que a cidade ‘municipalizou’ um pessoal, o rendimento da mão-de-obra diminuiu enquanto aumentavam, pelo contrário, os salários e os custos acessórios. Não se viu, em alguns serviços, os gastos com doenças **triplicarem** de um ano para outro, simplesmente porque o pessoal desses serviços foi equiparado ao pessoal municipal?”

Essas custosas verdades não conseguiriam, bem entendido, abalar a fé socialista.

Leis destinadas a remediar a crise vinícola do sul.

Essas leis, já inumeráveis e sempre ineficazes, mostram claramente a incapacidade do legislador para lutar contra as necessidades naturais. Com a cultura exageradamente desenvolvida de seus vinhedos, o sul chegou a uma superprodução de vinhos, de qualidade frequentemente duvidosa e cuja quantidade ele aumenta ainda mais com a adição de açúcar. O que fazer num caso desses? Simplesmente o que fizeram os cultivadores de garança quando foi descoberta a alizarina. Eles desistiram de plantar garança e plantaram outra coisa. Felizmente, naquela época distante, não se tinha a mesma confiança, como hoje em dia, no poder do Estado, porque senão teria sido suprimida a fabricação da alizarina barata para assegurar a venda da garança mais cara.

Mas fizemos progressos e foi ao Estado que os meridionais pediram a aquisição do vinho que o público não queria mais. Eles pretendiam obrigá-lo a comprar sob a forma de álcool ou, o que daria exatamente no mesmo, a dar aos vinicultores subsídios para a destilação. A história da crise do sul ficará no futuro como um memorável exemplo da mentalidade de um país onde proliferou o estatismo. É inútil acrescentar, eu penso, que uma crise igual teria sido impossível em países como a América e a Inglaterra, onde os particulares estão habituados a contar com sua iniciativa e jamais com a intervenção do Estado.

Lei sobre o repouso semanal obrigatório.

Resultados: 1º) aumento em pelo menos 10% no preço da maior parte dos objetos de consumo. 2º) Perturbações tão grandes e profundas na indústria e no comércio que foi preciso acrescentar imediatamente uma gama enorme de atenuações à lei. Mas é sobretudo para os trabalhadores que ela é mais onerosa. Na maior parte das indústrias acontecem anualmente vários meses de desemprego, que constituem um repouso mais do que suficiente. Essas categorias perdem agora seu salário de domingo, sem falar da despesa no cabaré. Eu ouvi vários deles avaliando uma perda de trezentos a quatrocentos francos por ano, por causa da nova lei.

Lei sobre as aposentadorias dos trabalhadores.

Esta lei não está ainda completamente aplicada, mas pode-se facilmente prever suas consequências. Rejeitada pela maioria da classe trabalhadora, ela será a origem de problemas permanentes. As mutualidades pagas pela iniciativa privada bastavam para criar essas aposentadorias, que já haviam começado a se constituir por toda parte. Ao torná-las obrigatórias, ou seja, ao obrigar os patrões e empregados a recolherem ao Tesouro somas relativamente elevadas, o legislador simplesmente estabeleceu impostos novos que vão pesar enormemente sobre nossa indústria já tão sacrificada. Isso sem grande proveito, pois se estima que uma pequena parte dos trabalhadores chegue à idade da aposentadoria. A maioria terá então pago por nada. Com as formas atuais de mutualidades, pelo contrário, um desembolso rende sempre alguma coisa e nunca está perdido.

Escreve o **Temps**:

Para recuperar o montante de seus sacrifícios e chegar a essa terra prometida da aposentadoria, o trabalhador deverá preencher diversas condições, sendo que uma, pelo menos, não depende dele: ele deverá atingir a idade de 65 anos. Se ele vier a falecer antes desta idade ele terá sido pura e simplesmente espoliado de uma grande parte de sua poupança. Bela maneira de ensinar previdência!

Para assegurar que esses previdentes involuntários não possam fugir da obrigação a qual eles se veem submetidos, a

lei ordena que os patrões descontem dos salários as somas devidas pelos trabalhadores. É a organização da luta de classes. A cada pagamento as mesmas resistências aumentarão.

*

* *

Finalizemos essa enumeração que poderia ser muito mais longa. Às consequências indicadas seria preciso acrescentar uma impopularidade parlamentar crescente, da qual eu falarei num próximo capítulo. A doença não perdoa o médico pelo insucesso de seus remédios.

De uma maneira geral, é permitido dizer que a maior parte das leis pretensamente humanitárias acumuladas por legisladores pouco esclarecidos produziram primeiramente desastrosos efeitos particulares. Elas começam agora a produzir consequências gerais cada vez mais sensíveis e que são reveladas por indiscutíveis estatísticas.

As falências industriais provocadas por elas recairão com todo seu peso sobre os trabalhadores, a cada dia mais ameaçados pelo desemprego e a concorrência estrangeira, que possui uma outra concepção da organização do trabalho. Eles serão então vítimas das grandes leis naturais, que a estreiteza de visão dos legisladores não os permite compreender.

Muitos outros nos assinalaram os malefícios dessas leis maléficas e ruinosas.

Escreve Paul Delombre:

Os encargos enormes do que se chama política social não nos dão nenhuma tranquilidade e nos levarão à falência antes de ter desarmado a cólera profissional dos demagogos socialistas. Os deputados, eleitos por voto distrital, dão a medida do valor do sistema desperdiçando sem piedade os recursos públicos.

Escreve o senhor Jules René:

Nossos parlamentares criaram neste país o que chamaremos de mentalidade milagrosa, o estado de espírito messiânico. Ela muito espantaria as mentes positivistas, que riem de Lourdes e de seus prodígios, ao lhes demonstrar que esperam, da parte do Estado, milagres políticos e sociais mais espantosos ainda do que aqueles da Virgem dos Pirineus. Nas massas profundas a crença está tão fortalecida e enraizada que basta o Parlamento querer para transformar água em vinho, o bronze em ouro, o pão em bolo e a miséria em riqueza. E se essa transformação maravilhosa tarda a se produzir é por causa da lentidão do Senado e à negligência da outra Câmara. E mais, se os deputados se empenhassem um pouco mais e os senado-

res fossem mais ágeis na confecção dos textos, a face da França logo estaria mudada!

Advertências justas, mas certamente inúteis. Não era somente no mundo antigo que Júpiter cegava aqueles que ele queria que se perdessem. As consequências de tantas leis votadas ao acaso se voltarão cada vez mais contra seus instigadores. A história está repleta desses incidentes. É raro, como disse Bossuet, que "o pensamento humano não trabalhe para fins que não apenas o ultrapasse, mas que são até mesmo o contrário de suas intenções".

***

CAPÍTULO III

O papel político do medo.

Sumário

Apesar da insuficiência confessa de meus conhecimentos em ocultismo, eu não creio ser temerário tentar uma classificação dos fantasmas e de pesquisar as leis de sua formação.

Para catalogá-los utilmente, é preciso inicialmente delimitar seu respectivo poder.

Admitir-se-á facilmente __ e sem demonstração, eu penso __ que a maior parte dos grandes acontecimentos do passado foram realizados sob a influência de fantasmas. Estudados de um ponto de vista bem elevado, para abranger seu conjunto, a história aparece como a coleção dos esforços dos povos para criar fantasmas ou destruí-los. A política, antiga ou moderna, não passa de uma luta entre fantasmas.

Mas nem todas essas sombras possuem um poder igual. Elas têm sua hierarquia e é aqui que intervém a necessidade de uma classificação.

No alto reina uma pequena coorte de fantasmas muito poderosos, muito amedrontadores, contra os quais toda resistência seria inútil. Só o tempo é seu mestre.

Essas sombras soberanas são aquelas dos fundadores de grandes crenças. Do fundo de suas tumbas eles ditam imperiosamente suas leis a milhões de pessoas. Foi para servi-los que brilhantes civilizações surgiram, que povos se combateram furiosamente e que, bem recentemente ainda, 30.000 armênios foram massacrados em alguns dias.

Abaixo desses mestres temíveis evoluem os fantasmas dos heróis. Alguns se limitam a criar as lendas e os mitos, encarnando o ideal dos povos, mas eles são suficientemente fortes para exercerem sua influência, benfazeja ou nefasta, sobre acontecimentos bem distantes deles. Como, por exemplo, o fantasma de Napoleão, que fez sagrar imperador seu sobrinho e nos valeu Sedan.

Na outra extremidade dessa hierarquia de sombras fervilha uma legião imensa de fantasminhas barulhentos, bagunceiros e inúteis, sem poder real e sem duração. Eles aterrorizam às vezes as almas medrosas, mas desaparecem como bolhas de sabão, desde que se seja suficientemente ousado para se aproximar deles.

Todos esses pequenos espectros efêmeros, careteiros e fúteis, são perpetuamente criados por um outro fantasma, este sim, invulnerável e imortal: o fantasma colossal do medo. Seu poder é exercido desde as origens do mundo e o tempo ainda não o arrefeceu.

Eu não sei se, como afirmou Lucrécio, o fantasma do medo cria os deuses, mas eu estou muito certo de que, se sua influência

não tivesse dominado constantemente os povos e seus senhores, o curso da história teria sido bem outro. E eu sei também que, se esse terrível déspota e seus filhos inumeráveis, não agitassem incansavelmente suas sombras sobre nosso Parlamento, a amedrontadora anarquia em que estamos mergulhados teria dado lugar à ordem e à disciplina, sem as quais nenhuma sociedade pode sobreviver.

*

* *

Todos esses fantasmas, tanto o medo quanto aqueles que ele gera, foram conhecidos dos grandes homens de Estado. Saber utilizá-los fez parte de sua genialidade. Os políticos simples sofrem com eles, mas não os utilizam.

A história lamentável da greve dos carteiros revelou a que ponto governos bastante desprovidos de genialidade podem ser aterrorizados pelos menores espectros. Ela mostrou também como estes últimos se desenvolvem assim que se negligencia seu controle e com que facilidade eles se desmoronam sob a mão que ousa tocá-los.

Era inicialmente bem pequeno o fantasma criado pelos carteiros. Nada teria sido mais fácil __ o acontecimento provou isso __ do que aniquilá-lo. Mas o terror dessa sombra inútil tinha paralisado de uma tal maneira o governo que ele capitulou rapidamente e tão humilhantemente que os delegados dos carteiros puderam assegurar

publicamente terem visto os ministros "quase a seus pés, suplicando-os para que retomassem os serviços".

A humilhação dessa atitude foi, afinal, muito útil. Quando, num Estado, uma classe, uma casta, um partido se imagina todo poderoso, ele logo pensa em se tornar o mestre. Estupefata por ter intimidado o Parlamento, a magistratura e o exército, a casta dos carteiros se imaginou invencível e quis utilizar seu pequeno fantasma sem nem mesmo lhe dar tempo para crescer.

Sob um pretexto qualquer, uma nova greve foi decretada. A menos que se admitisse que a França fosse governada no futuro por uma delegação de funcionários dos correios, seria preciso se defender. Defendeu-se e, logo no primeiro choque, a bolha de sabão desapareceu.

Sua aniquilação levou ao desmoronamento instantâneo de outros fantasmas, particularmente o da greve geral que os ministros temiam tanto; tendo um deles o inventado antes de chegar ao poder.

Vencedores e vencidos dão provas, de resto, de uma completa ignorância na arte de manejar fantasmas. Ela os faz acumularem erros de psicologia sem desculpas.

Erro enorme de psicologia do governo, ter cedido uma primeira vez. Erro dos carteiros, beirando a imbecilidade pura, quando, após terem, contra toda probabilidade, conseguido domar o Estado, eles não compreenderam que tais vitórias não poderiam se repetir e

que uma derrota seria então inevitável. Erro mais grosseiro ainda foi o dos membros da CGT, que, em vez de se limitarem a agitar o espectro da greve geral, quiseram se utilizar dela e revelaram, no mesmo ato, a grandeza de sua impotência. Os ocultistas deveriam ter lhes revelado que os fantasmas, potentes nas sombras, logo se evaporam quando vem à luz. Certas verdades não têm o direito de serem ignoradas.

O muito lamentável fracasso da greve dos carteiros e da greve geral __ solenemente decretadas pela Confederação Geral do Trabalho, que tinha acabado por se acreditar um Comitê de Saúde Pública[5] __ teve, como único resultado, nos ensinar a utilidade da resistência. Essa história muito vergonhosa mostra ainda com que facilidade crescem os pequenos fantasmas, logo que eles sentem que se tem medo deles.

A evolução da linguagem dos carteiros é muito típica sob este ponto de vista e está cheia de ensinamentos que os homens de Estado deverão meditar. No início da primeira greve eles ainda eram respeitosos. A capitulação do governo lhes deu a ilusão de uma força invencível e sua linguagem logo se transformou. Tornaram-se subitamente antipatriotas e revolucionários e aliaram-se à Confederação Geral do Trabalho, cujo objetivo confesso é a destruição violenta da

[5] O autor refere-se ao Comitê de Saúde Pública da Revolução Francesa. (Nota do tradutor)

sociedade. É possível avaliar essa evolução pela seguinte passagem retirada de uma entrevista de seu ministro:

> *Nunca os funcionários dos carteiros ousaram ter, numa reunião pública, discursos tão nitidamente revolucionários quanto aqueles que eu tive que ouvir. Um dos agentes processados, nos últimos dias, só tomou a palavra numa reunião pública para preconizar "a ação enérgica e concertada contra o patronato, o capital e os poderes públicos". E, nesta mesma reunião, sabeis vós ao que ele se dedicou? Ele se dedicou "a propagar as ideias antimilitaristas, a destruir os últimos baluartes por detrás dos quais se desenrola a exploração capitalista e seu cúmplice, a autoridade, representada pelos poderes públicos".*

*

* *

Os progressos crescentes da anarquia nas massas sempre tiveram como principal causa a fraqueza dos governos.

Das lições tantas vezes repetidas eles acabarão por retirar algum fruto? O governo chegará enfim a empregar um pouco de energia contra os pequenos bandos de energúmenos, aos quais, sob o pretexto de liberdade de opinião, se deixa pregar a sabotagem, o in-

cêndio, a revolta e a destruição da sociedade que os tolera sem ousar lhes aplicar as leis?

A repressão de todos esses revoltados se torna, aliás, cada dia mais difícil. É inútil condená-los, pois são imediatamente anistiados. Logo no dia seguinte à greve dos carteiros, alguns parlamentares trêmulos propuseram a anistia dos insurgidos e levaram muitos deputados a votarem com eles. Eu acho que estes últimos deveriam ruborizar um pouco diante de tal covardia.

Os líderes atuais não são perigosos somente pelos atos que eles provocam, mas sobretudo pelas ideias que eles fazem eclodir nos miolos populares; ideias que, suficientemente amadurecidas, acabam por produzir as revoluções. Lembremo-nos da Comuna e do incêndio de uma parte da capital, para que nos fique bem claro no que podem se tornar as massas conduzidas por insidiosos discursos.

Aconselhemos então a defesa, mas sem esperar muito dela, pois o fantasma do medo que substituiu as antigas divindades tornou-se muito mais poderoso do que elas.

É sobretudo em épocas conturbadas que o vemos crescer desmesuradamente. Ele é capaz então de transformar pacíficos burgueses em bestas sanguinárias e inspirar a Carrier seus afogamentos e suas acusações a Fouquier-Tinville. Este último, magistrado conhecido outrora por sua doçura, não se deteve nas hecatombes, assim que o fantasma do medo o tomou. Ele tornou-se feroz a ponto de

propor sangrar os condenados antes de conduzi-los ao cadafalso, para retirar-lhes a coragem.

Ainda não chegamos lá. Esperemos, apesar das ameaças de alguns socialistas, não chegar a esse ponto. Mas lembremos que o caminho traçado pelo espectro do medo é muito escorregadio e não tem volta.

Atualmente o terrível fantasma se limita a sugerir as leis mais absurdas, as mais nocivas ao futuro da indústria. Para conseguir isso, basta para ele estimular alguns energúmenos hipnotizados por fórmulas e que se preocupam muito pouco, aliás, com o interesse geral. Acredita-se, por exemplo, que existiu um eleitor em 100.000 que tenha desejado a encampação da estrada de ferro do oeste?

De fato, o eleitor se preocupa muito pouco com as leis inspiradas por princípios e só se ocupa com seus interesses imediatos. Ele vota sobretudo contra ou a favor das pessoas e pouco se preocupa com opiniões.

Nas motivações dos votos dos legisladores intervém sobretudo as promessas, as palavras de ordem, as fórmulas mágicas: dar uma paulada na direita, perseguir o infame capital, socializar as propriedades etc. Estes fetiches elaborados nos clubes, nos comitês, nos sindicatos, nos fundos dos cafés, inspiram um medo tal que o orador mais animado não ousa confrontá-los, para evitar a impopularidade.

Todas essas fórmulas não passam, no entanto, de inúteis ruídos. A pessoa que conheça a psicologia das massas as repete algumas vezes, mas não as aplica jamais.

Ela sabe muito bem, com efeito, que as massas obedecem a uma lógica inconsciente dos sentimentos, totalmente a margem da lógica racional. Elas aclamam com entusiasmo Brutus, porque ele matou César, mas logo propõem fazer de Brutus um César.

*

* *

Os grandes líderes percebem, ou melhor, seguem muito facilmente a alma popular, da qual eles são a encarnação. Eles se assemelham a ela na imprevisibilidade e na mobilidade, enquanto que os políticos comuns se perdem dela completamente. Sua estreita lógica racional latina, vigorosamente espetada pelo medo, leva estes últimos a fabricarem leis deduzidas das fórmulas alucinantes que os aterrorizam.

E é assim que surgem, com enormes maiorias, essas leis ruinosas e inaplicáveis, sob o peso das quais a indústria, o comércio e a riqueza pública acabarão por sucumbir.

Nada os interrompe nessa estrada. As promessas eleitorais inspiradas pelo fantasma do medo geraram um primeiro projeto sobre as aposentadorias dos trabalhadores, que todo deputado sabia ser

irrealizável, pois seria impossível encontrar os 7 ou 8 milhões anuais necessários para sua aplicação. Todos, no entanto, o aprovaram, sabendo, aliás, que o Senado retificaria sua fantasia.

Escreveu P. Delombre: "As aposentadorias obrigatórias estabelecidas pela Câmara foram ao mesmo tempo a destruição das finanças públicas e a ruína do trabalho nacional. Tal é a verdade que nunca é demais repetir".

Sem dúvida. Mas para que serve repeti-la? Votemos sempre __ pensa o deputado dominado pelo medo __ os outros que se arranjem.

O fantasma do medo é, sozinho, para ele, extremamente temível, mas ele aumenta ainda mais quando se juntam a ele o ódio e a inveja. Este triunvirato dirige toda nossa política atual.

Foi sobretudo no projeto do imposto sobre a renda que apareceu a ação simultânea desses três fantasmas.

Foi de fazer sorrir o pretexto usado nele, de que foram o amor pela equidade e uma intensa necessidade de altruísmo que determinaram sua preparação. Todo mundo sabe que ele não isenta quase ninguém e que aqueles que ele parecia aliviar em somas ínfimas, só o seriam ao custo das inquisições as mais tirânicas.

A sede de justiça não teve, na realidade, nenhuma participação na gênese dessa lei. Os fantasmas do ódio e da inveja foram utilizados para fazer acreditar que 500.000 pessoas somente pagariam os

impostos. Agitando em seguida o fantasma do medo obteve-se da Câmara uma imensa maioria.

Mas, nós já o dissemos, os espectros temem a luz e o público acabou por compreender de que vexames, de que ruínas ele era ameaçado, unicamente por obedecer ao fanatismo barulhento de uma pequena minoria socialista, exasperada pela prosperidade de algumas grandes indústrias.

E porque o partido radical queria tanto esse imposto sobre a renda? Foi realmente o amor pelo país, um vivo desejo de equidade, um altruísmo transbordante que o inspirou? Que nada! Tais sentimentos são professados, mas pouco sentidos. Um lúcido psicólogo, E. Faguet, evidenciou muito bem as verdadeiras razões.

> *É de se acreditar que é precisamente porque há no imposto sobre a renda uma maneira prática de fazer a taxação arbitrária, que um determinado partido o defende tanto. O imposto sobre a renda será um meio de atingir quem não se gosta e poupar quem se gosta. É justamente isso que o faz meritório aos olhos de um certo partido. Isso poderá ter admiráveis consequências eleitorais. Aqui, mas uma vez, o que é falta de medida é princípio para aqueles que o propõem.*

Nenhum argumento pôde impressionar os deputados, sobre os quais o fantasma do medo lançava ameaçadores olhares. Eles votaram sabendo perfeitamente, como escreveu Jules Roche, “que o que

lhes foi apresentado como uma reforma democrática, não era outra coisa além de um projeto dos mais retrógrados, a inquisição mais odiosa, a mais perigosa, aquela que colocava a fortuna dos cidadãos à mercê do arbítrio de um exército de pequenos funcionários, agentes do partido político no poder. É uma lei de ruína e de guerra civil".

O senhor Raymond Poincaré disse quase a mesma coisa: "O projeto atual constitui um pavoroso perigo para as finanças públicas... Ele levará à perda de receitas e à opressão dos contribuintes médios. Ele desencorajará as energias e desfavorecerá nossas exportações. É um perigo para a fortuna nacional e para a República..."

Nada é mais certo. Mas o que podiam os parlamentares aterrorizados pela ameaça imediata dos fantasmas, enquanto que a ruína e os levantes anunciados parecem tão distantes? O que teriam pensado, aliás, em caso de rejeição, os professores primários, os comerciantes de vinho e os comitês socialistas? Eu nem falo dos sindicatos dos trabalhadores, pois eles afirmaram com todas as letras que se desinteressam inteiramente por este imposto, evidentemente destinado, aliás, a recair sobre eles.

*

* *

Sob a influência dominante desses fantasmas e, sobretudo, o do medo, governou-se nos últimos 20 anos, quase exclusivamente em prol da classe trabalhadora, não deixando de irritar os agricultores e principalmente o comércio e a indústria, através de leis vexatórias e ameaças de impostos mais vexatórios ainda.

É somente o medo que faz o Parlamento legislar em prol de uma só classe, contra aquelas que, precisamente, representam a força e a glória do país. Espoliando uns sob o pretexto religioso; perseguindo outros sob o pretexto de riqueza adquirida; ele sempre foi guiado pelo fantasma do medo. Medo da igreja, medo dos trabalhadores, medo dos socialistas revolucionários, para chegar enfim ao humilhante terror dos escriturários.

Teriam pelo menos conquistado, com tantas leis vexatórias, as simpatias dos trabalhadores e seus líderes, para os quais se cedia a cada dia? Ninguém ignora que o governo colheu principalmente seus ódios. As massas jamais são reconhecidas por aquilo que elas obtiveram através de ameaças.

Ele sobrevive, no entanto, esse governo tão desacreditado; mas simplesmente porque não se encontra nada nem ninguém para substituí-lo. Um de seus administradores de departamento, o senhor J. d'Auriac, disse muito bem, em seu livro **La France d'Aujourd'hui**: "Se nosso governo se mantém de pé há 40 anos é mais por causa da fraqueza de seus adversários do que por sua própria virtude".

Essa opinião começa a se tornar geral. Seria útil, portanto, desistir de aumentar o número dos inimigos do regime, pela mistura de fraqueza, despotismo, intolerância e espírito de perseguição, que acabam por se tornar insuportáveis a todos, sem agregar ninguém.

Para realizar estes sábios conselhos (certamente mais sábios do que realizáveis), a grande dificuldade será superar o terror dos fantasmas. É de se temer que nós o aturemos por muito tempo ainda. Será somente, sem dúvida, com o último ser humano que perecerá o último fantasma.

***

CAPÍTULO IV

Transformação moderna do direito divino. O estatismo.

Sumário

O estatismo __ do qual o socialismo coletivista é a expressão natural __ constitui a religião nacional dos povos latinos; a única universalmente respeitada.

Muito forte, muito poderoso e muito estável, ele não é uma dessas crenças transitórias sensíveis às sugestões da razão ou dos sentimentos. Fixado nas almas por uma longa herança, ninguém o contesta, além de um pequeno número de heréticos sem autoridade ou prestígio.

Graças à sua universalidade, nossos partidos políticos, aparentemente tão diferentes, formam realmente um só partido. O mais convicto dos clericais, o mais reacionário dos monarquistas, o mais radical dos socialistas, são fiéis adoradores do Estado. Eles diferem, sem dúvida, na escolha dos grandes sacerdotes da crença, mas não discutem jamais seus dogmas.

Esses dogmas são fáceis de formular. Para os povos latinos em geral e para os franceses em particular, o Estado representa um tipo de Papa coletivo, que deve tudo administrar, tudo fabricar, tudo diri-

gir e dispensar os cidadãos do mais leve esforço de iniciativa. Ele progressivamente substituiu a antiga providência, da qual nossa religiosidade ancestral não podia passar sem. O vinicultor incompetente para vender sua produção se insurge se a providência estatista se recusa a comprá-la. O armador, cuja incompetência torna difícil sua luta contra os rivais estrangeiros, exige uma indenização pecuniária do Estado. O trabalhador que prefere o repouso ao trabalho lhe demanda esse repouso.

Sob o impulso geral a ação dessa providência se estende a cada dia. Fábricas, estradas de ferro, companhias de navegação etc. caem cada vez mais em suas mãos. O coletivismo, forma última do estatismo, gostaria mesmo de passar para o Estado todas as indústrias. Não sabe ele, de fonte segura, que o Estado onipotente pode, através de suas leis, decretar a felicidade?

O estatismo não representa somente a forma moderna do direito divino. Ele herdou ao mesmo tempo a autoridade dos deuses e a dos reis. Sua força se deve justamente ao fato de que ele sintetiza essa herança. Luís XIV está morto há muito tempo, mas o Estado conservou cuidadosamente seus métodos e seus princípios. Um espírito que interrogasse lá encima a alma do grande rei o ouviria certamente responder que sua tradição foi muito fielmente seguida por todos os seus sucessores, mas que eles acabaram por exagerar um pouco sua centralização e sua autocracia. O ilustre fantasma daria

talvez como uma das provas dessa semelhança a expulsão das congregações, idêntica àquela dos protestantes e derivada dos mesmos princípios. Ele não precisaria de uma dialética muito estrita para demonstrar que, substituindo a monarquia una e absoluta pela república una e indivisível, os jacobinos dotaram esta última da onipotência da primeira. Os girondinos pagaram com sua cabeça a pretensão de tornar o Estado menos centralizador e menos despótico.

Um ponto no entanto provocaria talvez as críticas do grande rei. Ele consideraria sem dúvida como muito difícil governar com a obrigação de obedecer às caprichosas oscilações da multidão e destacaria também que as massas são objeto de adulações mais servis do que aquelas que o rodeavam por causa de seu poder. Provavelmente ele observaria também que os monarcas perseguiam frequentemente o interesse geral, enquanto que muitos representantes do Estado atual parecem pouco se preocupar com isso e não hesitam em votar leis perigosas, se elas podem assegurar sua reeleição. Responderiam a ele então o convidando a se juntar aos fantasmas de seus ancestrais sob a terra, já que ele não entende nada do progresso.

As considerações precedentes são muito evidentes, eu penso, para necessitarem de demonstração. A pretensão do Estado à onipotência parece pouco contestável. Ela chega mesmo a chocar os mais oficiais de seus defensores. Um administrador regional, o senhor d'Auriac, já citado, destacou num recente estudo que, de acordo com

os métodos da monarquia, seguidos aliás escrupulosamente pela Convenção e todos os governos sucessivos, os habitantes das províncias "são tratados como um país conquistado, como uma colônia distante, como pessoas que pertencem a uma raça diferente da raça de seus governantes". Eles recebem suas autoridades da capital e são obrigados a solicitar à Paris permissões para os menores atos: construção de um mercado, edificação de uma fonte etc.

É, observa justamente o mesmo escritor, a tradição dos reis absolutos, que governavam suas províncias através dos intendentes, predecessores dos administradores regionais.

É inútil olhar ao redor de si para constatar que o absolutismo do Estado lembra o absolutismo da antiga monarquia, mas consideravelmente agravado. Ele é agravado porque o legislador moderno, sentindo seu papel efêmero, não se preocupa de maneira alguma com as consequências das leis ditadas sob a pressão cotidiana das fantasias populares. O decreto a votar é qualquer coisa de imediato, que satisfaz, aparentemente, os interesses do momento. Os incidentes ficam distanciados e só são percebidos mais tarde. Esaú ficou famoso outrora por ensinar às almas simples que um prato de lentilhas presente vale mais do que um direito de primogenitura distante. Os legisladores de cultura latina seguem fielmente o exemplo de Esaú.

Por mais tardias que sejam as consequências das leis votadas sem muito pensar, elas explodem sempre com a fatalidade do obus que explode no fim de sua trajetória.

Oscilando sem parar, legislando ao acaso, perseguindo categorias inteiras de cidadãos, o Estado acabou por se tornar tão insuportável e oneroso, que massas de oprimidos cada vez mais numerosas se voltam agora contra ele. Ele viola as crenças, molesta os interesses, rouba os poupadores, engana o povo com irrealizáveis quimeras e só se mantém por meio de rivalidades criadas ou mantidas por ele. Seu poder __ imenso em aparência, mas que não é orientado por nenhum ideal __ está à mercê de todos os acasos.

O desenvolvimento do estatismo não é acompanhado somente por tiranias opressivas; ele gera também a desorganização dos serviços, dos quais o Estado se encarrega progressivamente.

*

* *

As generalidades psicológicas precedentes vão nos permitir esclarecer fatos recentes, inexplicáveis quando estão destacados de suas raízes. Como, por exemplo, os escândalos da Imprensa Nacional e a decadência de nossa marinha. As comissões de inquérito que os revelaram buscam ainda inutilmente suas causas. O filósofo não as procura mais.

A reconstrução da Imprensa Nacional __ cuja necessidade não se fazia, de maneira alguma, sentir (exceto pelos arquitetos) __ deveria custar ao Tesouro 442.350 francos. De acordo com os números oficiais fornecidos pela Comissão de Controle, será preciso gastar ao redor de 10.000.000. Os trabalhos deveriam durar 4 anos. Iniciados há 7, eles estão longe de terminar.

Os fatos assinalados pela Comissão colocam em evidência a prodigiosa despreocupação com a qual os funcionários do Estado autocrático administram seus recursos. Nenhum empreendimento privado sobreviveria a condições tais. Exemplo: uma escada é construída. Instalada, ela parece pouco decorativa; derruba-se inteiramente para reconstruí-la. Vários milhares de metros de pavimento em concreto armado são instalados penosamente; o trabalho acaba, um chefe de escritório reumático afirma que o contato do cimento esfria os pés e o expõe a bronquites. Imediatamente destrói-se o pavimento em cimento para substituí-lo por um de madeira, que, sendo de má qualidade, também deve ser refeito. Custo: algumas centenas de milhares de francos; mas os preciosos pés do chefe de escritório não se resfriarão.

A mais completa fantasia presidiu todos esses trabalhos. Comprou-se, a um alto preço, máquinas variadas, mas se esqueceu de providenciar fossas sob essas máquinas; foi preciso demolir uma parte do edifício. E os milhões escoaram sob o olhar sereno de um

monte de empregados que tal incúria não poderia sensibilizar, pois anônimos contribuintes saldarão os custos.

Inumeráveis são os exemplos análogos. Eles não impedirão certamente os socialistas de confiar ao Estado tais funções, em vez de encarregar a empresa privada, que não poderia, sob pena de falência, se permitir as distrações e as negligências de funcionários que não tem nada a perder.

Os desperdícios cotidianos, que a história da construção da Imprensa Nacional é típica, não são nada comparados àqueles revelados pelo inquérito sobre nossa marinha de guerra. Fantasia também, mas sob uma forma, na verdade, bem sinistra.

O público descobriu com estupor que o lamentável estado de nossa marinha a tinha, em alguns anos, feito descer do segundo lugar ao quinto, como mostrou o senhor Doumer.

“Nem unidade de visão, nem esforços coordenados, nem método, nem responsabilidade definida. Negligência, desordem e confusão.” Escreveu ele no relatório geral da Comissão.

O senhor Ajam, membro dessa comissão, avalia em 700.000.000 o custo do desperdício.

Esta soma seria dobrada se fossem acrescentados a ela os 693.000.000 concedidos em prêmios à nossa marinha mercante, de acordo com o senhor Cailloux, de 1899 a 1909; prêmios cujo resultado foi, como provei num capítulo precedente, precipitar sua deca-

dência. “Nós devemos ter cometido erros de princípios”, disse o ministro na Câmara, reproduzindo os números citados acima e constatando a queda progressiva de nosso comércio marítimo.

Pesados erros, com efeito, mas que o ministro que os constata parece ignorar inteiramente as causas. Ele não suspeita, certamente, que eles foram causados pelo desenvolvimento do estatismo. Tivesse-os compreendido, este político pouco psicólogo não teria proposto, como fez, associar o Estado à exploração de nossas grandes companhias de navegação.

Os fatos que revelam a desordem e a indiferença do pessoal marítimo do Estado atingem às vezes o incrível. O senhor Ajam cita um couraçado que foi equipado com uma blindagem muito pesada. Muda-se a blindagem e ela se torna muito leve. É forçoso trocá-la mais uma vez. O barco flutua finalmente. Custo: 3.000.000.

O acúmulo dessas negligências chega a ser danoso; o preço de nossos couraçados é quase 30% mais alto do que os da Inglaterra. E enquanto nossos rivais levam dois anos para construir um vaso de guerra, nós levamos cinco. “Nosso método atual de construção é o estatismo em todo seu horror e a condenação do monopólio do Estado”, diz o senhor Ajam.

Fatos semelhantes se revelam por toda parte. Em Toulon se constatou, por ocasião da prisão recente de vários fornecedores do Arsenal, que em 25 anos as mercadorias não tinham sido conferidas

uma só vez em sua entrada! Os fornecedores entregavam o que eles queriam, sem que ninguém se preocupasse com isso.

"Quem quiser que se preocupe". Esta é a verdadeira fórmula da administração estatista. Uma divisa tal seria impossível na indústria privada, pois a falência atingiria rapidamente o patrão descuidado e desatento.

O desperdício, que representa uma consequência necessária do espírito estatista, é universal. Nas colônias, onde a vigilância é nula, ele beira ao incrível. O senhor Messimy, em seu relatório, forneceu tristes exemplos disso. Os abusos dos funcionários são sem limites lá e nós alienamos em toda parte as populações, consideradas por eles como exploráveis e espoliáveis à vontade. Para onde vai o dinheiro extorquido na Indochina por hordas de agentes e por meio das mais odiosas tiranias? Para despesas totalmente inúteis. Um jornal resumiu da seguinte maneira algumas páginas do relatório do senhor Messimy sobre este assunto:

> *Os orçamentos são abandonados às fantasias individuais. Viu-se mais de um projeto extravagante receberem grandes dotações. As indenizações de todo tipo ao pessoal e as despesas puramente suntuárias para os administradores pululam. Muitos têm automóveis. A maior parte tem 5 ou 6 arreamentos. E dos 16.000 homens da guarda nativa, uma parte é usada unicamente para prestar serviços domésticos. O senhor*

Messimy cita um inspetor dessa guarda que é rodeado por 19 empregados pessoais. Ele mantém assim, sem gastar dinheiro próprio, cozinheiros, cocheiros, jardineiros, duas lavadeiras para a esposa etc. Pode-se avaliar com isso, o que pode ser na própria casa do administrador.

Por meio desses desperdícios e desse luxo, nosso pessoal administrativo desenvolveu hábitos de moleza e preguiça. E a unanimidade desses testemunhos é tal sobre este ponto, que foi preciso, como deixa a entender o senhor Messimy, reconhecer que todos os seus membros não estão mais ao abrigo da suspeita de improbidade. Sua incapacidade é traída por fatos estranhos, que seriam engraçados se não fossem tão tristes.

O mesmo jornal acrescentou, não sem alguma ingenuidade: "O uso do suborno, que dobra o peso dos impostos diretos, desapareceria, se ele fosse estabelecido de forma racional e justa".

Eu duvido muito do poder atribuído aos regulamentos. Não são certamente eles que poderão consertar uma desordem geral que tem fontes muito mais profundas.

*

* *

A causa principal da desorganização da marinha, da Imprensa Nacional e da quase totalidade das empresas do Estado, é unicamente aquela indicada acima.

Tudo o que o Estado dirige é necessariamente transformado em repartição pública, ou seja, as responsabilidades, disseminadas entre milhares de agentes, desaparecem.

Esses agentes, divididos em repartições distintas, não possuem nenhuma iniciativa, se invejam ferozmente e não são guiados por nenhum interesse comum. A blindagem solicitada por uma repartição não chega até o casco solicitado por outra. Que efeito isso pode provocar nos funcionários? As mesmas pessoas, colocadas numa empresa particular, onde a responsabilidade é efetiva, se comportarão de uma maneira totalmente diferente.

As marinhas estrangeiras prosperaram, porque recorrem cada vez mais à indústria privada, enquanto nós estatizamos progressivamente a nossa. É este, principalmente, o segredo de sua superioridade e o de nossa decadência. As outras nações desceriam também muito baixo se elas se deixassem invadir pela religião estatista.

Numa memorável conferência publicada pela **Revue Politique et Parlementaire**, o senhor Harold-Cox, membro do Parlamento inglês, mostra com a ajuda de exemplos e de números categóricos que, nas raras circunstâncias em que o governo inglês quis explorar ele mesmo alguma indústria, isso aconteceu sempre com grandes

perdas, enquanto que geridas por particulares elas eram muito frutíferas. Como a indústria dos telégrafos, dirigida até 1870 por companhias privadas que geravam dividendos de 6% aos seus acionistas. Logo que o Estado se apoderou dela os lucros se transformaram em um déficit progressivo que atinge agora 25 milhões por ano.

Tais resultados não são de surpreender. Eles são a consequência de leis psicológicas muito precisas. Uma pessoa privada de iniciativa e, principalmente, liberada de responsabilidades, logo vê abaixar seu valor intelectual e produtivo em enormes proporções. Os socialistas têm razão em não querer compreender isso, pois no dia em que essa lei natural se tornar evidente para eles não haverá mais socialismo.

Qualquer que seja ele, o estatismo coletivista progride a grandes passos entre os povos latinos. As consequências ruinosas da encampação da Estrada de Ferro do Oeste não impedirão, de maneira alguma, a encampação de outras empresas, bem como a criação de monopólios que aumentarão imensamente também o exército de funcionários públicos, já tão numeroso. Parece que um vento de loucura dirige os ministros das finanças levados ao poder há algum tempo. Um deles proclamou diante da Câmara, sob aplausos dos socialistas que se tornaram seus mestres, sua intenção de propor atribuir ao Estado o monopólio dos alcoóis e dos seguros. O **Journal**

des Débats publicou, com relação a estas medidas, as seguintes reflexões:

> *É de se esperar que doravante veremos a política financeira dos monopólios tomar um lugar cada vez maior nos programas eleitorais e penetrar um dia ou outro na legislação. Isso será, sem dúvida, uma política de loucos. Enquanto todas as pessoas dotadas de algum bom-senso e de um pouco de previdência se espantam com os progressos da centralização que já nos esmaga e que paralisa toda iniciativa individual, enquanto o número de funcionários públicos aumenta sem parar numa população que não aumenta e coloca nosso orçamento em déficit, é insensato pensar em encarregar o Estado de novas atribuições e acrescentar, às inumeráveis funções que ele exerce, as funções de produtor de bebidas e de agente de seguros. Graças às ações da maioria parlamentar, o Estado, após ter intervido em todos os ramos da atividade humana em nome da piedade, vai subdividir suas funções econômicas sob a forma de diferentes monopólios, em nome da encampação do capital em prol da coletividade.*
>
> *Com efeito, o imposto sobre a renda será o começo do confisco do capital pelo Estado. Como o Estado socialista se deterá doravante nessa marcha rumo à espoliação legal? As aposentadorias dos trabalhadores serão o começo da carida-*

de organizada pelo Estado. Como ele se deterá nessa via de filantropia social? O monopólio da instrução será o começo da centralização do ensino sob a égide do Estado. Como ele se deterá nessa via de nivelamento intelectual?

Quando o espírito de iniciativa __ fonte viva das forças de uma nação __ tiver secado, o socialismo poderá tentar construir seu edifício social sobre o terreno podre da decadência.

*

* *

O estatismo tem por expressão e suporte o funcionalismo. Estatismo e funcionalismo são as duas faces de uma mesma coisa. Para reduzir o poder do estatismo deve-se começar por diminuir o poder dos funcionários públicos.

Em razão da absorção progressiva de uma massa de monopólios e de indústrias, o Estado se viu obrigado a aumentar consideravelmente a importância das administrações, por intermédio das quais ele exerce sua ação. Estas últimas formam agora pequenos blocos feudais em que cada uma se torna suficientemente forte para tentar impor, como fizeram recentemente os carteiros, sua vontade ao Estado.

Hoje em dia os funcionários públicos exigem um estatuto destinado a estabilizar seu poder e privilégios já bastante consideráveis.

Intimidada por seus líderes, a Câmara votará certamente o estatuto pedido. De todas as medidas desastrosas aceitas por ela, nenhuma gerará certamente as mais tristes consequências.

Esse estatuto __ como explicou muito bem um ministro das finanças, com o qual eu estou de acordo pela primeira vez __ constituiria uma oligarquia de funcionários que conduziria a França: "Se fossem ouvidas certas teorias, o poder não seria mais da nação, ele seria dos funcionários públicos e se teria constituído um verdadeiro mandarinato. Não teria valido a pena ter feito a revolução para cair sob um domínio tal".

Reconhecer direitos particulares a agentes revoltados ou que foram apoiados por subscrições de empregados insurgidos, é se condenar a logo tê-los como senhores.

Eles já o são, de uma certa forma. O último dos funcionários __ sob o pretexto de que ele representa um fragmento do Estado __ pensa ser um tipo de potentado e trata o público segundo esta convicção. O homem mais ilustre é para ele um simples "sujeitinho". Na correspondência oficial ele o qualificará de "um tal senhor". Que ele o receba em um guichê ou lhe escreva, o pedaço de potentado dedica ao público geralmente um intenso desprezo.

Para atenuar uma situação de onde resulta a desorganização cujos lamentáveis exemplos citamos, a conduta a ter é diametralmente oposta àquela que se propõe. Evitemos votar um estatuto que transformaria os funcionários públicos em personagens irremovíveis, que se autogovernam e sobre os quais os ministros e a Câmara permanecem sem ação.

A fim de continuar senhor de seus agentes, o Estado-patrão só tem que imitar os dirigentes industriais privados. Vemos uma grande loja ou uma grande fábrica conceder um estatuto a seus empregados? São auxiliares, mantidos cuidadosamente se são capazes e despedidos logos que dão prova de incapacidade. Que o Estado aja da mesma forma, aceitando somente auxiliares sem lhes conceder nenhuma estabilidade. Eles estarão exatamente então na situação dos auxiliares que o ministério das finanças emprega geralmente um milhar.

É somente em favor dos serviços técnicos __ engenheiros, telegrafistas etc. __ que o Estado poderia estabelecer um contrato de alguns anos; dez ou mais.

Eu ouço vossa objeção; não a formule. Se o Estado não oferecesse a seus empregados nenhuma estabilidade ele só encontraria __ ou não encontraria mais __ medíocres.

Fique tranquilo. Se vossa suposição se realizasse, seria um tanto melhor. Os jovens inteligentes se dirigiriam então para a indústria ou o comércio e um grande benefício resultaria disso para o país.

Infelizmente esse êxodo é muito pouco provável. Os candidatos seriam quase tão numerosos quanto hoje em dia. Os auxiliares do ministério das finanças citados acima não ganham mais do que 5 ou 6 francos por dia e, no entanto, conta-se com 50 candidatos __ bacharéis ou licenciados __ para cada vaga aberta.

Eu não insisto sobre essa reforma; ela é muito capital para conseguir muitos votos. Chegará um momento, no entanto, em que a necessidade a imporá, mas ela ainda será possível?

*

* *

O estatismo e sua encarnação, o coletivismo, nos levaram ao estado de escravidão mental em que a pessoa não tem mais consciência de sua servidão.

A tirania do Estado é, no entanto, tão opressiva e onerosa que ela une contra ele uma coalizão de interesses profundamente lesados. Começa-se a compreender que o papel do governo não é se mostrar industrial, humanitário ou filantropo, que ele não tem o direito de impor aos cidadãos suas afirmações ou suas negações religiosas, sua moral e sua educação. Que seu verdadeiro papel, enfim, é velar pela segurança dos cidadãos: internamente, pela polícia; externamente, pelas forças armadas.

Verdades muito banais, sem dúvida; pouco difundidas, no entanto. Desejemos que uma lenta evolução nos livre da tirania estatista, mas não contemos muito com isso. Muda-se muito facilmente as leis de um país, no papel; mas como transformar sua alma?

***

CAPÍTULO V

Fatores psicológicos das lutas guerreiras.

Sumário

Apesar dos progressos da civilização e as afirmações de certos filósofos, a guerra jamais deixou de ser uma das principais ocupações dos povos. É duvidoso que as descobertas da ciência a tornem menos frequente. É certo que elas a tornaram mais mortífera. Mesmo remontando às grandes destruições de Gengis Khan e Átila, dificilmente seria possível citar uma fase da história em que tantas pessoas tenham perecido nos campos de batalha quanto no século da eletricidade e do vapor.

Quando um fenômeno se manifesta com uma tão persistente regularidade, é preciso admitir que ele traduz imperiosas necessidades. Protestar contra sua fatalidade seria portanto tão inútil quanto se insurgir contra a velhice ou a morte. As lutas dos povos foram, aliás, a fonte dos mais importantes progressos. Não se vê como, sem elas, os primeiros seres humanos teriam podido sair da barbárie e fundado os magníficos impérios onde nasceram as artes, as ciências e a indústria. Qual grande civilização não foi guerreira? Qual é o povo pacífico que desempenhou um papel na história?

Mas ainda não chegou o momento de examinar as vantagens ou os inconvenientes das lutas periódicas às quais se dedicam as nações. Nós nos limitamos agora a constatar sua existência e em pesquisar suas causas psicológicas.

Essas causas são variadas. Pode-se colocar em primeiro lugar o instinto natural que, em toda escala animal, leva os fortes a destruírem os fracos. A civilização o atenua, sem dúvida, mas o que ela não consegue atenuar é a antipatia profunda que produzem entre os povos as divergências de sua constituição mental. Divergências que os levam a concepções de vida muito diferentes e, por consequência, a um comportamento diferente.

A maior parte das lutas nasceu dessas divergências. Todas as grandes guerras da humanidade __ guerras de conquista, de dinastia, de religião, de propaganda __ não passaram, geralmente, de guerra de culturas. O conflito entre os persas e os assírios __ que pela primeira vez fez o império do mundo passar dos semitas para os arianos __ foi uma guerra de culturas. Guerra de cultura igualmente a luta entre os gregos e os asiáticos, entre os romanos e os bárbaros, os japoneses e os russos. Guerras de cultura também as lutas religiosas da Idade Média. O que eram estas últimas, com efeito, senão uma luta de culturas que defendiam o individualismo e a liberdade de pensar, contra aquelas que exigiam a autocracia política e religiosa,

com suas dependências: princípio da autoridade, tradição e formalismo latinos.

Considerar essas guerras como resultantes unicamente de rivalidades entre soberanos seria ter uma visão muito superficial da história. Não teriam jamais durado muito tempo os reis que não encarnassem o ideal de seu povo, suas paixões e seus sonhos.

*

* *

Devemos esperar que os progressos da civilização e a frequência das relações unam os povos e possam atenuar as antipatias de origem psicológica que dividem esses povos? Fatos positivos permitem responder isso.

Na época ainda recente em que as comunicações eram raras, difíceis e o conhecimento das línguas estrangeiras pouco difundido, as diferenças psicológicas que dividiam os povos permaneciam quase invisíveis, mascaradas pelo verniz superficial de uma civilização parecida nas camadas esclarecidas da Europa.

Hoje em dia, a facilidade das comunicações e o cruzamento dos interesses comerciais estabelecem entre os povos relações constantes e suas diferenças de constituição mental e o desacordo que elas produzem na maior parte das questões, surgem a cada dia. Entre indivíduos de povos diferentes, o acordo não é possível sobre ne-

nhum assunto, sendo todos olhados sob pontos de vistas diferentes. As relações prolongadas entre eles acentuam simplesmente seus ressentimentos.

Portanto, enquanto os interesses dos povos os aproximam, sua alma os separa. Em vez de avançar rumo a uma fraternidade maior, eles marcham rumo a uma antipatia cada dia mais sensível.

Ela tem numerosas consequências políticas e sociais, essa antipatia. Após terem reduzido as distâncias pelo vapor e a eletricidade, as nações estão agora exagerando seus armamentos e se rodeando de interdições aduaneiras que cortam as relações e acabam por erguer ao redor de cada país uma verdadeira muralha da China. Essa muralha, aliás, a maior parte dos povos não a considera suficientemente isolante e a palavra de ordem geral hoje em dia em muitas nações civilizadas (seja seu governo autocrático ou liberal) é a expulsão dos estrangeiros. A América, após ter, como a Austrália, votado a expulsão dos chineses, interdita agora o acesso de seu território aos barcos carregados de imigrantes pobres. Os sindicatos ingleses reclamam ruidosamente a deportação dos trabalhadores estrangeiros. O governo russo __ obedecendo às vozes populares, mais poderosas geralmente do que a vontade dos déspotas __ é obrigado a expulsar os judeus das grandes cidades. Sua expulsão é pedida igualmente na Alemanha por um partido cujos adeptos se tornaram muito numerosos. O governo prussiano expulsa os poloneses e os italianos que

trabalham em suas estradas de ferro. Até mesmo o governo suíço, após ter rejeitado em 1892 o projeto de recusar trabalho aos trabalhadores estrangeiros, exige agora em seus contratos com os empresários para fornecimentos militares, o emprego exclusivo dos trabalhadores locais. As mesmas tendências são observadas, de resto, em toda parte; inclusive na França.

Que o vigésimo século seja a era da fraternidade universal é uma proposição muito duvidosa. A fraternidade entre povos diferentes só é possível quando eles se ignoram. Aproximar os povos suprimindo as distâncias é condená-los a se melhor conhecer e como consequência a se menos suportar.

Estamos, aliás, apenas na aurora do movimento geral de todas as nações contra a invasão estrangeira. Com os governos montados sobre os princípios mais opostos __ desde a autocracia absoluta até às repúblicas mais liberais __ tomando as mesmas medidas, é preciso admitir que elas respondem a algumas necessidades imperiosas. Somente os ódios entre os povos não bastariam para explicá-las.

O instinto que impulsiona hoje em dia todos os governos na mesma direção está muito inconsciente ainda, mas ele tem bases psicológicas muito precisas. A influência preponderante dos estrangeiros é um dissolvente infalível da existência dos Estados. Ele retira de um povo o que ele tem de mais precioso: sua alma. Quando os estrangeiros se tornaram numerosos no império romano, ele deixou

de existir. Suponhamos uma nação como a nossa, onde a população declina e está rodeada por países onde a população cresce constantemente. A imigração desses povos estrangeiros, se for tolerada, é fatal. Nenhum serviço militar para cumprir, pouco ou nenhum imposto, um trabalho mais fácil e melhor remunerado que em seu território natal. A hesitação para eles é pouco provável, já que a escolha entre diversos países não lhes é permitida, pois todos os outros os repelem. A invasão das massas estrangeiras torna-se, neste caso, bastante temível, pois são, naturalmente, os elementos inferiores, incapazes de se manterem por conta própria em seus países, que emigram. Com a quantidade de imigrantes que ela possui, Marselha poderia ser qualificada de colônia italiana. A Itália não possui mesmo nenhuma colônia que possua um número tão grande de italianos. Se essas invasões não forem estancadas, em pouco tempo um terço da população francesa terá se tornado italiana e um terço africana.

Como ficaria a unidade de um povo, ou simplesmente sua existência, em tais condições? As piores hecatombes dos campos de batalha seriam infinitamente preferíveis a tais invasões.

Foi um instinto muito preciso que ensinou aos antigos o medo aos estrangeiros. Eles sabiam muito bem que o valor de um país não se mede pelo número de seus habitantes, mas pelo número de seus cidadãos.

*

* *

Das linhas precedentes concluiremos que os progressos da civilização são ineficazes para diminuírem as chances de luta entre os povos. Elas diminuirão ainda mais se, às causas psicológicas de dissentimento descritas acima, os povos vierem acrescentar motivos de ordem econômica, que logo examinaremos.

Os filósofos e os filantropos terão certamente, portanto, muito o que lamentar ainda por causa das calamidades produzidas pelas guerras. Pode-se, aliás, consolá-los, mostrando que uma paz universal, produzida por um poder mágico qualquer, marcaria o fim imediato de toda civilização e de todo progresso e o retorno rápido à mais terrível barbárie. “A certeza da paz levaria, em menos de meio século, a uma corrupção e a uma decadência mais destrutivas do ser humano do que as piores guerras”, escreveu com razão o senhor de Vogüé.

Seguramente as guerras não são sem inconvenientes. Elas os apresentam mesmo muito sérios. Mas, o que importa é estabelecer as vantagens, uma vez postos em presença dos inconvenientes. De que lado pende a balança?

Os inconvenientes das guerras são de três ordens: perda de dinheiro, perda de pessoas, enfraquecimento do povo.

As perdas de dinheiro têm somente uma importância pequena. A história nos mostra: sempre os povos muito ricos desaparecem diante dos povos pobres. Empobrecer uma nação não é, no entanto, arruiná-la. As estatísticas mostram que a Alemanha já teve que gastar muitos bilhões para guardar nossas províncias conquistadas por ela e que todas as potências da Europa dedicam anualmente uma grande quantia a seus armamentos. Eu só vejo muito pequenos inconvenientes. Evidentemente, várias nações marcham rumo à falência. Isso não terá muitas outras consequências, além de estimular um pouco sua energia e habituá-los às privações. É preciso aliás considerar essas inevitáveis despesas como um tipo de prêmio de seguro pago pelos diversos países para evitar a invasão e a pilhagem. Vê-se na Europa um povo __ exceto aqueles cuja invasão não beneficiaria ninguém __ capaz de sobreviver um só dia sem forças armadas? Ele seria imediatamente anexado a alguma nação poderosa e esmagado por impostos infinitamente mais pesados do que aqueles que exigiria seu armamento.

Sem dúvida que os governos e os povos se vangloriam muito dos benefícios da paz e fazem dela o tema mais habitual de uma massa de belos discursos, mas ninguém acredita nessa paz que todo mundo fala. Todo mundo sabe muito bem que, no instante preciso em que uma grande nação apresentasse uma inferioridade, mesmo momentânea, de seu poderio militar, ela seria instantaneamente in-

vadida e pilhada por seus vizinhos mais fortes. Nós tivemos a prova manifesta disso no dia seguinte da Batalha de Moukden, que anulou por muito tempo o poderio militar da Rússia, nossa aliada. Sem perder um instante, a Alemanha procurou no Marrocos as mínimas disputas, na esperança de nos levar a uma guerra, que ela hesitava em declarar por motivos tão fúteis, para não alarmar muito a Europa. A leitura dos despachos diplomáticos dá a prova da insolência com que fomos tratados. E se o imperador da Alemanha desistiu definitivamente dessa guerra, foi somente pelo medo de ver seus portos bombardeados pela Inglaterra, que ficou nitidamente do nosso lado.

Pelo menos a lição serviu e imediatamente as grandes nações aumentaram seus armamentos. Foi justamente a necessidade de elevar os impostos para cobrir as despesas desses armamentos que levou à crise política que castiga tão profundamente a Inglaterra, obrigada a dedicar mais de um bilhão por ano à sua marinha. Esperando se baterem a golpes de canhões, os povos se batem a golpes de milhões.

O segundo inconveniente das guerras, mencionado acima __ a destruição de pessoas __ só deve ser levado em conta por suas consequências distantes. As batalhas de Napoleão custaram 3.000.000 de pessoas. Dado que elas ocuparam os povos durante 20 anos, criaram uma lenda gloriosa a um povo, satisfazendo totalmente o instinto de destruição, que é um dos mais imperiosos da natureza humana,

pode-se olhar essa hecatombe com muita resignação. Seu único resultado desagradável __ e, na verdade, o único inconveniente sério das guerras __ é que as mortes violentas, recaindo sobre os elementos viris mais robustos de uma nação, reduzem o crescimento futuro da população e aumentam sua debilidade. Essa consequência, aliás, só é temível para os povos cuja população permanece estacionária.

*

* *

Ao nos mostrarem o que as guerras custaram à humanidade, os estatísticos se esquecem sempre de avaliar o que elas renderam. Esta é, no entanto, uma das faces do problema que não se pode negligenciar.

Dentre as vantagens das guerras, notemos inicialmente a formação de uma alma nacional. Através delas essa alma nacional pode nascer e se fixar. Ora, sem alma nacional, nenhuma civilização é possível a um povo.

A alma nacional, as guerras a consolidam em caso de vitória e aumentam consideravelmente sua força em caso de derrota. Iéna foi, dizem, um desastre para a Alemanha. Nada de menos correto, pois sem este pretenso desastre a unidade e o poderio do império alemão teriam talvez recuado vários séculos. Se olharmos os acontecimentos somente através de suas consequências distantes, poderíamos mesmo

assegurar que foi para a França e não para a Alemanha, que Iéna foi um desastre.

Deixando de lado essas influências indiretas das lutas entre os povos, há algumas imediatas e perfeitamente apreciáveis, cuja importância não pode ser desprezada. As últimas guerras colocaram a Europa em armas. Qual foi o resultado? A ruína das finanças, dizem os estatísticos. Um incremento sério do caráter dos povos, poderiam responder os psicólogos a esses honestos burocratas. Sem o serviço militar obrigatório, ao qual a população masculina está hoje em dia submetida, o anarquismo, o socialismo e todos os dissolventes da civilização moderna teriam progredido a passos de gigante. Os velhos fundamentos religiosos sobre os quais se edificaram as sociedades modernas caíam em ruínas e nós não tínhamos encontrado nada para substituí-los.

O serviço militar foi o mestre que nos ensinou um pouco a paciência, a determinação, o espírito de sacrifício e nos proveu com um tipo de ideal provisório. Sozinho, ele pôde lutar contra o egoísmo e a indolência que invadiam os povos. É um imposto muito pesado o serviço militar, que lembra os mais duros períodos da servidão antiga. Mas é um imposto sem o qual as sociedades europeias se tornariam presa dos elementos bárbaros que cada uma delas contém. Os deuses das velhas eras custavam menos caro, sem dúvida, mas seus cetros caíram.

Essa influência moral do serviço militar sobre o caráter dos povos tem uma importância tal que nunca é demais insistir nela. O marechal de Moltke[6] a evidenciou em suas memórias, na seguinte passagem, que merece ser meditada. Diz ele:

> *Os jovens só sofrem por um tempo relativamente curto a influência benéfica da escola. Felizmente, entre nós, no momento em que cessa a instrução individual, começa a educação propriamente dita e nenhuma nação recebeu, em seu conjunto, uma educação comparável àquela que a nossa teve, através do serviço militar. Dizia-se que era o mestre-escola que trazia nossas vitórias. Mas, somente a ciência não basta para elevar o ser humano a um nível moral que o deixe pronto a dar sua vida por uma ideia, pelo cumprimento de um dever, pela honra e pela pátria e é a isso que encaminha toda a educação do ser humano. Não foi o mestre-escola, foi o verdadeiro educador, o serviço militar, que ganhou nossas batalhas, que deu durante 16 anos consecutivos a nossas gerações seu treinamento corporal e intelectual, que os adestrou para a ordem, a pontualidade, a probidade, a obediência, o amor pela pátria, a energia viril.*

[6] Helmuth von Moltke (26/10/1800 a 24/04/1891). Marechal de campo prussiano e escritor militar. (Nota do tradutor)

A utilidade do regime militar não se limita à educação do caráter. É a ele principalmente que são devidos os maiores progressos da indústria moderna, sobretudo no que diz respeito ao trabalho dos metais. As pesquisas feitas para aperfeiçoar as armas dotaram a indústria de uma precisão científica e de uma audácia, absolutamente desconhecidas há 50 anos. Do mesmo modo, as necessidades estratégicas levaram à extensão das redes de estradas de ferro e foram a origem da maior parte dos aperfeiçoamentos na arte naval.

*

* *

As guerras, ou simplesmente as ameaças de guerras, são, portanto, um poderoso estimulante moral e material dos povos. O espírito militar constitui a última coluna que sustenta as sociedades modernas e, por essa razão, mereceria o reconhecimento dos povos que o amaldiçoam. Não deploremos muito a antipatia recíproca entre os povos. Sem ela, desapareceria todo medo de guerra e, no mesmo golpe, nossa civilização.

Se os argumentos precedentes continuam sem ação sobre a alma sensível, mas pouco clarividente, dos filantropos, poder-se-ia colocar sob seus olhos as consequências da paz forçada para um povo. Um único país, a Índia, goza dos benefícios de uma tranquilidade absoluta há um século. Ela é um dos mais vastos e populosos países

do globo. A experiência feita numa tão grande escala apresenta, portanto, um grande interesse.

As consequências dessa paz forçada, imposta a 300.000.000 de pessoas pela mão poderosa da Inglaterra, ainda não tiveram tempo de acontecer. Com nada mais entravando o desenvolvimento da população, ela adquiriu imensas proporções, aumentando, de acordo com as estatísticas, em mais de 30.000.000 nos últimos 20 anos. Sua densidade por quilômetro quadrado, nas regiões habitáveis, ultrapassa o dobro da dos países mais povoados da Europa.

Isso resultou, era fatal, numa miséria tão geral quanto profunda. Ela seria bem mais intensa ainda se, segundo a velha lei de Malthus, fomes inevitáveis não viessem dizimar de uma maneira periódica esse espantoso formigueiro. No entanto, essas fomes, apesar dos telégrafos e das estradas de ferro, são desastres que deixam bem para trás os desastres das mais sangrentas batalhas. Somente a província de Orissa viu perecer de fome, em 1866, um milhão de pessoas. 1.200.000 foram mortos em 1868 no Punjab. Em 1874, 1.300.000 hindus foram levados pela fome no Dekkan. O que são nossas guerras, comparadas a tais hecatombes? E a morte pela fome é realmente tão superior à morte pelo canhão, para que seja preciso evitar a todo custo uma para se conformar com a outra?

*

* *

As dissertações sobre as vantagens ou os inconvenientes da guerra apresentam, ademais, somente um interesse puramente teórico. Nós não temos que escolhê-la, mas sofrê-la e, por isso, mais vale considerar somente seus lados vantajosos e sobretudo estarmos prontos para ela.

O melhor meio de preparação para as lutas possíveis é desenvolver o conjunto de sentimentos que forma o que se chama de espírito militar. Ele constitui o verdadeiro poder de um exército. Sem ele __ e qualquer que seja o armamento __ um povo não passa de uma inconsistente tropa sem resistência. Consideremos portanto, como os piores inimigos da pátria, como perigosos malfeitores, os escritores e os oradores que se esforçam para destruir esse espírito nas almas. No dia em que ele for aniquilado nada nos restará a perder. A mais destrutiva das invasões poria fim à nossa história.

Repitamos sem cessar e tenhamos sempre presentes ao pensamento as sombrias previsões dos escritores militares de diversos países sobre as consequências da próxima guerra que ameaça a Europa. Não nos esqueçamos que ela será uma dessas lutas finais, como a história já registrou várias vezes e que levam ao desaparecimento definitivo e total de uma das nações em luta e nas quais países inteiros serão metodicamente devastados até que não restem nem uma casa, nem uma árvore, nem uma só pessoa.

Tenhamos essas noções bem vivas na alma quando educarmos nossas crianças e nossos soldados e deixemos para os demagogos os inúteis discursos sobre o pacifismo, a fraternidade e outras futilidades que fazem lembrar as discussões teológicas dos bizantinos enquanto Maomé penetrava seus muros.

Questões muito mais vitais nos solicitam. Para evitar, ou pelo menos adiar a luta, é preciso estar pronto para suportá-la. Se ela se torna inevitável, lembremo-nos de que a vitória não estará do lado dos exércitos mais numerosos, mas daquele onde se coligarão as mais resistentes energias.

A guerra é uma questão de psicologia tanto quanto de estratégia. Nenhum grande comandante ignorou isso. Diz Napoleão: "Na guerra tudo é moral e o moral e a opinião são mais da metade da realidade". Pouco importam as perdas. O sucesso está com quem consegue melhor suportá-las. Abaixe o moral dos soldados e você terá os bandos de Xerxes. Eleve esse moral e você terá os guerreiros de Alexandre.

Se está demonstrado que o valor dos exércitos se mede pelo nível de seu moral muito mais do que pelo seu número, vemos que a guerra constitui __ como eu disse a pouco __ um problema psicológico. Desta forma, ela entra essencialmente no quadro deste livro.

Um raciocínio muito simples mostrará facilmente a importância do papel desempenhado nas batalhas pelos fatores psicológicos.

Todos os escritores militares concordam em reconhecer que a quantidade de perdas de soldados que um exército pode suportar sem desistir da luta é limitada. Experiências seculares provam isso: assim que um exército deixa no campo de batalha 20% de seu efetivo ele se considera derrotado. Este percentual de 20% constitui o que se poderia chamar de limite desmoralizador. A derrota não passa, evidentemente, do resultado de uma impressão puramente psicológica e de maneira alguma uma necessidade inevitável, pois o exército, assim dizimado, possui ainda quatro quintos, ou seja, a maior parte de seu efetivo. Suponhamos agora que um poder mágico influencie o moral do exército derrotado a ponto de determiná-lo para uma luta indefinida; o que, precisamente, foi o caso dos japoneses. Por este único fato __ a modificação de seu estado mental, sem transformar seu armamento nem sua tática __ a derrota vai se transformar em sucesso. Continuando a luta indefinidamente, o vencedor acabará forçosamente por perder, por sua vez, um quinto de seu efetivo e atingirá então o que chamamos de limite de desmoralização. Ultrapassado este limite, como ele não possui o poder mágico que, por hipótese, dotei seu adversário, é ele que entrará em derrota. De vencedor ele passará a vencido.

Esse poder miraculoso, que decuplica a resistência dos exércitos, não é, de maneira alguma, inacessível. Ele depende da educação dada aos soldados, da alma que se inculca neles. Certos sentimentos

podem constituir uma força mais irresistível do que o número. A história fornece ilustres exemplos disso.

*

* *

A energia do caráter não é o único fator de ordem psicológica que intervém no sucesso das guerras. Existe um outro de importância igual: eu quero falar da comunidade de conduta ou, se se prefere, da doutrina. Ela representa o fruto de uma educação especial, forçosamente muito longa. Seus efeitos só acontecem quando ela conseguiu ancorar certas noções no inconsciente de todos os oficiais de um exército. Somente então eles olham com uma mesma ótica mental as situações mais singulares e se comportam nelas, por consequência, de maneira idêntica. A leitura das memórias do marechal de Moltke mostra os resultados dessa comunidade de doutrina. Nelas se vê, em cada página (e o autor não deixa de sublinhá-las), que, quando, na guerra franco-alemã, uma evolução imprevista do inimigo obrigava o estado-maior a prescrever novos movimentos, estes já haviam começado antes que a ordem tivesse chegado.

As memórias de nossos generais sobre a guerra de 1870 revelam, pelo contrário, que eles esperavam, invariavelmente, instruções e jamais se mexiam sem tê-las recebido. Os primeiros possuíam a disciplina inconsciente, a única que permite a iniciativa. Os segun-

dos, infelizmente, só conheciam a disciplina do corpo. Com um exército bem pequeno a disciplina externa basta. Com um grande exército, a disciplina interna torna-se indispensável. Somente uma educação inteligente pode criá-la. Eu recomendo, sobre este assunto, o livro do comandante Léon-Marie Gaucher, **Étude sur la Psychologie de la Troupe et du Commandement**, inspirado pelos meus livros **Psychologie des Foules** e **Psychologie de l'Éducation**.

***

CAPÍTULO VI

Fatores psicológicos das lutas econômicas.

Sumário

As lutas a mão armada durarão, sem dúvida, por muito tempo ainda. Com os ódios entre os povos e os conflitos de interesses crescendo na medida em que os povos se conhecem melhor, eles se enfrentarão fatalmente. Mas, com os progressos da civilização, elas se complicarão com lutas econômicas, aliás, tão mortíferas quanto aquelas dos campos de batalha.

Mais ainda, talvez, do que as guerras sangrentas, essas lutas econômicas serão a resultante necessária da constituição mental das nações.

Em um livro publicado há alguns anos (**Psychologie du Socialisme**), eu mostrei que a aproximação entre o Oriente e o Ocidente, sob a influência do vapor e da eletricidade, teria como consequência próxima um conflito econômico gigantesco entre ocidentais e orientais. Muito contestadas então, essas previsões começaram a se realizar com a luta entre russos e japoneses.

Por muito tempo a Europa exportou seus produtos para o Oriente, mas, gradualmente, este estado de coisas se modifica. O Oriente, outrora um lugar somente de consumo, tornou-se hoje em dia um

imenso centro de produção. É ele que invade, por sua vez, nossos mercados, com produtos industriais e agrícolas fabricados por trabalhadores cujas necessidades são muito pequenas e que se contentam com um salário bem menor do que aquele do trabalhador europeu. A Europa tenta erguer contra esses produtos uma imensa muralha aduaneira. Veremos, mais adiante, de que valerá proximamente uma barreira tal.

A luta se limita atualmente a alguns produtos industriais e agrícolas, mas ela se estenderá rapidamente. A Índia, o Japão e, brevemente, a China nos ameaçam com sua concorrência em todos os mercados. Munidos com nossa maquinaria eles fabricam os produtos industriais que a Europa tinha o monopólio. A Índia fornece agora à Inglaterra os tecidos de algodão que as tecelagens de Manchester outrora lhes forneciam. Os "fios de algodão" enviados outrora para a China de Manchester, partem hoje em dia de Bombaim. Os produtos fabricados pelos hindus e os chineses, que se contentam com um salário diário muito pequeno, valem tanto quanto aqueles fabricados pelo trabalhador europeu e a concorrência dos asiáticos é tal que a América e a Austrália foram obrigadas a expulsá-los.

Várias greves já nasceram __ a dos botoeiros de Méru, particularmente __ por causa da concorrência que nos fazem os japoneses nos mercados estrangeiros.

Quando o Japão, a Índia e a China acabarem de instalar lá, graças ao carvão que eles possuem, fábricas numerosas e inundarem o mundo com seus produtos fabricados a preço vil, que barreira estancará sua expansão comercial? O trabalhador europeu verá então seu salário cair ao nível de um hindu, de um chinês ou de um japonês. O ganho de um oriental fixará o ganho do trabalhador europeu. ”O regulador do mundo econômico tenderá sempre a ser, não importa o que se faça, o mercado onde o trabalho tiver o mais baixo preço”, já se disse com razão.

Apesar do sonho socialista, o salário dos europeus, longe de crescer, se abaixará então em notáveis proporções.

Quando eu examinei essas hipóteses, há mais de 25 anos, os jornais ingleses da Índia, mesmo reconhecendo totalmente a justeza de minhas previsões, me responderam dizendo que os trabalhadores orientais acabariam por ter nossas necessidades e se tornariam, por consequência, tão exigentes quanto seus confrades ocidentais. Então o equilíbrio seria estabelecido. Eles se esqueceram, como sempre fazem, de que o caráter psicológico da maior parte daqueles povos é muito estável para se transformar. A experiência prova isso, aliás, superabundantemente. Os chineses afluem para a América há muito tempo. A visão do luxo ambiente alguma vez modificou o estilo de vida de algum deles? A xícara de chá e o punhado de arroz diário alguma vez foram substituídos pelo regime europeu? Nossa civiliza-

ção tem muito pouca relação com a constituição mental desses povos para exercer qualquer influência sobre eles. Quem quer que tenha feito um operário hindu trabalhar sabe que, logo que ele ganhou os 5 ou 6 centavos necessários para sua subsistência diária, o oferecimento das somas mais tentadoras permanece sem ação sobre ele.

Essa revolução econômica profunda __ que fará talvez o cetro da produção passar para os povos da América e da Ásia e poderá arruinar a Europa __ agora só está em sua aurora. Parece próxima, no entanto, a hora em que a Europa verá se reduzir imensamente suas exportações.

No que diz respeito aos produtos vindos da América, esse fenômeno está em vias de acontecer, mas os trabalhadores americanos, sendo europeus que possuem necessidades europeias, suas produções não descerão jamais a níveis tão baixos. Eles não devem, portanto, ser muito perigosos para o velho continente. Se este último deixa de exportar qualquer coisa para a América, pelo contrário, ele não tem que temer a invasão dos produtos enviados por ela.

Bem outra é a questão do Japão, da China e da Índia. Como a América, esses países recusarão nossos produtos inúteis, mas nos cobrirão, por outro lado, com os seus, ou, pelo menos, nos criarão uma desastrosa concorrência nos mercados estrangeiros. Nossos estoques já se acumulam. Nossas indústrias, só possuindo a clientela europeia, se arruinarão umas às outras. Elas deverão um dia aviltar

seus preços e, por consequência, reduzir o salário de seus trabalhadores.

Não se pode acreditar que, isolando-se do resto mundo através de uma barreira aduaneira intransponível, a Europa poderá se livrar indefinidamente da concorrência do Oriente. Talvez ela consiga isso por um certo tempo e assegure sua própria subsistência, mas há algum tempo sua população atingiu uma dimensão que não lhe permite mais isso.

Os economistas calcularam, com efeito, que a maior parte dos Estados europeus deixa gradualmente de produzir o alimento necessário para seus habitantes. O isolamento reduziria, portanto, a Europa à fome. Naturalmente, para evitar a terrível perspectiva de morrer de fome, serão removidas as barreiras aduaneiras. Mas com que pagar os produtos destinados à alimentação, quando toda exportação se tornar impossível? No que se tornará a velha Europa mergulhada nos seus bilhões em dívidas e pesados impostos? Ela cairá então, talvez, na decadência; destino final de todas as civilizações gastas e sua população, após lutas sangrentas que acabarão por esgotá-la, deverá se reduzir a um número que lhe permitirá sobreviver. Neste dia os economistas mais endurecidos começarão talvez a compreender os inconvenientes de uma progressão muito rápida da população e a superioridade real dos Estados pouco povoados.

No conflito econômico entre os povos, cuja aurora nós já avistamos, a superioridade intelectual da Europa não é, certamente, um fator a se negligenciar. Mas não nos esqueçamos de que ela é o território de uma elite muito restrita e de que, sob o ponto de vista do trabalho manual, a maior parte dos povos se equivale e não são superiores nem aos chineses nem aos japoneses.

A necessidade em que se encontram os americanos e os australianos de expulsá-los, por causa da concorrência temível que eles fazem a seus trabalhadores, constitui uma prova disso.

Se a luta entre o oriente e o ocidente fosse uma luta intelectual entre as camadas superiores de suas populações, o resultado não seria provavelmente duvidoso. Mas trata-se de um conflito econômico apenas entre camadas medianas, quase iguais no nível mental, mas muito desiguais em suas necessidades. O sucesso final estará, sem dúvida, do lado das menores necessidades.

Todas essas especulações possuem, de resto, um interesse apenas distante. Os problemas da hora presente são muito graves para que possamos deixar para nossos filhos os problemas do futuro.

***

CAPÍTULO VII

Influências psicológicas do ensino universitário.

Sumário

Leibniz disse que com a educação pode-se transformar um povo em cem anos. Ele poderia ter acrescentado também que com uma educação mal adaptada deforma-se a mentalidade de um pouco em muito menos tempo.

Os sucessos científicos, industriais e econômicos dos alemães, nascidos de seu ensino universitário no último século, justificaram a afirmativa de Leibniz.

A decadência a que nos levaram nossos métodos clássicos tende a confirmar igualmente o que acabo de dizer sobre as consequências de uma educação mal adaptada às necessidades de um povo. É um triste sistema este, que cria um número imenso de desclassificados e de revoltados e que fabrica tantos teóricos falastrões, incapazes de serem utilizados em um laboratório ou uma usina e aptos somente a repetir as demonstrações de seus livros didáticos.

O problema da educação é antes de tudo um problema de psicologia. Porém, os princípios fundamentais de nossa educação clássica, das escolas primárias até as escolas superiores, repousam em uma série enorme de erros psicológicos. Disso resulta o fato de que

nossa universidade se tornou uma das causas principais da anarquia social que nos corrói e da decadência que nos ameaça.

*

* *

Numa tarde de inverno muito sombria eu vi entrar em minha casa um grande velho, com a fisionomia fina e o olhar penetrante. Ele trazia à mão o meu **Psychologie de l'Éducation**, cuja nona edição acabava de sair e, sem nenhum preâmbulo, me fez este discurso:

"Nosso sistema de educação não pode continuar. A universidade levaria a França ao último grau da decadência. Eu sou senador, membro da acadêmica de ciências e da academia de medicina, ex-professor universitário e possuo, por consequência, várias tribunas. A atenção deve ser voltada para as ideias que haveis exposto. É preciso que me ajude nessa tarefa me fornecendo anotações e informações para um discurso documentado no Senado".

Eu, naquela época, não conhecia pessoalmente meu interlocutor e sabia somente que, na época em que ele exercia sua profissão, ele era tido como o mais hábil cirurgião de seu tempo. Uma indicação tal bastava para precisar seu nome.

A visita do ilustre acadêmico se repetiu várias vezes. O resultado de nossas discussões foi que, para mudar nosso ensino, seria necessário transformar primeiramente a alma dos dirigentes da uni-

versidade, depois a dos professores e, enfim, a dos pais e dos alunos. Diante dessa evidência, o eminente senador desistiu de seu discurso.

*

* *

Poucas questões suscitam tantos livros, documentos e folhetos quanto a educação. Nenhuma mostra melhor o quanto são tenazes as ideias herdadas dos povos e por qual imperiosa tirania o passado as encadeia.

O problema da educação francesa dá lugar a esta dupla constatação: necessidade universalmente reconhecida de uma reforma e a impossibilidade completa de realizá-la.

Legisladores, professores, cientistas, intelectuais, são unânimes em achar nosso sistema de ensino detestável e em repetir que o tempo passado no liceu e na escola primária é um tempo perdido. Ninguém ignora que a pessoa desejosa de vencer na vida deve refazer totalmente sozinha sua instrução e dedicar a segunda parte de sua existência a destruir as ilusões, os erros e os modos de pensar adquiridos na primeira.

O acordo é completo sobre todos esses pontos e, no entanto, apesar dos esforços cotidianos tentados, nosso sistema de educação não realizou nenhum progresso nos últimos 50 anos. Cada mudança só consegue, pelo contrário, acentuar seus defeitos.

É útil colocar em evidência as causas dessa singular impotência. Uma ideia errônea está necessariamente na base de todas as reformas tão inutilmente tentadas. Remexer nos programas não é mudar o erro psicológico que os inspira.

Se sempre modificamos sem sucesso os regulamentos universitários é porque são os métodos de ensino e não os programas que é preciso mudar. Jamais os professores conseguiram chegar a essa convicção. Eles não se dão conta de que, com seus processos mnemônicos, seus raciocínios teóricos, abstratos, sem base concreta, o aluno não consegue aprender a observar, a refletir, a raciocinar, a avaliar e adquirir método.

Ao leitor que quiser estudar incapacidade insuperável dos acadêmicos em compreender as causas da fraqueza de nossa educação, eu recomendo a leitura dos dois discursos sobre o ensino, pronunciados diante da associação francesa para o avanço das ciências, pelo senhor Lippman, professor na faculdade de ciências de Paris e pelo senhor Appell, reitor da mesma faculdade.

O senhor Lippman começa por provar (e neste ponto ele está de acordo com todos os seus colegas) que o ensino em seus diversos graus caiu na França a um nível extremamente baixo. A superioridade esmagadora do ensino das universidades alemãs e sua influência mundial lhe parecem demonstradas.

Impressionado por tais fatos, o distinto físico refletiu longamente sobre as causas do mal e sobre seus remédios.

Sua laboriosa meditação não foi feliz. Suas conclusões provam unicamente a que ponto grandes especialistas são incapazes de observar e de raciocinar assim que eles se afastam de sua especialidade. Ele não iria longe num país governado por um areópago de sábios, como outrora propuseram cândidos filósofos!

Se o senhor Lippman não fosse um homem sério, falando diante de pessoas muito sérias, poder-se-ia suspeitar que ele estivesse de zombaria com seus ouvintes.

O que ele lhes revelou é, com efeito, bem singular: “Nosso ensino é tão deplorável porque ele veio da China, importado pelos jesuítas!” Quanto a reformá-lo, nada é mais fácil. Bastaria “liberar as universidades do jugo do poder executivo...” e lhe “retirar a colação de graus”. Estranha aberração! Todo o poder do executivo não se limita apenas a assinar os diplomas que a universidade entrega? É preciso fechar os olhos à evidência para descobrir em tais causas uma situação criada unicamente por nossos métodos de ensino.

As concepções do senhor Lippman são, como se vê, de uma ingenuidade um pouco excessiva. Aquelas pronunciadas pelo senhor Appell, em seu discurso, merecem, no mesmo grau, um qualificativo semelhante. Cada linha trai a incerteza do pensamento. Pode-se avaliar isso pelo seguinte extrato: “A administração vê o mal e busca

ativamente o remédio. Ele consistiria sobretudo em estabelecer relações de continuidade entre as escolas normais primárias e o ensino superior". (sic)

Mais além ele propõe, como grande reforma, a supressão de uma parte dos cursos do Museu e sua transformação em "Instituto Nacional das Coleções".

O autor acaba por sentir a fraqueza de tais ideias. Num artigo recente, ele retorna ao mesmo assunto e assegura que:

> *A primeira reforma seria a classificação das matérias dos programas pelo valor utilitário e a segunda, a aplicação dessa relação na universidade ativa, bem como em sua administração, com alguns ensinos limitados e outros expandidos, com algumas cadeiras suprimidas e outras criadas.*

Como se vê, nenhum desses eminentes especialistas conseguiu ainda compreender que o que é preciso modificar não são os programas, mas os métodos. Propor alongar ou encurtar os primeiros, suprimir certas cadeiras ou criar outras, representa uma fraseologia inútil, sem nenhuma ideia diretora como apoio.

No mesmo número da revista onde aparece o discurso citado acima se encontra um trabalho do senhor Le Chatelier, muito apto a demonstrar aos numerosos acadêmicos que pensam como o senhor Appell, a diferença que separa a pessoa cuja educação prática formou sua capacidade de raciocínio e aquela que se limitou a aprender

teorias abstratas nos livros didáticos. O autor supõe __ caso, aliás, várias vezes observado __ dois engenheiros encarregados de instalar fornos Siemens de calor regenerado. É impossível utilizar as indicações livrescas, pois existem centenas de modelos desses fornos e de nada serviria conhecer a todos, já que o comportamento de cada um deles varia inteiramente de acordo com as inumeráveis qualidades do carvão empregado. O homem dos manuais está completamente perdido. Ele tateia ao acaso e, após ter feito sua usina gastar somas consideráveis e um tempo precioso, ele se vê obrigado a recorrer às luzes de um especialista. O engenheiro cuja instrução não foi construída unicamente, como na França, sobre a memória e cujo raciocínio científico é exercido sobre a realidade, procede de uma maneira bem diferente.

> *Numa série de observações ele será compelido a fazer variar apenas uma das condições da experiência: num dia, o modo de aquecimento; num outro, a natureza do carvão; por fim, a quantidade de água enviada ao cinzeiro. Essas tentativas metódicas lhe permitirão avaliar em cada caso os resultados de tal ou tal modificação e o levarão pouco a pouco a obter um funcionamento normal de seu gasogênio. O tempo perdido será mínimo e a despesa insignificante.*

*

* *

Cada período da história dos povos exige uma educação nova, porque o meio muda e nascem novas necessidades. O errado com a nossa é não ter sabido evoluir.

Escreveu recentemente um ex-ministro, o senhor Hanotaux:

> *A educação francesa é puramente livresca. Nossos jovens são mantidos até os 25 anos nos bancos das escolas, onde suas calças se gastam e suas mentes se desgastam. Eles não aprendem nada além de repetir lições verbais e formais que os tornam impressionantemente inaptos para a vida. A existência de nossa elite reduz-se assim a um remoer de papeladas insignificantes ou à repetição eterna de fórmulas já gastas. Essa ignorância, esse desdém pela realidade, essa falsa apreciação dos valores sociais está na base de nossa educação moderna: ela contamina a maior parte de nossas profissões liberais.*

Certos princípios formulados em algumas linhas têm às vezes consequências cuja exposição demandaria um volume. Os princípios psicológicos tão errôneos que servem de base para nosso ensino superior[7], secundário e primário acabaram por se insinuar até no ensino técnico. Eles são chamados para arruinar nossa indústria nacional.

[7] Os métodos mnemônicos estão na base de todo ensino universitário, da escola primária às faculdades de medicina. O **Matin** de 18 de março de 1910 publicou o seguinte manifesto, assinado por um grande número de médicos, a propósito do exame de admissão ao magistério superior. Dizem eles: "O que queremos __ e isso é de nosso interesse bem como do interesse público __ é um ensino prático e téc-

*

* *

Nossa universidade não fornece __ e, aliás, nunca procurou fornecer __ as qualidades de caráter que fazem o verdadeiro valor da pessoa na vida. Elas são muito inúteis, é verdade, para o professor ou o burocrata, mas indispensáveis em todas as outras profissões e todas as atividades.

Os ingleses dão a elas, pelo contrário, uma importância considerável. Os fatos observados em suas colônias teriam bastado para lhes mostrar essa importância. Os hindus, dotados de uma memória maravilhosa, passavam admiravelmente nos exames que levavam aos empregos superiores do governo da Índia e, no entanto, após experiências repetidas, foi preciso, por causa da inferioridade manifesta de sua personalidade, eliminá-los progressivamente.

A seguinte passagem da obra memorável do senhor Chailley, **L'Inde Britannique,** mostrará perfeitamente a diferença estabelecida pelos ingleses entre a instrução puramente intelectual e a do caráter.

nico. Quando em nossos diferentes congressos médicos, em Paris e em Lille, nós pedimos essa reforma, negligenciaram em nos responder. O exame de admissão é eminentemente injusto. Não se pode avaliar um candidato com uma composição escrita. As provas desse exame são todas teóricas. Só as provas práticas deveriam contar e elas não existem".

Os hindus só se preocupam com talento e habilidade. Os ingleses se preocupam sobretudo com a personalidade. O que é isso? É o valor moral da pessoa: o sangue-frio, quando se trata de decidir e a rapidez, quando se trata de agir. A consciência, para enfrentar o que vier. A energia, contra o que ameaça. É o sentimento do dever com relação ao país e com relação a si mesmo. A inteligência atestada por brilhantes concursos, discursos eloquentes ou engenhosos escritos, os ingleses dão a eles o valor que merecem. São para eles méritos de segunda ordem.

Lorde Lawrence não era, certamente, em seu tempo, o "civilian" mais provido de talentos, o mais dotado de habilidades. Ele foi escolhido, no entanto, entre todos, para ser um vice-rei; é que ele possuía em grau supremo estes dons incomparáveis: a probidade e a vontade.

Como se cultivam essas qualidades da personalidade, das quais as mais úteis são o domínio de si mesmo e a disciplina? Eu não vou examinar aqui o que já fiz em outro lugar[8].

[8] Os seguintes extratos de uma carta do senhor comandante do estado-maior C... do 21º de dragões, condensam perfeitamente os princípios que eu expus e que são aplicáveis tanto aos estudantes quanto aos recrutas.

Permita a um oficial zeloso de sua profissão vos dizer o quanto ele ficou impressionado com a mão segura com a qual vós tocastes nas coisas do exército. Impor antes de tudo aos homens uma firme disciplina externa e a disciplina interna logo acontecerá por associação inconsciente dos reflexos. Isso não será então somente um jogo de se fazer amar e, por pouco que se tenha um prestígio pessoal, um pouco de bondade, ver-

*

* *

Se o leitor desejar conhecer __ olhando os tristes processos mnemônicos e de raciocínio vazio de nossa universidade __ métodos que fixam definitivamente as coisas na mente, eu o convidaria a visitar os estabelecimentos de ensino da Alemanha. Mas ele ficaria muito humilhado com sua viagem. Eu lhe aconselharia então somente a leitura do livro de Buyse sobre os sistemas americanos de educação; obra que a academia real da Bélgica concedeu um de seus mais altos prêmios. Eis um curso resumido, tomado de empréstimo do professor Jacquemin:

> *Toda educação e toda instrução americana repousam sobre o esforço pessoal. O sistema aplicado logo no primeiro ano da escola primária se expande com a idade. Os exercícios práticos estão sempre em sua base, mesmo quando se trata de literatura. Ela se torna um trabalho de laboratório, pois se associa intimamente com o desenho e a modelagem. Um escândalo para o ensino baseado na palavra do mestre! Faz-se as*

se-á como por milagre surgir ao redor de si incalculáveis devoções. A todos os comandantes que possuem a mente fechada... Ai! A todos, essas verdades explosivas.

O autor se esqueceu de acrescentar que, hipnotizados pelas ideias socialistas que estão na moda, muitos jovens oficiais adotaram a teoria da disciplina pensada e voluntária. Eles discutem com seus subordinados, dissertam, explicam etc. Pode-se terminar assim, mas jamais iniciar desta maneira. Ignorar isso é dar prova de um desconhecimento psicológico muito grande e impedir para sempre a criação de uma disciplina.

crianças agirem como se estivessem sozinhas no mundo, com toda liberdade. A mesma coisa com as ciências puras e aplicadas; o estudante retira dos aparelhos e do material de experimentação os segredos dos fenômenos e das leis que os regem. A mesma coisa para todos os ramos de ensino, até nos mais abstratos; eles são apresentados sob formas concretas, que exigem para serem assimiladas muito mais habilidade com as mãos do que vivacidade de pensamento.

... Qualquer que seja o sistema pedagógico, sempre se encontra o trabalho manual em sua base; verdadeiro fundamento do estudo. Esse princípio do trabalho manual na base da educação entrou nas escolas americanas pela via "frebeliana"[9] *e por via da técnica.*

Os mesmos princípios na Inglaterra. Eu extraí de uma circular dirigida aos professores pelo Scotch Education Department, as seguintes linhas:

A aquisição de um certo número de fatos não é o primeiro objetivo do ensino, que deve sobretudo visar a implantar na mente da criança o hábito da investigação precisa; método

[9] De Friedrich Wilhelm August Fröbel (1782 a 1852). Pedagogo alemão que trabalhou com Pestallozi e desenvolveu o conceito de Jardim de Infância. (Nota do tradutor)

que pode se tornar um meio de disciplina mental da ordem mais elevada.

Segue-se disso que o essencial do trabalho é o estudo feito pelo aluno individualmente e por ele mesmo, de um problema definido no laboratório e que as demonstrações do professor devem assumir um lugar secundário. O trabalho no laboratório pode ser ***precedido*** *pelas explicações necessárias para mostrar aos alunos a questão a ser estudada. Ele deve ser* ***seguido*** *pela comparação dos resultados obtidos, a discussão das divergências e o estabelecimento das conclusões gerais. A demonstração do professor pode ser empregada para confirmar essas conclusões, ou para ilustrar seu alcance. É função do mestre guiar e dirigir, despertar o interesse, sugerir novos problemas;* ***ele não deve jamais se contentar em expor resultados prontos****.*

*

* *

Esses métodos não constituem, certamente, novidades. Eles estão em uso quase por toda parte __ salvo nos países latinos __ e contribuíram poderosamente para a prosperidade científica e econômica da Alemanha. Nós não os adotamos porque seria preciso começar,

como eu disse acima, por transformar primeiramente a alma dos professores, depois a dos pais e, enfim, a dos alunos.

Principalmente a alma dos professores. Educados segundo métodos mnemônicos, eles poderiam ensinar outros? Todas as tentativas realizadas neste sentido falharam miseravelmente. A mentalidade dos professores, criada pelo ensino clássico, está fixada para sempre. Formados pelos livros, guiados pelos livros, eles morrerão com os livros. O mundo real lhes estará sempre fechado.

Porque se deveria, após ter mudado a mentalidade dos professores, modificar também a dos pais e depois a dos alunos? Simplesmente porque uns e outros só querem da universidade uma coisa: que ela apronte o mais rápido possível os jovens para passarem nos exames. Porém, para conseguir isso, o processo mais rápido consiste evidentemente em decorar uma série de livros didáticos. Estes fornecem conhecimentos muito efêmeros, mas que bastam para o exame. Os raros professores partidários do método experimental __ o único capaz de formar a mente, mas inútil para o exame __ seriam rapidamente eliminados pelos dirigentes universitários. Aqueles que tentaram foram sempre muito mal vistos. Dizem sempre para eles que o tempo dedicado pelo aluno para observar seria muito mais utilmente empregado para decorar os livros, de maneira a poder recitá-los imperturbavelmente no dia do exame. Os pais são, aliás, de uma opinião idêntica.

O objetivo da universidade não é, de maneira alguma, aliás, formar pessoas, mas lhes ensinar um belo linguajar. Ela parece muito orgulhosa disso. Falando em seu discurso de recepção à academia, "da formação universitária", o senhor Doumic deu as seguintes explicações:

> *Sabemos muito bem no que ela consiste e ao que ela leva: ela produz, pela disciplina da antiguidade, letrados que, sensíveis ao mérito de composição e ao valor da arte das obras clássicas, tornam-se capazes de ordenar por sua conta e com método as ideias e traduzi-las numa linguagem irreprovável. Difamou-se muito este tipo de cultura, certamente! E se continuará a difamar. Apenas não se conseguiu inventar um outro.*

Não se conseguiu na França, com efeito e é nisto que consiste precisamente a incurável fraqueza de nossa universidade. O leitor deste capítulo sabe que isso foi conseguido em outros lugares.

Simples professores primários têm algumas vezes, sobre os métodos de educação, ideias muito mais corretas do que as ideias dos acadêmicos. Pode-se avaliar isso pela seguinte passagem de um manifesto recente da Liga dos Professores Primários de Marne:

> *Ensinar não é mostrar, é ensinar a ver. Não é revelar, é sugerir. Não é treinar, é orientar. É mais do que instruir, é tornar apto a observar, a pensar, a se autodeterminar, a agir.*

*

* *

Frequentemente é de se espantar ver o socialismo mais revolucionário recrutar seus adeptos entre os professores, do normalista ao professor primário. **L'Opinion** publicou o resultado de uma pesquisa que demonstra que um grande número de alunos da Escola Normal Superior fazem parte dos grupos socialistas extremos, ou seja, que sonham com a destruição completa do Estado atual.

Essa mentalidade não tem nada de surpreendente, dadas as ideias inculcadas pela universidade. Ela estabelece como dogma indiscutível que o mérito das pessoas é dado apenas pelos seus diplomas. Embaixo, o bacharel; um pouco mais acima, o licenciado; mais alto ainda, o doutor e, por fim, acima de todos os outros, o agregado. O professor que possua estes títulos se acredita ser de uma essência superior. Constatando em seguida que, apesar dessa suposta superioridade, ele goza na vida de uma consideração restrita e vencimentos muito modestos, impõe-se em sua mente a necessidade de construir uma sociedade nova, capaz de lhe dar o lugar elevado devido a seus méritos.

Um exame mais atento das coisas lhe ensinaria rapidamente que, no mundo, as pessoas são classificadas de acordo com méritos bem diferentes da memória, única habilidade necessária para a obtenção dos diplomas.

Os fatos não modificam, de maneira alguma, a mentalidade de nossos professores. Eles só veem neles injustiça e só fazem odiar ainda mais a sociedade da qual eles acreditam ser vítimas. O socialismo revolucionário dos intelectuais é, na realidade, um produto universitário.

Seu rancor, já grande contra o estado social, tornou-se feroz quando uma nova lei os constrangeu a um estágio na caserna, sob as ordens de sargentos frequentemente pouco letrados e às vezes muito rudes. Uma sociedade onde o licenciado e o doutor podem ser comandados por ignorantes é certamente mal organizada e deve-se tratar de refazê-la!

Essa passagem dos intelectuais pela caserna é igualmente uma das causas mais ativas do desenvolvimento do antipatriotismo e do antimilitarismo no meio deles. Das camadas superiores da universidade esses sentimentos desceram até os professores primários, onde se desenvolveram rapidamente.

Escreve Paul Adam:

> *O professor sofre tanto nos alojamentos que ele se torna um antimilitarista ardoroso. Ele é muito simplista também para entender o terrível perigo de uma propaganda de desarmamento, quando a barbárie dos pangermanistas aumenta sem parar o orçamento da ofensiva alemã e reforça seus meios de lançar bruscamente, por cima de nossas fronteiras, nu-*

merosos exércitos. O professor deixa a nação com pés e mãos amarrados a seus inimigos.

Desta forma, os professores dos diversos níveis se voltam cada vez mais para as piores doutrinas anarquistas. Com a omissão geral, os ministros não ousam enfrentar essa temível corrente, que uma vontade forte rapidamente teria suprimido. Que simbólico foi o caso do professor primário que moveu um processo contra o ministro da instrução pública (um simples servidor da democracia, da qual ele, professor, era servidor) que, retido por um embaixador, o fez esperar ¼ de hora. Que hipertrofia da vaidade igualitarista! Que caminho as ilusões criadas pelo ensino universitário tiveram que percorrer nas mentes mal desenvolvidas para levá-las até isso!

Não os critiquemos muito, no entanto, esses modestos professores. Eles são o que o ensino superior os fez. Os livros didáticos, que se tornaram sua Bíblia, são escritos geralmente, com efeito, por mestres da universidade, dentre os quais figuram acadêmicos e professores da Sorbonne. Muitos desses livros são, infelizmente, pouco recomendáveis. Não é de se espantar encontrar neles tantas provas de uma mentalidade de fanáticos. Os jornais menos suspeitos de clericalismo observaram recentemente as jesuíticas interpretações da história contidas em um desses livros didáticos, redigido por um professor da Sorbonne dos mais conhecidos. É preciso remontar à época da Inquisição para encontrar tão sombrios sectários. Se essas

cansativas elucubrações não provocassem um mortal tédio, elas influenciariam da mais perigosa maneira a imaginação das crianças e nos criariam uma geração de antipatriotas e de revoltados.

É um espetáculo entristecedor ver professores da Sorbonne, acadêmicos etc. se rebaixando com prazer aos mestres da universidade e interpretando, de acordo com as ideias do dia, os fatos históricos do passado. Alguns levam o medo até não mais ousar pronunciar o nome de Deus em seus textos, não hesitando, para conseguir isso, em até mesmo desfigurar as fábulas de La Fontaine! Todo mundo conhece a história do peixinho:

O peixinho se tornará grande,

Contanto que Deus lhe dê vida.

Os autores dos novos livros didáticos escrevem solenemente:

O peixinho se tornará grande,

Contanto que se lhe dê a vida.

Eis a que nível se chega para bajular chefes de gabinetes e obter subscrições!

É um pouco humilhante ver homens ilustres, como o Sr. Lavisse, membro do Instituto, se prestar a isso. Destacou-se que, na última edição de seu livro de história da França, ele não mais ousou falar de Santa Genoveva e teve o cuidado de riscar de uma frase que explicava a genialidade de um grande homem a palavra Deus. A inquisição

clerical não foi certamente mais severa do que a inquisição do livre pensador!

*

* *

O livro no qual eu expus os princípios psicológicos que deveriam estar na base da educação teve muitos leitores, a julgar por suas numerosas edições. No entanto, sua influência sobre os acadêmicos foi muito pequena. Confinados em seus rigorosos cursos, os professores só podem ensinar as matérias desses cursos e as ensinam necessariamente com os métodos que serviram para sua própria instrução.

No entanto, nossas pesquisas acabaram por encontrar eco na muito importante escola destinada a formar nossos futuros generais. Eu quero falar da Escola de Guerra; livre inteiramente, como se sabe, da influência da universidade. Com sábios mestres __ o general Bonnal, ontem; o coronel de Maud'huy, hoje; e alguns outros __ são inculcados numa brilhante elite de oficiais os princípios fundamentais desenvolvidos em meu **Psychologie de l'Éducation**. Dentre os mais importantes se encontra aquele que eu escolhi como epígrafe: *a educação é a arte de fazer passar o consciente para o inconsciente*. O senhor comandante Gaucher publicou, com o título **Étude sur la Psychologie de la Troupe et du Commandement**, um livro desti-

nado aos oficiais e baseado nos métodos de educação que eu mostrei. Esse sucesso, um pouco inesperado, prova que não se pode jamais hesitar em dizer o que se deve dizer, mesmo quando se é o único a dizê-lo[10].

*

* *

Um grande número de ensinamentos se retira da história das infrutíferas tentativas realizadas para modificar nosso sistema de educação. Se os legisladores buscaram algumas vezes na experiência e não nos interesses imediatos, seus motivos de ação, eles nela encontraram uma nova prova da inutilidade das reformas acumuladas constantemente sem compreender que a alma de uma nação não se refaz com leis. As leis, eu repito mais uma vez, são eficazes quando elas exprimem a mentalidade de um país, mas elas não a criam jamais.

Serão necessários, sem dúvida, muitos reveses econômicos, muitas perturbações, para gravar nas mentes estas noções fundamentais: que a ciência e a indústria levaram o mundo a uma fase de evolução em que certas faculdades gozam de um papel preponderante na

[10] Eu devo reconhecer que, se as ideias expostas em meu livro tiveram pouco sucesso na França, elas o obtiveram muito no exterior. O Grão-Duque Constantin Constantinovich, presidente da academia de ciências e grão-mestre das escolas militares da Rússia, mandou traduzi-lo para o russo, para o ensino nas escolas que ele dirige.

vida dos povos. Os futuros mestres da ciência, da indústria e do comércio serão pessoas que possuam iniciativa, espírito de observação, vontade, discernimento e autocontrole. Eis as qualidades que nossos métodos oficiais jamais tentaram nos inculcar.

O presidente de uma comissão parlamentar sobre a educação, o senhor Ribot, chegou à conclusão de que nosso ensino é em grande parte responsável pelos males da sociedade francesa. Eu não hesito em dizer, após ter estudado longamente a questão, que nossa universidade é um dos flagelos da França.

***

LIVRO III

O governo popular.

CAPÍTULO I

A elite e a massa.

Sumário

O mundo moderno se encontra em presença de um problema que cresceu lentamente através dos séculos e que será preciso resolver, sob pena de ver alguns povos soçobrarem na barbárie.

Uma das características mais certas, embora bastante desconhecida da civilização atual, é a diferenciação progressiva das inteligências e, por consequência, das situações sociais.

Apesar de todas as teorias igualitárias e das inúteis tentativas dos códigos, essa diferenciação intelectual só faz se acentuar, porque ela é o resultado de necessidades naturais inteiramente livres da influência das leis.

Os progressos da técnica tornaram-se os verdadeiros motores das civilizações modernos. Com sua complicação progressiva, essa técnica acabou por exigir conhecimentos teóricos e práticos tão vastos, iniciativas tão ousadas e um discernimento tão certeiro, que so-

mente as mentes superiormente dotadas podem alcançar tal nível. Porém, ao mesmo tempo em que a capacidade dos dirigentes aumentou, a dos simples executantes se viu reduzida. A divisão do trabalho e o aperfeiçoamento das máquinas tornaram o papel do trabalhador tão fácil que a aprendizagem é quase inútil hoje em dia.

Desta forma, formaram-se classes distintas, separadas por um fosso cada dia mais largo. A educação muito raramente permite atravessá-lo, porque ela fornece apenas uma pequena parte das qualidades necessárias para vencer hoje em dia.

É evidentemente muito irritante para as mentes dominadas pela paixão igualitária, ver o papel das elites crescer tanto que não se poderia passar sem elas. Mas este fenômeno era inevitável. Examineis separadamente todos os elementos de uma civilização e compreenderás rapidamente a importância das elites. É somente delas que emanam os progressos científicos, artísticos e industriais que fazem a força de um país e a prosperidade de milhões de trabalhadores. Se o trabalhador ganha três vezes mais hoje em dia do que há um século e goza de comodidades que não possuía um grande senhor do tempo de Luís XIV, ele deve isso unicamente às elites que trabalham para ele, muito mais do que ele trabalha para elas.

É por isso mesmo que o papel das elites cresceu sem parar e seu trabalho idem. A jornada de 8 horas não foi feita para elas. É somente através de esmagadores esforços que as elites modernas __

particularmente as da indústria __ realizam descobertas e progressos. Elas frequentemente conseguem a opulência que tanto magoa as mentes igualitaristas, mas, na realidade, as elites industriais oscilam sempre entre a riqueza e a ruína, sem poder esperar um estado intermediário. A riqueza, se tudo for rigorosamente previsto, combinado e dirigido. A falência e a ruína, se o mais ligeiro erro for cometido. O grande industrial não tem o direito de se enganar. Por detrás de uma fachada suntuosa se escondem frequentemente sombrias preocupações. Ele acaba de construir uma fábrica equipada com as melhores máquinas e, bruscamente, uma nova descoberta, uma concorrência inesperada, o obriga a recomeçar tudo de novo. A concorrência tornou-se tão feroz, as descobertas dos laboratórios tão súbitas, a instabilidade tão geral, que a quietude de espírito é interditada à pessoa que dirige uma empresa qualquer.

O quadro traçado aqui sobre o papel das elites é muito sumário, portanto, incompleto e, por consequência, inexato em muitos pontos. O industrial criativo, do qual falei, constitui a exceção. Ele tende cada vez mais a se livrar das responsabilidades dividindo sua empresa em ações. Mesmo neste caso ainda aparece o papel das capacidades superiores. De acordo com informações obtidas em diversas fontes __ sobretudo na Bélgica __ as empresas que gerenciadas por donos obtinham um lucro de 10 a 12%, não obtém mais do que

4% __ ou seja, três vezes menos __ quando são divididas em ações. Muitas mesmo não escapam da falência.

É preciso igualmente __ e muito __ que nos negócios industriais e, particularmente, nos negócios financeiros, as remunerações sejam sempre proporcionais à capacidade. O que é remunerado são sobretudo as relações úteis. Um jornal bem informado destacou que a maior parte dos indivíduos engajados nas finanças eram geralmente de uma inteligência bem medíocre. Simples intermediários de negócios em sua maior parte, os lucros que eles obtém lhes assegura, no entanto, uma situação brilhante. Os lucros são, na maioria das vezes, sem nenhuma relação com os serviços prestados. Um jornal assinalou, sem ser desmentido, que cada um dos doze administradores de uma das nossas maiores empresas de crédito recebe, às custas dos acionistas, um vencimento anual ao redor de 300.000 francos, por um trabalho quase nulo. Fatos análogos justificam certas diatribes dos socialistas. Só se pode defendê-los reconhecendo que são inevitáveis.

No mundo antigo só se podia enriquecer, como fizeram os romanos, arruinando os outros. Nos tempos modernos é difícil enriquecer sem enriquecer ao mesmo tempo os outros. Foi o que resumiu muito bem, nas seguintes linhas, o senhor d'Avenel:

Enriquecia-se nos tempos feudais através da guerra privada, arruinando seus vizinhos. Mais tarde, através da usura

pública, apropriando-se dos fundos do Estado. Enriquece-se nos tempos atuais enriquecendo seus vizinhos e o Estado.

A riqueza modernamente conquistada não é, de maneira alguma, roubada do povo, nem obtida do rei, mas sim criada, tirada do nada pela ciência e essa conquista individual de alguns é acompanhada por um ganho coletivo de todos, de um ganho realmente social.

*

* *

Portanto, as civilizações do tipo moderno, criadas pelas elites, só podem sobreviver e evoluir através delas. Esta primeira constatação era necessária para compreender o problema ao qual fiz alusão no começo. Este problema, ei-lo:

Enquanto os progressos científicos levavam as elites de mentalidade superior a dirigir o mecanismo da vida moderna, os progressos das ideias políticas conferiam cada vez mais às massas de mentalidade inferior o direito de governar e de se dedicar, através de seus representantes, às mais perigosas fantasias.

Sem dúvida que, se a massa escolhesse como condutores as elites que guiam a civilização, o problema atual estaria resolvido; mas esta escolha só acontece excepcionalmente. Um antagonismo que se acentua a cada dia separa a multidão das elites. Jamais estas

últimas foram tão necessárias quanto hoje em dia; jamais, no entanto, elas foram tão dificilmente suportadas. A elite intelectual pobre é quase tolerada, porque é ignorada. A elite industrial opulenta não é mais aceita e as leis sociais, editadas pelos representantes das multidões, visam continuamente espoliar suas riquezas.

Foi assim que as sociedades atuais acabaram por se dividir em classes distintas, cujas lutas preencherão o futuro.

Como conciliar tais oposições? Como fazer conviver a elite __ sem a qual um país não pode sobreviver __ e uma massa imensa de trabalhadores, que aspiram esmagar essa elite com tanta fúria quanto os bárbaros tinham outrora quando saquearam Roma?

O problema é difícil, mas não insolúvel. A história nos ensina que as massas são muito conservadoras, apesar de seus instintos aparentemente revolucionários e sempre restabeleceram o que haviam destruído. O mais destruidor dos triunfos populares não modificaria, portanto, por muito tempo, a evolução de um povo. Mas as ruínas acumuladas em um dia demandam às vezes séculos para serem reconstruídas e mais vale tratar de evitá-las.

Uma solução de aspecto muito simples seria restringir o poder popular. Sua simplicidade seduz mesmo muitas mentes. Este meio é, no entanto, quimérico. A evolução democrática dos governos em todos os países mostra que ela corresponde a certas necessidades mentais contra as quais as recriminações seriam inúteis. Uma ele-

mentar sagacidade aconselha se adaptar ao que não se pode impedir. Cabe então às elites se adaptarem ao governo popular e barrar e canalizar as fantasias da massa, como o engenheiro barra e canaliza a força de uma torrente.

Constatamos, aliás __ e isto já é uma útil consolação __ que o dogma da soberania popular não é mais irracional, sob o ponto de vista da lógica, do que os dogmas religiosos, que as pessoas do passado vivenciaram e que muitas pessoas do presente continuam a vivenciar. Parece mesmo, a julgar pelos ensinamentos da história, que o espírito humano se adapta mais facilmente ao absurdo do que ao racional. Digamos simplesmente que ele acaba por se adaptar a tudo.

Na realidade, essa adaptação da elite às multidões seria muito fácil se os políticos, semeadores de ilusões, não tivessem feito germinar erros e ódios na alma das massas trabalhadoras; únicos suportes do antagonismo de que falei.

O antagonismo desaparecerá no dia em que as massas, conscientes de seus verdadeiros interesses, descobrirem que o desaparecimento ou enfraquecimento das elites acarretaria para elas a pobreza, inicialmente e a ruína, em seguida.

Demonstrar-lhes essa verdade elementar será difícil. Está bem claro, no entanto, que, se a oficina sem mestre __ sonhada pelos sindicalistas __ ou a oficina dirigida pelos delegados do Estado coletivista era, a rigor, possível no começo do último século, na época em

que a técnica era muito primitiva, essas formas de organização são impossíveis hoje em dia.

Estranhos, infelizmente, a todas as realidades e errando na esfera das ilusões puras, os socialistas não param de propagar utopias, cuja realização levaria à ruína rápida das almas simples que os escutam.

As quimeras incrustadas nos miolos populares são nitidamente marcadas pelo seguinte conselho de um delegado da classe trabalhadora, apresentado e aprovado no congresso socialista de fevereiro de 1910:

> *Só há um meio de vós vencerdes: é substituir as propriedades capitalistas pela propriedade coletivista, que, "gerenciada por vós e para vós", fará de vós, servos modernos do salário, produtores associados e livres.*

A fábrica gerenciada pelos trabalhadores seria o navio privado de seu capitão e conduzido pelos marinheiros. Ela só duraria alguns dias. Administrada por um delegado do Estado coletivista ela se manteria por um pouco mais de tempo, se esse delegado evitasse mudar alguma coisa, mas, em vez de progredir, ela diminuiria rapidamente de importância e os salários igualmente. Não são, certamente, funcionários públicos sem nenhum interesse numa melhoria qualquer que tomariam a iniciativa de se expor aos riscos de ruína suportados pelas grandes empresas modernas desejosas de prosperar.

Não nos desculpemos por defender tão banais evidências, pois milhões de pessoas ainda parecem ignorá-las. Elas começam, no entanto, a se difundir em diversos países; a Inglaterra e a Bélgica, particularmente. É por isso que o socialismo não assumiu neles as formas agressivas constatadas nos povos latinos, onde ele rapidamente degenerou em uma guerra entre classes.

A incompreensão total de certos princípios elementares prova a necessidade de uma educação nova da democracia. Ela teria como primeiro objetivo mostrar as relações que unem os três elementos da atividade moderna: a inteligência, o capital e o trabalho.

*

* *

Aguardando essa reforma ainda não esboçada __ e que não deve ser esperada de nossa universidade, certamente __ é preciso conviver com as massas e, por isso, aprender a conhecê-las.

Destaquemos ante de tudo, que o governo popular não significa de maneira alguma governo pelo povo, mas sim pelos seus líderes. Não são as multidões que fazem a opinião. Elas a seguem e depois, hipnotizadas, a impõem com violência. Este é o mecanismo do que se chama de corrente de opinião.

Nunca, com efeito, ou quase nunca, as massas determinaram tais correntes. Elas lhes imprimem uma força irresistível, mas não as

criam. Por ocasião da execução de Ferrer __ personagem que o povo parisiense jamais tinha ouvido falar __ alguns líderes levaram 50.000 pessoas a atacarem a embaixada da Espanha. Exasperada pelos seus discursos, sem, aliás, compreender porque, pois do acontecimento inicial ela sabia quase nada, a massa se dedicou a todo tipo de violências, inclusive a pilhagem e o assassinato. Um pouco assustados, os líderes convocaram para o dia seguinte uma manifestação pacífica. E a mesma massa, tão violenta na véspera, se mostrou de uma sagacidade exemplar.

A docilidade das massas é extrema, com efeito, quando se sabe guiá-las. A arte de manipulá-las é bem conhecida dos grandes líderes de hoje em dia.

É, no entanto, somente em aparência, eu repito, que as multidões governam. Longe de serem realmente populares, os governos atuais representam simplesmente uma oligarquia de líderes.

Pois, se estes últimos criam a opinião, é importante saber por qual mecanismo. A utilidade da psicologia das massas parece agora evidente. Paul Adam afirma com razão: “Numa democracia, a ciência das massas deve ser o principal cuidado das pessoas influentes”.

Essa necessidade havia me impressionado há uns quinze anos e, por isso, escrevi a **Psychologie des Foules**, assunto bastante inexplorado então, mas que foi, depois, objeto de numerosas pesquisas.

Eu não tenho a intenção de repetir aqui as características das massas e me proponho somente a destacar algumas das mais importantes, manifestadas nitidamente ao longo de acontecimentos recentes.

Observemos antes de tudo que, se a psicologia das massas começa a ser bem conhecida __ pois as regras expostas outrora em meu livro são cotidianamente utilizadas pelos oficiais do exército e ensinadas correntemente na Escola de Guerra __ ela ainda não chegou até nossos políticos. Estes últimos não param, com efeito, de alardear a sabedoria, o tirocínio e o bom-senso das massas; qualidades das quais elas sempre foram desprovidas. As multidões manifestam algumas vezes heroísmo e uma devoção cega a algumas causas; mas tirocínio, jamais. Toda a história está aí para dizê-lo. Quando, por acaso, elas demonstraram algum, foi porque alguém o teve por elas.

Nossos legisladores só possuem, evidentemente, uma ideia bem inexata da mentalidade popular. Eles imaginam, por exemplo, que o reconhecimento é uma virtude coletiva e acumulam leis inúteis ou perigosas destinadas unicamente a agradar a multidão. Eles pouco suspeitam do intenso desprezo das massas pela fraqueza e não compreendem que suas perpétuas concessões diante das ameaças retiram deles gradualmente todo prestígio. Essas concessões somente fixam nas almas dos líderes a convicção de que ameaçar com violência basta para obter. No dia seguinte mesmo da promulgação da lei que

concedia aos empregados das estradas de ferro aposentadorias quase iguais às dos oficiais e de muitos magistrados, esses empregados, vendo o que se obtinha através da intimidação, se reuniram para exigir salários que reduzirão a um valor quase nulo as ações das companhias. Não duvide que eles conseguirão.

Eu não relembrarei aqui que a alma coletiva difere completamente da alma individual. Modos de pensar, motivos de ação, interesses mesmo, tudo as separa.

Só reteremos das características das massas a incapacidade de raciocinar ou se deixar influenciar por um raciocínio, o simplismo, a emotividade e a credulidade. As ideias só lhes são acessíveis se traduzidas em fórmulas breves e evocadoras de imagens: o capital é um burguês preguiçoso e barrigudo, alimentado com o suor do povo; o Estado é a polícia e a tropa; o clericalismo é o governo dos padres; o socialismo é um governo que cortará as gargantas dos burgueses e permitirá ao trabalhador beber e comer sem precisar fazer nada.

Os políticos sentiram muito bem, instintivamente, a incompetência das massas em representar várias ideias ao mesmo tempo e a utilidade das fórmulas violentas e claras. Por ocasião das eleições, eles tratam de encontrá-las, podendo lhes servir, como se diz, de trampolim eleitoral: o bilhão das congregações, o perigo clerical, o imposto sobre a renda etc. cada uma delas serviu para isso.

Os ingleses se tornaram mestres nessa condensação, utilizando sobretudo a ação impressionante da imagem. Suas últimas eleições provaram o poder das fórmulas simples e afirmativas. A Inglaterra foi, num certo momento, coberta com cartazes desprovidos dessas rebuscadas explicações com que abusam os candidatos latinos. Toda teoria do partido unionista foi sintetizada em algumas fórmulas como estas: votar com os radicais é votar contra o poder naval da Inglaterra. Afirmação terrível num país onde o último dos operários considera como um dogma religioso intocável a necessidade da superioridade naval da Grã-Bretanha.

Imagens acentuam ainda mais a força imperativa dessas fórmulas. Uma das mais impressionantes e que certamente determinou muitos votos foi um grande cartaz dividido em duas partes. À esquerda, abaixo da simples data 1900, um imenso encouraçado representando a frota inglesa; ao lado, um barquinho bem pequeno representando a frota alemã. À direita do cartaz, sob a indicação 1910, as relações se inverteram: o barquinho alemão se tornou um grande encouraçado, quase tão imponente quanto o gigante inglês. O perigo para a Inglaterra aparecia assim evidente. É inútil acrescentar que ninguém pensou em verificar a veracidade do que mostrava esse cartaz. Isso teria sido do campo do tirocínio, do espírito crítico, faculdades que sempre faltaram nas massas.

Todas essas manobras repousam sobre um conhecimento perfeito da alma popular, de sua emotividade, de sua credulidade e da ação da repetição sobre ela. Se os resultados desejados nem sempre foram obtidos __ pois o Parlamento inglês está dividido atualmente em dois partidos quase iguais __ é porque os adversários empregam as mesmas armas e seus efeitos se anulam. O eleitor indeciso segue então o impulso do grupo ao qual ele pertence.

É graças à sua sensibilidade que as massas são amotinadas tão facilmente e graças à sua mobilidade elas são chocadas tão facilmente. O herói, levado com entusiasmo ao Capitólio, será precipitado com o mesmo entusiasmo do alto do monte Tarpeio[11]. Na véspera de sua queda Robespierre era um deus para a plebe parisiense. No dia seguinte ela urrava xingamentos e delirava de alegria atrás da charrete que levava para a guilhotina o deus caído. Conduzido ao Panteão por entre aclamações da massa, o corpo de Marat foi jogado no esgoto pela mesma massa, alguns anos mais tarde. O cadáver de Cromwell teve a mesma sorte.

Não podendo contar com o tirocínio das massas, pois elas são totalmente desprovidas dele, o líder tenta somente impressionar sua sensibilidade. Com o adversário agindo naturalmente da mesma ma-

[11] Uma das colinas de Roma, de onde eram lançados os condenados à morte. (Nota do tradutor)

neira, o sucesso pertencerá, finalmente, àquele que gritar mais forte e for o mais violento.

Essa necessidade de violência é tal que se pôde ver, nas últimas eleições inglesas, ministros famosos por sua correção vociferarem xingamentos em seus discursos populares com o estilo dos clubes jacobinos no momento da Revolução Francesa.

Num discurso público o Sr. Lloyd George, ministro das finanças, declarou que a Câmara dos Lordes "era uma reunião de miseráveis preguiçosos, de tristes covardes que não tinham coração suficiente para fazer o bem, nem coragem suficiente para fazer o mal". Injúrias semelhantes eram repetidas diariamente por diversos ministros em suas circunscrições.

No estudo da psicologia popular deve-se notar ainda que a consciência de seu poder e de sua irresponsabilidade dá a uma massa uma suscetibilidade e um orgulho excessivos. Os acontecimentos recentes forneceram muitas provas disso e eu já citei várias delas neste livro.

Quaisquer que sejam, aliás, os sentimentos da multidão, eles são sempre exagerados e, por isso, se seu orgulho é excessivo, sua obediência e seu servilismo o são igualmente, assim que elas se veem em presença de indivíduos com prestígio. Nós já mostramos com que facilidade as ordens mais absurdas e os mais imperativos comi-

tês revolucionários eram respeitosamente obedecidos pelas corporações de trabalhadores.

Esse estado mental das massas sempre foi o mesmo. Eu encontrei um exemplo bem curioso da suscetibilidade e do servilismo que pode sucessivamente manifestar a mesma massa, segundo as circunstâncias, no seguinte extrato retirado de um jornal, das memórias de um viajante estrangeiro chamado Campe, que veio à França em 1790.

Tratava-se de uma petição ao rei, que Target lia para seus colegas:

Diz Target, lendo a petição:

__ Senhor, a Assembleia Nacional tem a honra...

Gritos, batidas de pés.

__ Nada de honra! Nada de honra! Apague esta palavra!

__ ... de colocar aos pés de Vossa Majestade...

Tumultos, vaias formidáveis, as paredes e as vidraças tremem.

__ Abaixo os pés! Abaixo os pés! A Assembleia Nacional não coloca nada aos pés de quem quer que seja!...

Target, desconcertado, retoma com um gesto de desespero.

__ Senhor, a Assembleia Nacional leva a Vossa Majestade...

__ Bravo!

__ ... a oferenda...

Protestos frenéticos.

__ Nada de oferenda!...

E a coisa continuou assim até o fim da sessão. O bom alemão saiu de lá assustado e um pouco desiludido. No dia seguinte ele consegue chegar ao castelo de Versalhes na hora em que a petição devia ser remetida ao rei. Ele não se arrependeu ao ver, em presença do monarca, os rostos orgulhosos dos legisladores que ele tinha julgado na véspera tão melindrados e tão zelosos com sua dignidade. Ai! Assim que Luís XVI apareceu na galeria, foi um delírio unânime; aqueles que haviam se mostrado na Assembleia como os mais arrogantes pulavam nos tamboretes para melhor ver seu bom senhor, se agarravam nas pilastras, se levantavam nas pontas dos pés. Um grande grito de ***Viva o rei!*** *abalou o palácio inteiro e a Assembleia se pôs docilmente atrás do soberano para acompanhá-lo à capela.*

*

* *

Olhando os defeitos das massas, não se pode deixar de mencionar também as qualidades. Sua incapacidade de raciocinar torna possível nelas um grande desenvolvimento do altruísmo; qualidade que a razão enfraquece forçosamente e que constitui uma virtude social muito útil. O indivíduo que pensa é geralmente egoísta e dificilmente se determina a sacrificar sua vida para um interesse geral. Somente as massas são capazes de tais abnegações. As causas mais quiméricas sempre encontram milhares de pessoas prontas a morrer por elas. Foi somente graças à ajuda das massas que poderosos impérios puderam nascer e se desenvolver. As massas não criam grandes civilizações, mas em seu seio residem o heroísmo, a devoção e muita das virtudes que os fazem viver.

Uma das últimas características da mentalidade popular que eu mencionarei aqui é sua extrema credulidade. Ela é sem limites, como na criança. Nada é impossível a seus olhos. Se uma massa pede a lua, é preciso prometer-lhe. Os políticos não recuam, aliás, diante de tais promessas! Divulgai numa eleição as mais inverossímeis calúnias sobre vosso adversário e sereis sempre acreditados. Eviteis, no entanto, acusá-lo de crimes muito sombrios; vós o tornareis simpático. As massas manifestam geralmente, com efeito, uma admiração respeitosa pelos grandes criminosos.

A credulidade ilimitada das multidões não é um sentimento exclusivo delas. A credulidade e não o ceticismo é nosso estado

normal. Todos nós possuímos uma pequena dose de espírito crítico para as coisas do nosso meio, mas, fora desse horizonte circunscrito, nós geralmente só manifestamos bem pequenos traços dele. Não acredite muito no ceticismo dos céticos. Eles geralmente só fazem mudar o objeto de sua credulidade. Os paraísos socialistas substituíram os paraísos das lendas. Os deuses mortos têm como sucessores as tábuas falantes, os sonâmbulos e os fetiches.

A credulidade das massas e a credulidade das mentes primitivas são quase iguais. Os criadores de prospectos e anúncios sabem muito bem disso e conhecem também o papel sugestivo da afirmação e da repetição. Grandes fortunas são construídas diariamente com o anúncio de agentes terapêuticos com propriedades puramente quiméricas.

Se fizermos as almas simples vislumbrarem um ganho considerável, através de um anúncio suficientemente sugestivo, o lucro é mais certo ainda. Legiões de financistas vivem das promessas mais incríveis habilmente repetidas. Sua redação não demanda nenhum traço de imaginação. Basta sempre afirmar as mesmas coisas nos mesmos termos. O **Globe** contou a instrutiva história das ações de uma certa mina da República Argentina que jamais funcionou. A cada seis meses, prospectos distribuídos aos milhares repetiam que um dividendo enorme ia ser proximamente distribuído, que a ação devia decuplicar de valor e que se devia comprá-la logo. Convenci-

do, o pequeno capitalista se precipita rumo ao guichê para não deixar passar uma oportunidade dessas. Bem entendido que nenhum dividendo jamais foi distribuído. E, no entanto, há cinco anos a operação é repetida e, graças a esses hábeis anúncios, o público comprou por 12 milhões títulos cujo valor não ultrapassa notavelmente o peso do papel.

Fatos de mesma ordem são inumeráveis e o jornal que relatou o precedente, escolhido entre mil, acrescentou:

> *A credulidade do poupador é insondável; ela é sem limites, como o infinito. Ela não demanda nem provas, nem verossimilhanças; promessas e afirmações lhe bastam. Ela se deixa embalar e adormecer por charlatanescas conversas de vendedor e quanto mais grosseiras e de qualidade inferior, mas ela se abandona a elas sem reservas. Que as esperanças que se fazem brilhar aos seus olhos sejam manifestamente loucuras; que no dia seguinte mesmo elas sejam desmentidas pelos fatos, pouco lhe importa; ela é tão confiante e tão cega que às vezes ela gosta menos daqueles que lhes abriram os olhos do que dos charlatães que a enganaram.*

Transponha o que foi dito para a política e você terá a gênese do sucesso de certos indivíduos e de certas doutrinas. Prometer quimeras, afirmar sem prova, repetir sem parar as mesmas promessas

eleitorais superando as dos seus concorrentes, tal é a fórmula do sucesso.

Não lamentemos muito, no entanto, a universal credulidade que nos rodeia. Poucos fatores das civilizações foram tão enérgicos. Graças a ela, grandes religiões consoladoras surgiram do nada e poderosos impérios foram criados. É a credulidade benfazeja que torna a fé possível e conserva as tradições, suporte da grandeza de um país. Fé na pátria, fé em um ideal, fé no futuro, todos esses pivôs de nossa atividade mental têm a credulidade como guardiã. Os povos que perdem toda a fé perdem com sua alma as razões para agir. O futuro não está mais com eles, os laços sociais foram destruídos. Declinando a cada dia, eles logo se juntam no esquecimento aos povos cujo ceticismo destruidor marcou seu fim.

***

CAPÍTULO II

Gênese da persuasão.

Sumário

Sob a extensão das influências populares, certos acontecimentos políticos explodem geralmente de uma forma tão súbita e tão surpreendente para o público quanto para os homens de Estado. Nada permitiria prevê-los e ninguém os havia previsto.

Essa brusquidão se manifestou particularmente na revolução turca que derrubou em poucos dias um governo várias vezes secular. Ela se mostrou ainda na greve dos carteiros, declarada em alguns instantes e depois na insurreição de Barcelona, onde cidadãos pacatos foram transformados quase instantaneamente em bandidos sanguinários que incendiaram conventos, igrejas e desenterraram os mortos.

As interpretações teóricas dessas súbitas explosões __ dadas posteriormente __ pouco as explicam. Para compreendê-las é preciso se contentar em colocar de lado nossa lógica racional. Ela pode, essa lógica, nos servir para imaginar causas fictícias para os acontecimentos, mas não para criá-los.

Certamente que esses movimentos populares não são filhos do acaso e os sentimentos inconscientes que os produzem obedecem a leis cujo estudo está apenas mal começando.

Um fato já está, no entanto, perfeitamente claro. Essas bruscas insurreições têm, na maioria das vezes, como ponto de partido, a influência de alguns líderes. É importante por isso, antes de tudo, descobrir como estes últimos agem e porque sua ação é às vezes tão rápida e tão precisa, embora seus meios pareçam tão desprezíveis à nossa razão.

*

* *

Eu ainda não havia saído da infância quando, na grande praça de uma cidadezinha de província, recebi sobre este assunto uma lição de psicologia que muito me impressionou. Uns trinta anos me foram necessários, no entanto, para compreender todo seu alcance.

Não foi, bem entendido, a lição que me impressionou naquele momento, mas seu autor: um personagem inesperado, coberto com uma túnica de ouro enfeitada com pedrarias.

Era um rei mago, um sátrapa assírio, um fabuloso rajá? Perturbador problema.

O trono de onde irradiava seu esplendor dominava um carro puxado por cavalos cobertos de púrpura. Por detrás dele, dois guer-

reiros que portavam armaduras cintilantes e lançavam, com longas trombetas de prata, apelos sonoros e misteriosos.

Uma massa admirável, a cada instante mais densa, logo o envolveu. Subitamente, ele fez um gesto, as trombetas se calaram e um silêncio ansioso se fez.

Então, levantando-se com uma nobre indolência, o mago começou a discursar para a multidão. Ela ouvia atenta, respeitosa e encantada.

O que ele dizia? Eu estava muito longe para ouvir bem e compreendi somente que esse poderoso personagem vinha de países distantes, onde reinou outrora a rainha de Sabá, para dar às pessoas, em troca de somas mínimas, bebidas mágicas que continham um pó maravilhoso capaz de curar todos os males e de assegurar a felicidade.

Ele se calou, as trombetas repetiram seus apelos e a massa deslumbrada se precipitou para comprar as milagrosas bebidas. Eu a teria imitado com boa vontade mas, __ Ai! __ minha família, desejosa de me inculcar o desprezo pelas riquezas e de me evitar, dizia ela, a sorte de Sardanapale[12], deixava meus bolsos totalmente vazios.

Mais amargos ainda foram meus lamentos quando eu soube das curas prodigiosas realizadas pelo pó mágico. Sem dúvida que o farmacêutico do lugar __ um homem amarelo, seco e severo __ a-

[12] Sardanapale. Rei de Nínive (Assíria) que vivia, dizem, na ociosidade e na volúpia. (Nota do tradutor)

firmava que as garrafas continham unicamente açúcar. Mas, de que valiam, eu vos pergunto, as palavras desse boticário invejoso, contra as afirmações de um mago coberto de ouro, por detrás do qual imponentes guerreiros tocavam búzios?

Tudo se apaga, no entanto; as alegrias, sempre; as amarguras, algumas vezes. Os anos desceram sua rápida espiral, obscurecendo um pouco a lembrança do mágico, cuja aparição imponente encantou minha vida de infância. Eu adquiri os conhecimentos inúteis do colégio e, entre eles, a lógica, segundo a qual, asseguravam os mestres, se formam nossas crenças e se dirigem nossas ações.

Eu não me esqueci, no entanto, do homem prestigioso. Sua lógica, muito diferente daquela dos livros, havia lhe valido. Portanto, ela não era inútil. Se seu pó continha insignificantes elementos, ele agia, no entanto. A que poder mágico se devia atribuir suas milagrosas virtudes?

Eu permaneci mudo diante desses problemas. No entanto, após ter constantemente refletido sobre eles, eu acabei por descobrir que esse sutil personagem tinha sabido manipular instintivamente os fatores fundamentais de onde derivam a vida dos povos e o curso de sua história.

O que ele vendia, com efeito, era este elemento imaterial que guia o mundo e não pode morrer: a esperança. Os sacerdotes de to-

dos os cultos, os políticos de todas as eras, algum dia venderam outra coisa?

E se o engenhoso personagem havia conseguido impor a fé em seus discursos, foi porque, como todos os fundadores de crenças, ele se apoiou nestes quatro fatores principais das convicções populares: 1º) o prestígio, que sugere e impõe; 2º) a afirmação sem prova, que dispensa discussão; 3º) a repetição, que faz aceitar como certas as coisas afirmadas; 4º) o contágio mental, que torna rapidamente muito poderosas as convicções individuais mais fracas.

Esta breve enumeração contém os elementos fundamentais da gramática da persuasão. Se algum professor de lógica vos assegurar que a razão deveria também constar dela, deixe-o falar, mas não acredite nele.

Esses fatores são aplicáveis aos casos mais diversos e nas circunstâncias mais variadas. Para convencer, você os empregará __ inconscientemente talvez, mas certamente __ seja você um charlatão desejoso de vender um elixir, um sutil financista que é obrigado a vender pequenos valores ou até mesmo um poderoso imperador que queira conduzir seu povo aos pesados sacrifícios necessários para construir uma grande marinha de guerra.

Esses fatores de persuasão só se dirigem aos sentimentos, ou seja, aos motivadores habituais de nosso comportamento. Eles teriam pouco efeito sobre a inteligência e seriam, por consequência, sem

utilidade para o professar que faz uma demonstração ou o cientista que exponha uma experiência. Estes últimos procuram, com efeito, estabelecer conhecimentos e não crenças.

Conhecimento e crença são coisas bem distintas. Platão já havia observado isso há muito tempo e indicado que elas não são construídas da mesma maneira. Todas as pessoas adquirem facilmente crenças. Muito poucas chegam até o conhecimento. O conhecimento implica em demonstrações e raciocínios. A crença não exige nada disso.

A gramática da persuasão, cujos elementos essenciais eu acabei de resumir, só é utilizável para a criação de opiniões ou de crenças que tenham sentimentos como base. Dessas opiniões e dessas crenças deriva a imensa maioria de nossas ações. Quem as faz nascer é nosso mestre.

Um orador que se dirigisse __ como supõem tantos lógicos honestos __ à inteligência de seus ouvintes não convenceria ninguém e não seria nem mesmo entendido. Com gestos, fórmulas, palavras evocadoras de imagens, ele influencia sua sensibilidade e através dela atinge sua vontade. O que ele visa não é a inteligência, mas a região inconsciente onde germinam as emoções geradoras de nossos pensamentos.

Age-se sobre ela através dos meios que eu indiquei: prestígio, sugestão etc. Mas, em nossa enumeração não poderia figurar __ pois

ele não é formulável em regras __ o fator pessoal, que é composto de elementos muito diversos e indefiníveis, cujo conjunto constitui a dedução.

O orador que seduz encanta com sua personalidade, muito mais do que com suas palavras. A alma de seus ouvintes é uma lira que repercute as menores vibrações nascidas sob a influência de suas entonações e de seus gestos. Ele adivinha o que deve dizer e como dizê-lo. O orador comum e o político medroso só sabem bajular servilmente a multidão e aceitar cegamente suas vontades. O verdadeiro manipular de pessoas começa primeiramente por seduzir. E o ser seduzido __ massa ou mulher __ só tem uma opinião, a do sedutor; só tem uma vontade, a dele.

Parece que desses encantadores irradiam forças desconhecidas. Quem as possui não tem nenhuma necessidade de dar explicações; a simples afirmação basta. Se os grandes oradores consentem algumas vezes em dar explicações __ quando seus discursos devem ser publicados __ é porque eles ignoram que o mecanismo da persuasão através de escritos difere imensamente daquele exercido através da oratória. O prestígio individual constitui, no entanto, um poder tal, que, mesmo nos escritos, sua ação ainda persiste. Grandes escritores, como Rousseau, convenceram, não com seus argumentos, frequentemente fracos, mas sobretudo através de seu prestígio.

O encantador não tem outro inimigo indestrutível que não seja uma sólida crença ancorada na alma de seus ouvintes. Quando uma crença tal invadiu o campo do entendimento, tudo se curva diante dela. É um muro que nada atravessará.

O encanto magnético basta algumas vezes, mas nem sempre e outras qualidades __ dentre as quais, a arte de bem falar figura apenas num lugar secundário __ são necessárias ao orador. Para persuadir, ele deve saber sair do seu pensamento, penetrar no de seus ouvintes e vibrar em uníssono com a massa que o rodeia. Ele precisa se emocionar com ela antes de tentar conduzi-la à sua visão de mundo. Foi o que soube fazer Antônio, ao pronunciar diante do cadáver de César o muito hábil discurso que lhe escreveu Shakespeare e graças ao qual ele transformou, em alguns instantes, seus ouvintes, inicialmente favoráveis aos assassinos, em vingadores prontos a massacrá-los.

E, quer se trate de uma massa vulgar ou de uma assembleia de elite, o elemento de persuasão que eu indiquei será sempre o mais eficaz. É preciso __ eu repito __ adivinhar o que pensa o auditório e pensar primeiramente como ele, para levá-lo em seguida a pensar como vós.

A utilidade desse princípio está muito bem marcada na seguinte passagem de um trabalho dedicado pelo Sr. Tardieu a um dos

grandes oradores do nosso tempo, o Príncipe de Bülow, então chanceler do império alemão:

> *A essência da arte oratória numa assembleia política reside na percepção imediata do que espera o auditório. O contato se estabeleceu? Eis a partida ganha. O Sr. de Bülow sempre foi excelente em estabelecer este contato. Ninguém melhor do que ele sentia instintivamente o que convinha, a cada instante, ao público que o escutava. Há, em inúmeros discursos seus, frases ou parágrafos inteiros feitos para responder ao gosto do dia. A afirmação repetida ao extremo da força alemã, as declarações arrogantes __ "A Alemanha não se deixará caminhar a pé"... "A Alemanha não se deixará ser deixada de lado"... "A Alemanha não se deixará ficar isolada"... __ são banalidades gastas que esse intelectual refinado não se apropria sem razão. Mas, orador experiente, ele sabe que essas banalidades que agradam aos deputados que o escutam são amostras bem vulgares, em sua maior parte, de um* ***deutschtum***[13] *orgulhoso. Ele manipula seu público como em uma partida de xadrez.*

As massas, nós já vimos, possuem uma credulidade infinita, mas geralmente as opiniões que lhes são sugeridas são momentâneas, sem consistência, sem duração e sem força. Somente em raros

[13] Alemão. (Nota do tradutor)

períodos da história nós as vimos adquirirem, por um certo tempo, sólidas crenças. Nessas ocasiões __ como no momento das primeiras Cruzadas, durante as guerras de religião ou na época da Revolução Francesa __ elas se tornam uma torrente irresistível que convulsiona o mundo. Não são nossos pálidos socialistas revolucionários __ tão ruidosos diante dos defensores da ordem social, mas tão medrosos diante das massas __ que poderiam provocar tais movimentos. Muitos apetites pessoais estão na base de suas efêmeras convicções. Nunca crenças duráveis foram construídas sobre tão fugazes alicerces.

O papel dos líderes __ conhecido há muito tempo, pois eles se manifestaram em todas as épocas __ só recebeu, no entanto, por parte dos psicólogos, uma explicação insuficiente. Eles só a forneceram, sem dúvida, após terem explorado antes essa obscura região do subconsciente __ o subliminar dos pesquisadores atuais __ onde são elaboradas as causas de nossos atos e as formas de nossos pensamentos.

Eu irei mais longe, talvez, do que permite a ciência positiva, ao dizer que as almas inconscientes do encantador e do encantado, do líder e do liderado, se penetram através de um mecanismo misterioso.

Essa fusão de inconscientes __ que aparece, através de um grande número de fatos, até mesmo na psicologia animal __ nos leva

ao seio de um domínio desconhecido que a ciência vislumbra, mas que não pôde explorar ainda.

Dessas regiões nebulosas é preciso retornar àquelas cuja observação é fácil. Eu assinalei alguns elementos da persuasão, mas somente alguns. Como expor em tão breves páginas o que demandaria um volume? Persuasão pelo meio, pelo jornal, pelos comitês anônimos, pela propaganda, pelo interesse individual etc. Que capítulos dignos da atenção dos psicólogos, mas que, no entanto, os tentaram tão pouco! Eles seriam mais úteis do que suas inúteis dissertações sobre as categorias de Kant ou sobre a natureza do espaço e do tempo. Mais úteis, mais interessantes, mas muito mais difíceis também.

Dentre os principais fatores das convicções populares enumerados acima, há um, o contágio mental, que é tão importante que devemos dizer algumas palavras sobre ele. Ele é o elemento fundamental da propagação dos movimentos de que falei no início: a greve dos carteiros, a insurreição de Barcelona etc.

Esses movimentos, que são iniciados pelos líderes, quando diversas circunstâncias __ um descontentamento geral, por exemplo __ predispõem as mentes a uma certa receptividade, se estendem muito rapidamente ao redor deles pelo mecanismo do contágio mental.

Seu papel é preponderante na maior parte dos fenômenos históricos. Sem ele, nenhuma das crenças fundamentais que guiaram o mundo __ cristianismo, islamismo, budismo etc. __ teria podido se

difundir. Foi somente o contágio mental __ e jamais a razão __ que levou à sua propagação.

É também o contágio mental que generaliza as grandes revoluções, os movimentos de opinião e tudo o que constitui a alma de uma época. Sua ação parece mais considerável hoje em dia do que em qualquer tempo, porque a era moderna tornou-se a era das multidões, que os laços do passado deixaram de conter.

*

* *

Para discernir bem os verdadeiros motivadores da conduta dos indivíduos e das massas, não se pode esquecer que sentimentos e inteligência são __ eu já disse isso __ coisas diferentes. Regidos por leis bem diferentes, eles não têm medidas comuns. Esta noção me guiou em mais de um livro e, bem recentemente ainda, o eminente filósofo Ribot insistiu sobre sua capital importância.

Nós insistimos, no entanto, em traduzir o afetivo em termos intelectuais. Sentimentos e inteligência, estando sempre misturados, eles são, de resto, dificilmente separáveis. É somente através de meios indiretos que se pode identificar estados de consciência puramente afetivos, ou seja, vazios de todo conteúdo intelectual.

Retenhamos somente, dessas indicações sumárias, que a lógica da inteligência não tem __ nunca é demais repetir __ nenhuma rela-

ção com a lógica dos sentimentos. Os recursos da primeira são, portanto, absolutamente ineficazes para interpretar os atos surgidos da segunda.

A história __ tal como a constroem os eruditos de biblioteca, discípulos dóceis de uma severa lógica __ é uma construção artificial, muito mais do que racional. Os mais importantes acontecimentos __ aqueles que dominaram os destinos dos povos e suas civilizações __ emanaram de fatores psicológicos inconscientes, que o erudito pretende interpretar sem ter conseguido penetrar em suas causas. Não é do racional, mas do irracional, que os grandes acontecimentos nasceram. O racional cria a ciência, o irracional conduz a história.

***

CAPÍTULO III

A mentalidade operária.

Sumário

Eu não gostaria de desconsiderar a utilidade das novas pesquisas da psicologia contemporânea. É certamente muito interessante observar as formas de altruísmo entre os batráquios e a fraqueza de sentimentos conjugais nos diversos aracnídeos. Eu me pergunto, no entanto, se os psicólogos profissionais não prestariam serviços mais preciosos ao se dedicarem um pouco ao estudo dos fatos cotidianos da vida social e à determinação de suas causas. Isso resultaria talvez no conhecimento de leis importantes.

Os temas para observação abundam. Se eles geralmente provocam muito espanto é precisamente porque a psicologia moderna ainda não determinou suas leis.

Insurreições como a de Draveil, por exemplo e outras análogas, fazem parte desses movimentos populares inesperados, que surpreendem sempre, porque seu desenvolvimento psicológico continua ignorado.

Recordemos de Draveil. Insurreição armada ordenada por líderes da Confederação do Trabalho; soldados obrigados a se defenderem para não serem massacrados etc. Consequências finais: adesão

imediata da maioria dos sindicatos de trabalhadores à Confederação; tentativa de greve dos tipógrafos para impedir os jornais de saírem; greve dos eletricitários, privando Paris de luz durante uma noite.

Esses fatos permanecem incompreensíveis a quem não tenha estudado um pouco a mentalidade popular. A extraordinária ingenuidade dos meios propostos para prevenir sua repetição mostra a que ponto pessoas esclarecidas permanecem estranhas à psicologia coletiva.

O caso de Draveil é muito característico porque é incontestável __ fato muito raro numa aventura tal __ que todos os erros estavam de um lado e o bom direito do outro. Revolta contra as leis, ataque violento contra as tropas encarregadas de proteger as propriedades privadas e que só se defenderam em último caso. A repressão era indispensável. Nenhum poder político poderia tê-lo evitado.

O governo tinha, portanto, inteira razão. No entanto, toda a classe operária bradou furiosamente. Porquê?

Antes de responder a esta questão é preciso repetir mais uma vez que as massas obedecem a impulsos sempre desconcertantes quando se quer avaliá-los em nome da lógica. Dissertar sobre o absurdo de seus motivadores seria inútil. É unicamente a impressão produzida por eles nas mentes que importa conhecer.

Para compreender a influência desses motivadores lembremo-nos do poder das quimeras sobre a alma popular. Desconhecer sua

ação seria ignorar a história. Na cadeia dos eventos cujo curso ela orienta, o papel da razão sempre foi mínimo e o do sonho preponderante. Milhões de pessoas pereceram a serviço de ilusões e com elas foram criados poderosos impérios.

O prestígio do irreal continua tão considerável hoje como outrora. As quimeras que fascinavam outrora as multidões ainda as fascinam. Apenas seus nomes mudaram.

*

* *

Antes de estudar a mentalidade operária devemos recordar certas características gerais comuns às massas e já descritas; depois, as ideias diretrizes específicas dos operários e que determinam seu comportamento.

Uma massa não é necessariamente um ajuntamento de pessoas. Sugestões compartilhadas por indivíduos distanciados, mas reunidos mentalmente pela imprensa e o telégrafo, podem lhes dar atitudes de uma massa. Eles possuem então a excitabilidade, a inconstância, a fúria, a credulidade, a ausência total de espírito crítico, a incapacidade de se deixar influenciar por argumentos racionais, o fetichismo e a necessidade inevitável de obedecer a um mestre. Seus movimentos mais violentos resultam sempre dos impulsos de alguns líderes. Ho-

je, como outrora, a massa está pronta para se prostrar diante de todos os tiranos, mas ela geralmente os troca.

Escreve Tarde:

> *As massas se parecem todas por certos traços: sua intolerância prodigiosa, seu orgulho grotesco, sua suscetibilidade mórbida, o sentimento apavorante de sua irresponsabilidade nascida da ilusão de sua onipotência e a ausência total do senso de medida que é resultante do exagero de suas emoções mutuamente exaltadas. Entre a execração e a adoração, entre o horror e o entusiasmo, entre os gritos de "viva" e "morte", não há meio termo para uma massa.*

Essas diversas particularidades psicológicas são encontradas em todos os grandes movimentos populares recentes, particularmente naqueles de Draveil. Os trabalhadores tinham atacado violentamente a tropa para obedecer a alguns líderes. A resposta dos soldados provocou, no entanto, na França inteira, a furiosa suscetibilidade da classe operária que se imaginava, como todas as multidões, estar acima das leis. Imediatamente ela se solidarizou com os amotinados e amaldiçoou violentamente o governo, culpado unicamente de não ter obrigado os militares a se deixarem massacrar sem se defender. "O amor-próprio irritado no povo é a necessidade de dar a morte" dizia a Sra. de Staël.

Quanto à submissão cega das massas às ordens dos líderes, ela foi nitidamente colocada em evidência não apenas pelas violências cometidas sobre os soldados, mas também pelas duas greves consecutivas à repressão da insurreição. A dos tipógrafos, que quase impediu os jornais de saírem, só afetou a metade porque os líderes resolveram negociar ao invés de agirem de maneira suficientemente despótica. A greve dos eletricitários aconteceu perfeitamente, pelo contrário, porque a ordem foi dada a eles imperativamente, no último momento, de maneira a evitar toda discussão. Cada trabalhador recebeu simplesmente a seguinte ordem expressa: "O Comitê **ordena** a todo sindicalizado que deixe de trabalhar quinta-feira, 6 de agosto de 1908, às oito horas da noite e que só recomece às dez horas. Assinado, Pataud".

Pataud foi obedecido como não seriam nem o Tsar nem nenhum autocrata. Somente, talvez, o Grande Lama, encarnação de Deus, como se sabe, que possui sobre os fiéis uma autoridade comparável.

Os jornais recolheram piamente as declarações do ditador. Ele lhes revelou com condescendência suas opiniões. Pataud é antimilitarista, despreza o governo e julga severamente o rei dos belgas. Ele não admite que o Presidente do Conselho se permita substituir os eletricitários por soldados e lhe enviará brevemente suas ordens.

Este efêmero potentado usa muito sutilmente a ironia. Ele considera a greve geral como se fosse uma maravilhosa varinha mágica que a classe operária deve aproveitar, mas ele atribui honestamente esta descoberta a um ministro atual e que preferiria, eu penso, ter realizado invenções mais úteis.

Apesar do seu poder soberano, eu não aconselho, no entanto, a esse autocrata, contar muito com a duração de seu poder. Ele não passa de um símbolo que traduz um estado da alma popular, que outros saberão proximamente explorar. As massas são obedientes, mas terrivelmente cambiantes e Pataud logo cairá num esquecimento tão profundo quanto Ferroul e Marcelin Albert, reis efêmeros do sul da França. Ele faria bem, então, se solicitasse uma cadeira de psicologia prática à Sorbonne, a fim de ensinar aos políticos e aos dirigentes industriais a arte de manipular as massas, que ele conhece tão bem e seus adversários tão mal. Esse ensinamento lhes seria muito útil. A ignorância da mentalidade popular é evidentemente completa em muitos políticos de todos os partidos e também entre os dirigentes industriais. Eles acreditam, com efeito, que se seduz as multidões através de uma servil submissão, enquanto que é precisamente o contrário.

Encontraremos provas dessa singular ignorância no espantoso manifesto dos deputados socialistas unificados, após a insurreição de Draveil.

Mesmo que cobertos pelos mais desprezíveis xingamentos pelos líderes da Confederação, eles não deixaram de expressar sua solidariedade para "com os militantes operários em greve e em batalha e as organizações sindicais que os agrupam e os organizam... Hoje, como ontem, uni-vos! O partido dará sua inteira colaboração a toda ação decidida pelo proletariado organizado".

É, como destacava um dos jornais que reproduziram o documento, "a abdicação pura e simples de toda autoridade e sua colocação nas mãos dos dirigentes da CGT".

Essa mentalidade servil é muito instrutiva. Ela representa uma forma laica do espírito clerical mais humilde. Eu prefiro infinitamente os devotos, curvados cegamente sob as ordens do Papa, aos políticos que se ajoelham diante dos decretos dos cidadãos Pouget e Pataud. Os primeiros pelo menos têm o mérito do desinteresse.

Se ignorássemos o poder do espírito religioso seria incompreensível ver homens esclarecidos confraternizarem com anarquistas que se atribuem o direito de massacrar soldados, suspender a publicação de jornais, interromper a vida pública e outras fantasias que não teriam ousado nem Nero nem Heliogábalo.

E o que conseguem com sua baixa submissão? O desprezo intenso e não dissimulado dos mestres que eles pretendem servir.

Evidentemente que os deputados socialistas deram prova, nessa circunstância, de uma psicologia muito pobre, mas vários defen-

sores da ordem não se mostraram mais esclarecidos. Um deles, deputado moderado, no entanto, assegurou em um jornal que os acontecimentos de Draveil foram o resultado da lentidão do Parlamento em adotar todas as leis que os sindicatos exigem e que deveriam se apressar em votá-las. Isso significa, sem dúvida que, após ter admitido a encampação da estrada de ferro do oeste, era preciso se apressar para implantar o imposto sobre a renda que, revelando o estado das fortunas, permitirá espoliar os cidadãos a vontade. Em resumo: obedecer sem discussão às ordens do sindicalismo revolucionário que, aliás, declara desprezar todas as reformas. Obedecer sem trégua, obedecer sempre! Que perigoso conselheiro é o medo!

Vemos melhor ainda as consequências do medo pelo que se passou com o Presidente do Conselho, quando, no dia seguinte à greve dos eletricitários, ele reuniu os diretores dos seis setores elétricos de Paris.

Não admitindo, com razão, que uma cidade com três milhões de habitantes pudesse sofrer com os caprichos de um punhado de sindicalistas, o ministro aconselhou aos diretores que demitissem imediatamente seu pessoal, oferecendo substituí-los por soldados especializados. Somente um aceitou a proposta, se comprometendo a fazer funcionar sem dificuldades sua usina com os trabalhadores que lhe eram oferecidos. Os outros cinco recusaram, declarando preferir obedecer às ordens do cidadão Pataud. No dia seguinte eles envia-

ram um emissário para oferecer muito humildemente, a esse homem temido, um emprego que lhe dava toda liberdade e um salário ao redor de 4.000 francos! A pusilanimidade levada a este grau é tão inacreditável que eu não teria contado esta história se eu não a tivesse obtido de uma testemunha presente à audiência e que saiu dela vermelho de vergonha, sob o olhar desdenhoso do ministro.

Essa incrível covardia dos diretores dos setores parisienses produziu naturalmente o efeito de impedir a demissão, ao menos provisoriamente, do pessoal. A massa sempre despreza a fraqueza e respeita a energia. Não há exemplo na história que ela tenha sido conquistada pela covardia. No caso dos eletricitários, a demissão era muito mais fácil, já que todas as máquinas funcionam automaticamente. Os trabalhadores desempenham nelas, em sua maior parte, o papel de simples manobristas, que podem, segundo me explicou um dos engenheiros, ser substituídos por um pessoal qualquer, após um aprendizado muito sumário.

Vários jornais condenaram, com um vigor que se deve felicitá-los, a muito vergonhosa conduta dos diretores de setores. Concluiu o **Temps**: “Desde que a crise social se abriu não houve sintoma mais grave do que essa falha. A audácia dos revolucionários não é nada. Foi a covardia dos outros que foi irreparável. O governo fez seu dever. Recusou-se seu apoio. Não querem ser ajudados. Querem ser derrotados”.

Se o patronato recusa se defender e não consegue assimilar melhor a psicologia popular, ele merece as falências que os ameaçam e seus dias estão contados.

*

* *

Fora as características comuns a todas as massas, a mentalidade operária oferece particularidades especiais, por causa de um pequeno número de ideias transformadas em dogmas pelo operário, através do mecanismo da repetição e do contágio.

Essas ideias, tão simples quanto absurdas, são apresentadas pelos apóstolos da Confederação do Trabalho sob as seguintes formas: "o trabalhador é o criador da riqueza social e dessa riqueza ele não aproveita. Somente, pelo contrário, as pessoas que não a criam são seus beneficiários".

Para remediar essa injustiça é preciso simplesmente destruir a sociedade atual em proveito da classe trabalhadora e, por consequência, "fortificar agrupamentos aptos a realizar a expropriação capitalista e capaz de proceder a uma reorganização social sob o plano comunista".

Enquanto espera, o comitê ordena greves repetidas para chegar, através da elevação dos salários, à supressão progressiva e, em breve, total, do lucro das empresas industriais. Esta última manobra,

acentuada a cada dia, é facilmente praticável nas antigas empresas, porque seus administradores, muito medrosos e bastante indiferentes aos interesses dos acionistas, irão, de concessão em concessão, até a queda a zero dos dividendos. O valor da ação estará reduzido então ao mesmo número.

Uma próxima e muito evidente consequência desse estado de coisas será a dificuldade de encontrar financiadores para as novas empresas. Cada vez mais previsível a sua sorte, o acionista prefere investir seus capitais em empresas estrangeiras. A lista já seria longa dos produtos vendidos na França mas que são fabricados no exterior. O trabalhador, sem se aperceber disso, está matando as galinhas dos ovos de ouro. Totalmente incapaz de previsões, ele só vê os resultados imediatos, momentaneamente vantajosos para ele e perseverará no caminho que está percorrendo até a hora final da ruína.

Essa corrida para o abismo das classes trabalhadoras é acelerada pelas declamações furiosas de uma massa de semi-intelectuais revoltados. Descontentes com sua sorte, convencidos de que os diplomas obtidos através da recitação mecânica de grossos livros didáticos deveriam lhes prover altas posições, todos esses incompreendidos amaldiçoam a sociedade que não reconhece sua genialidade. E com o trabalhador, bem entendido, eles não se preocupam nem um pouco. Desprovidos do sentido das realidades e das necessidades econômicas que regem as civilizações modernas, eles imaginam que

uma nova sociedade se inclinará diante de suas qualidades óbvias, tão mal apreciadas pelo mundo atual.

Enganados por esses desclassificados, frutos de nosso ensino universitário, o trabalhador se convence cada dia mais de ser vítima das mais gritantes injustiças e só sonha com revoltas.

É desta forma que os miolos populares são recheados de ilusões. O simples operário se imagina agora, apesar das evidências em contrário, um produtor de rendas que não o beneficiam. É necessário demonstrar que os verdadeiros produtores da riqueza são os agricultores, os industriais, os engenheiros, os cientistas, que possuem capacidades absolutamente estranhas ao trabalhador. A ação deste último sempre foi nula nas grandes invenções que o permitem viver. Evidentemente que o trabalho manual contribui para permitir a utilização dessas invenções, mas, com os progressos incessantes da mecânica moderna, o papel da mão-de-obra se restringe progressivamente. Nós já dissemos, a propósito das usinas de eletricidade, que um pequeno número de simples trabalhadores braçais basta para fazê-las funcionar. Na maior parte das indústrias __ na dos automóveis, por exemplo __ a mão-de-obra operária corresponde apenas a um quinto do valor total do objeto fabricado.

É realmente verdade, aliás, que essa mão-de-obra é mal remunerada? Pelo contrário; ela é tão bem remunerada que muitos trabalhadores recebem agora salários superiores àqueles que dificilmente

atingem, após vinte anos de trabalho, uma massa de burgueses: magistrados, militares, médicos, engenheiros, advogados, funcionários públicos etc.; munidos, no entanto, de uma educação extremamente onerosa.

Na maior parte das fábricas parisienses __ particularmente na dos automóveis citadas acima __ o trabalho do último dos trabalhadores braçais é pago a 6 francos por dia; vencimento de um preparador, já doutor, em uma faculdade. E os trabalhadores um pouco hábeis chegam rapidamente a ganhos diários de 13 a 14 francos.

Dentre as ilusões populares figura, infelizmente, aquela de que as pessoas são iguais na inteligência. Os lucros dos dirigentes de fábricas parecem, portanto, injustamente elevados. Um simples trabalhador é, para a massa, tão apto a dirigir bem uma fábrica ou administrar uma companhia quanto uma pessoa instruída. Os trabalhadores tiveram, no entanto, convincentes experiências que deveriam ter bastado para esclarecê-los sobre a insuficiência de suas capacidades. Quantas empresas industriais criadas por eles, com a ajuda de capitais complacentes, que tiveram sucesso, eles poderiam citar?

O ódio pelas superioridades é tão generalizado hoje em dia que vimos grandes cidades __ Brest, Dijon, Ronbaix, Toulouse etc. __ escolherem como prefeitos e vereadores, simples operários, modestos bagageiros de estação, medíocres escriturários.

Conhecem-se os resultados. Eles foram nitidamente desastrosos. Um desperdício financeiro tal e uma tão rápida desorganização se seguiram que foi preciso, nas primeiras eleições, se livrar deles.

Em toda parte, as mesmas consequências. Na Alsácia-Lorena, por exemplo, as últimas eleições eliminaram os trabalhadores de todas as municipalidades, particularmente em Estrasburgo e em Mulhouse. Nesta última cidade eles se dedicaram a desordens administrativas tão incríveis que nem um só vereador pôde ser reeleito.

Os povos só aprendem pela experiência e é útil que eles as façam algumas vezes, por mais desastrosas que possam ser. O governo de todas as comunidades da França por trabalhadores socialistas produziria, certamente, em alguns meses, um horror intenso ao socialismo. Somente então as massas descobririam, talvez, que a natureza se recusou obstinadamente a criar pessoas iguais, que a competência é a primeira das potências e que a grandeza, a força e a riqueza de um país, são unicamente constituídos por uma pequena elite de mentes superiores: cientistas, industriais, artistas, engenheiros, trabalhadores especializados etc. Jamais as massas se apoderarão do capital, como demandam tantos fanáticos imbecis, porque o verdadeiro capital é a inteligência. Dessa propriedade não se pode espoliar ninguém.

***

CAPÍTULO IV

As novas formas das aspirações populares.

Sumário

Considerada em seus resultados imediatos, a greve dos carteiros aparece como um incidente comparável a uma greve qualquer. Olhada através de suas causas distantes e do futuro que ela carrega, ela constitui, pelo contrário, um desses eventos que marcam uma nova fase da história __ a queda de Bizâncio, por exemplo.

Pela primeira vez, com efeito, constatou-se o começo da desagregação de uma sociedade em pequenos grupos homogêneos, que não possuem outro patriotismo que não seja aquele de seu grupo e que estão prontos a sacrificar o interesse geral, desde que encontrem nisso uma vantagem qualquer. O mundo civilizado viu, com espanto, os carteiros tratarem o resto da nação como uma cidade sitiada, que o inimigo procura isolar e reduzir à fome. Nenhuma preocupação com as ruínas que poderia provocar uma interrupção tal da vida pública.

Esse egoísmo corporativo que substituiu o interesse geral do país muito impressionou os estrangeiros. Eis como se expressou, com relação a isso, o mais importante dos grandes jornais ingleses, o **Times**:

É triste constatar que a greve atual representa um dia verdadeiramente sinistro, em certos aspectos, da vida nacional da França.

... Se a crise europeia atual fosse interrompida subitamente por uma guerra, o poderio militar da França teria sido reduzido, em alguns dias, ao seu mínimo e um pavoroso desastre nacional teria se tornado inevitável.

... A uma corporação de funcionários públicos que, em uma hora de dificuldades e de ansiedade internacional, não se dá conta de tais considerações, falta, ou um mínimo de inteligência ou mínimos elementos de patriotismo.

O desprezo de todo um grupo de cidadãos pelo interesse geral não constitui o único dos ensinamentos dessa greve. Ela comporta muitos outros.

Sua explosão súbita foi consequência da formação de energias sociais novas, desapercebidas, mas que cresceram nas sombras há muito tempo. Conscientes de sua força, elas se levantaram diante do estatismo parlamentar e, num fulgurante sucesso, mostraram no que poderia se tornar seu papel.

Esse poder imprevisto se ergue tanto contra o poder do Estado quanto contra o poder do socialismo, simples floração do estatismo. Os coletivistas cometeram, na verdade, um grande erro, ao se liga-

rem ao sucesso de uma greve que, evidentemente, eles não suspeitavam de maneira alguma do alcance.

O triunfo dos carteiros foi favorecido pela impopularidade crescente de um parlamento que só soube produzir leis incoerentes e perseguir, com a mais cruel intolerância, classes inteiras de cidadãos.

A história, contada na Câmara, da gerente de agência dos correios que um prefeito exigiu a demissão porque ela ia à missa, provocou no público uma verdadeira explosão de indignação e foi, para muitos, causa da simpatia testemunhada aos grevistas.

Essa nova evolução das aspirações populares nos remete a um período de anarquia e de regressão. A Revolução Francesa havia substituído as corporações pela liberdade e eis que as corporações se restabelecem. Ela tinha suprimido o imposto pessoal, para evitar a inquisição fiscal e nós vamos restabelecer essa inquisição que se tornará mais opressiva do que as antigas perseguições religiosas. As velhas tiranias renascem então uma a uma e mudam simplesmente de nomes. A única liberdade no futuro será aquela de nos odiar. A teocracia sindicalista não tolera outras.

O caráter súbito da greve que mencionamos e sua ausência de motivos prova claramente que ela surgiu de um novo estado mental das massas. Depois que eles a proclamaram, os carteiros tiveram dificuldade para encontrar causas confessáveis para ela. Seus cartazes traíram nitidamente esse embaraço.

Numa proclamação do comando central da greve, publicado pelo **Matin** de 19 de março de 1909, lemos:

> *Nunca olhamos a greve como meio de defesa profissional; foram as injúrias dirigidas pelo Sr. Symian às nossas colegas que levantaram a indignação de todo o pessoal.*

Mas, logo compreendendo que o fato de terem dirigido às mulheres nomes de aves domésticas, pouco consideradas por sua inteligência, não bastava para justificar a interrupção da vida de um país, os grevistas procuraram outros motivos. Eles só conseguiram invocar um vago favoritismo, utilizado aliás pela maior parte dos agentes e cujo único resultado era fazer com que os empregados ganhassem três meses em sua promoção automática a cada três anos.

Na realidade, a greve teve outras causas e a situação dos carteiros não a justificava de maneira alguma.

Essa situação era, com efeito, absolutamente privilegiada. Considerados como agentes eleitorais preciosos, eles viram, nos últimos quinze anos, todas as suas exigências serem satisfeitas. Mais bem pagos do que a maior parte dos funcionários públicos e muito mais do que os melhores trabalhadores, eles só possuem, no entanto, a instrução primária desses últimos e executam um trabalho bem menos difícil.

O escriturário que comandou a greve recebia, com todos os adicionais, quase 6.000 francos de vencimentos e o empregado mais

insignificante está sempre certo de chegar aos quarenta e cinco anos, com os descontos, a 4.400 francos, se ele trabalha num escritório fixo e 5.500 francos se ele é ambulante. A aposentadoria representa dois terços dos honorários. Os sujeitos capazes progridem a cada três anos. Os menos capazes são somente retardados em três meses. Publicando as instruções que regulam as progressões, os jornais mostraram a indulgência da administração e que fracas notas era preciso ter para progredir por antiguidade. Eis o que dizem essas instruções:

> *A progressão por antiguidade se dará para todo o pessoal dos serviços de execução, direção e de vigilância, salvo por fraqueza de rendimento, falta de zelo, de assiduidade, de precisão, de autoridade, negligências graves ou repetidas no serviço.*

Então, por que a greve?

Ela foi simplesmente uma crise de vaidade coletiva extremada em pessoas conscientes da força artificial que deixaram que ganhassem. Eis sua gênese. Escreveu o **Temps**:

> *Os ministros e subsecretários de Estado que se sucederam nos últimos dez ou doze anos tiveram como política conquistar a todo custo a boa vontade de seus subordinados. Em princípio, todas as reclamações do pessoal eram __ aos olhos dos ministros e subsecretários __ justas e fáceis de satisfazer. Mesmo quando essas reclamações eram formuladas como or-*

dens __ e isso se tornou a regra __ tudo vinha para o bem, pois convinha evitar um conflito. Foi assim que ela foi preparada e se preparou outras mais graves ainda.

O poder bajulou com servilismo os delegados da Associação. Seu presidente, descobriu-se, "almoçava toda semana com o subsecretário de Estado, que o consultava sobre as promoções, as tabelas de progressão e sobre as nomeações de diretores"!

Após algumas discussões aconteceu um brusco resfriamento, cujo ponto de partida foi a insuficiência de verbas para satisfazer as crescentes exigências. Esses escriturários, habituados a falar como mestres diante de chefes muito complacentes, ficaram indignados com este esboço de resistência e começaram a ameaçar. O conflito tornou-se psicologicamente evidente com a recusa de um poder sempre pronto a ceder.

Ele explodiu ruidosamente com o mais fútil motivo. Em 12 de março, uma delegação não obteve do ministro o que ela exigia __ ou seja, a supressão da promoção por escolha __ e saiu da audiência urrando de fúria e se precipitou rumo ao escritório central de telegrafia. Ali ela semeou a desordem através de xingamentos e começou a greve. Esta foi votada por unanimidade pelos carteiros e telegrafistas, reunidos no dia seguinte no Tivoli Vauxhall.

Conhece-se seus resultados. Após alguns dias de vaga resistência e de ameaças de demissão, o governo capitulou completamente

__ apesar do apoio da Câmara __ e, é preciso dizer também, da maneira mais humilhante.

Foi, com efeito, muito humildemente, que ministros dispondo de todo o poder público, cederam às reclamações insolentemente formuladas pelos funcionários revoltados.

O representante dos carteiros soube marcar bem a forma humilhante da derrota, diante de seus camaradas entusiasmados por um sucesso imprevisto.

> *Quando eu vi, ontem, no gabinete do Presidente do Conselho, os governantes de joelhos, por assim dizer, nos pedirem o apaziguamento do conflito, eu senti que éramos fortes, porque estávamos resolutos.*

Os revoltados não levaram muito tempo para retirarem os ensinamentos de seu triunfo. Ele foi claramente indicado por um de seus delegados.

> *Aprendemos, com nosso movimento, o significado da palavra mestre. Para nós, não há mais mestres... Não somos mais subordinados, mas colaboradores.*

Esse delegado foi modesto ao qualificar os carteiros de colaboradores. Ele teria podido dizer mais justamente: somos nós os mestres, nós mostramos isso e mostraremos novamente.

Que freio moral, com efeito, poderia parar hoje funcionários que sabem que basta ameaçar para conseguir. Todos agora, inclusive os agentes de polícia, fazem ouvir suas reivindicações.

Foi um psicólogo prático muito esperto, o cidadão Pataud, que, desta triste aventura, deduziu a melhor lição.

Escreveu ele: "Os dirigentes têm um erro imperdoável em seu ativo. Foi terem deixado que tomassem consciência de sua força, agentes que pouco suspeitavam dela".

O mesmo cidadão Pataud não ignora o valor da disciplina. Este sagaz déspota sabe se fazer obedecer por funcionários que o governo não comanda. Ele assegurou em público que, se ele ordenasse que todos os chefes de serviços fossem jogados na fogueira, ele seria obedecido instantaneamente. Agradeçamos a ele por adiar um pouco a realização de suas ameaças.

Os jornais socialistas destacaram igualmente as consequências do triunfo da greve. Eis o que escreveu o mais importante deles:

> *O proletariado pôde se dar conta da força que lhe daria a posse dos equipamentos de comunicações postais, telefônicas e telegráficas, quando ele os tivesse em mãos para seu uso, não mais como na greve de hoje, por uma reivindicação particular ou para a demissão de um subministro, mas para uma luta geral, na hora decisiva, com vistas à sua emancipação.*

Uma vez entrado da via das concessões covardes, é preciso percorrê-la até a queda final e é isso que fazemos agora.

Os jornais assinalaram essa incrível enormidade que o Conselho de Administração das estradas de ferro do Estado decidiu, de admitir um dos secretários dessa confederação revolucionária do trabalho, que não esconde sua intenção de destruir violentamente a sociedade. Vemos até onde pode levar o aguilhão do medo e imagina-se que futuro espera os chefes que só contam com o desprezo piedoso de seus subordinados.

Mesmo que momentâneo, o sucesso dos funcionários revoltados produzirá consequências profundas e de longo alcance. Eu só me ocuparei aqui com as mais próximas.

Vamos assistir à aceleração de uma desorganização geral, começada aliás há muito tempo. Finanças, serviços públicos, marinha e, em breve, o exército; tudo se desmoronará, mais ou menos lentamente, mas certamente.

São principalmente as forças morais, únicas estruturas reais de uma sociedade, que se deterioram agora.

Um fenômeno tal não foi obra de um dia. Durante longos anos, políticos ávidos pelo sucesso não deixaram de embalar seus eleitores com promessas irrealizáveis e de bajular os mais baixos instintos populares. Os comitês eleitorais, os professores primários e os donos de cabaré tornaram-se nossos verdadeiros mestres. De uma colabo-

ração tal, que ideal poderia sair? Todas as hierarquias, todas as disciplinas, todas as devoções ao interesse coletivo foram lentamente destruídos. Não é impunemente que se aniquila nas almas tais sentimentos.

A anarquia que vemos eclodir era, portanto, inevitável e ainda é tempo para se meditar sobre os ensinamentos da história. Em Roma, em Atenas, nas repúblicas italianas, enfim, em toda parte, a anarquia sempre preparou as mais terríveis ditaduras.

*

* *

Diante da situação moral criada pela greve dos carteiros, os políticos buscaram, naturalmente, remédios. Imbuídos da grande ilusão latina sobre a onipotência das leis, eles propuseram imediatamente combater a desordem com regulamentos e o governo negociou rapidamente uma lei sobre o estatuto dos funcionários públicos, destinado a punir aqueles que se colocarem em greve. Um tal grau de ingenuidade é surpreendente. É espantoso ver um jornal sério __ que frequentemente mostrou como o governo passava “da energia das palavras à apatia dos atos” __ acredita na eficácia de tais medidas. Há realmente muitas pessoas capazes de admitir que quando dez mil empregados se colocam em greve, a perspectiva de demissão ou mesmo de prisão, poderá impedi-los? Ameaçou-se também de de-

missão na última greve. Que ação a ameaça exerceu sobre eles? Absolutamente nenhuma.

Essa medida não foi, aliás, a única proposta. A discussão da greve no Parlamento fez surgirem outras mais cândidas ainda. Um deputado, de alma evidentemente simples, assegurou na Câmara que tudo entraria em ordem se o subsecretariado dos correios fosse transformado em ministério! Palavras e fórmulas; não conseguimos sair delas.

De fato, remédio só existe um e, após a segunda greve, foi necessário recorrer a ele.

A conduta era exatamente aquela que já se impunha por ocasião da greve dos eletricitários, cujos diretores, com sua pusilanimidade, determinaram em grande parte a greve dos carteiros.

Quando um exército em presença de um outro se vê na impossibilidade de fugir, só resta a ele duas medidas a tomar: fazer-se prisioneiro ou combater. Cedendo, ele se coloca a mercê do vencedor, que desfrutará grandemente de sua vitória. Defendendo-se, ele pode triunfar. Vencido, sua sorte não é pior. Ele, pelo menos, salvou sua honra.

A única decisão eficaz para o governo, apoiado pela Câmara, foi então travar batalha com as forças coligadas contra ele.

Eletricitários, empregados de estradas de ferro e de muitas administrações, se tivessem se juntado aos carteiros, o motim teria per-

turbado as ruas e Paris se veria ligeiramente inflamada durante alguns dias. A luta teria sido dura, mas o sucesso era certo. Cedendo covardemente não se evitou futuros combates e o triunfo ficou muito menos assegurado, pois se ainda é possível hoje em dia se apoiar nas forças armadas, em poucos anos isso provavelmente não o será mais. Havia somente um momento difícil para passar e era melhor aceitá-lo para evitar outros mais sombrios. Dois princípios contrários __ a ordem e a revolução __ não podem existir simultaneamente. Os povos sofreram numerosas perturbações, mas não se pode citar nenhum que tenha vivido por muito tempo num estado de revolução permanente, como este que parece entramos.

É inútil insistir numa tese justa, mas que não ousou adotar um governo em que vários ministros fomentaram diversas greves e pactuaram, geralmente, com o motim, antes de chegar ao poder.

Atenhamos então unicamente às considerações de filosofia pura, mesmo que elas sejam sempre muito inúteis.

As forças sociais antagonistas em presença são inconciliáveis?

Elas não o são, certamente, em teoria; sendo seu antagonismo apenas aparente. Elas se tornam, infelizmente, na prática, porque uma das forças rivais deriva de sentimentos sobre os quais a razão não influencia. O ódio, a inveja, a magia das palavras e das fórmulas pertencem à categoria das forças que a lógica não consegue atingir.

São, portanto, as mentes que seria preciso modificar e não as instituições políticas. Filhas de necessidades econômicas, estas últimas sempre escapam de nossa ação.

Mudar as representações mentais errôneas que a massa faz das realidades e acalmar seus ciúmes e suas fúrias é uma tarefa não muito fácil. Estamos distantes do dia em que os políticos compreenderão que uma sociedade não é reconstruída de acordo com seus caprichos, que o Estado não é, de maneira alguma, uma divindade poderosa o suficiente para tudo transformar e em que eles aprenderão, enfim, que o aperfeiçoamento de um povo depende unicamente do progresso mental dos indivíduos que o compõem.

O sindicalismo atual __ do qual a greve dos carteiros representa uma manifestação __ é perigoso, não por seus objetivos bastante quiméricos, mas muito mais porque possui uma disciplina e uma energia às quais um Parlamento desacreditado, dividido e sem força opõe apenas incoerência e fraqueza.

A experiência do passado prova que o mundo sempre pertenceu aos audaciosos, dominados por um ideal poderoso, que é o que faz seu valor. Foi com vontades fortes, sustentadas por convicções poderosas, que grandes impérios foram destruídos e criadas grandes religiões capazes de dominar as almas.

A fraqueza filosófica dos novos dogmas não prejudica sua propagação. As vontades disciplinadas e ativas que os defendem os

tornam temíveis. Basta que sejam mantidos por um tempo para criar um direito novo, pois o direito é apenas a força que dura.

***

CAPÍTULO V

A impopularidade parlamentar e a promessa eleitoral.

Sumário

Era o começo da Revolução Francesa e o hábito de se livrar dos adversários cortando-lhes a cabeça ainda não estava regularmente estabelecido. O doce Saint-Just cobiçava a de Camille Desmoulins, mas não tinha conseguido ainda mandar cortá-la. Aproveitando-se de um recesso, que deveria ser bem curto, o célebre polemista escreveu com fervorosa atividade suas últimas reflexões. Elas foram publicadas num pequeno jornal chamado **Le Vieux Cordelier**.

Você nunca leu, sem dúvida, esse venerável jornal. Eu também não o conhecia, até que há pouco tempo o acaso colocou sob meus olhos o número de 20 frimário, do ano II da República una e indivisível.

Sua instrutiva leitura prova, a quem se esqueceu, que desde o início da Revolução Francesa, o método da promessa eleitoral __ esse flagelo das democracias __ vicejava furiosamente. Camille Desmoulins reclamava dela com amargura e indica os meios de combatê-la relembrando uma velha história da época romana.

Naquele tempo __ diz o célebre polemista, que eu resumo um pouco __ vivia em Roma um certo deputado coletivista de nome

Grachus, que havia se tornado um incômodo porque fazia aos trabalhadores uma quantidade enorme de promessas irrealizáveis. Essas promessas o tornaram muito popular, mas impopularizaram ao mesmo tempo o Senado. Inquieta com suas manobras, a ilustre assembleia acabou por contratar um anarquista de nome Drusus e encarregá-lo de aumentar ainda mais todas as moções de Grachus. Se este último solicitava fornecer pão ao povo por quatro centavos a libra, Drusus logo propunha fornecê-lo por dois centavos e assim sucessivamente. Em pouco tempo Grachus perdeu toda sua popularidade. Ele a perdeu mesmo de uma tal forma que seus antigos admiradores acabaram __ para grande satisfação do Senado __ por cortar-lhe a cabeça. Seus contemporâneos pouco lamentaram isso e a posteridade menos ainda.

Tal é o sentido geral da história contada pelo **Vieux Cordelier**, segundo os autores latinos. O apólogo do célebre polemista não foi compreendido e, sob a influência das promessas eleitorais cotidianas, a República desceu rapidamente a ladeira das violências, da anarquia e das medidas arbitrárias que a fizeram soçobrar na ditadura.

Certamente que a promessa eleitoral constitui __ pelo menos em aparência __ um meio eficaz de superar seus rivais; sobretudo se eles mantém algum escrúpulo e se no primeiro golpe se vai bem longe. É incontestável que o deputado socialista que prometeu, há um tempo, 6.000 francos de renda a cada um dos seus eleitores, em troca

de uma hora de trabalho diário, caso seu partido vencesse, não devia temer muito as promessas eleitorais. Podia-se ter prometido também facilmente, a cada eleitor, 12.000 francos de renda e um automóvel conduzido por um burguês acorrentado ao assento. Mas, em matéria de promessa eleitoral, se é recomendável chegar logo aos extremos limites do verossímil, é perigoso ultrapassá-lo muito.

Sendo o método da promessa eleitoral muito cômodo, certos políticos desenvolveram o hábito de usá-lo largamente. Somente agora é que eles descobrem seus muito numerosos inconvenientes.

Prometer jamais é difícil, cumprir a promessa sempre é. Sem dúvida que é possível adiar por algum tempo as realizações invocando a oposição dos partidos. Mas chega um momento em que o eleitor acaba por descobrir que foi embalado com quimeras. Ele perde então as ilusões e as ilusões são coisas muito preciosas para que se possa perdê-las sem cólera.

Hoje em dia, graças justamente a suas promessas, muitos parlamentares estão envolvidos por uma nuvem de impopularidade que cresce a cada dia.

Não, certamente, que a esses legisladores tenha faltado zelo, mas ninguém é capaz de criar o impossível. Porém, o que se prometeu foi precisamente o impossível. Chocando-se sem parar com necessidades naturais, as leis promulgadas às vezes só fazem acentuar os males que elas pretendiam curar. De promessa em promessa o

Parlamento aprovou aposentadorias para os trabalhadores que custariam anualmente 800 milhões; aposentadorias para os empregados das estradas de ferro que exigem 200 etc. Os próprios interessados, compreendendo o absurdo dessas votações, deixaram o Senado reduzi-las a valores realistas.

Enganado a princípio por promessas, o povo acabou por perceber que somente permaneceram vivos em seus mestres os conflitos de interesses e que sua moral se reduzia a uma corrida rumo à satisfação desses interesses. Ele viu os candidatos, tão humildes quando disputavam seus votos, tornarem-se, em seguida, tirânicos com os fracos e bastante desprovidos de convicções, para recuarem diante dos mais irrealizáveis programas, as mais absurdas promessas.

Hoje em dia, o deputado é, ao mesmo tempo, escravo de seu comitê e tirano daqueles que ele não pode esperar o voto. Ele precisa sempre atender às necessidades e os ódios de seus eleitores influentes.

Sua existência é realmente pouco invejável. Podemos avaliar isso pelo quadro traçado pelo Sr. Raymond Poincaré da vida de um tabelião de província que se tornou deputado e depois ministro.

> *Ele estava cheio de ilusões. Ele levou pouco tempo para perdê-las. Ele precisou inicialmente sofrer a promiscuidade do comitê eleitoral e suas exigências. Eleito, ele tentou ser independente. Fizeram-no entender que ele não devia se dedi-*

car a esse jogo. Ele teve que se submeter a seu grupo. As cartas que chegavam até ele solicitavam títulos, ajudas, sinecuras.

Depois ele se tornou ministro. Mal foi nomeado e seu gabinete foi invadido por uns vinte jovens ambiciosos, ávidos por embarcar no navio que levava sua sorte.

Após uma tentativa de resistência, logo reprimida, ele nomeou chefes, subchefes, chefes adjuntos, agregados de gabinete.

Mas, o que ele mais queria era governar. As sessões do Conselho de Ministros o dissuadiram prontamente. Primeiramente era preciso viver, permanecer, evitar os assuntos desagradáveis. Ele caiu, naturalmente. E cansado, desgostoso, ele retornou discretamente à sua cidadezinha e a seus campos.

Entre os deputados, certamente alguns são, no entanto, cheios de boa vontade. Reunidos em massa eles não podem nada. Um deputado da esquerda, o Sr. Labori, que renunciou ao mandato, destaca muito justamente essa impotência nas seguintes linhas:

A iniciativa parlamentar é quase nula para tudo o que diz respeito aos interesses gerais.

O trabalho parlamentar se faz sem regra, sem ordem, sem sinceridade. Os votos são comprados. O controle parlamentar é impossível. Os deputados são subordinados aos mi-

nistros, dos quais eles precisam continuamente para assegurar a seus eleitores a justiça que, no estado de nossos costumes políticos, tornou-se um favor.

O Parlamento e o governo reunidos são sacudidos pelas exigências de uma democracia a cada dia mais imperiosa e pelas exigências de uma oligarquia financeira que defende seus interesses e não os do Estado. Assim, a vida política não passa de um perpétuo compromisso entre dois poderes de promessa ou de corrupção: a demagogia e o dinheiro.

A Câmara vota leis ao acaso dos interesses da hora. Quatro anos me ensinaram que, no Parlamento, as pessoas de boa vontade e de pensamento correto se esgotam em inúteis esforços.

*

* *

O uso da promessa eleitoral foi uma das causas principais da antipatia crescente contra o Parlamento nutrida por muitos cidadãos, como logo mostraremos. Examinaremos inicialmente os métodos governamentais que ela produz.

O hábito da promessa eleitoral torna naturalmente muito obediente diante das ameaças. Cede-se por medo de ver seus colegas cederem. No entanto, não é somente da classe trabalhadora que se

ouvem ruidosas ameaças. Mas é sobretudo para ela que o Parlamento legisla, produzindo leis sociais sem se preocupar com suas repercussões e imaginar que elas só fazem atiçar os ódios.

Essas terríveis leis sociais semearam, com efeito, por toda parte, a discórdia, agravaram enormemente nossas finanças e perturbaram singularmente nossa indústria. O diretor de uma de nossas maiores companhias de navegação marítima escreveu recentemente que elas eram uma das causas da triste decadência de nossa marinha mercante. Elas limitam gradualmente o futuro e nossas empresas industriais obrigando os patrões, entravados por regulamentos minuciosos, a suprimir de fato o aprendizado, jogando assim na rua milhares de jovens, dos quais muitos se tornaram perigosos criminosos. A assistência aos idosos quase que só serviu para carrear mais de 90 milhões por ano aos eleitores influentes, como provaram recentemente relatórios oficiais. Acrescente-se a isso as centenas de milhões entregues aos destiladores de álcool, depois as centenas de milhões que custarão as aposentadorias dos trabalhadores aprovadas pelo Parlamento e se terá uma ideia do peso sobre o orçamento e a indústria, das promessas eleitorais de interesse individual talhadas pelo medo.

Bem entendido que o legislador pouco se preocupa com as consequências de suas leis. A mais anódina, em aparência, custa, no entanto, muito caro. No **Bulletin Officiel** da cidade de Paris, de 2 de

abril de 1908, pode-se ler o relatório de um conselheiro que constata, com amargura, que, para seus serviços municipais, a cidade foi obrigada a pagar à companhia que lhe fornecia o carvão necessário às usinas de água, um aumento anual de 600.000 francos, consequência das novas leis trabalhistas.

As municipalidades não deviam reclamar, pois elas praticam a promessa eleitoral tanto quanto os políticos. Um jornal de economia, **Le Globe**, mostrou em seu número de 19 de agosto último, que as medidas supostamente humanitárias do conselho municipal de Paris tinham custado aos acionistas das diversas companhias de bondes parisienses mais de 75 milhões. Essas companhias viram desaparecer todo seu capital e só operavam com perdas, não distribuindo naturalmente nenhum dividendo a seus acionistas. Os socialistas dirão que tanto melhor. Eles descobrirão que tanto pior quando, diante da greve fatal dos futuros acionistas, as próprias municipalidades se verão obrigadas a assegurar seus serviços. Serão então todos os contribuintes, inclusive os socialistas, que sofrerão as perdas. Nesse dia, eles começarão a compreender o poder das leis econômicas.

De nada adiantaria recriminá-los, pois a promessa eleitoral, o humanitarismo e o medo se tornaram nossos guias. Tais flagelos castigam frequentemente os povos sem estabilidade mental e ameaçados pela decadência.

*

* *

Percebe-se facilmente agora as causas principais da impopularidade do Parlamento. Ilusões criadas pelos abusos das promessas. Tentativas de realizar essas impossíveis promessas e depois a desordem produzida no comércio, na indústria e nas finanças. Perseguições de classe inteiras de cidadãos, às custas dos quais quiseram que fossem cumpridas essas promessas. Decepção de todos os crentes no poder do estatismo.

Sigamos agora o desenvolvimento do antiparlamentarismo nas diversas camadas sociais.

É inútil, naturalmente, insistir sobre sua progressão no clero e entre os católicos, ou seja, numa fração já notável da nação. Não se pode esperar que pessoas espoliadas, acossadas, perseguidas de todas as maneiras, possam ter simpatia pelos opressores que se declaram seus irredutíveis inimigos. Inimizade certa, portanto e, aliás, bem justificada, de sua parte.

A mesma inimizade é evidente ainda __ embora de maneira alguma justificada desta vez __ nos professores primários e num número muito grande de funcionários públicos.

Nenhum governo fez tanto pelos professores primários quanto a República atual. Nenhum, no entanto, colheu em troca tanta impopularidade. A adesão recente da federação dos sindicatos dos profes-

sores primários à confederação revolucionária do trabalho traduz nitidamente o espírito que os anima.

Quanto à hostilidade dos funcionários públicos propriamente ditos __ ao redor de 800.000 __ ela cresce a medida em que suas reivindicações são atendidas e se não se conseguir dominá-los eles poderão nos levar ainda mais longe. Não apenas esmagando progressivamente o orçamento, mas também com sua pretensão de substituir os outros poderes e formar pequenos Estados dentro do Estado. Enquanto o governo concordar com seus desejos ele poderá contar com eles. Assim que isso se tornar impossível, por falta de dinheiro, como foi o caso dos carteiros, ele os verá se voltarem contra ele. O que os funcionários públicos demandam agora é simplesmente "destruir o poder ministerial e dividi-lo com as próprias administrações". Seria o despotismo completo dos barnabés. Seria melhor, certamente, Heliogábalo ou Tibério. É possível se livrar de um tirano e seu poder é sempre efêmero. A tirania anônima e indestrutível dos burocratas nos deixaria sem esperança.

Estamos ameaçados, no entanto, de acabar nela. Nos últimos cem anos, na França, derrubou-se muitos regimes, muitos chefes de Estado, muitos ministros; somente o poder dos funcionários públicos jamais foi abalado. Sobre todas as ruínas acumuladas eles só fizeram crescer e vislumbra-se o dia em que eles serão definitivamente nossos únicos mestres.

*

* *

Quase tanto quanto a classe dos professores primários e a dos funcionários públicos, a dos trabalhadores foi, nos últimos vinte anos, favorecida pelos legisladores. No entanto, estes são seus mais ruidosos adversários. Não é preciso ser Maquiavel para explicar esse fenômeno. Ele é resultante das invariáveis leis da psicologia popular. As massas só respeitam os governos fortes. Elas jamais __ eu já disse isso __ são reconhecidas por aquilo que elas obtiveram somente através de ameaças. O desprezo pelo fraco sempre foi sua lei.

O antiparlamentarismo dos trabalhadores em geral e da CGT em particular é indiscutível. Seu ódio contra os legisladores é voltado contra todos os partidos; sobretudo aos socialistas. Somente para os clericais eles devotam, às vezes, alguma indulgência; sem dúvida porque suas mentalidades são muito parecidas.

O trabalhador sonha hoje com uma autocracia popular nova voltada contra a autocracia jacobina. Ele está convencido de que, graças a suas misteriosas capacidades, o proletariado realizará o que não pode realizar a burguesia: a felicidade universal.

Escreve o senhor Jules Roche:

> *De tanto ouvir os parlamentares lhe prometerem milagres, lhe proclamarem todos os dias que ela é o mestre soberano de todas as coisas, investida de todos os direitos, sem*

nenhum dever, que basta ela querer para poder, a massa acabou por acreditar em seus cortesãos.

"Basta de políticos! Basta de ação parlamentar! Todos pela ação direta!", esta é hoje em dia a divisa das lideranças populares.

Sentindo essa hostilidade crescente, os socialistas radicais trataram de combatê-la com bajulações, mas eles só conseguiram derrotas e chegaram a não mais comparecerem aos grandes encontros de trabalhadores. Quando por acaso eles tentam se insinuar é para se verem acolhidos da mais insolente maneira. É possível avaliar isso através de um extrato de uma ata, publicado no jornal **Le Temps**, de 21 de maio de 1909.

O Sr. Dejeante, deputado em Paris, tentou obter o silêncio; ele pede aos ouvintes que permaneçam calmos e só obtém uma resposta:

__ UUU! UUU! Os quinze mil!

Toda a sala está de pé, sobre os bancos, sobre as mesas. As interrupções aumentam.

__ Fora com os dedos-duros!

__ Pra porta com os deputados!

O barulho cresce ainda mais quando o Sr. Dejeante quer pronunciar seu discurso.

__ "Eu sou um velho sindicalizado", ele diz.

__ "E um 'quinze mil' também!" Responde a ele o grupo dos interruptores.

Nova algazarra. Com o Sr. Dejeante querendo falar mesmo assim, os revolucionários entoam a Internacional. O Sr. Dejeante resolve fazer coro com eles; o término da Internacional é acolhido com aplausos frenéticos.

Depois é um libertário que vem pregar a sabotagem.

__ Nós ouvimos pessoas falarem de revoluções e que vivem de rendas. Os senhores deputados, que têm mesa farta, automóvel e tudo mais, falam de barriga cheia. Mas nós não temos nada, não teremos nada. Não se trata de discursos. É preciso ação.

*

* *

Por razões bem diferentes, mas perfeitamente justificadas, os industriais e os capitalistas, ou seja, os verdadeiros geradores da riqueza nacional, não professam nenhuma simpatia por nossos governantes. Não apenas estes últimos não os protegeram de maneira suficiente contra a sabotagem, o incêndio e as violências de todo tipo, como também entravam a cada dia as indústrias com as leis sociais mais vexatórias, esperando poder destruir definitivamente suas fortunas através de impostos inquisitoriais mais vexatórios ainda.

Acreditam que não se deva mais poupá-los, porque, como diz o Sr. Pierre Baudin em seu livro **La Politique Realiste**: "as sociedades não são mais representadas pela elite". Isso só é verdadeiro em aparência. Na realidade __ eu já demonstrei isso __ as elites jamais foram tão necessárias quanto hoje em dia. Longe de diminuir, seu papel crescerá ainda mais. Sem elites não há ciência, não há indústria, não há progressos materiais. Sem elas seria a baixa decadência socialista, caracterizada pela igualdade na miséria e na servidão.

Portanto, o parlamentarismo criou para si numerosos e variados inimigos. Todas as classes lhe demonstram aversão. Somente uma, a média burguesia, não lhe é hostil, mas simplesmente indiferente, imensamente indiferente. O Sr. d'Auriac, cujos escritos eu já citei várias vezes, mostrou isso muito bem, nos seguintes termos:

> *A burguesia francesa __ composta por elementos diversos e abalada por dez revoluções __ é profundamente indiferente a todas as formas de governo.*
>
> *Ela não é monarquista, nem imperialista, nem republicana. Ela vota pela república porque a república existe; ela é conservadora, não de uma forma de governo, mas porque ela é assim. Ela é fiel àquele que, qualquer que seja ele, lhe dá paz e segurança. No dia seguinte à sua queda ela não o conhece mais, pois ele não pode mais lhe servir para nada.*

Uma das causas mais ativas da impopularidade parlamentar é a tirania verdadeiramente odiosa que o deputado de província, obrigado a assumir todos os ódios locais de seu comitê, faz recair pesadamente sobre todos os cidadãos que não pertençam a seu partido. Numa entrevista publicada pelo **Le Journal**, o Sr. Loubet, que foi deputado antes de se tornar Presidente de República, fez a este respeito as seguintes revelações:

> *Como quereis vós que se conserve o escrutínio distrital no estado miserável que ele caiu com as representações que lhe deram e que ainda lhe darão? É o cúmulo da baixeza. Não se tem ideia em Paris dos costumes que esse sistema deformado acabou por criar nas províncias; das tiranias que ele criou; dos processos de opressão pública que ele instalou. "Aquele que não vota comigo é meu inimigo", eis a fórmula. Ninguém esconde isso. Pouco importa se a geada caia sobre a vinha do adversário e que seu rebanho seja levado pela doença. Só haverá indenizações para alguns eleitores. Não haverá para outros. Pior para eles se estão arruinados; isso lhes ensinará a só fazer parte da clientela triunfante! Num país centralizado como a França, tais costumes puderam durar muito tempo, mas eles chegaram a um ponto de excesso em que o instinto de justiça, que está tão vivo em nós, acaba por se re-*

voltar universalmente. E é perigoso exasperar na França o sentimento de justiça.

Os homens mais esclarecidos acabaram por formar, na Câmara dos Deputados, uma ideia muito séria. Pode-se avaliar isso através do seguinte extrato de um manifesto do "comitê republicano da república proporcional". Ele é assinado por nomes dos mais conhecidos do Instituto, da Sorbonne, da indústria e da advocacia: senhores A. Carnot, Bouchard, Croiset, Dastre, Painlevé, J. Harmand, Diehl, Fernand Faure etc. Este etc. compreende uns cinquenta nomes; a maior parte de ilustres. No fundo, este manifesto significa simplesmente que, de tanto ser oprimida, a elite finalmente se revolta.

O uso do voto distrital perpetuou costumes eleitorais e políticos intoleráveis; a candidatura oficial, o arbítrio nos atos administrativos, o arbítrio até mesmo nas aplicações das leis, o favor que substituiu a justiça, a desordem nos serviços públicos, o déficit nos orçamentos, onde os interesses privados e de clientela prevalecem sobre o interesse geral.

É preciso libertar os deputados da servidão que os obriga a satisfazer apetites para conservar seus mandatos. É preciso colocar mais dignidade e moralidade no exercício do direito de sufrágio; substituir a luta das pessoas pela luta das ideias.

*

* *

Como, após ter acumulado tanta hostilidade em todas as classes, o regime parlamentar pode ainda sobreviver?

Ele dura __ e, provavelmente, durará muito tempo __ graças a razão totalmente capital de ser quase o único governo possível em povos civilizados. É justamente por isso que todos o adotaram. Que o regime parlamentar tenha a sua frente um soberano hereditário (como na Inglaterra, na Bélgica e na Itália) ou um chefe eleito (como na França e na América), são sempre parlamentos que legislam e ministros que governam. Os últimos governos autocráticos da Europa __ a Rússia e a Turquia __ acabaram por aceitar o parlamentarismo, não podendo ser de outra maneira.

Quando um regime é inevitável é preciso aceitá-lo, mas tratar de melhorá-lo. Melhora-se o regime parlamentar através de um modo de eleição dos deputados que lhes dê alguma independência em relação aos eleitores. Ele é melhorado ainda mais por meio de medidas, que eu já indiquei, contra o perigoso exército dos funcionários públicos. Quando estes últimos forem, como na indústria privada, unicamente agentes auxiliares sem estabilidade no início de sua carreira, eles se considerarão servidores facilmente substituíveis e não falarão como senhores imperiais.

Por fim, o regime parlamentar será sobretudo melhorado quando os governantes se decidirem a dar prova de um pouco de energia e não mais compactuarem sem parar com o motim, sob o pretexto de apaziguamento. Como, apesar de tantos exemplos repetidos, os homens no poder não conseguem descobrir que sua fraqueza constante, suas anistias automáticas só fazem aumentar o exército dos revoltados, dos incendiários e dos sabotadores?

Pelo único fato de que as anistias são automáticas, os motins também o são. O balanço torna-se cada vez mais sombrio.

Em 1907, revolta de dois Departamentos do sul e motim de um regimento; 1908, insurreição a mão-armada de Draveil; 1909, greves dos carteiros e dos inscritos marítimos, greves revolucionárias de Méru e de Mazamet, sabotagens variadas, emprego de dinamite para explodir barcos; 1910, nova greve dos inscritos de Marselha etc.

Uma fraqueza tão constante quanto a de nossos governantes não poderia durar muito tempo. Quando a anarquia cresce sem parar e o partido da ordem enfraquece sempre, é a anarquia que acaba por triunfar.

***

CAPÍTULO VI

Os progressos do despotismo.

Sumário

A evolução do coletivismo e do sindicalismo revolucionário rumo a um despotismo absoluto é uma das características da era atual. Um grande jornal forneceu recentemente um exemplo disso, escolhido entre milhares:

> *Um caso totalmente odioso de tirania sindical acaba de acontecer em Cette. Doze trabalhadores foram colocados, pelo sindicato, na impossibilidade absoluta de trabalhar e, por consequência, de viver, já que esses trabalhadores vivem somente do trabalho. Qual foi o seu crime? Terem se deixado recrutar durante uma greve recente que eles não aprovavam.*
>
> *Em nenhum lugar a tirania sindical produziu tantas devastações e causou tantas ruínas quanto em Cette, uma pobre cidade já bastante enfraquecida pela crise econômica. Os estivadores, com suas pretensões exorbitantes, suas greves constantes, tudo fizeram para destruir o que ainda restava de vida em nosso segundo porto mediterrâneo. A pobreza e a miséria aumentam; os cais permanecem desertos; é com muito custo, em raros intervalos, que um navio aparece naquele porto.*

Não é somente em Cette que fatos como esses acontecem. Eles podem ser observados em toda parte. Eles deixaram de ser uma exceção e se tornaram a regra.

Uma generalização tal resulta de causas distantes. Os acontecimentos políticos e sociais não germinam espontaneamente. Eles possuem raízes profundas e representam sempre a floração de fenômenos anteriores.

Os discursos de todos os oradores políticos, do início da Revolução Francesa até nossos dias, proclamam sem parar o ódio ao despotismo e o amor à liberdade. A história do mesmo período revela, pelo contrário, o horror profundo pela liberdade __ sobretudo a dos outros __ e o gosto pela tirania. Todas as nossas batalhas políticas giraram em torno quase exclusivamente da questão de saber qual partido exerceria essa tirania e quais classes de cidadãos a suportariam. Isso pouco variou desde Luís XIV. O Estado perseguia então os protestantes e os jansenistas rebeldes a suas vontades. Ele continua hoje em dia o mesmo método com relação àqueles que não pensam como ele e os espolia de seus bens. Nossos pequenos déspotas não são certamente comparáveis a Luís XIV, mas eles possuem as mesmas necessidades de dominação. Os sindicatos dos trabalhadores são herdeiros do espírito do grande rei.

Todos os partidos são animados na França por uma igual e selvagem intolerância, de uma idêntica tendência à tirania. Como es-

creve justamente Faguet, o que se ensina primeiramente à criança é uma doutrina a detestar e categorias de cidadãos a odiar. Sabe-se com que vigor um número muito grande de professores primários desenvolvem esses sentimentos nas camadas populares.

Nosso gosto muito vivo pelo despotismo e nosso horror invencível pela tolerância, sendo sentimentos manifestados por classes sociais as mais diferentes, é preciso aturar suas consequências.

Praticado inicialmente pela nobreza e os reis, depois pela burguesia, o despotismo agora é praticado pelas classes populares. Elas acrescentam naturalmente em seu exercício as violências características de sua mentalidade rudimentar. Essas violências não desagradam de maneira alguma, aliás, os socialistas, pois eles não param de bajular seus mestres com expressões de adulação que somente os reis negros obtinham até aqui de seus escravos.

Todas as decisões elaboradas sob a influência do álcool por alguns líderes sentados nas tabernas são ouvidas com respeito e humildemente obedecidas.

Esses manipuladores e as massas que os seguem são terrivelmente impulsivos. Servir tais mestres não é fácil, mesmo se prostrando perpetuamente diante deles. As almas primitivas não conhecem, com efeito, nem o injusto, nem o absurdo, nem o impossível. Como elas formam a maioria, somos obrigados a aturar as fantasias da massa, interpretadas por escravos da massa. É preciso __ e nosso

Parlamento quase que não faz outra coisa __ votar as mais incoerentes medidas, rejeitar as tradições, desprezar as necessidades econômicas, agir contra as leis naturais, só obedecer, enfim, aos interesses e aos impulsos do momento.

Esses impulsos representam as vontades do sindicalismo e do coletivismo revolucionário. Dentre os líderes mais influentes figura uma meia dúzia de líderes da CGT. Seu poder absoluto fez diminuir rapidamente o poder dos socialistas, precisamente porque ele é absoluto.

A mentalidade desses líderes é, no entanto, singularmente inferior. O Sr. Deschanel colocou muito bem em evidência seus elementos em um discurso:

> *Eles são ao mesmo tempo cesaristas, aristocratas e místicos.*
>
> *Cesaristas tanto pelo desprezo pelas instituições parlamentares quanto pelo seu modo de votação arbitrário e a direção autoritária da confederação; aristocratas pelo seu desdém pelo sufrágio universal e a democracia; místicos porque eles creem no "apocalipse" donde surgirá o mundo novo. Eles proclamam não mais acreditar em mitos e vivem um mito como nas eras primitivas. O milagre foi deslocado, ele mudou de forma; mas é sempre o milagre, o gesto mágico que renova as sociedades mudando a própria natureza humana.*

O ideal dessas almas rudimentares representa uma regressão política e social completa, um retorno à barbárie das primeiras eras, onde dominava o coletivismo puro que a humanidade com muito custo abandonou.

Sua mentalidade e o objetivo perseguido os aproximam muito dos primeiros cristãos. Os profetas judeus também fulminavam contra os ricos e anunciavam o reino da justiça e da igualdade. Os Pais da Igreja declaravam, com São Basílio e São João Crisóstomo, que os ricos são ladrões. Para São Jerônimo a riqueza era sempre produto do roubo. Era preciso retornar à comunidade de bens, à igualdade das fortunas. Os líderes da CGT podem então invocar célebres predecessores.

*

* *

A necessidade de tirania é um sentimento cultural que faz parte, a bem dizer, de nossa constituição psicológica. Prova-se isso facilmente comparando, como eu já tentei, os efeitos de instituições idênticas em nações diferentes.

Consideremos, por exemplo, o sindicalismo, evolução natural do espírito corporativo, que se desenvolve em todos os povos. Na França, ele se tornou um instrumento de violência, que prega a revolta, o ódio, o antipatriotismo, o antimilitarismo e constitui um a-

gente de desagregação social que até mesmo ameaça a existência de nosso país. Na Inglaterra, o sindicalismo é, pelo contrário, uma instituição pacífica muito útil para regularizar as relações entre patrões e empregados e não incitam o ódio e a revolta contra ninguém.

Esse fenômeno impressionou muito os trabalhadores de uma delegação encarregada recentemente de ir estudar no local a organização do trabalho na Inglaterra. Eis um extrato de seu relatório:

> *Ficamos impressionados com o espírito nacional que anima nossos amigos. Todos nós falamos de seu sentimento de fraternidade universal; nenhum deles exprime sentimentos hostis, ou pelo menos violentamente hostis, contra o governo inglês. Em muitos casos, particularmente na Bolsa de Trabalho de Manchester, nossos camaradas sindicalizados brindaram a saúde do rei. Nossos amigos não parecem tão dispostos, como nós, a fazer crítica ao seu próprio país.*
>
> *Vimos nossos camaradas dos sindicatos se sentarem à mesa dos patrões e nos convidar a fazer o mesmo. Parece que as relações possuem uma forma mais diplomática entre sindicatos de trabalhadores e sindicatos patronais.*

Não sei se o século atual assistirá, como indicam certos sintomas, ao nascimento de uma nova religião. Ela terá direito à nossa admiração se ela conseguir nos inculcar o espírito de tolerância e o

horror ao despotismo, sentimentos totalmente ignorados por nossa mentalidade latina.

As consequências da tirania exercida pelos líderes trabalhadores só são percebidas quando elas se manifestam sob a forma de greves ou de insurreições, como em Draveil, mas as mais perigosas são aquelas que não se vê. Por sua ação contínua e o acúmulo de seus efeitos, elas produzem uma lenta desagregação dos serviços públicos e da indústria, ou seja, dos elementos da vida social.

Temendo a sabotagem que os arruinaria, certos de não serem apoiados pelo governo, dirigentes e patrões aceitam agora de olhos fechados todas as exigências dos trabalhadores e toleram a redução crescente de sua produção. Eles dizem que, afinal de contas, são coletividades anônimas __ acionistas ou caixas públicos __ que suportam os custos desse estado de coisas.

A diminuição do trabalho e, por consequência, a elevação dos preços de venda crescem em enormes proporções, sob o império de um medo geral. Ele reina, esse medo, nos setores elétricos de Paris, onde, desde a greve dos eletricitários, não se ousa tomar a mais insignificante medida sem perguntar a opinião do temido secretário cuja ordem provocou essa greve. Nos arsenais, onde a produção foi reduzida a um ponto que eles levam __ segundo declarações de um ministro da Marinha __ cinco anos para construir um couraçado que a Inglaterra constrói em dois anos, com uma despesa muito menor.

Por contágio a autoridade se enfraquece universalmente. Convencidos de sua impotência, os dirigentes se desinteressam pela coisa pública e só pensam em seus interesses pessoais. De tempos em tempos explode uma catástrofe, síntese de todas as pequenas desorganizações e indiferenças parciais. Não foram acidentes puramente fortuitos que causaram em alguns anos o desaparecimento de importantes unidades de nossa marinha: o Iéna, o Sully, o Jean-Bart, o Chanzy, o Nive.

O despotismo popular se junta, afinal, a muitas outras. A autocracia jacobina dos coletivistas não é menos opressiva e sua ação se estende a cada dia. Perseguições religiosas ferozes, expropriações praticadas em uma grande escala com relação a uma classe muito numerosa, leis de uma intolerância tirânica contra o comércio e a indústria etc.

Atualmente ela prepara, sob o nome de imposto sobre a renda, o mais formidável engenho de opressão individual que a França conheceu em muitos séculos. Todos os economistas repetiram __ e Paul Delombre refez vinte vezes a prova, em seus belos artigos __ que esse imposto, tal como é proposto, desorganizará inteiramente nossas finanças, já tão incertas, sem aliviar ninguém. Os coletivistas sabem disso, aliás, perfeitamente e se rejubilam com isso, pois eles se propõem os dois objetivos seguintes: 1º) perseguir de uma maneira insuportável as pessoas que não são de seu partido; 2º) obter, atra-

vés de uma inquisição fiscal de todas as instâncias, o inventário das fortunas, de maneira a se apoderar delas, seja progressivamente, seja em bloco, no dia em que for possível fazê-lo através de uma medida legal idêntica aquela que permite expropriar as congregações, sem ter que invocar outro direito que não seja o direito do mais forte. Enquanto isso, a lei funcionará como um meio de opressão que autoriza esmagar com taxas aqueles que desagradam e a livrar de todos os encargos os amigos. Os coletivistas não duvidam nem um pouco que esse regime de inquisição se tornaria rapidamente tão odioso, que produziria tantas revoltas, que sua aplicação marcaria, apesar da apatia universal, o fim certo da República. Até mesmo as ovelhas acabam por se insurgir. Mas a paixão pelo despotismo é muito intensa nas almas que ele domina para lhes deixar qualquer capacidade de raciocínio.

*

* *

Se o pendor pela tirania e o desprezo pela liberdade são universais na França, não se pode negar, no entanto, que nela existe uma elite de espíritos liberais esclarecidos que não possuem a necessidade de perseguir e de subjugar classes inteiras de cidadãos que não pensam como eles. Seu número é bem pequeno para poder for-

mar um partido influente. Longe de aumentar, aliás, esse partido diminui a cada dia.

Aqui se coloca uma questão embaraçosa: porque essa elite, já tão pequena, se reduz constantemente? Como encontramos entre os deputados e seus eleitores muitas mentes pacíficas e sábias __ professores, médicos, industriais, engenheiros etc. __ que se tornaram defensores das doutrinas as mais subversivas?

Porque, por exemplo, é principalmente entre os universitários que são recrutados os líderes e os principais apóstolos do coletivismo revolucionário, do antipatriotismo, do antimilitarismo etc.?

Lembrar que o bom senso nem sempre acompanha a instrução e que nem todos os intelectuais brilham pela inteligência seria uma resposta insuficiente.

Diversas razões determinaram esse novo estado mental. É preciso citar, em primeiro lugar, o medo, que se tornou, nós já vimos, o verdadeiro motivador dos votos parlamentares.

Um ex-deputado socialista, o Sr. Fournière, expressou muito justamente isso nas seguintes linhas:

> *Do mais anarquista ao mais parlamentarista entre nós, carregamos todos uma cadeia de terror, o terror de não ser tão radical quanto aquele que está diante de nós... Sacerdotes do social, prometemos o paraíso a nossos fieis e para onde os conduzimos?*

Aterrorizado pelos clamores dos comitês que dirigem obscuros sectários, o deputado que teme não parecer suficientemente ousado, de não bajular suficientemente as aspirações populares, trata de ultrapassá-las. Para ser ouvido ele grita mais forte que seus concorrentes e, de tanto se repetir, acaba por acreditar em seus próprios discursos.

Essa não é a única causa da mentalidade que eu tento explicar. Uma das principais é o antigo erro latino de acreditar que as sociedades podem ser transformadas através de leis. Todos os partidos estão convencidos de que com bons decretos é fácil remediar os males que afetam a todos e, por isso, o deputado é perseguido pelo desejo de "fazer alguma coisa". As complicações formidáveis das necessidades sociais lhe escapam, como escapava outrora aos médicos a complicação do organismo e ele trata então o corpo social como os doutores tratavam antigamente as doenças: sangrando e purgando ao acaso. Eles também insistiam em "fazer alguma coisa". Eles levaram vários séculos para descobrir que teria sido melhor não ter feito nada, ter deixado as leis naturais agirem e evitar assim meter o dedo num mecanismo muito complicado e muito mal conhecido.

Nenhuma demonstração conseguiu enfraquecer na França a convicção de que o Estado tudo pode com as leis. Ela se tornou mesmo um tipo de dogma religioso intangível para uma massa de sectários. Num luminoso artigo, o Sr. J. Bourdeau analisou recente-

mente o livro de um professor universitário, destinado a justificar o papel providencial do Estado. Segundo esse professor, o Estado deve se encarregar da felicidade do povo, de sua saúde terrestre e exercer um papel análogo àquele da Igreja na Idade Média. Que terríveis educadores forneceu nossa democracia! Que funestos são esses educadores, que vivem unicamente de ilusões, longe das realidades que conduzem o mundo!

A ideia de um cesarismo estatista absoluto, que tudo pode se permitir, está tão ancorada nos miolos dos sectários socialistas que, segundo eles, o Estado não tem que respeitar nenhum acordo, nenhum compromisso, nenhum direito e não tem outro mestre que não seja seu bel prazer.

Essa prodigiosa mentalidade só havia sido observada até aqui entre os reis negros da África. Eles respeitavam, no entanto, algumas vezes, sua palavra. Para os socialistas, pelo contrário, o Estado não é, de maneira alguma, obrigado a levá-la em conta. O líder do partido socialista na França não hesitou, numa discussão recente no Parlamento, em sustentar essa tese. Ele ouviu a seguinte resposta de um ministro, cujo julgamento sobreviveu a seu passado socialista:

> *Como! Um contrato foi feito entre uma empresa e o Estado, dificuldades surgiram na interpretação do contrato entre as partes e uma das partes resolve ela mesma essas dificuldades interpretando sozinha o contrato! É possível? No que se*

tornaria a palavra do Estado __ e eu ouso mesmo dizer, o crédito do Estado __ se os compromissos assumidos em nome do país pudessem ser no dia seguinte, ou vinte ou trinta anos após, o tempo não importa, renegados com essa desenvoltura?

Tais evidências deveriam parecer indiscutíveis. O fato de que tenha se tornado necessário defendê-las mostra a que ponto as doutrinas mais despóticas seduziram um grande número de mentes.

*

* *

As observações precedentes revelam a mentalidade dos legisladores e a explicam um pouco. De onde vem essa mentalidade do burguês com tendências revolucionárias?

Inapto geralmente à reflexão e ao raciocínio ele adota, por simples imitação, algumas fórmulas da moda que lhe permitem dissimular a mediocridade de seus pensamentos. “Caminhar com seu tempo, ser uma pessoa de progresso” etc. O que isso significa ele jamais suspeitou e as bravas gentes que o escutam também não.

Ele é, de resto, igual a todos os franceses, incuravelmente estatista e é por isso que os burgueses de todos os partidos __ clericais, coletivistas, monarquistas etc. __ estão de acordo em exigir, do Estado, leis destinadas a refazer o mundo.

O socialismo, ao sintetizar essa aspiração geral, faz, por essa razão, rápidos progressos na burguesia, mesmo que ele seja um retorno à barbárie e nos ameace com um despotismo mais duro do que todos aqueles estudados pela história.

Às causas que acabaram de ser fornecidas, sobre a mentalidade burguesa atual, se acrescenta ainda sua antipatia aparente pela tradição. Nenhuma classe se curvou mais ao seu jugo e, no entanto, nenhuma a detesta mais. Sem dúvida porque, de vez em quando, ela sente que, apesar de tantos esforços, é impossível destruir seu poder. Ela é detestada como o escravo que detesta o mestre que o domina completamente, sabendo bem que é preciso obedecê-lo.

Por todas essas causas diversas, pessoas relativamente esclarecidas acabaram por se curvar diante dos baixos demagogos das novas igrejas, com tanto servilismo quanto os cortesãos asiáticos diante de um soberano absoluto.

Alguns raros independentes acabaram, no entanto, por renunciar a servir tais mestres. Um dos ex-líderes do partido socialista belga, o Sr. Senador Edmond Picard, exprimiu sua repulsa a isso numa carta publicada, da qual extrai as seguintes partes:

> *Eu não deixo o partido trabalhista, mas eu deixo o grupo dos sectários que o bagunçam e, seguindo a tradição, os razoáveis que se deixam levar. A inevitável promessa eleitoral*

se impõe àqueles que temem parecer pusilânimes se não fazem tanto ou mais do que os extravagantes.

Eu tenho uma alma rebelde à intolerância. Vós tendes, entre vós, individualidades que praticam, à moda socialista, o ***perinde ac cadaver***[14] *de Inácio de Loiola. Eu me recuso a me submeter, a não ser pelo exemplo e pela dignidade humana. Que esse clero busque escravos em outro lugar.*

Sigais vossos destinos. Sua fatalidade vos conduz.

O clero socialista não tem dificuldade em encontrar escravos. Com a evolução da mentalidade atual é fácil encontrar almas prontas a sofrer tiranias muito mais temíveis do que aquelas dos antigos reis absolutos. A liberdade ainda possui defensores teóricos, mas é o despotismo que seduz as massas e seus mestres.

***

[14] Obedecer como um cadáver, cegamente. (Nota do tradutor)

LIVRO IV

As ilusões socialistas e sindicalistas.

CAPÍTULO I

As ilusões socialistas.

Sumário

O socialismo, cujas doutrinas nós discutimos, não deve ser confundido com o movimento de solidariedade social, que vemos se desenvolver quase por toda parte. Este último não surgiu, de maneira alguma, das teorias socialistas e o triunfo delas poderia até mesmo entravá-lo. Estabelecer universalmente o mesmo nível igualitário sob a mão rígida do Estado não levaria, de maneira alguma, com efeito, à melhoria da sorte das classes trabalhadoras e impediria todo progresso.

Portanto, lutando contra as teorias socialistas, nós estamos bem certos de não combater o movimento de solidariedade social que mencionei e que ninguém __ salvo talvez os socialistas __ pensa em impedi-lo. O progresso material e moral das classes pobres é objeto das preocupações universais. Sabe-se que os esforços se multiplicam para a realização de um objetivo tal. Seguro contra acidentes, cria-

ções de casas operárias, aposentadorias, higiene, educação, crédito agrícola, desenvolvimento da mutualidade, organização da previdência etc. etc. são provas evidentes da solicitude geral. Isso não é devido ao socialismo, mas um dever social, coisa bem diferente.

O socialismo compreendia outrora seitas diversas que só tinham em comum um ódio intenso à organização estabelecida. Depois de alguns anos, o coletivismo parecia que ia substituir todas as seitas e se tornar preponderante. Ele ainda reina no Parlamento e inspira muitos votos.

Um triunfo tal não parecia que ia durar. Progressivamente viu-se se desenvolver na Alemanha, na França e em outros lugares, uma nova doutrina, o *Sindicalismo*, em vias de conquistar o mundo trabalhador e desviá-lo inteiramente do coletivismo.

As duas doutrinas são nitidamente opostas. Os sindicalistas se dedicam essencialmente, de resto, a marcar bem essa divergência. Os coletivistas fazem o possível, pelo contrário, para escondê-la, sabendo perfeitamente o quanto este novo movimento é nocivo às suas teorias e vendo a cada dia a alma popular se afastar deles.

Apesar das concessões mais tímidas dos coletivistas, os sindicalistas não param de insistir na incompatibilidade que os separa dos socialistas. Eles retornam a ela sem parar em seus jornais e seus congressos.

No congresso de Amiens, onde estavam mil sindicatos representados por 400 delegados, foi proposto "fazer com que os sindicatos entrassem em relação com o partido socialista. Essa proposição foi rejeitada pela quase unanimidade".

Os sindicalistas dedicam-se principalmente a mostrar o lado quimérico das doutrinas coletivistas. Dirigindo-se a um dos líderes do socialismo francês, um membro influente do sindicalismo se expressou no Congresso de 1907 nos seguintes termos:

> *Vossas concepções são utópicas porque elas dão à força coercitiva do Estado um valor criador que ela não tem... Vós não fareis surgir de um dia para o outro uma sociedade completamente pronta; vós não dareis aos trabalhadores a capacidade de dirigir a produção e o comércio; vós não sereis os mestres da hora; vós detereis todo poder que ontem pertencia à burguesia; vós produzireis decretos e mais decretos, mas vós não fareis milagres e vós não tornareis, em um só golpe, os trabalhadores aptos a substituir os capitalistas. Em que, me digam, a posse do poder por alguns políticos transformará a psicologia das massas, modificará os sentimentos, aumentará as aptidões, criará novas regras de vida?*

Não foi somente na França, mas também na Alemanha, que aconteceu a cisão entre sindicalistas e coletivistas.

No Congresso de Mannheim, em 1906, o socialista Bebel e seu partido se viram em presença dos sindicalistas. Conta o Sr. Faguet: "Bebel foi obrigado, para conservar um mínimo de autoridade, a lhes fazer, desprezando todas as suas declarações anteriores, concessões quase completas".

Em seus jornais, os sindicalistas rejeitam orgulhosamente toda aliança com o socialismo.

Escreve um deles:

> *O socialismo tende a estender o domínio das instituições administrativas... É um princípio de cansaço e de fraqueza que espera realizar, através da intervenção exterior do poder, o que a ação pessoal não pode atingir. É o produto de nações em decadência econômica, de povos anêmicos e envelhecidos.*

Essas verdades só eram evidentes, há alguns anos, para um pequeno número de psicólogos. É interessante vê-los, hoje em dia, compreendidos por trabalhadores.

Por muito tempo, de resto, as ocas declamações dos demagogos sobre a ditadura do proletariado e a substituição da burguesia por ela foram avaliadas pelos socialistas esclarecidos como sem valor.

Escreve Benstein: "A ditadura do proletariado quer dizer a ditadura dos oradores de clubes e de literatos".

Diante dos ataques repetidos dos sindicalistas, os socialistas ficam transtornados e aceitam com resignação teorias mais radicais,

como o antipatriotismo. Um jornal, órgão oficial de suas doutrinas, publicou na primeira página um desenho alegórico representando trabalhadores estraçalhando bandeiras cobertas com os nomes mais gloriosos de nossa história.

Tão baixas concessões não poderiam impedir a desagregação do socialismo. Eles se dividem agora em pequenos grupos que trocam xingamentos. São querelas de monges que possuem a verdade pura e reservam montanhas de ódios aos ímpios.

Os jornais doutrinários reclamam com essas dissensões, mas eles são obrigados a confessá-las. O **Mouvement Socialiste**, de 15 de janeiro de 1908, se expressou assim:

> *O socialismo se afunda cada vez mais numa crise insolúvel. O glorioso movimento, que havia despertado tantas esperanças ao longo do século passado, arrisca se encaminhar para a mais triste das derrotas. Eis que, ao lado do socialismo operário e revolucionário, pululam, como cogumelos venenosos que asfixiam seu impulso, multidões de socialismos estranhos e inesperados. Temos o socialismo de Estado, o socialismo municipal da água e do gás, o socialismo franco-maçom, o socialismo integral e integralista e toda uma série de outros com adjetivos igualmente variados. Temos agora, oficialmente defendido pelo maior partido socialista, o "socialismo patriótico". Quando virá o "socialismo capitalista"?*

O lado quimérico do coletivismo explode agora, portanto, a muitos olhos. Isso não o impede de ser sempre muito poderoso no Parlamento, onde se elaboram sob sua influência perniciosas leis. É por isso que acreditamos ser útil indicar aqui seus perigos. Num outro capítulo falaremos com mais detalhes do sindicalismo, pois foram necessidades econômicas modernas e não devaneios que o criaram.

*

* *

Um dos objetivos fundamentais dos socialistas é eliminar as desigualdades naturais, estabelecendo a igualdade das condições. Espera-se chegar a isso com a supressão da propriedade e da fortuna individual e a gestão de todas as indústrias pelo Estado.

Essa doutrina representa, na realidade, uma das formas da eterna luta do pobre contra o rico, do incapaz contra o capaz e isso remonta às origens da história. Todos os povos conheceram tais lutas. Para os gregos, elas levaram à perda da independência; para os romanos, o fim da república e o estabelecimento do império.

A Revolução Francesa foi pouco favorável aos socialistas. Ela proclamou a igualdade, mas, após ter expropriado a nobreza e o clero, se apressou a declarar que a propriedade era coisa sagrada e a própria base da ordem social. Houve então algumas tentativas de

socialismo comunista. Deu-se fim rapidamente a isso cortando os pescoços dos adeptos da doutrina.

Como nasceu o socialismo moderno, como se desenvolveu a ponto de ter se tornado uma verdadeira religião? Foi o que eu expliquei no meu **Psychologie du Socialisme**[15] e não poderia repetir aqui.

Em política, como em religião, as fórmulas vagas e imprecisas são muito úteis e cada um pode interpretá-las ao seu modo. Nada é mais nebuloso do que o sentido atual da palavra socialismo. Para as pessoas satisfeitas com sua sorte ele exprime um desejo de melhorar as condições de existência de classes populares temidas. Para os descontentes ele traduz simplesmente seu descontentamento. O escriturário que ganha 1.500 francos e não é promovido suficientemente rápido; o ajudante de cozinha, cujos méritos não são reconhecidos; o comerciante de vinhos que vê um concorrente se estabelecer perto dele; todos eles tornam-se imediatamente socialistas. Para os teóricos, esta palavra representa uma organização social, variável de acordo com cada um deles e que deve substituir pela força a organização atual.

O caráter primordial do socialismo é um ódio intenso a todas as superioridades: superioridade de talento, de fortuna e de inteligência.

[15] Primeira edição em 1898. Librairie Alcan.

Para seus adeptos, ele substituiu os antigos deuses e constitui um poder místico capaz de reparar as iniquidades da sorte.

O coletivismo acabou por concretizar a nova fé. Sobre os cacos da velha sociedade se ergueria um mundo regenerado onde, como no Paraíso de outrora, todas as pessoas gozariam de uma felicidade eterna.

Por muito tempo o absurdo da doutrina não impediu, de nenhuma forma, sua propagação. Ela satisfazia instintos muito baixos e, consequentemente, muito difundidos. Tomar daqueles que possuem é sempre tentador para aqueles que nada possuem. Os dogmas se impõem, aliás, pelas esperanças que eles fazem nascer e jamais pelos questionamentos que eles propõem. Eles triunfam, apesar de seu ilogismo, logo que são determinadas nas almas certas transformações mentais. O papel dos apóstolos é produzir essas transformações. O socialismo jamais ficou sem eles.

Seu sucesso universal lembra os primórdios do cristianismo. Este, também ele, se propagou apesar da fraqueza lógica de seus dogmas e as refutações dos filósofos. Através da poderosa ação da sugestão e do contágio, ele acaba por conquistar até as classes esclarecidas, cuja influência ele logo destruiria.

O grande elemento de sucesso do socialismo foi aparecer no momento em que a humanidade não acreditava mais no poder de seus antigos deuses e buscava outros para invocar. As divindades

morrem algumas vezes, mas a mentalidade religiosa sempre sobrevive a elas. O espírito humano não sabe viver sem religião, ou seja, sem esperança.

Essa mentalidade é a mesma em todas as classes sociais. Quando se renega os deuses, acredita-se nos fetiches. É por isso que a religião socialista triunfou tanto na burguesia quanto nas camadas populares. A magia poderosa da nova fé é tal que as classes esclarecidas perdem toda confiança na justeza de sua causa e não sabem se defender contra os mais audaciosos demagogos. Elas são invadidas pelo medo e também por um humanitarismo vago, uma forma muito desprezível de egoísmo e grave sintoma de decadência, como Renan já havia observado.

O socialismo não progride, na realidade, pelo valor do ideal muito baixo que ele propõe, mas apesar desse ideal. É seu lado místico, a esperança de um paraíso terrestre onde todas as pessoas gozariam de uma eterna felicidade que faz sua força. Eu já tive várias vezes oportunidade de mostrar que, ao longo da história, as pessoas se fizeram matar por ideias, muito mais do que para satisfazer necessidades materiais. Foi o ideal a perseguir que as encantou. A esperança de trabalhar sob o chicote do Estado coletivista para obter bocados de pão e de carne não apaixonaria ninguém. Num livro interessante, o **Découvertes de l'Économie Social**, o Sr. d'Avenel chegou, por uma outra via, à mesma conclusão. Eis o que ele diz:

O "bem-estar" teve realmente um lugar bem pequeno na história das nações. Foi bem tarde que elas começaram a pensar nele.

Elas visaram por muito tempo satisfações de uma ordem bem diferente. Elas estavam apaixonadas por coisa bem diferente e, em sua marcha lenta, a civilização, tanto a da Antiguidade quanto a da Idade Média, buscou o "belo", muito antes do "útil". Ela se esmerou em fazer estátuas ou templos antes de fazer lâmpadas ou guarda-chuvas; ela soube escrever antes de saber se aquecer e descobriu o pincel antes do garfo.

Essas pessoas viveram mais pelo ideal do que pela matéria. Elas glorificaram os nomes dos guerreiros que realizaram os fatos heroicos que geralmente provocaram sofrimentos a esses povos e também os nomes daqueles que formularam pensamentos ou criaram obras de arte desprovidas de utilidade prática. Quanto aos nomes daqueles que lhes dotaram das invenções as mais necessárias, parece, à vida, eles deixaram cair no esquecimento. De maneira que, ao examinar os fatos ao longo dos séculos, percebe-se que somente as "ideias" contam. É por elas que as pessoas vivem; é por elas que elas morrem.

Também em nossos dias, aqueles que parecem os mais ligados, seja ao dinheiro, seja aos prazeres que ele consegue

pagar, perseguem, no fundo, uma satisfação puramente ideal, muito mais do que uma necessidade corporal.

*

* *

Eu só comecei a compreender as divagações dos teólogos da Idade Média quando li as divagações dos socialistas sobre a sociedade futura. Mesma ignorância da natureza humana e das necessidades econômicas, mesmas visões quiméricas, mesma necessidade de destruição do presente para realizar o mundo ideal criado pelos sonhos.

Os teólogos mortos deixaram herdeiros de seu espírito. As quimeras só mudaram de nome e os fanatismos que elas produzem, as destruições com que nos ameaçam, são os mesmos do passado. O socialismo constitui uma religião cujos apóstolos têm toda a intolerância de seus ancestrais. Doutrinas, linguagem, crenças, métodos de propagação são quase idênticos.

Escreve justamente Sageret:

Apagamos astros fantasmas somente para acender estrelas quiméricas. Nossa Cidade Futura corresponde à Jerusalém Celeste. Essas duas cidades são igualmente metafísicas. Contudo, talvez nos aborreçamos menos na Cidade Futura, porque nos aborreceremos nela por menos tempo.

O cristianismo das primeiras eras, com o qual o socialismo oferece tantas analogias, possuía, no entanto, um elemento de sucesso que as doutrinas atuais não possuem. As recompensas esperadas deviam ser recebidas num paraíso do qual ninguém retornava. As promessas de felicidade terrestre feitas pelo socialismo nos últimos sessenta anos e que deveriam se realizar num futuro próximo não puderam se realizar e a confiança na doutrina foi abalada. Com isso, uma nova fé, o sindicalismo tende a substituí-lo. Menos quimérica em muitos pontos, ela está sem dúvida predestinada a um futuro mais durável.

O socialismo coletivista repousa sobre uma série de ilusões cuja inutilidade começa-se agora a perceber, mas que se imporão ainda por muito tempo. Elas se reduzem às seguintes proposições: 1º) uma sociedade pode ser refeita em todos os seus detalhes a golpes de decretos e através de uma revolução; 2º) o regime capitalista, sendo a fonte de todos os males, bastaria suprimi-lo para estabelecer a felicidade universal; 3º) o Estado deve se apoderar de todas as propriedades, de todas as indústrias e fazer com que sejam administradas por um exército de funcionários públicos encarregados de repartir igualmente seus produtos entre os membros da comunidade.

Como tais teorias não levam em conta paixões, nem sentimentos, nem necessidades econômicas, nem, aliás, realidades de nenhum

tipo, é fácil, tomando-as por base, construir no papel sociedades artificiais muito variadas. São os paraísos das almas simples.

Essas quiméricas ilusões continuam __ pelo menos na França __ muito poderosas ainda. Elas inspiram uma absoluta confiança nos donos de cafeterias e nos caixeiros viajantes de província, que compõem tantos comitês eleitorais e são, no Parlamento, a origem de leis muito perigosas. Não se nega mais que a encampação de uma importante linha de estrada de ferro foi, como o imposto sobre a renda, inspirada pelas doutrinas coletivistas. A primeira dessas operações foi destinada a preparar a posse de todas as indústrias pelo Estado. O imposto sobre a renda não teve outro objetivo além de fazer o balanço da fortuna dos cidadãos, de maneira a poder mais tarde espoliá-los a vontade. Os socialistas sabem muito bem que um imposto tal só se estabeleceria ao preço de odiosas inquisições destinadas a suscitar temíveis inimigos ao regime republicano, sem o menor benefício financeiro para ninguém. Tais evidências não afastaram, no entanto, nenhum voto. Os comitês eleitorais socialistas falaram e o Parlamento obedeceu servilmente.

De todas as ilusões socialistas, a mais inútil talvez é o sonho de suprimir a classe burguesa, cujo talento, inteligência e capitais criaram e fizeram prosperar as indústrias das quais os trabalhadores dependem.

Suponhamos que um dirigente industrial que possua 1.000 trabalhadores e gere 40.000 francos de lucros anuais doe gratuitamente sua indústria aos trabalhadores. Graças aos 40.000 francos abandonados, o salário de cada um deles aumentaria aparentemente ao redor de 40 centavos ao dia[16]. Na realidade, ele logo seria bem menor, pois as pessoas aptas a dirigir grandes indústrias são raras e assim que a capacidade do dirigente diminui, os lucros desmoronam. Verdade incontestável que os socialistas não querem compreender. No estado atual da indústria, a pessoa capacitada torna-se um instrumento tão precioso que é sempre econômico pagá-la bem caro.

Suponhamos, no entanto, que o socialismo triunfe, com sua administração coletivista da indústria e sua equalização dos salários. Imediatamente, todas as pessoas inteligentes __ cientistas, artistas, inventores, trabalhadores hábeis etc. __ pouco desejosas de ver seu talento ser remunerado com boa comida, emigrariam para países vizinhos, que as acolheriam com entusiasmo, pois o talento é premiado em toda parte. O socialismo só reinaria então numa sociedade composta por indivíduos da mais baixa mediocridade.

Bem entendido que o conquistador que quisesse se apoderar de um país assim socializado só teria que levantar o dedo. Os socialistas responderão que isso pouco lhes importa, pois eles se declaram cada

[16] O valor de 10 centavos como lucro médio ganho sobre o trabalhador foi igualmente fornecido na Câmara dos Deputados em uma discussão recente.

vez mais antimilitaristas e antipatriotas e que, aos seus olhos, patrão francês ou patrão alemão representam a mesma coisa.

Para lhes desfazer essa nova ilusão basta encaminhá-los aos livros de história, que mostram o destino dos povos cujas dissensões colocaram-nos sob as leis do estrangeiro. A Polônia é um impressionante exemplo disso. Batidos e expropriados pelos alemães, vigorosamente metralhados pelos russos assim que gritaram mais alto, não podendo nem mesmo, sob o risco do chicote, ensinar sua língua nas escolas às suas próprias crianças, os infortunados poloneses expiam duramente suas lutas civis ancestrais. Seu destino deveria ser gravado em letras de ouro em todas as salas dos congressos socialistas, onde o antipatriotismo é ensinado.

O socialismo coletivista que triunfasse em alguma parte não conseguiria, aliás, durar muito tempo. Ele traria rapidamente os déspotas libertadores que o povo aclamaria, como fez com todos surgidos na França depois da Revolução. Enquanto espera, as devastações produzidas seriam terríveis. Eu sou da opinião de Laveleye, que mostra que, após a vitória do socialismo "nossas capitais seriam devastadas pela dinamite e a gasolina, de uma maneira selvagem e sobretudo mais sistemática do que foi Paris em 1871 pela Comuna".

Faguet pesquisou como poderia o socialismo triunfar e admite __ assim como eu mesmo fiz __ que isso se daria talvez pelo enfraquecimento moral do exército. Nós já vimos __ nas perturbações do

sul da França __ um regimento se amotinar e a história da Comuna mostra que em tal caso um governo pode se desmoronar instantaneamente.

Esse desmoronamento aconteceria mais simplesmente ainda através de medidas legislativas. O mesmo autor destaca "que bastaria uma decisão legislativa, como em 1790, ou um golpe de Estado popular para expropriar a burguesia e proceder com relação a ela como se procedeu com relação ao clero e à nobreza no momento da Revolução e, mais recentemente ainda, com relação às posses das congregações e do clero secular".

Parece que um sopro de alienação cega a burguesia hoje em dia, pois ela abala sem trégua as mais sólidas colunas da sociedade que a abriga, particularmente as finanças e as forças armadas. Ela destrói progressivamente toda disciplina e vota as piores medidas financeiras e militares propostas pelos socialistas, sem poder duvidar, no entanto, que o triunfo do socialismo seria, como escreveu o revolucionário Malato "um despotismo mais perigoso que o sistema monárquico, porque seria intangível e impessoal".

A burguesia se ilude, portanto, profundamente, ao seguir a corrente que a leva e que seria possível, não estancar, mas orientar. Ela perde a consciência de sua superioridade, de seu poder e de seu valor e não compreende que uma sociedade não consegue sobreviver sem disciplina, sem tradição e sem hierarquia.

Ela ignora principalmente a arte de falar às massas e compreende pouco o simplismo de sua alma. A única visão política do trabalhador é de que ele é explorado pelo patrão e que o governo deve fazer com que seu salário seja aumentado.

Escreve justamente o Sr. Bourdeau: "A massa não tem nenhuma ideia nítida. Ela está sempre com a opinião do orador que acaba de discursar diante dela; seja ele favorável à defesa republicana ou anticlerical, patriota ou antipatriota, político ou sindicalista revolucionário".

A massa, com efeito, julga em bloco, unicamente de acordo com a impressão produzida nela pelas vociferações dos oradores. Suas razões, ela não as entende e, como as mulheres, se apaixona pelos indivíduos, sem ouvir seus discursos. Todas as verdades serão aceitas se a pessoa que as diz lhe agrada e ela lhe agrada quando é enérgica. Viu-se numa circunscrição do norte, cidadela do socialismo, um candidato __ muito conservador, no entanto __ se fazer nomeado deputado no lugar de um dos grandes líderes do socialismo, não por suas razões, mas porque ele soube agradar e porque as massas sentiam nele o mestre sempre esperado.

Apesar de seus instintos revolucionários aparentes, as multidões só querem obedecer. Toda a história está aí para comprovar. Os trabalhadores mais violentos obedecem sem discutir aos toques dos assobios do delegado dos comitês revolucionários e se colocam ins-

tantaneamente em greve, sem se permitir a menor observação. Luís XIV ou Bonaparte jamais teriam ousado as prescrições draconianas decretadas pelos obscuros comitês, aos quais somente seu anonimato lhes confere prestígio.

*

* *

Muitos socialistas são bastante inteligentes para confiarem em suas doutrinas e as abandonam assim que chegam ao poder. Tornando-se então parte integrante da burguesia, eles descobrem bruscamente suas qualidades. Pudemos ler, não sem algum espanto, os cumprimentos feitos aos burgueses por um socialista que se tornou ministro, o Sr. Viviani, em um discurso pronunciado em Calais. Disse ele:

> *... Ao redor do proletariado vive uma burguesia que trabalha, que tem seus interesses, sua vontade, seus desejos. E é uma grande injustiça denunciá-la em seu conjunto, com a cólera e o desprezo dos trabalhadores. Foi ela que, com seus pensadores e seus filósofos, mostrou o vazio do Céu.*

Se a burguesia só tivesse destruído ilusões nós só poderíamos ser extremamente gratos a ela. Eu não sei __ muito menos o Sr. Viviani __ se o céu é vazio. É uma hipótese provável, mas não demonstrada. Em todo caso, é uma hipótese que a grande maioria dos

franceses ainda não admite. Porém, um verdadeiro homem de Estado deve saber respeitar todas as convicções e governar os povos com suas ideias e não com suas próprias crenças.

Mas, se as hipóteses relativas ao céu permanecem incertas, pelo menos é certo que os progressos da civilização são devidos unicamente à burguesia de todas as eras, pois é em seu seio que sempre foram recrutados os artistas, industriais, filósofos e cientistas.

Dizia o Sr. Clémenceau em um de seus discursos:

> *A democracia não é o governo da massa... Na fonte de toda evolução nós encontraremos o esforço individual dos pensadores, enquanto que o progresso geral deve resultar necessariamente da acomodação progressiva das massas às ideias submetidas à sanção da experiência pelo gênio de alguns.*

Não qualifiquemos essas verdades de banais, pois é somente no dia em que eles chegam ao poder que os políticos as descobrem.

Elas não conseguiriam, bem entendido, tocar os socialistas revolucionários, que sonham com a destruição da sociedade atual.

Com um pouco mais de inteligência, esses barulhentos apóstolos conseguiriam compreender que eles não ganhariam nada se substituíssem o governo que eles amaldiçoam tanto. Os sobreviventes de suas hecatombes acabariam por constatar que os métodos de governo são pouco variados e se tornariam mais reacionários ainda do que

seus predecessores. Foi o que sempre se observou, de resto, quando os césares conseguiram esmagar a anarquia.

Os revolucionários vencedores só podem tomar, com efeito, dois partidos: permanecerem revolucionários __ e, neste caso, perpetuar uma desordem contra a qual se voltam rapidamente todas as opiniões e que, por consequência, não poderia durar __ ou governar quase como seus antecessores. Este último partido sempre foi o adotado por todos os demagogos triunfantes. Aqueles que, antes de chegar ao poder, pregavam a insurreição, a greve geral e a violência, as combatem energicamente, uma vez transformados em mestres. Não, certamente, que eles traiam seus princípios, mas é simplesmente porque eles descobrem então que a manutenção da vida de um povo está submetida à observância de certas regras tradicionais.

Não são, na realidade, as violências dos revolucionários, mas a fraqueza de nossos governantes que constitui o verdadeiro perigo. Quando um país está saturado de anarquia, quando muitos interesses são ameaçados e só se vê por toda parte discursos inúteis, promessas mentirosas e leis estéreis, os povos se dirigem instintivamente rumo a um ditador capaz de restabelecer a ordem e proteger o trabalho. Foi assim que tantas democracias pereceram.

A ditadura é, evidentemente, a ordem por algum tempo; mas é também Waterloo, Sedan e a invasão. Sem dúvida que os romanos não tiveram que lamentar o advento de Augusto, mas seu reinado

tornou possível Tibério, Calígula, a lenta decadência e o esmagamento final sob os pés dos bárbaros.

A reconstrução do mundo destruído pelos novos mestres exigiu mil anos de guerras e convulsões. O presente é feito principalmente do passado e o passado não se recria. Hoje em dia os bárbaros estão em nossos muros e nós os deixamos sabotarem dia após dia um edifício social penosamente construído. Eles poderão destruí-lo, mas não substituí-lo. Uma sociedade perece às vezes muito rapidamente; só os séculos permitem reconstruí-la.

***

CAPÍTULO II

As ilusões sindicalistas.

Sumário

A associação dos interesses similares tornou-se a lei da era moderna. A grande indústria não a criou, mas desenvolveu fortemente.

Todos os países conheceram formas diversas de associação. Florença e Sienna, na Idade Média, eram repúblicas profissionais, formadas por uma aglomeração de sindicatos que realizavam muito bem o sonho de muitos teóricos atuais. As corporações destruídas pela Revolução Francesa constituíam também verdadeiros sindicatos.

A vantagem evidente de tais instituições está em conferir a pequenas coletividades um poder que não conseguiria o indivíduo isolado. Elas o dispensam, por outro lado, de iniciativa e de vontade, qualidades de um exercício fatigante e, aliás, muito pouco difundidas.

Os laços do sindicato tendem a se tornar hoje em dia o único vínculo entre as pessoas. Enquanto as instituições políticas não são mais respeitadas, a ideia de pátria se enfraquece, todas as crenças ancestrais desaparecem, a influência da ideia sindicalista cresce a

cada dia. Ela está em vias de dar nascimento a formas de direito novas. Como, por exemplo, o contrato coletivo, no qual o patrão trata não com o trabalhador, mas com seu sindicato. Ele tende a se tornar o regime normal da indústria.

O trabalhador __ sobretudo o medíocre __ ganha com esse regime, mas sob a condição de aceitar uma tirania muito dura. Se ele pode conservar a ilusão do poder, ele não conseguiria guardar a de liberdade.

Da verdade banal de que as instituições não têm, em si mesmas, nenhuma virtude e que sua influência varia com as qualidades mentais dos povos que as adotaram, a história do sindicalismo fornece, eu já mostrei isso, uma prova impressionante.

Ele se apresenta, com efeito, sob duas formas muito diferentes, segundo os povos: o sindicalismo pacífico e o sindicalismo revolucionário. O primeiro é observado entre os anglo-saxões. Os sindicatos só se ocupam, entre eles, com os interesses econômicos e ignoram as lutas de classes. Entre os povos latinos, o sindicalismo tornou-se, pelo contrário, um instrumento de anarquia que só visa a destruição da sociedade. É este último que estudaremos agora.

Alguns sindicatos de trabalhadores franceses se limitam, como na Inglaterra ou na Alemanha, a defender seus interesses e não apresentam __ até o presente, pelo menos __ nada de subversivo. Sendo pouco numerosos, eles possuem pouca influência.

Bem diferente é o sindicalismo revolucionário, representado pela barulhenta CGT. Mostramos há pouco sua antipatia pelo coletivismo, considerado por ela, com razão, como uma simples forma de estatismo.

Essa confederação, nova ainda, pretende constituir um sindicato de sindicatos; mas, na realidade, conta com muito poucos sindicalizados, pois 5% apenas dos trabalhadores franceses fazem parte dela. É verdade que não é o número dos apóstolos que faz a força de uma doutrina.

Seu começo foi muito instável. Ela só começou a se tornar poderosa após ter tido a sua frente alguns revolucionários inteligentes, que compreendiam que um poder anônimo, ousado e possuidor de um pequeno número de princípios fixos, deveria, graças à fraqueza governamental e à anarquia geral, adquirir uma autoridade considerável.

Sob o duplo ponto de vista, o psicológico e o político, sua história é muito interessante. Ela mostra como um punhado de pessoas resolutas pode chegar a criar uma organização que trata de igual para igual com o Estado, a ponto de obrigar o Parlamento a votar, com urgência, leis imperiosamente ditadas.

Em política, a autoridade é preciosa, mas às vezes basta fazer acreditar que se a possui. O prestígio dos feiticeiros durou mil anos, mesmo que possuíssem como único apoio a fé na feitiçaria.

Criar um poder pessoal é extremamente complicado. Criar um poder anônimo é, pelo contrário, muito fácil. Discute-se o primeiro, obedece-se ao segundo. Na França, o poder dos comitês anônimos é sempre respeitado. No Parlamento, eles reinam como senhores. O ilustre homem de Estado R. Poincaré mostrou, em um discurso recente, os deputados afobados, "agitando em desordem seus boletins, dirigindo para suas circunscrições mudos olhares interrogadores, se perguntando: 'Agradarei a meu comitê?'" Os mais selvagens socialistas, interruptores barulhentos de ministros, são em geral muito modestos, muito pequenos, diante dos comitês, frequentemente compostos por gritadores alcoólicos que, ao invés da vontade popular, só representam as suas. Apoiado nos comitês, um jornal e a ajuda de um número suficiente de mercadores de vinho é possível se tornar um dos mestres de um país.

Foi possível pelo menos até agora. Mas os comitês eleitorais estão agora bastante ameaçados. Tendo forçado os deputados a editarem leis muito perigosas para a prosperidade de nossa indústria, eles levaram os empresários a formar ligas de defesa. As câmaras de comércio não conseguiram impedir a ruinosa encampação da Oeste, ordenada pelos comitês socialistas, mas a federação dos comerciantes varejistas fez a Câmara hesitar diante de vários impostos.

Qualquer que seja, sob uma forma ou de outra, agrupamento de interesses políticos ou de interesses profissionais, o futuro não

está mais sob influências pessoais, mas principalmente sob a influência de coletividades anônimas, guiadas por líderes.

Os criadores da CGT compreenderam perfeitamente essas verdades elementares e algumas outras. Seu programa aparente foi formar um sindicato global, gerido por um comitê desprovido de poder visível, mas exercendo todos, na realidade, particularmente o poder de impor às sociedades confederadas ordens executadas sem discussão.

Um primeiro obstáculo se apresentou. Para chegar a dominar, não era preciso fazer primeiramente os trabalhadores votarem e obter uma maioria?

Políticos comuns teriam sido interrompidos por essa dificuldade. Ela não dificultou, de maneira alguma, os fundadores da CGT. Não podendo esperar o número, eles declararam simplesmente que substituíam o poder da maioria pelo das minorias e, para justificar tal pretensão __ igual a todas as aristocracias, aliás __ decidiram ousadamente, em oposição às ideias democráticas e socialistas, que somente as minorias têm o direito de impor suas vontades.

Escreveu um deles:

> *... Assim aparece a enorme diferença de método que distingue o sindicalismo do democratismo: este, pelo mecanismo do sufrágio universal, dá a direção aos inconscientes, aos lentos e sufoca as minorias, que trazem com elas o futuro. O mé-*

todo sindicalista dá um resultado diametralmente oposto; o impulso é produzido pelos conscientes, os revoltados.

E sobre o que é fundamentada essa atitude de uma minoria de revoltados? Unicamente no instinto. Os senhores do partido asseguram que "o mais simples trabalhador, engajado no combate, sabe mais do que os mais obscuros doutrinários de todas as escolas". O trabalhador insurgido __ se ele é membro da CGT, bem entendido __ torna-se assim um tipo de barão feudal colocado acima das leis.

Os conselhos que são dados são, com efeito, aqueles que poderiam ser apresentados a um soberano absoluto, que não tem que levar em conta os códigos.

É preciso ir adiante, se deixar levar pelo seu próprio impulso natural, só se fiar em si mesmo e se dizer que não cabe a nós nos adaptarmos à legalidade, 'mas a legalidade é que deve se adaptar à nossa vontade'.

Como os autocratas estão acima das leis, a aristocracia constituída pelos membros da CGT não tem que respeitá-las.

Escreve um dos grandes líderes da nova autocracia: "O trabalhador francês está acima de toda autoridade, de qualquer respeito a toda hierarquia. Ele não se pergunta, antes de agir, se a lei permite ou não agir. Ele age e eis tudo".

Evidentemente, Luís XIV e Napoleão eram mais modestos e menos convencidos de sua grandeza.

Quanto à massa, jamais um déspota asiático manifestou com relação a ela tanto desprezo quanto os novos potentados. Eles asseguram __ e aqui não estão errados __ que as massas adotam tudo o que lhes é sugerido e são incapazes de reflexão. Em caso de revolução, o povo ficará ao lado dos mais ousados. Em tempos comuns, ele tem apenas que ficar quieto. “Somente os conscientes, os militantes têm o direito de falar em nome da classe trabalhadora”. Naturalmente, os conscientes são os dirigentes da CGT.

Convencidos da inferioridade da vil multidão, eles a tratam, em toda oportunidade, como uma simples tropa de escravos. Seus delegados não se dão nem ao trabalho de explicar as ordens dadas; como a de entrarem em greve, por exemplo. Se algum trabalhador esboça alguma resistência ele é vigorosamente atacado pelos camaradas que obedecem com um perfeito servilismo às injunções do comitê. A ordem do delegado substitui assim o chicote do capataz nas plantações cultivadas outrora pelos negros.

A mais incrível fantasia preside geralmente essas greves. A prova disso é fornecida por um dos membros mais influentes da CGT, o Sr. Victor Griffuelhes, em seu opúsculo **Voyage d’un Révolutionnaire.** Eis o que ele diz:

> *Em Marselha, no porto, havia no estaleiro um delegado do sindicato. Ele tinha um poder grande... muito grande. Por um nada, eu digo, por um nada, esse delegado lançava em*

pleno horário de trabalho um toque de assobio. Era o sinal. Todo mundo devia deixar o estaleiro, era a greve. Porquê? Ninguém sabia, nem os chefes nem os trabalhadores.

Tais confissões mostram com que facilidade se pode escravizar as massas trabalhadoras, desde que se possua prestígio.

Sua obediência vai até uma abnegação que jamais foi exigida pelos piores déspotas. Sabe-se da aventura recente de um empresário ceramista dos subúrbios de Paris que, querendo se aposentar e não tendo herdeiros, ofereceu a seus trabalhadores dividir sua empresa em ações e distribuí-las para eles, ficando como gerente por algum tempo a fim de não deixar o negócio ficar em risco. Os ceramistas aceitaram com entusiasmo, mas a CGT interveio e, temendo esse exemplo de acordo entre patrões e empregados, deu uma ordem imperiosa a estes últimos de recusar o presente. Eles obedeceram sem discussão. Curado de sua filantropia o empresário fechou a fábrica.

Os métodos governamentais empregados pelos dirigentes sindicais não constituem certamente uma inovação, pois eles foram empregados por todos os antigos tiranos. Seria preciso uma grande confiança no servilismo das multidões para ousar aplicá-los em nossos dias.

Como se mantém esse poder novo que pretende substituir todos os outros? Como os sindicalistas revolucionários não têm que levar em conta nem a vontade popular nem as leis __ que, aliás, se

curvam cada vez mais diante deles __ o problema torna-se relativamente simples. Graças às ameaças, à sabotagem e às greves violentas, eles obtêm quase tudo o que exigem. Quando uma greve pacífica explode em algum lugar, o comitê logo envia alguns delegados cheios de experiência, pois são sempre os mesmos, para estimularem os grevistas às violências. Assim que os golpes começam a chover eles desaparecem para exercerem seu apostolado em outro lugar.

Tais procedimentos tiveram, de resto, o privilégio de exasperar os socialistas que ainda acreditam no sufrágio universal e na eficácia das leis.

Disse um deles no Congresso de Nancy, em 1907:

> *O sindicalismo emprega, para chegar a seus fins, o boicote, a sabotagem, as greves parciais. Tais são as armas __ vossas únicas armas __ com as quais vós tendes a pretensão de transformar a propriedade e a sociedade. É com isso que vós entendeis fazer a economia da conquista do Estado, posicionar seus canhões. Isso é soberanamente ridículo!*

Lembraram a ele em seguida que o sindicato possuía muito poucos sindicalizados. Sem dúvida, mas não há necessidade, eu repito, de muitos apóstolos para fundar um culto.

Foi um dos grandes líderes do socialismo doutrinário, o Sr. Guesde, que mais se insurgiu contra o poder crescente e os métodos da CGT.

Disse ele:

Eu gostaria somente que me explicassem como quebrar postes de luz, estripar soldados, queimar fábricas, pode constituir um meio de transformar a propriedade. É preciso acabar com toda essa conversa fiada pretensamente revolucionária. Nenhuma ação corporativa, por mais violenta que ela seja, greve parcial ou greve geral, conseguiria transformar a propriedade.

Os sindicalistas revolucionários respondem, muito justamente, que seu método é excelente, pois ele produz úteis resultados. Eles fornecem, como provas disso, vários exemplos, particularmente o caso dos escritórios de empregos.

As manifestações violentas e repetidas surpreenderam e intimidaram o governo. Assustado, o ministro Combes providenciou o mais rapidamente possível um projeto de lei que, sem perderem tempo, a Câmara e o Senado votaram em três dias. É preciso lembrar a que ponto a lição desse simples fato e outros semelhantes foi eficaz?

Eu não duvido nem por um instante, mas não duvido ainda mais que, se o ministro citado acima, tivesse gastado, para resistir às ameaças apresentadas da mais insolente maneira, um quarto da energia empregada por ele para espoliar e expulsar monges velhos e reli-

giosos sem defesa, a anarquia social não teria feito os progressos que todo mundo constata hoje em dia.

O poder da CGT só recai, com efeito, sobre a extrema fraqueza do poder constituído. Seu desenvolvimento só foi possível na França. Na América e na Inglaterra, os fatos expostos acima não poderiam acontecer. Nos Estados Unidos seus autores pegariam numerosos anos de prisão, sem nenhuma chance de anistia. Na Inglaterra, os sindicatos, sendo pecuniariamente responsáveis pelos estragos cometidos por seus membros, a sabotagem lá é desconhecida.

Evidentemente que essa moleza do governo constitui um fator que os psicólogos da CGT sabem engenhosamente usar, mas eles começam a triunfar muito ruidosamente. O exagero de suas violências é, aliás, salutar, pois ele acabará certamente por fazer surgir um ministério de defesa social, que os trará rapidamente à razão com a rigorosa aplicação das leis.

Por ocasião da greve de Draveil, a CGT, estando certa da impunidade, ultrapassou grandemente todas as medidas. Os grevistas, tendo sabotado as máquinas, vandalizado os passantes, atacado automóveis em circulação, os tribunais não ousaram fechar os olhos e tiveram que abrir processos. A CGT ameaçou então o governo de decretar uma greve geral, se ele não suspendesse a ação da justiça. Na verdade, o direito de pilhar os ônibus e incendiar as fábricas é praticamente reconhecido aos trabalhadores, mas evitou-se inscrevê-

lo nos códigos. Foi preciso então pronunciar algumas condenações. Elas foram muito anódinas, aliás e, poucas semanas mais tarde, os cortesãos da baixa popularidade fizeram, como de hábito, votar uma anistia.

Essa tentativa de revolução teve pelo menos, como resultado, mostrar ao governo a inutilidade das ameaças que o fizeram tremer tantas vezes. Ele compreendeu, pela primeira vez, que o poder da CGT era devido sobretudo ao terror que ela inspira. Sua ação só é considerável porque é exercida contra ministros sem resistência.

Mas, na falta de defesa governamental, com a qual se pode contar pouco, a CGT se encontra agora diante de inimigos mais sérios do que a polícia e o exército. Ela viu, muito a contragosto, se desenvolver sob sua bandeira, a temível seita dos anarquistas. É impossível expulsá-los, já que seu programa de destruição social para estabelecer um tipo de comunismo é idêntico ao da CGT.

Os companheiros anarquistas mal conhecem outro método de raciocínio que não seja a sabotagem e o incêndio e não são de fácil manejo. Esses iluminados querem tratar de eliminar a sociedade em bloco, assassinar o máximo de soberanos possível e sofrer necessariamente o martírio por sua fé, mas eles nunca se curvarão à disciplina de um sindicato. Os membros da CGT fizeram frente vitoriosamente aos coletivistas em seus congressos, mas não se vê facilmente como eles conseguirão se desfazer de seus novos aliados, os anarquistas.

Examinaremos as consequências de sua presença no próximo capítulo.

Quanto aos trabalhadores, escravos dóceis impulsionados por invisíveis mãos, eles não têm seguramente nada a ganhar no caminho que estão trilhando e muito a perder. Seu salário, com efeito, depende unicamente do estado dos negócios industriais. Eles poderiam todos ser sindicalizados sem obter aumento de um único centavo, se o comércio de seu país diminuir de importância. Essa diminuição, que já começou, tornar-se-á muito maior ainda, quando os capitais assustados forem procurar países sabiamente governados, onde não se inquietarão com greves violentas, sabotagens e leis tirânicas que as Câmaras não param de aprovar e que determinam cada vez mais a emigração das fortunas.

Essas verdades os supostos defensores da classe dos trabalhadores evitam dizer-lhes. Eles sabem, no entanto, que não é se apropriando da fortuna alheia que os trabalhadores melhorarão sua sorte, mas somente aperfeiçoando sua instrução técnica. A competência é a grande potência da era moderna e nada, absolutamente nada, pode substituí-la. Que o trabalhador aumente seu valor profissional, que ele se eleve ao nível de seus colegas americanos, de que nos fala Paul Adam, cavalheiros que chegam à sua oficina elegantemente vestidos, colocam um jaleco, trabalham e, ao término do dia de trabalho, tomam um banho e vão terminar a noite no clube, sem que

nada os distinga, em suas maneiras, dos mais corretos homens do mundo.

Ao lado desses trabalhadores de 25 francos ao dia vegetam, é verdade, os trabalhadores braçais ignorantes e limitados que só ganham 4 francos no mesmo intervalo de tempo. O ideal da civilização é erguer o trabalhador braçal ao nível do cavalheiro ou criar uma sociedade artificial que abaixaria o cavalheiro ao nível do trabalhador braçal? Eu conheço a resposta dos socialistas, mas eu sei também a resposta ditada pelo simples bom senso. Desdenhemos das vagas frases humanitárias inspiradas unicamente pela baixa inveja. Todos os esforços devem tender a fortificar a mentalidade de um povo e não a enfraquecê-la. O progresso não está no ódio entre as classes, como não param de repetir os sectários, mas unicamente em sua fusão.

Os socialistas, que inicialmente favoreciam a criação dos sindicatos, agora os veem se voltar contra eles. Muito inutilmente eles tentam acalmar essa hostilidade. Apesar de sua submissão, a CGT os repele com desprezo. Em seus recentes encontros, ela recusou a presença de um único deputado socialista.

O ideal dos sindicalistas continua ainda um pouco vago, pois, no momento, eles só buscam destruir. Mas seus escritores já tomaram o cuidado de nos descrever a futura sociedade sindicalista. Ela será composta de produtores reunidos em sindicatos que trocam seus

serviços. Essa organização, muito distante da forma estatista vangloriada pelos coletivistas, lhe seria, evidentemente, superior. Coletivistas e sindicalistas estão, na realidade, em pólos opostos do pensamento e nenhuma conciliação é possível entre eles.

*

* *

Muita gente boa assume ares de entendidos para nos revelar que o sindicalismo representa a aurora de tempos novos. Eles não parecem suspeitar que essa aurora constitui simplesmente uma regressão a um estado de coisas muito antigo e tão insuportável que ele foi abandonado.

O regime sindicalista funcionou, com efeito, durante séculos nas repúblicas italianas. Elas não passavam de federações de sindicatos industriais, sob a direção de um conselho eleito por esses sindicatos.

O quadro das consequências dessa forma governamental foi perfeitamente traçado por um professor do Collège de France, o Sr. Renard, cuja qualidade de socialista humanitário torna pouco suspeito. Eu peguei emprestado dele essa descrição:

> *Querelas de cidade a cidade, de quarteirão a quarteirão, de família a família. Uma quantidade enorme, interminável e monótona de vendetas, motins, incêndios, assassinatos,*

barricadas, exílios, confiscos; eis o espetáculo desordenado, tumultuado, que ofereceram durante séculos as comunas italianas. Florença, a Bela, muito mais do que as outras. Na Itália acreditou-se, em certos momentos, que se descia, com Dante, a um desses círculos infernais onde se perseguem, se debatem, se mordem, se devoram tropas de monstros, de demônios e de amaldiçoados.

Em seu livro, **Socialisme à l'Étranger**, o Sr. Quentin-Bauchart mostra que esse regime sindicalista era tão opressivo para o trabalhador que se considerou por toda parte uma felicidade se livrar dele __ mesmo ao custo de ditaduras militares muito duras. A Revolução Francesa acreditou ser uma obrigação abolir as corporações, infinitamente menos tirânicas, no entanto, que os todo-poderosos sindicatos das repúblicas italianas.

Não é de se duvidar, aliás, que o esforço da civilização __ esforço do qual saiu a constituição dos grandes Estados __ foi substituir pelo interesse geral os interesses individuais e corporativos sempre em luta. O sindicalismo é, portanto, na realidade, eu repito, uma evolução regressiva e não progressiva.

Que interesses similares se sindicalizem, nada é mais natural. Isso existe universalmente. Na Alemanha, particularmente, os sindicatos são inúmeros. Todas as corporações __ açougueiros, professores, magistrados, profissionais de manutenção dos esgotos etc. __

são, mais ou menos, sindicalizados. Somente na França se manifesta a pretensão dos sindicatos de derrubar o Estado para se tornarem os mestres e voltar a uma forma de governo que o progresso da civilização fez desaparecer.

Se o sindicalismo triunfasse um dia, veríamos se abrir um período de anarquia a qual nenhuma organização social conseguiria resistir por muito tempo. Os povos revoltados contra suas leis estão logo condenados a sofrer as fantasias dos déspotas, que a desordem faz invariavelmente surgir e, finalmente, as invasões. Foi por não terem compreendido isso que grandes nações pereceram; como a Grécia, tocha do mundo antigo, que foi reduzida à escravidão e a Polônia, desaparecida da história.

O triunfo do movimento atual seria apenas uma consequência da desagregação mental, da qual a revolta dos carteiros constitui um alarmante sintoma. Em seus encontros viu-se estes últimos defenderem o antimilitarismo, o antipatriotismo e a anarquia. Sua greve, justo no momento que o caso dos Bálcãs parecia levar a França a uma guerra temível, prova a que ponto os sindicatos fazem passar pequenos interesses particulares à frente do interesse geral. Para eles, a pátria é seu sindicato.

A luta se desenha cada vez mais nitidamente entre o sindicalismo revolucionário e o estatismo coletivista. Estas duas formas de tirania são igualmente detestáveis. Eu creio, no entanto, que a pri-

meira seria talvez a menos dura, porque pequenos despotismos coletivos se equilibram e são por isso menos tirânicos que um só despotismo coletivo, como o sonhado pelos socialistas.

Com o esfacelamento progressivo dos caracteres e a incompreensão geral das leis naturais, estamos condenados a sofrer uma ou outra dessas tiranias, a menos que essas duas forças antagônicas consigam se neutralizar uma a outra. Não contemos muito com isso.

***

CAPÍTULO III

A evolução anárquica do sindicalismo.

Sumário

O dom da profecia constituía outrora um excepcional presente dos deuses. A Bíblia cita apenas um pequeno número de profetas e demonstra a eles uma respeitosa veneração.

Graças sem dúvida aos incontestáveis progressos da religiosidade contemporânea, a faculdade de adivinhar o futuro tornou-se geral. Encontra-se poucas pessoas que não utilizam várias vezes ao dia essa aptidão, outrora tão rara. Eu não faço alusão somente aos socialistas, perpétuos profetas, que conjugam invariavelmente todos os verbos no tempo futuro, como já foi observado. Eu falo simplesmente de indivíduos comuns, habituados, como a maior parte de seus contemporâneos, a dissertar longamente sobre assuntos que eles ignoram. Dificilmente se conversa dez minutos com eles sem ouvir uma predição. Se ela não diz respeito ao futuro da França ou de outros Estados, ela diz respeito à sorte de seus vizinhos.

Não é possível então se vangloriar de uma faculdade que todos possuem, ou pelo menos exercem de maneira contínua. Não praticá-la seria querer ser diferente.

Portanto, me conformando ao uso universal, me acontece às vezes de tentar previsões. Elas são geralmente de longo prazo, para me livrar de assistir à sua irrealização.

Eu arrisquei, no entanto, algumas de curto prazo. Dentre essas previsões, apoiadas unicamente, aliás, em noções psicológicas muito simples, citarei aquela publicada em um grande jornal parisiense, no dia seguinte à execução de Ferrer, em que eu previ que esse acontecimento tão ruidosamente comentado em Paris não produziria nenhum tipo de comoção na Espanha. Confirmada também foi a previsão que fiz em que anunciava que a CGT acabaria por ser absorvida pelos elementos anárquicos que ela tinha tão desajeitadamente anexado.

Sobre este último ponto, eis o que disse, justo um ano após meu prognóstico, o secretário demissionário da CGT, o Sr. Niel:

> *Todos os nossos esforços para impedir a invasão do sindicalismo pela política simplesmente levaram a isso: fechou-se a porta da frente para o vírus socialista para abrir-se a de-trás para o veneno anarquista... Pouco a pouco, gota a gota, os políticos anarquistas incorporam todo o anarquismo ao sindicalismo, a tal ponto que eles não precisam mais empregar a expressão comprometedora, anarquismo, para fazer triunfar sua política anarquista. A expressão mais simpática,*

sindicalismo, lhes basta cada vez mais... O sindicalismo é o anarquismo sem esta palavra.

Detenhamo-nos nesta última definição, que sintetiza muito justamente o sindicalismo latino atual: "anarquismo sem esta palavra". Os fundadores do sindicalismo pacífico levaram algum tempo para descobrir isso. Os trabalhadores talvez também o descobrirão e acabarão por compreender que o anarquismo não constitui uma doutrina política, mas um estado mental característico de variedades bem definidas de degenerados, catalogados há muito tempo pelos patologistas. Eles perceberão então que a sabotagem de máquinas, o incêndio de fábricas, o assassinato de soldados é uma obra de semialienados, que não pode melhorar a sorte de ninguém.

Alucinados por seus impulsos mórbidos, os anarquistas pouco se preocupam, aliás, em melhorar a existência das classes trabalhadoras, como conseguiria fazer um sindicalismo inteligente como os da Inglaterra e da América, por exemplo.

Uma lição muito útil foi recentemente dada, sobre este assunto, aos sindicalistas franceses pelo Sr. Samuel Gompers, presidente da CGT americana (American Federation of Labor). Essa associação conta com dois milhões de trabalhadores, enquanto que a nossa compreende somente trezentos mil. Sua riqueza é considerável e eles possuem mais de trezentos jornais.

O desprezo professado pelos sindicalistas americanos pelas agitações estéreis dos sindicalistas franceses é visível. Eles consideram as concepções destes últimos como muito pueris.

Disse, em seu discurso, o Sr. Gompers:

Antigamente, enquanto estávamos na infância, tínhamos também nossos comunistas, nossos anarquistas, nossos Cavaleiros do Trabalho e éramos impotentes.

... O sindicalismo não deve ser destrutivo, ele deve ser construtivo... Arruinar a indústria nacional pela sabotagem e as greves é um movimento incoerente, como as jaquerias[17] *da Idade Média. O proletariado francês não aprendeu nada e continuou impulsivo.*

A afirmação que mais impressionou os sindicalistas franceses e os encheu de horror foi a do presidente da grande federação americana que lhes disse "não ser, de maneira alguma, certo, que a supressão do patronato seria um progresso. Isso poderia até mesmo ser um retorno à escravidão".

Nossos sindicalistas teriam ouvido afirmações semelhantes na Inglaterra e na Alemanha, mas sua mentalidade estreita não lhes permite a compreensão de tais verdades. Somente o trabalhador ca-

[17] Jacquerie. Levante de camponeses contra os senhores na França em 1358. (Nota do tradutor)

paz de observar compreende que o produto da fábrica e, por consequência, seu salário, depende antes de tudo do valor do patrão.

Esta última concepção nunca é admitida pelos sindicalistas latinos. Quando se lhes pede para precisarem seus sonhos eles respondem invariavelmente: “a fábrica sem patrão”.

São, evidentemente, utopias de intelectuais que jamais tiveram que frequentar muitas fábricas ou jamais as observaram muito atentamente. Um exame superficial lhes teria provado que a fábrica vale sobretudo pelo seu dirigente. Tal diretor, tal fábrica.

A grande dificuldade atual, com as complicações enormes da técnica moderna, não está em recrutar os soldados da indústria, mais seus comandantes. Uma fábrica que prospera sob um diretor hábil pereceria prontamente em mãos inexperientes. A fábrica livre, ou seja, sem patrão, seria um navio sem capitão. Anarquia hoje, ruína amanhã.

Essas verdades são totalmente desprovidas de interesses para os anarquistas que se tornaram os senhores do sindicalismo, pois eles não perseguem outro objetivo que não seja destruir a sociedade, para substituí-la por um vago comunismo. Eles são, na verdade, tanto inimigos do sindicalismo quanto do coletivismo, ou de qualquer outra forma de organização social.

Mesmo que devedores à fraqueza do Estado e suas leis que os deixam existir, eles se voltam agora contra ele e temos a ingenuidade de suportá-los.

Eu expus em um capítulo precedente alguns dos malefícios das leis que os legisladores teimam em produzir, sem prever suas consequências. Dentre elas pode-se mencionar ainda a lei criada em 1884 por um ministro, orador excelente, mas psicólogo detestável, sobre os sindicatos profissionais.

Advertências não lhe faltaram. Em resposta a um senador, temeroso de que "um dia o Parlamento fosse dominado por uma federação de trabalhadores que obedecessem a uma palavra de ordem dada por um grande sindicato", ele se limitou a brincar, dizendo: "esse poder inefável, superior àquele que foi exercido por todos os ditadores, que seria atribuído a eu não sei que conselho geral dos sindicatos".

Foi lhe assinalado, no entanto, o perigo em termos de uma psicologia bem precisa. Declarou um judicioso senador: "A dominação será inevitavelmente absoluta, pois não há um meio onde ela não existirá, onde não será absoluta, onde não haverá uma federação de sindicatos profissionais, onde a união não terá uma autoridade sem limites, pois sabe-se como entre os trabalhadores a autoridade sabe se impor e se fazer obedecer". Mencionou-se também, como consequências do projeto, o desenvolvimento do antimilitarismo e do anti-

patriotismo. Nada o fez mudar. A cegueira permaneceu geral e a lei __ da qual decorrem, de maneira crescente a cada dia, os desastres __ foi votada.

Graças a ela a CGT pôde se manter impunemente em guerra contra a pátria, o exército, a sociedade, o capital, não parando com sua propaganda antimilitarista e provocando as pilhagens das fábricas e os incêndios.

Todos esses fanáticos vivem no reino da ilusão pura. Na abertura da Escola Socialista o próprio Sr. Jaurès mostrou, para o exame de um livro recente de dois sindicalistas revolucionários, que esses barulhentos revoltados só conseguiam propor o restabelecimento exato daquilo que teriam destruído através de uma revolução.

Escreve o Sr. Jaurès:

Uma das coisas que mais me impressionam na revolução que nos contam é sua incrível facilidade!

O governo desaparece como um fantasma, o parlamento evapora como uma fumaça, o exército passa para o povo. Tudo cede...

Mas, eis que, em seguida na reorganização social presidida pelos sindicatos, aparece uma série de transações e arranjos bem oportunistas, que o mais moderado dos parlamentares de hoje em dia poderia tomar algumas lições!

O camponês mantém seu campo; o pequeno comerciante, seu comércio. A revolução se apodera dos bancos, mas é para emitir para os depositantes novos talões de cheques...

O Estado destruído renasce. O Parlamento reaparece no Congresso Confederado, onde não se resolve somente questões corporativas, mas a questão agrária inteira, a questão da moeda e muitas outras mais.

Todos os elementos da sociedade ali estão e é a lei da democracia que os rege. Nós saltamos a barricada, mas todas as dificuldades atuais se encontram do outro lado...

Aqueles que frequentemente nos chamaram __ não sem desdém __ de oportunistas, caem ao nosso nível assim que tentam tomar contato com a realidade.

***Humanité**, 30 de novembro de 1909.*

*

* *

Enquanto aguarda seu papel futuro, a CGT exerce no presente uma indubitável ação destrutiva. Ela tende a arruinar muitas indústrias, sem duvidar aliás que isso será a miséria dos trabalhadores que vivem dessas indústrias. Sua influência contribuiu fortemente para as greves marítimas, a elevação dos salários e a decadência de nossa marinha mercante. Pode-se avaliar seu estado atual pelo quadro se-

guinte, que indica a queda dos dividendos de nossas grandes companhias de navegação em menos de dez anos.

Empresa	Dividendos Pagos	
	1900	1908
Chargeurs Réunis	50,00 francos	Nada
Compagnie Havraise	50,00 francos	20,00 francos
Messagerie Maritime	23,50 francos	Nada
Cie. Gal. Transatlantique	16,00 francos	12,00 francos

Em um discurso pronunciado no Senado e do qual retiro alguns trechos do **Officiel**, de 11 de março de 1910, o Sr. Méline mostrou perfeitamente os resultados criados pela anarquia legislativa e o estado mental atual da população trabalhadora.

> *Eu vivo no mundo industrial e... bem... deixem-me vos dizer que eu constato que a mente empreendedora e a iniciativa estão desencorajadas. As ameaças dirigidas contra o capital, as greves sucessivas, os atentados geralmente imputados à liberdade do trabalho, as ameaças fiscais dirigidas contra todos aqueles que possuem e poupam, são talvez por demais desencorajadores.*
>
> *Os revolucionários que nos conduzem nessa via são muito imprudentes. Eles estão em vias de matar a galinha dos ovos de ouro. Eles esperam que em breve não haja mais ricos. Se não houver mais ricos, todo mundo será pobre e os pobres serão mais pobres ainda e isso será a miséria geral.*

Quanto à objeção aos orçamentos comerciais, muito vantajosos em aparência, o orador não tem dificuldade em mostrar de que ilusões otimistas os homens de Estado que as invocam são vítimas. Enquanto que, nos últimos vinte anos, a maior parte do comércio dos países __ Alemanha, Estados Unidos, Bélgica etc. __ dobrou, o nosso, sob o ponto de vista da progressão, caiu lentamente para o décimo lugar.

E enquanto nós nos enfraquecemos assim, todos os povos que se tornam cada vez mais industriais encontram cada vem menos mercados. Estes se fecham sucessivamente. “Um dia poderá acontecer que as dificuldades dessa obstrução geral não serão mais de ordem econômica e poderão degenerar em conflito de povos contra povos”.

Uma das causas que contribuem também __ fora as de ordem que aqui reinam __ para o poder de alguns países estrangeiros, é que ao invés do sinistro exército de desclassificados fabricados por nossa universidade eles possuem “uma juventude ardente e numerosa que se espalha de uma ponta do mundo a outra e que trabalha para a prosperidade dos negócios de seu país de origem”. O Sr. Méline espera que tenhamos uma juventude assim no dia em que estivermos curados da praga do funcionalismo. Mais grave é a praga de nossa universidade. O funcionalismo é apenas sua consequência necessária.

*

* *

Logo que um partido é fundado e quaisquer que sejam suas doutrinas, ele tem por objetivo saquear máquinas ou “plantar a bandeira nacional no esterco” e está-se sempre certo de contar com a ajuda de uma nuvem de semi-intelectuais sem emprego. Nossa educação clássica fabrica legiões deles, incapazes de realizar outras funções. Não nos espantemos portanto que as piores formas de sindicalismo anárquico possam recrutar numerosos advogados.

A sabotagem das usinas ou a destruição dos fios telegráficos constituem operações que se evita recomendar muito abertamente, por medo das leis e os professores da anarquia acabaram por tentar descobrir uma filosofia de onde se poderia deduzir, graças a hábeis subterfúgios de linguagem, as práticas do sindicalismo anárquico.

Sendo a tentativa difícil, ela foi conseguida mediocremente. Viu-se com espanto as doutrinas ensinadas no Collège de France pelo mais pacato e o mais sagaz dos filósofos, o Sr. Bergson, tornarem-se o evangelho do sindicalismo revolucionário. “É do Sr. Bergson que se deduz a escola nova”, nos disse o Sr. Prof. Bougé. É verdade que os modernistas, os neocatólicos e outras seitas se valem dele igualmente. “O que pedem, uns e outros, a seu mestre involuntário, são lições de anti-intelectualismo”. Deve-se substituir o raciocínio “por intuições iluminadoras, que sozinhas nos permitem com-

preender a vida através de um tipo de simpatia inexprimível... É preciso se inspirar em tudo e por tudo nas inspirações do elã operário, irmão do elã vital".

Vós não compreendestes muito bem? Muito menos eu. E os sindicalistas menos ainda. Isso não tem nenhuma importância. A grande força de uma doutrina está frequentemente no fato de ser incompreensível. As massas quase que só se apaixonam por aquelas que não compreendem. Na época do jansenismo, a Europa quase foi convulsionada por essa doutrina da Graça, que nenhum teólogo jamais conseguiu expor nitidamente seus princípios, nem ver imoralidade nela.

De fato, os teóricos do sindicalismo simplesmente pressentiram a utilidade, para uma doutrina política, de possuir uma filosofia. As de Hegel, Comte e alguns outros já tinham servido a partidos bem diversos e, aliás, bem antigos. Foi preciso então escolher uma outra e, naturalmente, escolheu-se a mais nova. Quando os anarquistas incendiassem uma fábrica, eles poderiam assegurar dali por diante tê-lo feito em nome de uma filosofia e ter como guias "as intuições iluminadoras do instinto".

E isso nos mostra, de passagem, o quanto é perigosa a tendência da filosofia pragmática em desdenhar da razão para substituí-la pelo instinto. Esquece-se muito facilmente que foi preciso ao ser humano o passar de muitas eras para sair do instintivo e entrar no

racional. Foi por ter se livrado progressivamente de seus impulsos instintivos que a humanidade pôde se elevar na escala da civilização.

Uma civilização significa o domínio do instintivo pelo racional. Uma revolução __ e o estado de barbárie que a acompanha __ é a revanche do instintivo contra o racional.

Se então __ como afirma o Sr. Bouglé __ a filosofia anti-intelectualista deve levar "as construções intelectuais a retornarem espontaneamente à poeira", pode-se assegurar que nesse mesmo dia a humanidade cairá ao degrau mais inferior da mais baixa barbárie. A filosofia do instinto sempre foi praticada, na realidade, pelos selvagens e os bandidos de todos os tempos. É preciso deixá-la com eles.

As doutrinas do sindicalismo revolucionário e a fraqueza governamental nos preparam furiosas perturbações. Talvez finalmente resulte disso alguma utilidade. A alma dos povos é às vezes tão estável que a modificação, mesmo que ligeira, do menor elemento de sua vida social, demanda um tempo muito longo ou uma revolução muito violenta. As revoluções custam caro e produzem pouco, mas, no fim, às vezes fica disso alguma coisa. O Terror, vinte anos de guerras europeias e a morte violenta de três milhões de pessoas foram necessários para simplesmente dar aos franceses a semelhança de direitos e a igualdade perante a lei. Eles acabariam por obtê-las sem revolução, pois a locomotiva é uma niveladora mais poderosa do que

a guilhotina; mas seria preciso esperar um pouco e os deuses não concederam aos latinos o dom de esperar.

*

* *

O exame do papel, seguramente muito importante, desempenhado pelo sindicalismo na evolução econômica do mundo nos levaria além dos limites possíveis de um capítulo. Querendo nos restringir ao ponto mais interessante, destacaremos simplesmente que o sindicalismo poderá, talvez, se conseguir se desembaraçar dos anarquistas, se opor utilmente ao desenvolvimento do coletivismo, forma suprema de estatismo, no qual nos enlaçamos cada dia mais e cujo termo final seria a miséria na igualdade e na servidão.

Não se pode esquecer, com efeito e deixar de repetir, que o sindicalismo é o inimigo indestrutível do coletivismo. Associar as duas palavras é como se falássemos de cristãos muçulmanos ou de clericais livres-pensadores.

Às pessoas que ignoram essa divergência absoluta de doutrinas e que persistem em negligenciar os socialistas eu recomendo a leitura de um opúsculo interessante saído da caneta de um sindicalista fervoroso, o Sr. Edoard Berth. Nele está demonstrada a indestrutível diferença que separa o coletivismo, expressão final do estatismo, do sindicalismo, que repele com toda sua força a intervenção do Estado.

O autor considera, não sem razão, que o desenvolvimento do socialismo é uma consequência da decadência burguesa. Ele combate igualmente o anarquismo que, explica cuidadosamente, "representa a resistência ao progresso ou a dissolução do progresso". Quanto ao capitalismo, tão perseguido pelos socialistas, os sindicalistas compreendem perfeitamente, pelo contrário, seu poder.

Diz o Sr. Berth:

> *O sindicalismo considera o capitalismo como um maravilhoso mágico que soube, graças à audaciosa combinação de iniciativa individual e cooperação, fazer surgir do trabalho social onde elas dormiam, a infinidade de forças produtivas humanas.*

Cada vez mais apagados diante de seus rivais, os socialistas sabem, no entanto, hoje em dia, que o sindicalismo "trabalha para retirar do partido socialista seus eleitores operários".

Essas rivalidades nos pressagiam muitos combates. Não os temamos muito, pois eles são inevitáveis e a natureza não encontrou ainda outros meios de realizar seus progressos. A luta, ela está por toda parte. Lutas entre as espécies animais, lutas entre os povos, lutas entre os sexos, lutas enfim até mesmo entre as células de nosso organismo. E estas últimas, embora escondidas, são justamente as mais impiedosas. É preciso portanto se conformar com todas essas batalhas que nossos discursos não poderiam prevenir. O mundo ca-

minha conosco ou contra nós, de acordo com a maneira com que saibamos nos orientar. As necessidades naturais nos conduzem e inutilmente procuramos fugir delas. Pode-se amaldiçoá-las. É preciso suportá-las.

***

LIVRO V

Os erros de psicologia política em matéria de colonização.

CAPÍTULO I

Nossos princípios de colonização.

Sumário

As lutas econômicas entre o Ocidente e o Oriente serão, sem dúvida, uma das sérias preocupações do século XX e levarão, fatalmente, a mais ruínas e sangue derramado do que as guerras dos tempos passados.

Nesse conflito de duas civilizações em luta as colônias são chamadas a desempenhar um papel considerável. Não se contesta mais hoje em dia o interesse que temos em conservar as nossas. Não poderíamos ficar indiferentes, portanto, ao que diz respeito a elas.

A administração das colônias criadas pelas diversas nações europeias repousa sobre alguns princípios muito precisos. Esses princípios, desenvolvidos pela experiência e que deveriam, ao que parece, ser gerais, variam, pelo contrário, de um povo a outro.

De um povo a outro é talvez modo de dizer, pois, no que toca aos métodos colonizadores, pode-se distinguir, entre as potências europeias, duas categorias. Na primeira, nós estamos __ nós franceses __ quase isolados. A segunda compreende a maior parte das outras nações. Esses diversos países criam colônias para protegê-las e tirar proveito delas. Superiores a essas preocupações mesquinhas e não esquecendo que nosso papel é levar aos diversos povos da terra os benefícios da civilização, nós pretendemos governá-las com nossas instituições e nossas ideias. Instituições e ideias que são, infelizmente, rejeitadas com uma completa unanimidade. Convencidos do nosso bom direito, persistimos em nossas doutrinas e será sem dúvida assim até que uma série suficiente de desastres nos prove solidamente que, em matéria de colonização, nossos grandes princípios constituem, teórica e praticamente, lamentáveis erros.

Num capítulo de meu livro **Les Civilisations de l'Inde** eu mostrei os princípios diretores seguidos pela Inglaterra para a conquista e a administração de suas colônias e particularmente da Índia; como esta pôde ser submetida com o dinheiro e as pessoas do povo conquistado; o quanto ela era sabiamente administrada; e como, pela aplicação de um único princípio psicológico errado, esse gigantesco império escaparia talvez um dia de seus conquistadores.

Obrigado a ser breve, eu me limitarei, neste capítulo, a pesquisar as ideias correntes na França sobre a administração de nossa co-

lônia mais próxima __ a Argélia __ e quais consequências pode produzir sua aplicação.

Os estudos sobre a Argélia são inumeráveis; mas dois deles, redigidos por autores muito competentes, resumem claramente a média das opiniões correntes. Um tem por autor um cientista professor do Collège de France, o Sr. Leroy-Beaulieu; o outro, um excônsul francês, o Sr. Vignon.

Eu não tenho como objetivo neste capítulo examinar em detalhes os resultados de nossa colonização argelina, mas somente o valor de nossas ideias psicológicas fundamentais que dirigiram e parece que vão dirigir por muito tempo ainda nossa administração. Minhas críticas recairão, portanto, unicamente sobre os princípios e, de maneira alguma, sobre as pessoas que os aplicam. São necessidades políticas e não teorias que dirigem os homens de Estado; porém, as necessidades são filhas da opinião. É então à opinião que é preciso se ater, não às pessoas forçadas a obedecê-la, já que ninguém seria suficientemente poderoso para governar sem ela. Mudá-la será muito difícil, pois se o povo francês se mostra o mais revolucionário dos povos, em aparência, ele é, talvez, no fundo, o mais conservador do universo.

A Argélia __ país tão vasto quanto a França __ é um país muito pouco povoado. Ela é habitada por seis milhões de muçulmanos adeptos de nossas instituições, asseguram os relatórios oficiais. Mas,

de fato, essa adoção necessita ser consolidada por um exército de 60.000 homens, ou seja, um exército quase igual ao que os ingleses empregam para manter sob obediência 250 milhões de hindus, dos quais, 50 milhões são muçulmanos muito mais temíveis e difíceis de lidar do que seus correligionários argelinos[18].

No meio dessa população muçulmana da Argélia evolui uma outra, de 800.000 europeus, em que somente a metade é francesa; a outra metade é espanhola, italiana, maltesa etc. Esses elementos europeus, de origens tão diversas, não se cruzam com os muçulmanos, mas somente entre eles e está próximo o dia em que resultará dessas misturas uma população nova com características bem definidas e cujos interesses serão, naturalmente, os da Argélia, muito mais do que os da metrópole. Essa metrópole já parece um pouco um tipo de banqueiro natural, destinado a gratificar o país com estradas de ferro, estabelecimentos públicos e subvenções variadas.

Quanto aos muçulmanos, que constituem a maior parte da população, eles possuem descendentes de todos os conquistadores africanos; mas o fundo parece ser formado principalmente de dois terços

[18] Muitos muçulmanos da Índia são, aliás, árabes puros. São encontrados principalmente no império de Nizam. Em Hyderabad, eles formam uma população tão fanática e perigosa que o governo inglês resolveu interditar absolutamente aos europeus a travessia das ruas sem autorização e sem escolta. É, de resto, um princípio geral nas Índias, impedir o máximo possível o contato dos nativos com os europeus. Cada cidade possui sempre duas partes, geralmente separadas por vários quilômetros de distância: a cidade nativa e a cidade europeia. Esta última forma o que se chama de acampamento.

de berberes e ao redor de um terço de árabes. As diferenças entre eles são muito pequenas; a única que apresenta alguma importância é a divisão em sedentários e em nômades. Veremos mais adiante que, contrariamente a uma opinião muito difundida, árabes e berberes fornecem elementos a essas duas classes.

O livro do Sr. Prof. Leroy-Beaulieu poderia ser resumido em uma frase, que traduz, aliás, as ideias reinantes na França sobre a Argélia: "afrancesar os muçulmanos".

O sistema político seguido até aqui para afrancesar ou conquistar moralmente esses muçulmanos é, aliás, de uma barbárie semelhante aos procedimentos dos primeiros norte-americanos com relação aos peles-vermelhas, que os expulsavam de seus territórios de caça, deixando-os com total liberdade de morrer de fome.

Isso é muito semelhante ao nosso método administrativo de repressão, muito bem descrito pelo Sr. Vignon. Diz ele:

> *A administração, vendo os governadores-gerais confiscarem uma parte das terras das tribos, após cada insurreição, pensou que poderia, com toda justiça, escolher as melhores terras para os colonos e "reprimir" os nativos. A medida em que o elemento europeu se desenvolvia os nativos eram afastados da herança de seus pais e tribos inteiras eram transportadas para longe da região que era, de alguma forma, sua pátria... Os resultados de uma política tal, seguida por mais de*

trinta anos, não poderia ser outro; aqui, o árabe incessantemente reprimido, sempre mais incerto de colher o fruto de seu trabalho, não pensava muito em cultivar, nem em melhorar o solo; lá, privado das terras cultiváveis de sua tribo, do prazer mesmo de acessar os cursos d'água, não podendo lutar contra a seca, ele não colhia o trigo suficiente para a sua alimentação e via suas criações diminuírem ou desaparecerem; em toda parte, enfim, esses sofrimentos geravam o ódio dos nativos contra os colonos e cavavam, em vez de fechar, o fosso já profundo que separa os dois povos.

A decisão do senado de 1863, que declarou as tribos proprietárias dos territórios que usufruíam, não pôs fim ao sistema da "repressão", mas ele mudou de forma e de nome. Hoje em dia ele se chama "expropriação por motivo de utilidade pública"... Dois traços essenciais caracterizam esse sistema: por um lado, como ele só fornece aos colonos terras que retiram dos nativos, ele cria círculos exclusivamente europeus, de onde os nativos são cuidadosamente afastados; por outro lado, ele condena à miséria o nativo espoliado. O antigo proprietário do solo recebe uma indenização em dinheiro que é fixada pelos tribunais; ela varia geralmente de 50 a 60 francos por hectare. O nativo se vê então forçado a trocar os 30 ou 40 hectares, nos quais ele vivia confortavelmente com sua

família, por uma soma de 1.500 a 2.000 francos. Ou seja, em vez de um fundo de terras suficiente para suas necessidades para toda a vida, ele fica apenas com um capital que ele gasta em um ou dois anos.

Uma das mais estranhas aplicações feitas na Argélia da onipotente intervenção do Estado foi a colonização oficial. É preciso ler a lamentável história no livro que citei. Nele se verão as consequências das distribuições gratuitas de terras a desclassificados de todos os tipos, tão aptos a cultivar o solo quanto ensinar o sânscrito; a criação de vilas oficiais que se tornaram desertos hoje em dia etc. Os resultados dessa desastrosa experiência e os custos excessivos gerados por ela não bastaram, no entanto, para ensinar nossos administradores, pois, há alguns anos, um governador geral solicitou 50 milhões para expropriar mais ainda os árabes e criar outras vilas, substituindo aquelas que tinham tão miseravelmente fracassado! Felizmente o projeto foi rejeitado pelas Câmaras, pois ele preparava certamente uma nova revolta da população muçulmana e um novo buraco para os milhões da metrópole. Que um projeto tal tenha sido proposto, discutido e quase aprovado mostra a que ponto a educação da opinião francesa ainda permanece primitiva em matéria de colonização.

Não é de surpreender que com tais experiências a Argélia nos custe excessivamente caro. Avalia-se que tenhamos pago por ela

mais de 4 bilhões, deduzidas as receitas. Ao custo de tantos sacrifícios, pelo menos pacificamos o país? Tentamos nos convencer disso, mas não nos esqueçamos que, para conservar nela uma paz relativa, precisamos manter lá um importante exército.

*

* *

Desde a conquista da Argélia, dois princípios fundamentais, alternados de acordo com os movimentos da opinião pública, parecem ter dirigido exclusivamente nossa política colonizadora. Um consiste em expropriar os árabes e depois empurrá-los para o deserto; o outro é afrancesá-los impondo-lhes nossas instituições. Os árabes não se deixaram empurrar, pela excelente razão de que o deserto não pode alimentar ninguém e que, antes de consentir em morrer de fome, vários milhões de pessoas começam generalizadamente a opor alguma resistência. Os nativos não aceitaram ser afrancesados tanto quanto ser empurrados, porque jamais até aqui um povo pôde mudar sua constituição mental para adotar a de um outro.

Os dois sistemas são, portanto, igualmente detestáveis e a passagem sucessiva de um para outro não nos oferece nenhuma chance de melhorá-los. Continuará a série de ruinosas experiências até o dia em que nossos governantes, enfim esclarecidos, perceberão que deixar ao país conquistado suas instituições, seus costumes, seu estilo

de vida, suas crenças, como fazem todos os povos colonizadores __ os ingleses e os holandeses, particularmente __ é a mais simples, a menos custosa e a mais sábia das soluções.

Esta opinião seria atualmente impossível, pois a opinião pública está contra ela. A conduta de nossos administradores e as ideias emitidas nos jornais e nos livros, provam isso abundantemente.

Quase livres, no Ocidente, da influência das crenças religiosas, nós supomos que isso é assim universalmente. Muito poucos autores europeus compreenderam que no Oriente a questão religiosa prima sobre todas as outras. Instituições civis e políticas, vida pública ou privada são, para os discípulos de Maomé, bem como para os de Xiva ou Buda, unicamente regidas pela lei religiosa. Comer, beber ou dormir, semear seu campo, colher, constituem para o oriental atos religiosos. Os ingleses compreendem isso tão bem que, apesar de seu protestantismo rígido, eles restauram na Índia os pagodes, sustentam largamente os sacerdotes de Xiva e de Vishnu e não favorecem, de forma alguma o cuidado de seus próprios missionários. Procuraríamos inutilmente, sob o céu britânico, advogados para sustentar que uma colônia deve perecer antes que um princípio.

Proteger a religião muçulmana, nos apoiar sobre as congregações influentes, fortificar a autoridade dos sacerdotes muçulmanos em vez de combatê-los e enfraquecê-los, deveria ser a base de nossa política. O primeiro residente francês em Túnis, um dos bem raros

governadores que souberam assimilar as coisas do Oriente __ e que logo trataram de retirá-lo de lá __ dava provas de um senso político muito profundo quando sugeria ao Bei de Túnis a promulgação de decretos religiosos para afirmar, aos olhos dos crentes, a legitimidade das medidas que ele queria impor.

Respeitar os costumes religiosos dos árabes é respeitar todas as suas instituições, sendo estas derivadas unicamente __ como já afirmei acima __ das crenças religiosas. O Sr. Leroy-Beaulieu reprova essa política, que ele qualifica de política de abstenção e acrescenta que "o respeito completo pelos costumes, tradições, hábitos do que se chamou de nacionalidade árabe exigiria que nosso exército e nossos colonos deixassem a África".

Porque o respeito aos hábitos e costumes dos árabes levaria à partida obrigatória de nosso exército e de nossos colonos? O autor se esquece totalmente de nos dizer. Eu creio que ele teria muita dificuldade em apoiar sua opinião com alguma razão séria. A política defendida aqui é aquela adotada com relação aos muçulmanos pelos ingleses na Índia, sem que estes últimos pareçam, de forma alguma, dispostos a abandonar seu imenso império.

As medidas aconselhadas pelo Sr. Leroy-Beaulieu estão bem conformes com nossa ideia de igualdade universal. Elas consistem na "fusão do elemento nativo com o elemento europeu". Essa fusão é representada como "um estado de coisas em que as duas populações

de origens diferentes seriam colocadas sob o mesmo regime econômico e social, obedecendo às mesmas leis gerais e seguindo, na ordem de produção, o mesmo impulso".

A ideia parece sedutora no papel. É o sonho igualitário de nossos teóricos de 93 e de hoje em dia. Ele faria sorrir o mais modesto funcionário do serviço civil na Índia. Pode-se ser um sábio memorável sem suspeitar do abismo que separa o pensamento e os sentimentos de um Oriental daqueles de um Ocidental.

O autor bem que prevê alguns obstáculos à sua política de fusão, mas os supera facilmente. Inicialmente ele assegura __ sempre sem dizer sobre quais observações se apoia sua afirmação __ que "os kabiles só se diferenciam dos europeus por um ponto: a religião". Que erro! Estaríamos mais próximos da verdade dizendo que, entre o europeu civilizado e o berbere atual a diferença é tão considerável quanto entre um gaulês do tempo de Brennus e um parisiense de nossos dias.

Os berberes, segundo o Sr. Leroy-Beaulieu, sendo idênticos aos europeus, restariam somente os árabes para serem afrancesados. A coisa lhe parece muito simples. Explica o autor: "bastaria modificar radicalmente o sistema da tribo, da propriedade coletiva, da família polígama. Estes três pontos obtidos, só restariam detalhes a serem obtidos com o tempo".

Essas pequenas transformações, que satisfariam certamente os mais puros dos socialistas, parecem tão fáceis ao autor que ele nem mesmo julga útil indicar o meio de executá-las. Eu creio, no entanto, que para qualquer pessoa um pouco familiarizada com o estudo da constituição mental dos árabes, realizar tais modificações só oferece menos dificuldades do que transformar um nativo australiano em professor do Collège de France, ou ensinar um batráquio a voar.

O Sr. Leroy-Beaulieu não poupa, aliás, os árabes, que ele parece considerar como uma coletividade de selvagens. Sua organização é simplesmente, segundo ele, "a antiga constituição de todos os povos pastoris". O autor acredita, evidentemente, que todos os árabes são pastores e os berberes, sedentários. Na realidade, nômades e sedentários existem nos dois povos. Os mais puros dos berberes, os tuaregues, são exclusivamente nômades. Lendo o que escreveu Ibn Khaldoun no século XIV, vemos que essa divisão dos berberes da Argélia, em sedentários e nômades, não data de ontem[19].

[19] Diz Ibn Khaldoun: "Desde os tempos mais remotos essa raça de homens (os berberes) habita o Magrebe, que ela povoou as planícies, as montanhas, os planaltos, as regiões marítimas, os campos e as cidades. Lá eles constroem suas casas, seja de pedra, seja de argila, seja de caniços ou mesmo de tecidos feitos com pelo de camelo. Aqueles entre os berberes que gozam de poder e que dominam outros adotam a vida nômade e percorrem com suas criações as pastagens às quais uma curta viagem pode levá-los; jamais eles deixam sua colina para entrar nas planícies vastas do deserto. Eles ganham a vida criando ovelhas e bovinos, reservando comumente os cavalos para a sela e para a propagação da espécie. Uma parte dos berberes nômades também cria camelos, dando-se assim uma ocupação que é principalmente dos árabes. Os berberes da classe pobre tiram sua subsistência do

As distinções feitas outrora por alguns autores entre berberes e árabes, sob o ponto de vista da aptidão para a civilização, repousavam sobre observações muito superficiais e não são mais sustentáveis hoje em dia. Há, eu repito, sedentários entre os berberes, como há nômades entre os árabes. Como o modo de existência depende do meio, essas duas formas de vida social resultam da natureza do solo e não da raça. Nas planícies salobras, árabes e berberes são nômades; nas regiões férteis, eles são sedentários. Encontra-se árabes nômades e árabes sedentários na Argélia, bem como no Egito, na Síria e na Arábia.

Berberes sedentários e árabes sedentários, eu não vejo no que isso importa para o desenvolvimento intelectual. Se tivéssemos que apoiar um lado, seria muito mais o lado dos árabes, possuidores outrora de uma civilização muito avançada, enquanto que a dos berberes foi sempre muito rudimentar[20].

produto de seus campos e dos animais que eles criam; mas a alta classe, aquela que vive como nômade, percorre o país com seus camelos e sempre os tem em mãos. Ela se ocupa igualmente em multiplicar suas tropas e em roubar os viajantes".

[20] Sob o ponto de vista moral, os berberes parecem mesmo muito inferiores aos árabes. Os primeiros são célebres desde a mais alta antiguidade por sua perfídia. Eles eram numerosos, sem dúvida, nos exércitos dos cartagineses e contribuíram certamente para a má fama da lei púnica. Quando Mouza, conquistador árabe da Espanha, foi interrogado pelo califa de Damasco sobre os berberes habitantes das províncias que formam a Argélia atual, ele lhe mostrou o seguinte quadro, que muitas pessoas ainda acharão muito exato: "Eles se assemelham muito aos árabes em sua maneira de atacar, de combater; eles são pacientes, sóbrios e hospitaleiros entre eles, mas são as pessoas mais pérfidas do mundo; promessas e palavras não são sagradas para eles".

A reforma sobre a qual o Sr. Leroy-Beaulieu mais insiste __ mas sempre se esquecendo de nos mostrar seu modo de aplicação prático __ é a supressão da poligamia. Ele nos desenvolve as vantagens da monogamia e revela a seus contemporâneos que "o lar é essencialmente o domínio da mulher única; sem ela a alma da família está incompleta e o propulsor da prosperidade da casa está ausente. Esta é uma das grandes causas da estagnação em que se encontra a sociedade árabe".

Eu não quero entrar nos fundamentos da questão e objetar que, sendo todos os orientais polígamos, são necessários alguns poderosos motivos para esse costume. Eu só destacaria que mais vale a poligamia legal dos orientais do que a poligamia hipócrita dos europeus e seu cortejo de nascimentos ilegítimos. É possível encontrar exposições suficientes sobre essas questões e algumas outras em meu **Histoire de la Civilisation des Arabes**[21] e ver lá também que, sob o domínio árabe, os haréns produziram tantas pedantes ilustres e mulheres sábias quanto nossos liceus de meninas.

Já está bem demonstrado hoje em dia que a poligamia jamais causou a estagnação dos muçulmanos. É preciso lembrar que os árabes __ e somente os árabes __ nos revelaram o mundo greco-latino e que as universidades europeias, inclusive a de Paris, viveram durante seiscentos anos exclusivamente com as traduções de seus livros e

[21] Um volume, na 4ª edição. 750 páginas. Paris, Didot, 1884.

com a aplicação de seus métodos? A civilização árabe foi uma das mais brilhantes que a história conheceu. Ela está morta como muitas outras; mas seria se contentar com explicações muito superficiais atribuir à poligamia as consequências de fatores de uma importância totalmente outra.

Não se compreende muito bem, aliás, os motivos da animosidade do virtuoso professor contra a poligamia, pois ele nos anuncia que ela é restrita às famílias ricas e perde terreno. Se ela está se tornando tão rara e de tão pouca influência, porque então querer suprimi-la e como justificar que esse costume possa ser "uma das causas da estagnação em que se encontra a sociedade árabe"?

O Sr. Leroy-Beaulieu coloca nossa educação latina como um dos principais meios de ação sobre os árabes. Isto, de resto, é uma opinião geral hoje em dia, que eu compartilhei como todo mundo e me foi preciso muitas viagens e observações para eu abandonar completamente. Mesmo não podendo esperar converter às minhas ideias um único leitor francês, o assunto é muito grave para que eu não exponha todo meu pensamento. Ele será exposto num próximo capítulo. Nele veremos que, longe de melhorar a condição dos nativos, a instrução europeia não produz outro resultado que não seja torná-los moral e materialmente completamente miseráveis.

As razões psicológicas do deplorável efeito produzido sobre culturas relativamente inferiores __ ou, pelo menos, diferentes pro-

fundamente das culturas da Europa __ por nossa educação europeia não eram impossíveis de prever. Essa educação foi adaptada, por transformações seculares, a nossos sentimentos e a nossas necessidades e não podia ser adaptada a sentimentos e necessidades diferentes. Seus primeiros resultados são retirar bruscamente do árabe, do hindu ou de um oriental qualquer, as ideias herdadas sobre as quais são fundamentadas suas instituições e suas crenças, base de sua existência. Se o sonho do Sr. Leroy-Beaulieu __ e de todos os autores que pregam a educação europeia para os árabes __ se realizasse, a Argélia seria para nós o que foi a Veneza para a Áustria, o que é a Irlanda para a Inglaterra, a Alsácia para a Alemanha.

Nossos historiadores reclamam algumas vezes em seus livros da perda da Índia, outrora conquistada em parte pela genialidade do grande Dupleix. Não lamentemos muito isso. Governada como nós governamos Pondichéry e nossas outras colônias, ou seja, com os princípios expostos pelo Sr. Leroy-Beaulieu, a Índia rapidamente seria posta a sangue e fogo e não tardaria a nos escapar.

Recomeçamos na Indochina[22] exatamente os mesmo grandes erros que tornam em todo lugar nossa dominação tão intolerável e

[22] Na Indochina e em todo lugar. O Dr. Colin publicou sobre o Senegal e o Sudão uma série de artigos onde ele mostra os tristes resultados de nossa incurável mania de querer impor a todos os povos nossas instituições. Diz o autor: “Atacando prematuramente a organização da sociedade negra, teremos guerra, a guerra perpétua

ruinosa. Nós enviamos, para administrar os orientais, agentes políticos que os tratam como se fossem um Departamento francês, com um exército de funcionários públicos que não possuem a mais vaga noção dos hábitos e costumes do povo nativo e se chocam com eles a todo momento. Enquanto nossa grande colônia deveria render 200 milhões por ano à metrópole __ segundo afirmação de um ex-governador, o Sr. Harmand __ continuamos a despejar lá milhões e soldados, sem outro resultado que não seja nos fazer cada vez mais odiados, perder todo prestígio e mostrar mais uma vez ao mundo nossa desoladora incapacidade para compreender qualquer coisa, como necessidades, sentimentos e ideias dos povos estrangeiros e, por consequência, para governá-los.

*

* *

O perigo parece então claramente querer impor, aos nativos das colônias, instituições, ideias e necessidades de povos diferentes. Podemos acrescentar, aliás, que tal tarefa é impossível e que nenhuma nação jamais conseguiu realizá-la. O verniz provisório da educação europeia modifica muito pouco o nativo. Converse algum tempo com letrados hindus, educados nas escolas anglo-indianas e constata-

e sem trégua e teremos diante de nós todos os povos fetichistas e muçulmanos, sem contar que os próprios escravos estariam contra nós".

rás, apesar de uma instrução quase igual àquela do bacharel ou do licenciado europeu, o abismo persiste entre suas ideias e as nossas. Foram necessários longos séculos aos bárbaros para criarem, com os cacos do mundo romano, uma civilização, uma língua e artes adaptadas às suas necessidades. Essas grandes transformações só o tempo pode realizar.

A história prova que duas civilizações muito diferentes, colocadas em presença uma da outra, jamais se combinam. Os povos conquistadores que puderam influenciar outros são unicamente aqueles cujos sentimentos, ideias, instituições e crenças não apresentavam divergências muito acentuadas dos conquistados. Os orientais agem facilmente, por esta razão, sobre orientais, mas jamais os ocidentais puderam agir sobre eles.

Este é o segredo da influência imensa exercida pelos árabes no Oriente e que eles ainda possuem na África, na China e na Índia. Em toda parte eles conseguiram com que fossem adotados, pelos povos com que tiveram contato, os elementos mais fundamentais de sua civilização: a religião, a língua e as artes. Implantada em um país, a civilização muçulmana parece fixada nele para sempre. Ela fez recuar na Índia religiões muito antigas e tornou inteiramente árabe o antigo Egito dos faraós, sobre o qual os persas, os gregos e os romanos tiveram muito pouca influência. O islamismo conta com 50 milhões de seguidores na Índia, 20 milhões na China e esses números aumen-

tam a cada dia. Ele conquista hoje em dia todo o continente africano, enquanto os esforços dos missionários europeus falham miseravelmente. O explorador europeu, que chegou com muito custo ao centro da África, encontrou caravanas de árabes deixando atrás delas sua religião e frequentemente sua língua.

Os europeus podem ser colonizadores hábeis; mas, desde Roma, os únicos povos realmente civilizadores foram os muçulmanos. Somente eles, com efeito, conseguiram fazer com que fossem adotados por outros povos os elementos essenciais de uma civilização: a religião, as instituições e as artes.

Os europeus conseguem muito facilmente __ como os ingleses na Índia __ dominar um povo inferior; mas, modificar sua mentalidade, eles não devem nem pensar nisso. A distância entre nossos sentimentos, nossas necessidades e as dele é muito grande para que as etapas possam ser bruscamente superadas. A civilização que é adaptada às nossas necessidades não é, de maneira alguma, adaptada às dele; nossa vida artificial, nossas inquietudes perpétuas, nossas revoluções frequentes, nossas necessidades artificiais e o trabalho incessante que elas geram; a vida do trabalhador da fábrica ou das minas, penosamente aplicado a um duro labor e somente possuindo da liberdade a palavra, nada de tudo isso o tenta. Eu sempre fiquei impressionado, em minhas viagens, ao constatar que os letrados orientais que visitaram a Europa eram os menos seduzidos por nossa

civilização. Eu nunca encontrei quem não considerasse o oriental mais feliz, mais honesto e mais moral do que o europeu, contanto que ele não tenha sofrido seu contato. Os únicos resultados de nossa civilização sobre os orientais são corrompê-los e torná-los miseráveis.

Nunca é suficiente insistir nas verdades precedentes. Só é possível enunciar brevemente aqui ideias cujo desenvolvimento exigiria um volume. Retornando ao Sr. Leroy-Beaulieu, eu tenho esperança que refletindo nesses elementos ele reconhecerá que a ideia de afrancesar um povo semibárbaro inculcando-lhe nossa educação __ uma teoria muito geral ainda na França __ não é mais sustentável para um cientista. Deixemos tais ideias com os demagogos socialistas. Não se tem mais o direito, hoje em dia, de ignorar que as instituições de um povo possuem um encadeamento necessário, que ele não pode escolhê-las a vontade, mas deve aceitar aquelas que estão em relação com suas necessidades e que foram impostas por sua evolução. É inútil procurar a teoricamente melhor civilização para uma nação, mas sim aquela que lhe convém.

Eu não parei de repetir, nos últimos vinte anos, as verdades acima. Elas começam, mesmo que muito lentamente, por seguir seu caminho. Em sua memorável obra, **Domination et Colonisation**, um dos homens mais familiarizados com as coisas do Oriente, o senhor embaixador Jules Harmand, disse o seguinte:

É o maior dos erros e o mais fatal para o conquistador e para seus súditos não reconhecer que há povos e sociedades superiores por natureza e pelo acúmulo de circunstâncias evolutivas, que há outros menos favorecidos e que quanto maior for a distância que os separa menor é a possibilidade de aproximá-los através de leis comuns e os mesmos processos culturais.

... São essas convicções, ditadas pela observação dos fatos, que devem inspirar a conduta dos europeus em sua expansão territorial realizada pela 'dominação' de povos bem diferentes deles próprios. Somente sua aplicação, resolutamente desassimiladora, sistematicamente respeitosa com a constituição mental desses povos, das organizações políticas e sociais que são o resultado de suas necessidades materiais e morais, pode ser proveitosa ao mesmo tempo ao dominador e ao súdito e justificar essas vastas e difíceis empreitadas.

Nossos políticos estão, em sua maior parte, bem distantes ainda dessas ideias. Correntemente, administradores mandam traduzir e afixar, nos países bárbaros que eles governam, a Proclamação dos *Direitos do Homem*, para se conciliar com as populações invadidas e fazer com que apreciem os benefícios de nossas instituições. Essa infantil concepção dá a exata medida de sua mentalidade em matéria de colonização.

*

* *

Aos nossos métodos de assimilação forçada se juntam, nas colônias um pouco distantes, processos de autocracia jacobina, que as tornam rapidamente inabitáveis para os europeus. O mais insignificante governador __ geralmente um fruto seco da política __ se acredita um potentado e se comporta como um déspota asiático.

O **Matin** de 29 de março de 1910 continha, a este respeito, uma correspondência de um viajante à Guiana. Eis o que ele diz:

> *Os altos funcionários enviados pela metrópole são apenas para iniciar um negócio ou uma candidatura. Se eles permanecem um pouco mais eles são tomados pela loucura autocrática, promulgando 'ukases'*[23] *amedrontadores, ordenando prisões, sequestros, expulsões, espalhando o terror, preparando uma revolta. Quando, por outro lado, o governo central os chama, é para enviá-los para outro lugar em missão frutuosa.*
>
> *Para o infeliz colono, nenhuma segurança; politicamente, o arbítrio; comercialmente, o arbítrio. A interpretação variável das tarifas aduaneiras permite à administração arruinar Pierre em benefício de Paul. Nenhuma segurança para o futuro de uma empresa. Vós comprais terras para nelas plan-*

[23] Ukase. Decreto promulgado por um tsar. (Nota do tradutor)

tar cacaueiros, para os quais vos prometeram um bônus de 80 centavos por ocasião da colheita. Vós apliqueis vossos capitais. A colheita chega e vós ficais sabendo que o bônus baixou para 30 centavos e que, acima de tudo, não há verbas no orçamento para pagar-vos. Vós reclamais. Respondem-vos: "O governo não é aqui. Vá procurar na França. O que vierdes fazer aqui?"

É fácil adivinhar a que miseráveis situações tais procedimentos levaram essas colônias. O resultado é impressionante se for comparado com os países vizinhos. Enquanto a Guiana Inglesa e a Guiana Holandesa atingiram um alto grau de prosperidade, a Guiana Francesa retorna ao estado selvagem.

Eu já mostrei, num capítulo precedente, reproduzindo fragmentos de uma circular do governador atual da Costa do Marfim, o quanto eram desastradamente ferozes nossos métodos de colonização e a que ponto eles exasperaram as populações. Um jornal inglês, o **African Mail**, destacava justamente que as revoltas de todas essas populações, às quais pretendemos impor pela violência os benefícios de nossa civilização, eram fatais.

As autoridades colhem o que plantaram e há dois anos a Costa do Marfim é teatro de combates incessantes, que levam a um estado de coisas quase sem precedentes nos anais da África ocidental moderna.

Pode-se tirar do que se passa na Costa do Marfim várias lições, sendo que a principal delas é a loucura de cobrir de impostos as tribos das florestas, que não ganharam substancialmente nada com a ocupação europeia. Uma política tal só pode ser aplicada por métodos brutais: incêndios de vilarejos, invasões selvagens e incidentes desonrosos.

Quando uma administração civilizada exibe na ponta de lanças as cabeças dos chefes indígenas rebeldes, para mostrar suas proezas e quando ela hipoteca as colheitas dos vilarejos indígenas para o pagamento de seus impostos, não se pode mostrar surpresa quando as comunidades indígenas se preparam para correr o risco de uma destruição completa para se livrar de um jugo tão odioso.

Como consolação __ aliás, pequena __ de nossos insucessos coloniais, podemos dizer que os alemães não foram mais felizes. Os belgas empregaram processos tão duros quanto os nossos, mas, possuindo métodos e pessoas mais capazes, souberam retirar de sua grande colônia do Congo imensas riquezas. Não tendo, de forma alguma, a pretensão __ sempre um pouco hipócrita __ de serem os benfeitores da humanidade, eles se limitaram a se tornar os benfeitores de seu próprio país. Este é, geralmente, o único objetivo que se pode se propor e obter em matéria de colonização.

***

CAPÍTULO II

Resultados psicológicos da educação europeia sobre os povos inferiores.

Sumário

Acabamos de estudar as ideias francesas estabelecidas em matéria de colonização. Abordando a questão sob um ponto de vista mais especial, vamos agora pesquisar qual influência nossa civilização europeia, nossas instituições, nossa educação, podem exercer sobre as populações nativas das colônias.

Esse assunto sempre foi, na França, objeto de debates apaixonados e sabe-se o caminho funesto no qual a opinião e os poderes públicos tomaram para tentar encontrar sua solução.

É de se perguntar se é o caso de afrancesar os árabes da Argélia, as populações amarelas da Indochina, os negros da Martinica e impor a essas colônias nossos costumes e nossas leis e transformá-las em verdadeiros Departamentos franceses.

A França não é a única interessada, aliás, no estudo desse grave problema. Ele é essencialmente internacional e está posto ou estará posto, cedo ou tarde, a todas as nações que possuam colônias, ou seja, à Europa inteira.

Os princípios gerais que eu defendo jamais reuniram muitos votos em nosso país. Para continuar a defendê-los é preciso ter adquirido uma convicção profunda, resultado de muitas viagens, de que a aplicação sustentada desses princípios assegura às colônias inglesas e holandesas a persistente prosperidade que elas gozam. Administradas com métodos psicológicos bem diferentes, as nossas se encontram numa situação muito pouco brilhante, se prestarmos atenção às estatísticas, às reclamações de seus representantes, enfim, aos encargos sempre crescentes que elas impõem ao nosso orçamento.

*

* *

Dos diversos fatores da civilização, aquele supostamente mais importante é a educação. É o único que nós nos propomos estudar agora.

Os resultados da educação europeia sobre os nativos só podem ser considerados como conclusivos quando eles resumem tentativas feitas durante longos anos sobre um número considerável de indivíduos. Se eu citei, logo no início, as experiências realizadas em nossas próprias colônias francesas __ na Argélia, por exemplo __ poderiam me responder que elas foram realizadas em uma escala muito pequena. É então necessário apoiarmos as observações feitas em

nossas colônias por outras realizadas em outros lugares. É por isso que falaremos inicialmente das experiências de educação europeia tentadas na Índia pelos ingleses.

A tentativa foi feita em uma população de 250 milhões de pessoas. Ela durou setenta anos. É uma das mais gigantescas experiências descritas pela história.

Foi em 1835, sob a inspiração do Lorde Macaulay, então membro do Conselho do Governo Geral em Calcutá, que começou a educação inglesa da Índia.

Os livros e as ciências da Índia pareciam totalmente desprezíveis ao eminente homem de Estado __ comparados com a Bíblia e com as obras inglesas __ e deveriam ser, segundo ele, rigorosamente banidos do ensino. Graças à sua influência, o governo do Lorde Bentinck decidiu que se ensinaria exclusivamente, nas escolas inglesas da Índia, a literatura inglesa e as ciências europeias.

A experiência continua desde aquela época. A Índia possui hoje quatro universidades europeias, 130.000 escolas e 3 milhões de estudantes. Mais de 50 milhões são destinados a esse ensino. Um terço dessa soma é destinada às escolas primárias e o resto ao ensino secundário e às universidades.

Sob o ponto de vista da utilidade prática imediata, ou seja, para obter a baixo custo os milhares de agentes subalternos necessários aos ingleses em suas administrações __ correios, telégrafos, estradas

de ferro, escritórios etc. __ a utilidade dos resultados obtidos não é contestável. As escolas inglesas fornecem superabundantemente um contingente de empregados que os ingleses seriam obrigados a procurar na Europa, a custos vinte vezes superiores.

Mas este ponto de vista não é o único. É preciso se perguntar ainda: primeiramente, se os indivíduos impregnados dessa educação inglesa se tornaram amigos ou inimigos da potência que os dotou dela; secundariamente, se a instrução europeia educa sua inteligência e desenvolve sua moralidade.

A essas questões, a resposta teórica não parece duvidosa. A instrução não é considerada como um tipo de panaceia universal? Capaz de prestar tantos serviços na Europa, não deve ser ela tão apreciável aos hindus, a um povo cuja civilização já era antiga e muito desenvolvida?

Os resultados da experiência foram diametralmente opostos às indicações da teoria. Para profunda estupefação dos professores, a instrução europeia só fez desequilibrar inteiramente os hindus e lhes retirar a capacidade de raciocinar, sem falar de um enorme abaixamento da moralidade, com a qual irei me ocupar mais além.

Os partidários da educação europeia não pensam mais em negar isso, hoje em dia. Sua opinião pode ser resumida nas seguintes citações, retiradas de um livro do Sr. Monier Williams, ex-professor

de sânscrito em Oxford e que, como eu, visitou a Índia em todos os sentidos. Diz ele:

> *Eu devo confessar, com toda verdade, que eu não fiquei favoravelmente impressionado com os resultados gerais de nossa campanha educadora. Eu encontrei um grande número de pessoas mal instruídas e mal formadas, ou seja, sem força no caráter e sem equilíbrio no espírito. Tais pessoas podem ter aprendido muito nos livros; mas, se eles pensam por si sós, seu pensamento é sem consistência. A maior parte deles não passa de grandes falastrões. Eles parecem atingidos por um tipo de diarreia verbal. Eles são incapazes de um esforço durável. Se eles têm força para agir, agem fora de qualquer princípio estabelecido e como que inteiramente afastados do que dizem ou escrevem.*
>
> *... Eles abandonam sua própria língua, sua própria literatura, sua própria religião, sua própria filosofia, as regras de suas próprias castas, seus próprios costumes consagrados por séculos, sem por isso se tornarem bons discípulos de nossa ciência, dos céticos honestos ou dos cristãos sinceros.*
>
> *... Após muitos esforços, fabricamos o que se chama de nativo instruído. E logo ele se volta contra nós. Em vez de nos agradecer pelo esforço que dedicamos a ele, ele se vinga em*

nós pelo dano que causamos ao seu caráter e utiliza a imperfeita educação recebida empregando-a contra seus senhores.

A pobreza mental do nativo instruído só é igualada pela sua incurável mania de discursar a torto e a direito. Ele abordará o primeiro europeu que encontrar para lhe perguntar gravemente __ e sem esperar, aliás, as respostas __ se ele prefere Shakespeare ou Ponson du Terrail, se o rei da Inglaterra caça tigres em Londres e quantas mulheres ele tem.

A incoerência de suas ideias é impressionante. Vixnu, Xiva, Júpiter, a Bíblia, o príncipe de Gales, os heróis da Grécia e de Roma, as antigas repúblicas, as monarquias modernas, dançam em seu cérebro uma sarabanda terrível. Ele pensa que o rei da Inglaterra, seu primeiro-ministro e o príncipe de Gales formam uma trindade semelhante àquela formada por Brama, Vixnu e Xiva. Ele interpretará todas essas noções novas segundo as concepções herdadas de seu povo; as únicas às quais ele consegue entender, apesar da pretensão em que sua educação inglesa o mergulhou.

*

* *

A última passagem reproduzida acima responde claramente à questão que nos colocamos: a educação europeia torna o nativo um amigo ou um inimigo do povo que a inculca nele?

Observações de mesma ordem poderiam ser fornecidas aos milhares. Não são poucos os administradores ingleses na Índia que estão solidamente convencidos de que a totalidade dos nativos educados nas escolas inglesas se torna inimiga irreconciliável da potência inglesa, enquanto que aqueles educados nas escolas hindus não lhe são hostis. Estes últimos apreciam, pelo contrário, a paz profunda que lhes assegura a dominação britânica; dominação, de resto, menos pesada do que a dos mongóis, sob o jugo da qual eles viviam antes.

Para conhecer a opinião dos hindus educados à moda europeia, basta ler os numerosos jornais publicados por eles, onde o governo inglês é tratado tão duramente quanto o nosso pelos mais furiosos anarquistas. É instrutivo ver hindus, outrora memoráveis por sua extrema doçura, tornarem-se ferozes, assim que a educação inglesa lhes é dada. Se a Inglaterra ainda consegue manter seu prestígio diante de tais ataques é porque estes não encontram nenhum eco no seio de uma população cuja imensa maioria não sabe ler.

O grito de guerra dos letrados hindus, educados pelos ingleses é: “A Índia para os hindus!”; divisa, aliás, desprovida de sentido em um país composto por etnias as mais diversas, que falam mais de 200 línguas inteiramente diferentes, que não possuem nenhum interesse comum e não possuem conhecimento de outra unidade política e social além do vilarejo e da casta.

Mas, se a classe nova dos letrados ainda não é muito temível atualmente, por causa de seu pequeno número, ela constitui uma séria ameaça para o futuro do poderio britânico na Índia, com este número crescendo a cada dia.

*

* *

Os fatos citados respondem suficientemente às duas questões: a educação europeia eleva o nível intelectual do hindu? Ela faz dele um amigo do povo que a inculcou nele? Resta elucidar este último ponto fundamental: a educação europeia desenvolve a moralidade do hindu?

A resposta será categórica. Longe de elevar o nível moral dos hindus, a educação europeia o abaixa a um grau tal que somente as pessoas que convivem com eles podem ter uma ideia. Essa educação transforma seres inofensivos e honestos em indivíduos traiçoeiros, rapinantes, sem escrúpulos, definitivamente servis para com seus mestres. Eis o que diz a este respeito o professor inglês já citado:

> *É preciso levar em conta que os europeus possuem vícios tão fortes quanto suas virtudes e que o hindu, embora raramente capaz de assimilar nossas qualidades, é, pelo contrário, muito apto a se apoderar de nossos defeitos... Oficiais treinados por uma longa experiência e que viram se estender*

progressivamente nosso império na Índia, me disseram que nos territórios anexados recentemente, jamais constaram inicialmente entre os habitantes a perfídia, o gosto pela contestação, a falsidade, a avareza e outros defeitos que eles mostram em seguida de uma maneira impressionante, diante dos tribunais e também em suas relações oficiais conosco.

Mas é principalmente o contato dos empregados subalternos educados nas escolas inglesas, que revela sua ausência profunda de moralidade. A administração inglesa, perfeitamente construída sob este ponto, é obrigada a tomar as precauções mais minuciosas e multiplicar ao infinito os meios de controle para se defender das depredações de seus agentes hindus das estradas de ferro e dos correios.

Porque essa imoralidade só é observada entre os nativos educados a maneira europeia? Simplesmente porque nossa educação, mal adaptada à constituição mental do hindu, tem por consequência destruir nele os resultados das influências ancestrais, abalar as velhas crenças sobre as quais se baseava outrora sua conduta e substituí-las por teorias muito abstratas para ele. Ele perdeu a moralidade de seus pais, sem ter podido adotar a dos europeus. Outrora desprovido de necessidades, sua nova educação cria nele uma gama enorme delas, sem lhe dar os meios de satisfazê-las. Ele despreza seus irmãos, mas se sente desprezado pelos seus mestres. Não encontrando mais lugar

na sociedade e, desorientado e miserável, ele se torna forçosamente o implacável inimigo de seus educadores.

Não é a instrução em si mesma, seguramente, mas, eu repito, é uma instrução mal adaptada à constituição mental de um povo que produz esses tristes efeitos. É possível se convencer disso ao comparar os resultados da educação exclusivamente hindu, tal como ela é praticada há séculos. Os letrados hindus, educados por hindus, são pessoas instruídas, honestas, estimáveis, dos quais, vários poderiam figurar nas grandes assembleias de cientistas europeus e cuja conduta, cheia de dignidade e sem semelhança com a atitude ao mesmo tempo insolente e servil dos hindus saídos das escolas inglesas.

A inimizade para com seus mestres, dos nativos educados a moda europeia, não é de forma alguma característica da Índia. Nós cometemos os mesmos erros na Indochina e colhemos os mesmos resultados. A prova é fornecida pelo seguinte extrato de um relatório do Sr. Klobukowski, governador da Indochina, reproduzido pelo **Le Journal** de 27 de dezembro de 1909.

Após ter constatado a antipatia crescente dos anamitas contra nós, o Sr. Klobukowski acrescenta:

> *Nas conversações ou conferências, agitam-se os habitantes dos campos contra o governo francês e os mandarins que colaboram com nosso trabalho.*

Ao lado desses letrados, propagadores de ideias aventureiras, a classe turbulenta dos graduados universitários sem emprego, amargurados, feridos em seu orgulho, que se dedicam à tarefa contínua de fomentar contra nós, pelo espírito de casta, uma surda hostilidade. E dentre eles, se distinguem jovens que vimos nascer, semi-inteligentes, cheios de concupiscências, ávidos de mostrar serviço e de ascender, dizem, ao nível do Japão!

Esclarecido pela experiência sobre o valor de nossas ideias latinas de assimilação, o Sr. Klobukowski acrescenta melancolicamente:

Nem sempre é ajudar o progresso dos povos colocados sob nossa influência pretender substituir pelos nossos costumes seus ritos seculares e por nossas concepções sociais as suas tradições fortes e práticas. Como, por exemplo e em primeira linha, a admirável comunidade anamita, essa célula original do organismo nacional, que sofre uma tendência muito frequente de nossa administração para a intervenção direta, que frequentemente falseia ou até mesmo entrava seu funcionamento.

É preciso tocar com uma mão muito leve a obra de gerações sucessivas. O tempo, longe de desgastar esse edifício, de uma originalidade, aliás, surpreendente, onde se abrigam

os costumes e a legislação de um povo, o consolida, pelo contrário. Foi um erro grave __ e, nós vemos agora, de uma repercussão em longo prazo __ proceder, no domínio político e administrativo, a inovações prematuras e muito bruscas, que arriscam contrariar hábitos inveterados.

*

* *

Deixemos esses países distantes e cheguemos até a mais importante de nossas colônias, a Argélia. A maioria dos políticos franceses está de acordo em propor que ela seja afrancesada __ é a expressão consagrada __ por meio da educação. Trata-se aqui de povos bem diferentes dos da Índia. Vejamos, no entanto, se as experiências já feitas na Argélia podem fazer esperar resultados melhores do que aqueles obtidos pelos ingleses em seu grande império asiático.

É muito difícil verificar experimentalmente sobre os muçulmanos argelinos o valor de nossa educação, pois eles frequentam pouco nossas escolas. Mas, mesmo que as consequências observadas tenham sido em uma pequena escala, elas já são suficientemente comprobatórias. Eis algumas delas, descritas em um trabalho do Sr. Paul Dumas intitulado **Les Français d'Afrique**:

Em 1868, durante a fome, o Sr. Lavigerie, arcebispo da Argélia, iniciando seu sistema de propaganda, recolheu um

grande número de crianças nativas abandonadas; meninos e meninas. Essa fundação caritativa deu lugar à mais instrutiva, mas também a mais dolorosa das experiências. Não faz muito tempo, indo de Argel a Constantine, eu tive oportunidade de conversar, no trem, com um clérigo muito distinto, que me pareceu não nutrir mais nenhuma esperança com relação à melhoria desse infeliz povo árabe. Ele me contou a história lamentável dos órfãos do Sr. Lavigerie. Ao redor de quatro mil crianças, ele disse, lhe passaram pelas mãos; uma centena somente permaneceu cristã; quase todos voltaram ao islamismo. Esses órfãos têm, aliás, na Argélia, a mais detestável reputação. Os diversos colonos bem intencionados que resolveram empregar alguns deles tiveram que se livrar deles o mais rápido possível. Ladrões, preguiçosos, beberrões, eles sintetizam todos os vícios; tanto os de sua raça, que trazem indelevelmente no sangue, quanto os nossos, adquiridos. Teve-se a ideia de casá-los entre eles e instalar esses casais em vilas especiais, dando-lhes terras, equipamentos e foram colocados nas melhores condições para seu bem-estar. Os resultados foram lamentáveis. Em 1880, num desses vilarejos, eles assassinaram seu padre!

Esta experiência, muito conhecida na Argélia, é totalmente característica, pois ela foi realizada com 4.000 crianças, colocadas nas

melhores condições para sofrerem nossa influência, pois estavam totalmente livres da ação de seus pais.

Quer se trate de crianças ou adultos, de instrução através dos livros escolares ou da educação pelo contato cotidiano das pessoas, os resultados sempre foram análogos. Nenhuma disciplina está, seguramente, mais apta para domar as almas do que a do regimento e não possuímos meio mais eficaz de fundir o árabe com o francês do que envolvê-los na mesma bandeira. No entanto, muitos árabes serviram nos regimentos da Argélia, comandados por suboficiais e oficiais franceses. Foram eles afrancesados pelo contato de vários anos? De maneira alguma. São muito bravos soldados, certamente; mas, retirando o uniforme, eles se livram no mesmo ato de sua pequena camada de verniz europeu. Diz o autor citado acima:

> *Logo que é liberado, nosso turco não perde tempo para retomar sua roupa típica e pegar a estrada para seu acampamento ou seu vilarejo. Ele só gosta de cuscus e pegará tantas mulheres que puder sustentar. Moralmente, ele sempre defenderá que só há um único Deus, que é Alá e que Maomé é seu profeta; que os cristãos são cães, filhos de cães; que a mulher é uma besta de carga... Ele se torna tão pouco francês quanto for possível. A maior parte do tempo, se ele assimila alguma coisa de nós, são nossos vícios. Ai! E, dentre eles, o único dos nossos que talvez não fosse o seu: o alcoolismo.*

A opinião que expus, sobre a impossibilidade de infundir nos árabes da Argélia nossa civilização, através de nossos métodos de educação, não é, de maneira alguma, pessoal. Ela encontra-se difundida em todas as pessoas que estudaram a Argélia, sem preconceitos nem interesses individuais, ou seja, sem teorias preconcebidas. Eu acrescentarei que essa opinião é igualmente aquela dos árabes mais letrados. As opiniões que eu pude recolher, de muçulmanos os mais diversos, desde o Marrocos até o fundo da Ásia, foram unânimes. Todos consideram que nossa educação torna os muçulmanos inimigos inveterados dos europeus, contra os quais eles professavam inicialmente apenas indiferença. Os árabes esclarecidos que eu consultei afirmam sem exceção que o único resultado de nossas tentativas de educação é depravar seus compatriotas e criar neles necessidades fictícias sem fornecer os meios de satisfazê-las; enfim, tornar sombria sua sorte e transformá-los em revoltados. A instrução, que nós tentamos com tanto esforço inculcar, lhes mostra a distância que colocamos entre eles e nós. Cada página de nossos livros de história ensina a esses derrotados que nada é mais humilhante do que a resignação sem revolta contra a dominação estrangeira. Se nossa educação europeia se generalizasse em nossa colônia mediterrânea o grito dos muçulmanos logo seria “A Argélia para os árabes!”, da mesma forma que “A Índia para os hindus!” é a palavra de ordem de todo nativo da Índia impregnado da civilização inglesa.

Sendo esses fatos __ quer se trate da Índia, da Argélia ou de outro país __ idênticos, eles bastam para provar o quanto é vã a esperança de modificar um povo através da educação. Continuar a tentar tais experiências seria perigoso numa nação que não se pode dizer que já esteja pacificada, pois precisamos de um poderoso exército para impedir que se revolte.

Não se pode concluir, do que foi exposto, que eu seja, em um grau qualquer, inimigo da educação. Eu me limitei somente a provar que o tipo de educação aplicável a um europeu civilizado não é, de maneira alguma, aquela adequada a pessoas de uma civilização diferente; muito menos àquelas que não possuem civilização alguma.

Das modificações que a instrução europeia teria que sofrer para ser útil aos povos inferiores eu não tenho que me ocupar aqui e destaquemos somente, de passagem, que a educação técnica, inicialmente e, depois, noções muito simples de elementos de cálculo e algumas aplicações das ciências à agricultura, à indústria ou às profissões manuais, de acordo com as regiões, deveriam constituir as únicas bases de sua instrução. Eles se interessariam por elas, sem dúvida, muito mais do que pela genealogia dos reis da França ou pelas causas da Guerra dos Cem Anos. Eles retirariam disso, eu penso, muito mais proveito. Se eu não formulo, aliás, programas detalhados, é porque eu tenho a clara noção da perfeita inutilidade de tudo o que se poderia escrever sobre esse assunto.

***

CAPÍTULO III

Resultados psicológicos das instituições e das religiões europeias sobre os povos inferiores.

Sumário

Nossa educação europeia tem, como resultado invariável, desmoralizar o nativo e transformá-lo em inimigo encarniçado do europeu, sem elevar seu nível intelectual. Deixando de lado esses efeitos da educação europeia, cuja explicação tentarei mais tarde fornecer, eu vou abordar agora um outro fator de assimilação, pesquisando qual influência as instituições europeias podem exercer sobre os nativos das colônias.

A ideia de que se transforma um povo mudando suas instituições está muito difundida na França para que possa ser abalada. Com nosso gosto pela uniformidade __ se não for pela duração, ao menos pelo espaço __ nossas instituições atuais sempre nos parecem ser as melhores e nosso temperamento nos leva a querer impô-las. Geralmente fundamentadas em abstrações e deduzidas da razão pura, nossas especulações políticas e sociais adquirem rapidamente, aos nossos olhos, a autoridade de verdades reveladas. Como todos os apóstolos, nós sentimos a necessidade de propagá-las para a felicidade da humanidade.

Como a maior parte das nações civilizadas se mostra muito refratária às nossas lições, devemos nos voltar para nossas possessões coloniais para afrancesá-las ao máximo. Os resultados obtidos são do mais alto interesse para os filósofos.

Nossas teorias nos levaram progressivamente a fazer, de nossas colônias, vastos Departamentos franceses. Pouco importa, aliás, a população que as ocupa. Negros, amarelos, árabes, até mesmo selvagens devem se beneficiar com a Declaração dos Direitos do Homem e com os grandes princípios. Todos possuem o sufrágio universal, conselhos municipais, tribunais de todas as instâncias, deputados e senadores que os representam em nossas assembleias. Bravos negros, recém-emancipados e cujo desenvolvimento cerebral pode ser comparado ao de nossos ancestrais da pedra lascada, caem de paraquedas em todas as complicações de nossas formidáveis máquinas administrativas modernas.

Esse regime funciona a um tempo suficientemente longo para que se possa apreciar seus efeitos. Eles são incontestavelmente desastrosos. Países outrora prósperos caíram na mais terrível decadência. As estatísticas nos mostram que eles foram reduzidos a viver do orçamento que lhes envia a metrópole e não deixam de fazer ouvir, através de seus representantes oficiais, exigentes lamentações.

Mesmo que a assimilação tenha causado a ruína de nossas colônias, todas reclamam uma assimilação ainda mais completa do que a existente.

Não imaginemos, no entanto, nossos súditos de além-mar tão ingênuos quanto sua linguagem nos faria supor. Quando eles exigem a assimilação não é porque eles admiram as engrenagens complicadas de nosso sistema administrativo e judiciário. Seu sonho, com efeito, é ser assimilado pela metrópole pelas vantagens pecuniárias do regime e não pelos encargos que resultam disso. Ao invés de construir, às suas próprias custas, estradas, portos ou canais, como se faz nas colônias inglesas, os nativos desejariam vivamente ver o Estado se encarregar desses trabalhos públicos, sem terem que pagar nossos impostos. Ser assimilado significa para nossas colônias tornar-se pensionista do Estado, considerado como um tipo de providência todo-poderosa, com tesouros inesgotáveis. Seus desejos, neste sentido, são expressos com uma candura que não dá lugar a nenhuma dúvida. Eles se resumem claramente na seguinte frase pronunciada por um presidente do Conselho Geral da Ilha de Reunião: "Desejamos a assimilação progressiva da colônia à metrópole e sua transformação em um Departamento francês, mas *sem que essa assimilação possa nos sujeitar aos mesmos impostos pagos na França*".

*

* *

O sistema de assimilação __ sedutor em teoria, por sua aparente simplicidade __ apresenta, pelo contrário, na prática, uma extraordinária complexidade.

Nossas instituições administrativas e judiciárias são muito complicadas, porque respondem às necessidades não menos complicadas de uma civilização muito antiga. Nascidos e vivendo sob seu jugo, somos feitos por elas e, no entanto, sempre recriminamos todas as lentidões e os abusos da administração ou da processualística. Que formalidades administrativas produzem nas nações civilizadas os atos mais inevitáveis: nascimento, casamento e morte! Mesmo na França, quantos cidadãos possuem noções precisas sobre as atribuições de um conselho municipal, de um conselho distrital, de um conselho geral, de um juiz de paz etc.? E vós quereis que um infeliz negro, um árabe, um anamita, faça ideia do jogo de tantas engrenagens encaixadas, que ele deve aceitar subitamente, em um só bloco? Pensem em todos os deveres novos que ele não tem mais o direito de ignorar, nos numerosos funcionários com os quais ele tem que lidar, vigiando-o em cada esquina de sua vida. Ele não pode vender ou comprar um pedaço de terra, reclamar uma dívida de seu vizinho, sem sofrer com as maiores e mais complicadas formalidades. Vós o prendeis __ ele, o bárbaro, o homem semicivilizado __ numa série

inextricável de engrenagens. Até então ele só havia conhecido instituições simples e perfeitamente em relação com suas necessidades: uma justiça sumária, mas pouco custosa e rápida; impostos cujo mecanismo ele compreendia, aos quais ele estava habituado e que não comportava nenhum imprevisto. Ele __ cuja vida ignorava os entraves e para o qual o distante poder absoluto de um chefe não significava frequentemente nada de direto e de real __ acha que a pretensa liberdade com que nós o dotamos se apresenta sob formas singularmente tirânicas.

Essas objeções não conseguiriam diminuir o zelo de nossos teóricos, que acreditam ser seu dever fazer a felicidade dos povos, apesar deles. A despeito das repugnâncias mais naturais, nossas colônias devem, de boa ou má vontade, gozar dos benefícios de nossas instituições complicadas.

Para manter essas instituições, envia-se legiões de funcionários públicos. Aliás, esse é quase nosso único artigo de exportação sério. Na Martinica, onde 95% da população são negros, conta-se com oitocentos funcionários franceses. Nos três ou quatro pequenos vilarejos da Índia que ainda nos pertencem e cujos habitantes são exclusivamente hindus, temos __ fora um senador e um deputado __ mais de cem funcionários, sendo que trinta e oito são magistrados. Na Indochina eles formam um exército.

Todos partem da Europa animados por um zelo ardente, mas logo precisam reconhecer que forçar um povo a renegar suas instituições para adotar as de um outro país é uma utopia realizável somente nos livros. Suas tentativas só têm como resultado uma completa anarquia. Às voltas com dificuldades de todo tipo, cada um deles tenta improvisar um sistema bastardo destinado a conciliar todos os interesses e que, naturalmente, não satisfaz a nenhum.

De vez em quando um governador enérgico e clarividente dá uns golpes severos nessas fileiras espessas de burocratas e a colônia respira momentaneamente. Foi assim que, na Indochina, o Sr. Constant suprimiu em um só golpe um número suficiente para povoar uma pequena cidade e realizou assim, neste único episódio, uma economia anual de mais de 8 milhões. Bem entendido que, logo assim que ele partiu de lá, eles foram logo reintegrados.

Não é unicamente por falta de competência de nossos funcionários que é preciso atribuir seu insucesso, mas ao absurdo do dever imposto. Eles deixam a França com a missão de aplicar nossas instituições a povos que não conseguiriam aceitá-la e nem mesmo compreendê-las. De longe, nada lhes parece mais fácil, mas, logo que assumem seu posto, o desencorajamento os deixa com um sentimento de completa impotência. Os próprios governadores desistem dessa muito pesada tarefa. Viu-se, há um tempo atrás, em seis anos, quinze governadores gerais se sucederem na Indochina; ou seja, uma média

de cinco meses para cada um deles. Se eles ficam mais tempo hoje em dia é porque o emprego, sendo regiamente remunerado, é dado a políticos influentes.

Informado da derrota desastrosa de seu predecessor, cada novo governador tenta um sistema diferente e só faz aumentar a anarquia. Nem sempre são suas visões pessoais que ele aplica, mas aquelas que o telégrafo lhe impõe. O governador citado acima destacou, num interessante discurso pronunciado diante da Câmara dos Deputados, que, em um mandato de seis meses ele teve que obedecer a três ou quatro ministros "que lhe davam, cada um deles, uma orientação diferente".

As consequências de um sistema tal adivinha-se facilmente: anarquia, no início e revolta aberta, ou pelo menos um ódio profundo das populações, em seguida. Os testemunhos são, infelizmente, unânimes sobre este ponto. Lemos numa obra recente:

> *A causa real da pirataria na Indochina não é uma ideia de patriotismo que sublevaria as populações nativas contra o invasor. Somos nós que provocamos isso. Nós indispomos as populações pacíficas requisitando delas mensageiros, afastando agricultores de suas terras para transformá-las em empregados domésticos, queimando seus vilarejos, tiranizando os nativos, estabelecendo em toda parte taxas pesadas que ultrapassam em três ou quatro vezes o valor de seus produtos. A*

pirataria é apenas o resultado das perturbações provocadas por nossos administradores e dos crimes provocados pelos mandarins e que nós acobertamos.

Nosso danoso sistema não semeia tristes consequências somente na Indochina. Tentamos igualmente assimilar todas as nossas colônias antigas e novas e em toda parte com o mesmo insucesso. Eu não quero lembrar __ pois este exemplo não é exatamente aplicável à minha demonstração atual __ que a causa da última perturbação que quase sublevou a Argélia foi a incompreensível medida com a qual nós naturalizamos em bloco toda a parte judia da população. Mas eu citarei, de acordo com testemunhas oculares, os fatos observados no Senegal. Numa série de artigos publicados por um grande jornal parisiense o Sr. Colin mostra até onde pode levar a mania de impor nossas instituições a povos que não as querem. Diz o Sr. Colin:

Atacando prematuramente a organização da sociedade negra, teremos guerra, a guerra perpétua e sem piedade e veremos diante de nós todos os povos fetichistas e muçulmanos, sem contar que os próprios escravos estarão contra nós.

A guerra duradoura não, sem dúvida, nem no Senegal nem nas outras colônias, enquanto permanecermos os mais fortes; mas a hostilidade das populações tão desajeitadamente perturbadas, nós despertaremos em toda parte.

Um observador criterioso, que morou por muito tempo em nossas colônias, o Sr. Poitou-Duplesssy, ex-médico principal da Marinha escreve:

> *A aplicação prematura do sufrágio universal nas colônias, para a eleição de todos os postos principais, teve como efeito fazer cair o poder nas mãos dos negros, sete a oito vezes mais numerosos e, graças à fraqueza, à covardia do poder metropolitano e de seus representantes, tornar a permanência nas ilhas impossível para a raça branca, condenada hoje à opressão ou ao desaparecimento. É o retorno fatal à barbárie. O exemplo de São Domingo está aí para provar isso... Se considerarmos o número de eleitores que representa tal ou tal deputado colonial que venha a legislar em Paris sobre nossos interesses mais caros, chega-se à conclusão singular de que um negro das Antilhas conta sete a oito vezes mais na balança dos destinos da pátria do que qualquer um dos cidadãos franceses.*

Estes são os resultados produzidos pela aplicação das instituições europeias aos nativos das colônias.

*

* *

Tendo sucessivamente estudado a influência da educação e das instituições só me resta examinar a influência das crenças religiosas.

Sobre a ação que podemos exercer através delas eu serei muito breve. Acusar nossos homens de Estado atuais de proselitismo religioso seria injusto e já passou o tempo em que se pegava em armas para defender os missionários que perturbavam, com suas pregações, as instituições sociais dos orientais. Se devêssemos nos reprovar alguma coisa seria muito mais um proselitismo negativo. Mas, enfim, nossos nativos coloniais ficam geralmente livres na prática de seus diferentes cultos. Eu abordo então somente este lado da questão para completar minha demonstração de que nenhum dos elementos de uma civilização superior pode ser imposta a povos inferiores.

Alguns números bastariam para mostrar a pouca influência de nossas crenças religiosas sobre os orientais. Mas eles são supérfluos diante das confissões de impotência escapadas dos próprios missionários.

No tocante aos árabes, eu já citei o caso dos 4.000 órfãos do Cardeal Lavigerie. Educados na religião cristã e livres de todo contato com os nativos, a imensa maioria desses órfãos retornou ao islamismo assim que atingiram a idade adulta.

A experiência foi seguida, numa outra escala, no Oriente e, particularmente, na Índia inglesa. Num congresso da Igreja Anglicana, um pastor, o Sr. Isaac Tylor, foi obrigado a constatar o doloroso insucesso dos missionários ingleses, apesar da proteção do governo e de enormes despesas; eles só conseguiram recrutar um número in-

significante de prosélitos e nas castas mais baixas. Nos países muçulmanos, onde os missionários não podem esperar o apoio de seu governo, os fracassos são mais significantes ainda. Após terem gasto meio milhão e dez anos de esforços __ na Arábia, na Pérsia, na Palestina __ eles só conseguiram uma única conversão, a de uma menina notoriamente conhecida, aliás, por ser meio idiota. Este exemplo, acrescido de tantos outros, denuncia nossa impossibilidade de fazer com que nossas ideias, nossas concepções, nossa civilização penetrem nos cérebros dos orientais, por qualquer método que seja.

A impotência das crenças religiosas é importante de se notar, após a da instrução e das instituições. Mas, eu repito, ela só constitui para minha tese um argumento acessório. Eu não sou, de forma alguma, inimigo dos missionários, cujas coragens e ilusões eu respeito e que nos prestam geralmente grandes serviços nos países semicivilizados que não nos pertencem __ como a Síria, por exemplo __ difundindo nossa língua por meio de suas escolas. Minha tarefa poderia parecer terminada, após ter mostrado que nossa educação e nossas instituições, aplicadas aos nativos das colônias, não têm outro resultado que não seja perturbar profundamente suas condições de existência e transformá-los em inimigos irreconciliáveis dos europeus.

Tais fatos são independentes de qualquer teoria. Mas eles devem ter causas e são essas causas que eu quero tentar agora determi-

nar. Os fatos são apenas consequências de leis muito gerais que é preciso sempre tratar de descobrir. É isso que vamos tentar agora, pesquisando as causas de nossa ineficácia em elevar ao nível da civilização europeia os povos semicivilizados ou bárbaros. Talvez então apareçam nitidamente aos leitores as razões profundas da impenetrabilidade das culturas.

***

CAPÍTULO IV

Razões psicológicas da ineficácia da civilização europeia em transformar os povos inferiores.

Sumário

O estudo dos diversos elementos de uma civilização __ particularmente as instituições, as crenças, a literatura, a língua e as artes __ mostra que eles correspondem a certos modos de pensar e de sentir dos povos que os adotaram e somente se transformam quando esses modos de pensar e de sentir venham eles próprios se modificar.

A educação só faz resumir os resultados da civilização; as instituições e as crenças representam as necessidades dessa civilização. Se então uma civilização não está em relação com as ideias e os sentimentos de um povo, a educação que sintetiza essa civilização ficará sem ação sobre ele; até mesmo as instituições, que correspondem a certas necessidades, não conseguiriam corresponder a necessidades diferentes.

O paralelo mais sumário mostra facilmente que a distância mental que separa os povos do Oriente __ muçulmanos e indochineses, particularmente __ dos povos do Ocidente é muito considerável para que as instituições de uns possam ser aplicáveis aos outros. Ideias, sentimentos, crenças, modos de existência, tudo difere profun-

damente. Enquanto as nações do Ocidente tendem cada dia mais se livrar das influências ancestrais, as do Oriente vivem quase exclusivamente do passado. As sociedades orientais têm uma fixação pelos costumes e uma estabilidade desconhecida hoje em dia na Europa. As crenças que perdemos, elas as conservam com todo cuidado. A família, tão fortemente abalada entre os povos ocidentais, permanece intacta no oriental, numa imobilidade secular. Os princípios, que perderam sua ação sobre nós, guardam todo seu poder sobre eles. Eles possuem um ideal muito forte e necessidades muito pequenas, enquanto que nosso ideal é incerto e nossas necessidades muito grandes. Religião, família, autoridade da tradição e do costume, todas essas bases fundamentais das sociedades antigas, tão profundamente sapeadas no Ocidente, conservaram um prestígio indiscutido no Oriente. A necessidade de substituí-las ainda não passou por suas mentes.

Mas é principalmente nas instituições que se revela entre o Oriente e o Ocidente um insuperável abismo. Todas as instituições políticas e sociais dos orientais __ quer se trate de árabes ou hindus __ derivam unicamente de suas crenças religiosas, enquanto que no Ocidente os povos mais devotos há muito tempo separaram instituições políticas e crenças.

Não há código civil no Oriente, somente códigos religiosos. Uma novidade qualquer, lá só é aceita com a condição de ser o resul-

tado de prescrições teológicas. Sob pena de perder toda a influência, os ingleses se viram forçados lá __ eu recordo, apesar de seu protestantismo rígido __ a restaurar os pagodes e sustentar fartamente os sacerdotes de Vixnu e de Xiva e a professar em todas as circunstâncias os maiores respeitos para com a religião de seus súditos e as instituições que decorrem dela. O velho código religioso e civil de Manu permaneceu a lei fundamental da Índia nos últimos dois mil anos, como o Corão, código igualmente religioso e civil, que continua a ser a fé suprema dos muçulmanos desde Maomé.

Não é somente na constituição mental, nas instituições e nas crenças que residem as divergências profundas que nos separam dos povos do Oriente. Elas aparecem nos mínimos detalhes da existência e principalmente na simplicidade de suas necessidades, comparadas com a complexidade das nossas. As modestas aspirações do oriental e a aceitação de condições de existência consideradas na Europa como a negra miséria, sempre impressionam o viajante. Um cobertor, uma cabana ou uma tenda, alguns vegetais bastam para sua ambição. As mesmas pessoas educadas a moda europeia logo adquirem fatalmente um certo número de necessidades fictícias criadas por nossa civilização e, como é impossível provê-las dos recursos necessários para satisfazer essas necessidades, os simples, os felizes, se tornam descontentes, miseráveis e revoltados. Na Índia inglesa principalmente, onde a educação europeia reina numa larga escala, o fato

é significativo. Um nativo impregnado da educação inglesa e munido de proteções pode obter vencimentos de 30 francos ao mês. Quando recebe este salário ele tenta imitar caricatamente o cavalheiro europeu; calça sapatos, se torna membro de um clube nativo, fuma cigarros, lê jornais. Finalmente ele acaba achando sua sorte totalmente miserável com uma soma que faria viver fartamente duas famílias educadas de acordo com os costumes hindus.

A simples comparação das necessidades de um árabe da Argélia e de um colono europeu basta para provar o quanto dois povos em graus desiguais de civilização podem, no mesmo solo, ter exigências diferentes. A pequena provisão de grãos necessária para seu cuscus, água pura, uma tenda como habitação, um manto como vestimenta, eis todas as aspirações do nativo. Quão mais complicadas são as necessidades de seu vizinho, o colono europeu, mesmo pertencendo às camadas sociais inferiores! Ele precisa de uma casa, de carne, de vinho, de vestimentas variadas, enfim, de toda a gama de necessidades fictícias produzidas pelo meio europeu.

Desses múltiplos fatos, constatados em todos os lugares, se retira claramente esta lei psicológica: a educação europeia, aplicada ao nativo, o torna profundamente miserável, porque ela lhe impõe ideias novas e um modo de vida refinado sem lhe prover os meios de praticá-la. Ela destrói os legados herdados de seu passado e o deixa desorientado em face do presente.

Devemos esperar que nossas instituições e nossa educação europeia aproximem de nós os orientais, distanciados hoje em dia por um abismo tão vasto? Os exemplos que eu citei não nos autorizam muita esperança e a teoria vem em apoio disso, nos ensinando que a mais difícil transformação a ser realizada por um povo é a dos seus sentimentos herdados. Porém, é precisamente a diferença de suas heranças que separa tão profundamente o Oriente do Ocidente.

Sobre esses sentimentos nacionais, formados pelas mesmas ambiências e as mesmas instituições, as mesmas crenças agem há séculos; sobre esses sentimentos, eu digo, a educação permanece sem ação. Eles representam, com efeito, o passado de um povo, o resultado das experiências e das ações de toda uma longa série de gerações, os motivadores herdados do comportamento. Constituindo a alma de um povo, seu peso é considerável.

Essas características dos povos, ninguém nega, desempenham um papel fundamental na história. Os romanos dominaram a Grécia e um punhado de ingleses domina hoje em dia a Índia, muito mais pelo desenvolvimento de certas qualidades nacionais __ a perseverança e a energia, particularmente __ do que pela elevação de sua inteligência. Nenhuma educação poderia impedir certos povos __ os negros, por exemplo __ de serem impulsivos, imprevidentes, incapazes de energia durável e de esforços sustentados.

Se considerarmos a instrução somente como a arte de fixar na memória um certo número de teorias livrescas, podemos assegurar que as populações qualificadas pelos antropólogos como povos inferiores, incluindo os mais inferiores, como certos negros, podem ser educados como os europeus. Um professor de nossa universidade, o Sr. Hippeau, de volta da América, fala com admiração dos jovens negros que ele viu nas salas de aula repetindo demonstrações de geometria e traduzindo Tucídides com perfeição: “Jamais se compreendeu melhor que os negros e os brancos são filhos do mesmo Deus; que a natureza não estabeleceu entre eles nenhuma diferença fundamental”.

Eu ignoro, por falta de luzes suficientes sobre este ponto, se os negros e os brancos são filhos de um mesmo Deus; mas, o que eu creio saber bem é que o autor é vítima aqui de uma ilusão, compartilhada aliás por muitas pessoas que se ocupam com a educação dos povos inferiores; os missionários particularmente.

Eu digo: de uma ilusão; e eis porque: o ensino das escolas é composto quase unicamente de exercícios mnemônicos destinados a prover a memória de materiais que a inteligência, quando se desenvolver, poderá utilizar. Ela os utilizará graças às aptidões intelectuais herdadas, os modos de sentir e de pensar que representam a soma das aquisições mentais de todo um povo. São precisamente essas diferenças de aptidões, trazidas pela pessoa ao nascer, que estabele-

cem entre os povos desigualdades cujos traços nenhum sistema de educação conseguiria apagar.

A criança pertencente a um povo semicivilizado ou semisselvagem conseguirá geralmente se dar tão bem na escola quanto a europeia, mas unicamente porque os estudos clássicos são principalmente exercícios de memória criados para cérebros infantis e porque a diferenciação intelectual entre os povos pouco se manifesta antes da idade adulta. Enquanto a criança europeia perde seu cérebro infantil ao crescer, a pessoa inferior __ incapaz, por causa das leis da hereditariedade, de ultrapassar um certo nível __ para numa fase inferior de desenvolvimento e deixa abandonados os materiais fornecidos pela instrução do colégio. Sigais na vida esses brancos e esses negros, outrora iguais na escola e logo vos aparecerão as diferenças profundas que separam os dois povos.

O único resultado definitivo da instrução europeia, tanto para o negro quanto para o árabe e para o hindu, é alterar, eu repito, as qualidades herdadas de seus povos sem lhes dar as dos europeus. Eles poderão adquirir às vezes traços de ideias europeias, mas os utilizarão com o raciocínio e os sentimentos de selvagens ou de semicivilizados. Seus julgamentos flutuam entre ideias contrárias e princípios morais opostos. Levados de um lado para o outro pelos acasos da vida e incapazes de dominar qualquer um deles, eles finalmente só têm como guia o impulso do momento.

Não nos deixemos iludir, portanto, por essa pequena camada de verniz passada provisoriamente sobre um nativo por meio de nossa educação europeia. Pode-se compará-la a uma dessas vestimentas efêmeras do teatro, que não se pode olhar de muito perto. Eu, por centenas de vezes, tive oportunidade de conversar com letrados hindus, educados nas escolas anglo-indianas, ou até mesmo graduados em universidades europeias. Eu sempre constatei que entre suas ideias e as nossas, sua lógica e a nossa, seus sentimentos e os nossos, a distância continuava imensa.

Isso quer dizer que esses povos semicivilizados ou bárbaros jamais chegarão ao nível da civilização europeia? Eles chegarão um dia, sem dúvida, mas somente após terem cruzado sucessivamente __ e não em um só golpe __ as numerosas etapas que nos separam deles. Nossos pais também estiveram mergulhados na barbárie. Eles precisaram de quase mil anos de esforços para saírem dela e poderem utilizar os tesouros da civilização antiga. Sabemos das modificações sucessivas que eles tiveram que executar em seus elementos __ a língua, as instituições e as artes, particularmente __ para adaptá-los. A seus cérebros de bárbaros uma civilização refinada não podia convir; como a nossa aos cérebros dos povos inferiores.

As leis da evolução social são tão rigorosas quanto as da evolução dos seres organizados. A semente só se torna uma árvore, a criança só se torna um adulto, as civilizações só se elevam às formas

superiores após terem passado por toda uma série de desenvolvimentos graduais e quase imperceptíveis em sua lenta sucessão. Podemos, com medidas violentas, perturbar nos povos essa evolução fatal __ como se pode suspender a evolução da semente quebrando-a __ mas não nos é dado o poder de modificar suas leis.

*

* *

Uma das principais razões psicológicas de nossa ineficácia em impor nossa civilização aos povos inferiores talvez possa ser expressa em uma frase: ela é muito complicada para eles. As únicas instituições, as únicas crenças, a única educação, capazes de agir sobre sua mentalidade, são aquelas cuja simplicidade está ao alcance de seu espírito e que não perturbam suas condições de existência.

Tal como é, justamente, a civilização muçulmana e assim se explica a profunda influência, em aparência tão misteriosa, que os muçulmanos exerceram e ainda exercem no Oriente. Os povos conquistados por eles eram, ou são, geralmente orientais que possuem sentimentos, necessidades, hábitos de vida muito análogos aos seus. Por consequência, assimilando os elementos fundamentais da civilização muçulmana, eles não sofreram com as modificações radicais que a adoção de uma civilização ocidental complicada produz.

Os historiadores acreditaram poder atribuir a prodigiosa ascendência moral e intelectual exercida pelos muçulmanos no mundo à sua força material. Não é mais permitido hoje em dia ignorar que a civilização muçulmana continuou a se espalhar por muito tempo após o poder político de seus propagadores ter sido aniquilado. O Corão conta com 20 milhões de seguidores na China, onde os maometanos jamais exerceram qualquer poder; ele recrutou 50 milhões na Índia, ou seja, infinitamente mais do que o apogeu da dominação mongol. Esses números enormes aumentam sem parar. Os maometanos são, após os romanos, os únicos civilizadores que conseguiram com que fossem adotados, por povos os mais diversos, os elementos fundamentais de toda cultura social: a religião, as instituições e as artes. Longe de tender ao desaparecimento, sua influência cresce a cada dia e ultrapassa os limites atingidos nas épocas esplêndidas de seu poder material. O Corão e as instituições que decorrem dele são tão simples, tão em relação com as necessidades dos povos primitivos, que sua adoção se opera sempre sem dificuldades. Em toda parte por onde passam muçulmanos, sejam eles simples mercadores, encontra-se suas instituições e suas crenças. Tão longe que os exploradores modernos que penetraram na África encontraram lá tribos que professam o islamismo. Os muçulmanos civilizam atualmente as povoações da África, na medida em que elas podem sê-lo, estendendo sua poderosa ação sobre o continente misterioso, enquanto que os

europeus que percorrem o Oriente, seja como conquistadores, seja como comerciantes, não deixam traço de influência moral.

*

* *

A conclusão deste capítulo e dos precedentes é bem nítida. Nem pela educação, nem pelas instituições, nem pelas crenças religiosas, nem por nenhum dos meios que dispõem, os europeus podem exercer uma ação civilizadora rápida sobre os orientais e muito menos ainda sobre os povos inferiores.

A história recente do Japão não poderia modificar nenhuma das conclusões precedentes. Não podendo tratar aqui em detalhes desse caso em particular, de um povo que chegou a um grau de civilização já alto e que parece mudá-la para uma outra civilização elevada, mas diferente, eu me limitarei a um destaque essencial. Pela adoção em bloco dos resultados da civilização europeia, o japonês não transformou, na realidade, nem suas leis fundamentais, nem suas crenças, nem principalmente seu caráter. Ele representa o que seria um barão feudal que tivesse voltado à vida e a quem ensinaram o uso das locomotivas e o manejo do canhão. Sua mentalidade estaria muito modificada por essa educação? A alma japonesa muito menos, mas a variação aparente da vida exterior do Japão dissimulou aos europeus a estabilidade de sua vida interior.

Qualquer que seja ela, qualquer uma das nações que tentamos colonizar, não possuía __ quando a conquistamos __ uma cultura comparável à antiga civilização do Japão. Podemos então repetir que nossas esperanças de assimilar ou de afrancesar um povo conquistado são perigosas quimeras. Deixemos com os nativos seus costumes, suas instituições e suas leis. Não tentemos impor-lhes a engrenagem de nossa administração complicada e só conservemos sobre eles uma alta tutela. Para conseguirmos isso reduzamos enormemente o número de nossos funcionários coloniais e exijamos deles um estudo aprofundado dos costumes, usos e da língua dos nativos. Asseguremos a eles principalmente uma situação considerável, capaz de conferir-lhes o prestígio necessário.

Esses projetos de reformas __ ou melhor dizendo, simplificações __ eu me limito a enunciá-los de maneira sumária, considerando seu desenvolvimento como inútil. Será preciso muito tempo ainda para que eles atinjam a opinião pública. As ideias políticas atuais, tão contrárias àquelas que eu expus, formam uma corrente que não é fácil superar. A quimérica empresa de assimilação, à qual consagramos tantas pessoas e dinheiro, nos é ditada por motivos sentimentais, sobre os quais a lógica racional é impotente. Esta última só triunfa ao preço das mais cruéis experiências. Somente as catástrofes têm o poder de jogar luzes nas mentes carregadas de ilusões.

Podemos nos perguntar sem dor: é realmente possível que, para realizar sonhos tão quiméricos quanto as crenças religiosas às quais nossos pais sacrificaram tantas vidas, persistamos em nossos perigosos erros? É crível que encontremos ainda homens de Estado convencidos de nossa missão de assegurar, apesar deles, a felicidade dos outros povos? É admissível que ouçamos diariamente economistas que pretendem transformar a constituição mental de um povo como os árabes "modificando radicalmente neles o sistema da propriedade coletiva e da família"?

Pensemos no que nos custaram algumas dessas grandes teorias humanitárias e simplistas, tão deploravelmente ancoradas em nossas mentes! Foi em seu nome que vertemos nosso sangue pela liberdade ou a unidade de povos que se tornaram hoje em dia nossos piores inimigos. É por elas que nós nos obstinamos em afrancesar populações outrora pacíficas sob suas antigas leis. O que colhemos dessas utópicas empresas, se não foram ódios e incessantes guerras?

Sempre experimenta um sentimento de profunda humilhação o viajante que deixa nossas colônias para visitar as dos outros europeus. Ingleses e holandeses, particularmente, que se protegem cuidadosamente dos nossos grandes princípios. Que maravilhoso espetáculo é esse gigantesco império da Índia, onde 250 milhões de nativos são governados em uma paz profunda por um milhar de funcionários, apoiados por um pequeno exército de sessenta mil homens e

que se cobre de canais, de estradas de ferro, de obras de todo tipo, sem pedir um centavo à metrópole! O prestígio moral constitui a única força desse punhado de governantes, mas um prestígio que nós nunca obtivemos em nossas colônias. Sem dúvida que esses milhões de nativos não possuem o sufrágio universal, não possuem conselhos gerais e não são representados na Europa por senadores e deputados. Ignorando nossas instituições complicadas, eles próprios se administram, segundo seus velhos costumes, sob a alta e distante tutela de um número insignificante de europeus, que intervém o mínimo possível em seus assuntos.

São eles mais infelizes do que os nativos de nossas colônias, importunados em todos os sentidos por nossos milhares de agentes e presos na engrenagem de leis e costumes incompreensíveis para eles? Àqueles que acreditarem nisso eu aconselho a visita aos três ou quatro vilarejos que são os últimos vestígios de nosso grande império das Índias. Lá eles encontrarão centenas de funcionários franceses, cujo único papel possível é perturbar ao máximo as antigas instituições hindus e verão o peso que é para os nativos o que chamamos de regime de liberdade, as discórdias e as lutas intestinas produzidas por nossos métodos, em uma população outrora muito pacífica, sem que nossos sacrifícios nos propiciem ao menos um pouco de respeito.

Para compreender o alcance psicológico de um sistema diferente, visite alguns lugares mais distantes, com as mesmas populações colocadas sob o domínio inglês. Desde os primeiros minutos ficareis impressionados com o respeito dos nativos pelos conquistadores e verás lá como o único funcionário sobrevivente de um vasto distrito pouco penetra na vida pública ou privada dos cidadãos, respeita suas instituições, seus costumes, seus hábitos e lhes deixa uma liberdade não fictícia, mas real. Se eu pudesse impor a todos os franceses uma tal viagem, a tese que eu defendo não teria mais adversários e desistiríamos rapidamente da ideia de impor nossas leis a povos estrangeiros, somente para o triunfo de nossos grandes princípios.

Seguramente que não se pode desdenhar desses princípios. Eles são as formas de um ideal novo e filhos das ilusões religiosas que nós perdemos; e o ser humano ainda não aprendeu a viver sem ilusões. Abdiquemos somente do papel de apóstolos e não nos esqueçamos que, na luta econômica em que o mundo moderno se engaja cada vez mais, o direito de viver pertencerá somente aos povos fortes. Não é com quimeras que asseguraremos o futuro de nossa pátria; é com quimeras que nós poderemos perdê-lo.

***

CAPÍTULO V

As novas formas de colonização.

Sumário

Os processos de colonização praticados nos diversos períodos da história são pouco numerosos, pois eles se reduzem a dois. Os romanos só conheceram inicialmente um: conquistar um povo a mão armada, tomar seus tesouros e vender como escravos os mais vigorosos de seus habitantes; os outros repovoariam lentamente o país até que este, enriquecido novamente, permitia que a pilhagem pudesse recomeçar.

Acabou-se por se perceber que esse método ao mesmo tempo custoso e simplista não era muito proveitoso para os vencedores e, por volta da época dos primeiros imperadores, Roma descobriu um segundo método, que consistia em explorar as populações conquistadas por intermédio de governadores que as sobrecarregavam de impostos, deixando-lhes, no entanto, com o que sobreviver e em troca assegurando-lhes a paz.

Este último processo não foi modificado sensivelmente durante séculos. Bem aplicado, ele é geralmente bem rendoso, mas gera muitas complicações por causa da necessidade de defender o país conquistado contra as agressões armadas dos rivais invejosos. Por outro

lado, é preciso saber administrar com ordem e inteligência. Se a administração é ruim, o povo colonizado só procura problemas e constitui uma causa perpétua de conflitos. Ninguém ignora que nossas colônias não apenas não nos rendem nada, mas também custam muito caro e são, pelas guerras distantes com que elas nos ameaçam, um perigo permanente.

A estes dois sistemas, os alemães acrescentaram um terceiro muito engenhoso. Ele consiste simplesmente em recolher os lucros de um país, deixando aos estrangeiros os encargos de seu governo e de sua defesa.

Após terem deixado outros povos pagarem os custos de conquistar e de guardar um país, os alemães nele se instalam em seguida e o exploram. Aos conquistadores, as despesas com o pessoal e a administração e o poder nominal. Para eles, inicialmente os lucros e, mais tarde, o poder real que a riqueza sempre confere. Eles ficam com as amêndoas e deixam para os donos da terra a disputa pelas cascas.

A realização desse programa exigiu certas qualidades de caráter que, em conjunto com uma superioridade industrial e comercial, permite eliminar todos os rivais. Graças a uma educação técnica memorável, os alemães adquiriram essa superioridade e a luta contra eles tornou-se quase impossível hoje em dia. Até mesmo os ingleses desistiram disso. Em toda parte os alemães se instalam __ em núme-

ro inicialmente restrito, depois crescente a cada dia __ se apoderam de todas as indústrias, de todo comércio e logo se tornam os mestres.

Foi assim que, em menos de vinte anos, eles conquistaram um lugar preponderante nessa magnífica região mediterrânea chamada Côte d'Azur, outrora um grande desafio. Seu poder se estende atualmente sobre 200 quilômetros de costas e se acentua rapidamente.

Foi ao mesmo tempo numa colônia de povoamento e de exploração que os alemães transformaram a Côte d'Azur. Eles se apoderaram inicialmente da indústria hoteleira, que está quase inteiramente em suas mãos. O pessoal que trabalha nela é quase exclusivamente alemão e a clientela cada vez mais alemã. Em 1906 eu fiz em Menton um levantamento que mostrou, em 1.000 estrangeiros disseminados em 22 hotéis, figuravam 350 alemães e 50 franceses.

Eu não encontrei na Côte d'Azur nenhum hotel __ exceto alguns albergues de quinta categoria __ administrado por franceses.

Essa invasão teutônica, tão surpreendente para aqueles que comparam a Côte d'Azur atual ao seu estado anterior, é também o resultado de uma causa econômica profunda, que a habilidade dos hoteleiros não bastaria para explicar.

Antes da guerra o alemão era pobre e trabalhador. Ele continuou trabalhador, mas não é mais pobre. Seu desenvolvimento industrial o levou à riqueza e ao gosto pelo luxo que ela produz. São os franceses que estão empobrecidos hoje em dia.

Portanto, o alemão trabalha e enriquece. Após meses de trabalho ele vem buscar na Côte d'Azur repouso e distrações, esperando encontrar, por outro lado, alguns negócios rendosos para comprar, mercados para seus produtos, especulações com terras etc.

A indústria hoteleira, criada sobretudo por ele, é tão lucrativa que o sonho de qualquer gerente de hotel é, naturalmente, montar um, por sua vez. Quando ele dá provas de competência, um banqueiro de Hamburgo ou outro lugar lhe fornece facilmente os recursos. Os bancos alemães procuram bastante os estabelecimentos industriais, enquanto que as sociedades de crédito francesas conseguiram evitar inteiramente o público, dirigindo-se exclusivamente para os estabelecimentos estatais ou as estradas de ferro estrangeiras, suscetíveis de render aos bancos bons lucros[24] e bem menos arriscados. Um Estado qualquer __ Venezuela, Haiti, ou qualquer outro de mesma natureza __ está sempre certo de encontrar grandes casas francesas para obter seus empréstimos. Os banqueiros alemães não são, seguramente, mais patriotas do que os nossos, mas muito mais inteligentes e sabem colocar melhor seus recursos, ou melhor, os recursos dos seus clientes. Um gerente de hotel em Montecarlo me

[24] O valor dos juros pagos pelo governo russo aos cinco bancos de Paris que foram encarregados do lançamento recente de um empréstimo de 1,2 bilhões chegou a 8%, ou seja, 96 milhões. Incomoda pensar que essas somas enormes, que tanto precisamos para refazer nosso parque industrial, tão sucateado neste momento, passaram, em sua quase totalidade, para as mãos dos alemães, fornecedores regulares da Rússia de equipamento militar, industrial e naval.

contou que, tendo economizado 60.000 francos, ele encontrou um banco que lhe emprestou 200.000 e comprou um hotel, que foi revendido por um milhão depois de cinco anos.

Eu tive oportunidade de examinar, há alguns anos, as contas de dois grandes hotéis de Menton, que os frequentadores do lugar reconhecerão facilmente pelo detalhe de que estão situados numa colina a pouca distância um do outro. O primeiro conseguiu, na estação de 1904-1905, 397.444 francos de lucro; o segundo, 167.153 francos de lucro. Nenhuma mina de ouro rende tanto. Que serviço nos prestaria a pessoa de gênio que nos ensinasse a aproveitar as riquezas da França, tão engenhosamente exploradas pelos estrangeiros, em vez de pregar a emigração para distantes regiões febris, pobres e mal povoadas! Antes de querer colonizar o Congo ou Madagascar, porque não pensar em aproveitar riquezas com as quais a França está cheia, aos olhos de quem sabe vê-las?

*

* *

No trem que me trouxe à Paris eu tive a companhia de um velho professor alemão de filosofia. Um incidente imprevisto no caminho nos colocou em contato e eu submeti a ele as observações precedentes e o convidei a me dar suas opiniões, livres de quaisquer inúteis fórmulas de polidez. Para deixá-lo, aliás, a vontade sobre este

último ponto, eu comecei por lamentar caridosamente o fato dos alemães serem governados por um César caprichoso e despótico.

O filósofo sorriu, me pediu a permissão para acender seu cachimbo e calmamente disse o seguinte:

Deixemos de lado os césares. A história nos mostra que eles aparecem sempre quando um povo se dedicou a divisões intestinas. Às vezes eles se chamam Silas, às vezes eles se chamam Bonaparte. Não lamenteis muito o fato de vivermos sob um regime semicesarista, pois vós marcheis a grandes passos rumo aos césares da decadência, destinados a livrar-vos da anarquia em que vós afundais a cada dia. Vós logo estareis na era das revoluções e mais vale um César ilustre e aceito como o nosso do que os césares de ocasião que surgirão dentre vós, como eles já fizeram mais de uma vez.

Ocupemo-nos então, se quiserdes, com os fatos econômicos que chamaram vossa atenção na Côte d'Azur e que são, aliás, eu reconheço, rigorosamente exatos.

Tenho idade suficiente para ter acompanhado a evolução alemã desde a guerra. Foi unicamente o desenvolvimento da educação técnica, acrescido de algumas qualidades de caráter, como vós bem destacastes, as causas de seu desenvolvimento industrial e comercial. A inteligência, geralmente bem pesada de meus compatriotas, para isso não adianta de nada.

Basta possuir disciplina e método. Estas qualidades e uma instrução adequada sempre asseguram o sucesso na vida. O alemão idealista de outrora desapareceu completamente. Ele não perde mais seu tempo dissertando sobre filosofia. Ele constrói fábricas e portos, funda bancos e empresas de todo tipo e enriquece rapidamente. Eu o conheci na época em que ele vivia pobremente, considerando a carne como um artigo de luxo, só viajando de terceira classe e só frequentando hotéis vagabundos. Hoje em dia, esse mesmo alemão é rico e gasta perdulariamente. Como todos os novos-ricos ele se tornou insolente e grosseiro. Vossos empregados das estradas de ferro do litoral reclamam justamente. Eu confesso que ele se comporta geralmente de forma rude e ignora completamente todos os refinamentos de uma civilização avançada.

São defeitos evidentes, mas que não lhes retiram seus méritos. O alemão está seguro agora de ser o primeiro em todo lugar onde se instala, graças à superioridade de seu maquinário, de sua organização e de sua educação técnica. Mesmo em vossa capital ele vos faz uma concorrência temível, absorvendo uma após outra, para seu proveito, vossas grandes indústrias: produtos químicos, objetivas fotográficas, instrumentos de precisão, material elétrico etc. O resto virá a seguir. Ele já começa a instalar, em vosso próprio território, fá-

bricas, para evitar vossas barreiras aduaneiras, que logo não terão mais nada para proteger.

O que vós constatastes na Côte d'Azur, vós constatareis também em outros lugares. Vamos colonizar agora o Marrocos, como colonizamos a mais bela parte do Mediterrâneo e logo tudo estará em nossas mãos. Quem possui a indústria e o comércio de um país é seu verdadeiro senhor. O caso do Marrocos, que vossos jornais não entenderam nada, era, na realidade, muito simples. Nós não tentaríamos a muito custosa e muito improdutiva conquista daquele país e, de boa vontade, teríamos deixado a glória e as despesas dessa operação para vós, se a administração despótica e intervencionista de vossas colônias não as tornasse inabitáveis, mesmo para os franceses. É somente na França que o poder é muito discutido para incomodar e vós vistes na Côte d'Azur que ele pouco nos incomoda. Era preciso então simplesmente vos impedir de governar o Marrocos, ou seja, de fechá-lo ao nosso comércio e nós conseguimos isso plenamente. Não havia necessidade de uma guerra para isso. Bastava a ameaça e a Alemanha não tinha nenhum interesse em fazê-la. Nós só pensaremos nela no dia em que vossos pacifistas, vossos internacionalistas, vossos antimilitaristas e outras variedades de imbecis, tiverem conseguido dissociar em vossas mentes a ideia de pátria que faz

nossa força. Nós só precisaremos então de um pequeno esforço para lhes impor nossas vontades.

Meu país não queria, de forma alguma, a guerra. A hora não havia chegado, aliás, para lutar contra a Inglaterra, vossa aliada, que não tememos sob o ponto de vista comercial e industrial e que, pelo contrário, sob estes dois pontos, nos teme muito. A guerra com ela é inevitável em breve, mas a jogada será bem diferente do que o caso Marrocos. Hamburgo tornou-se muito pequeno. Um grande porto militar e comercial nos é necessário e quase que só há Antuérpia em nossa vizinhança. Nós multiplicamos lá nossas casas de comércio, nossas empresas marítimas, nossos bancos, mas isso não basta, pois neste porto, tão próximo da Inglaterra, o poder militar deve acompanhar o poder comercial. Os belgas conhecem perfeitamente, aliás, essas aspirações, que são de todos os alemães e que alguns mapas de geografia vulgarizaram por toda parte. Eu li o discurso que um de seus mais ilustres homens de Estado, o senador Edmond Picard, pronunciou sobre isso diante do Parlamento belga. Um grito de alerta muito justificado, mas muito inútil. Os povos não escapam de seu destino. Os belgas talvez o retardem um pouco, fundindo-se com a Holanda, mas eles não parecem suficientemente sutis para com-

preenderem que logo não haverá mais lugar no mundo para as pequenas nações.

Naturalmente, aqui está a única dificuldade para isso: os ingleses se oporem a esta empreitada. Eis o porque da guerra com eles ser fatal. Vós vos juntareis a eles, sem dúvida, mas, nesse momento, mais enfraquecidos ainda do que hoje em dia, vosso único papel provável será pagar os custos de uma guerra necessariamente muito custosa.

Daqui até lá, com efeito, vossas lutas religiosas e políticas se encarregarão de vos desgastar. Vós tereis chegado a um grau de intolerância, a uma necessidade de perseguição que acabarão por vos tornardes odiosos a todos os povos suficientemente civilizados para praticar a liberdade. Vossos inumeráveis sindicatos, cuja tirania é tão pesada quanto jamais foi a dos mais furiosos déspotas, só sindicalizam invejas e ódios. O ódio e a inveja parecem ser os únicos sentimentos que sobreviveram nas almas dos latinos. Vós pareceis insetos que lutam ferrenhamente no fundo de um pântano, para arrancar as magras provisões que alguns possuem, enquanto que ao redor deles se espalham ricas oferendas. Vós desceis rapidamente para o último lugar dentre os povos, após terdes estado por tanto tempo no primeiro. Vós vos tornastes uma pequena nação voltada para si mesma, esmagada por impos-

tos, que só sobrevive de forma econômica e com privações e cada vez mais incapaz de oferecer o luxo de ter crianças.

Para atravessar essa ponte da decadência será preciso que renuncieis a vossos ódios políticos e religiosos __ hipótese bem improvável __ e mudar inteiramente vosso sistema de educação, o que vós haveis tentado muito inutilmente. Será preciso, por outro lado, um espírito de solidariedade que vós jamais adquirireis. Vós permanecerdes um povo de artistas e de belos oradores. Tais qualidades, tão preponderantes outrora, não tem mais importância na fase científica, industrial e econômica da era atual. O mundo moderno é governado pela técnica e, quer se trate de guerra ou de indústria, a técnica demanda antes de tudo uma precisão que somente se obtém com um trabalho metódico, continuado e uma perseverança que vós não possuis. A imprecisão sempre será o grande defeito dos latinos. Vejais __ como eu destaquei há pouco __ a sorte das indústrias outrora florescentes entre vós, depois que nós as abordamos com nossa maquinaria e nossos métodos. No terreno marítimo, vós deveis igualmente quase desaparecer. Consulteis o desempenho da Bolsa e vejais por esse lado, a miserável situação de vossas grandes companhias de navegação, enquanto as nossas, tão prósperas, distribuem belos dividendos a seus acionistas.

Os argumentos humanitários e pacifistas desempenham hoje em dia um papel preponderante em vossos discursos. Eles constituem mesmo a principal força dos socialistas. Mas que poder poderiam ter contra as necessidades econômicas que regem o mundo moderno? Exatamente as conjurações realizadas pelos supersticiosos napolitanos para acalmar as fúrias do Vesúvio. Não se controla vulcões com palavras. São unicamente as necessidades econômicas que dominam hoje em dia as forças inconscientes que conduzem os povos. A Alemanha começa a ter muitas crianças, enquanto vós tendes cada vez menos. Ela fabrica muitos produtos que precisa, a qualquer custo, escoar, o que logo lhe será impossível. O mundo tornou-se muito pequeno e a clientela do Oriente, conquistada pelo Japão, desapareceu para nós. É então para nossos mais próximos vizinhos que deveremos voltar nossos olhos; industrialmente, no início e militarmente, em seguida. Jogaremos sobre vós o excedente de nossa produção e de nossa população e somente esperaremos __ o que não deve ser por muito tempo __ que as divisões e a anarquia vos tenham enfraquecido suficientemente para tornar impossível vossa defesa. O destino do mais fraco sempre foi desaparecer diante do mais forte, ou de servi-lo. O progresso jamais foi realizado de outra forma. É mais verdadeira hoje em dia do que foi há 2.000 a-

nos a impiedosa sentença do velho Breno: "Infeliz dos vencidos!"

Assim falou o rude germânico. Poder-se-ia fazer muitas objeções às suas selvagens afirmações, mas para que isso serviria? As convicções individuais pouco se transformam com argumentos. Nós nos aproximamos, aliás, de Paris e eu pensei também que as palavras do filósofo continham muitos fragmentos de verdade. Eu me limitei então a um ligeiro levantar dos ombros, acompanhado de um vago sorriso, experimentando um pouco as sensações de um viajante que foi levado até a beira de um abismo muito profundo e muito escuro.

LIVRO VI

A evolução anárquica e a luta contra a desagregação social.

CAPÍTULO I

A anarquia social.

Sumário

Ele não era nem pacifista nem humanitarista, o cônsul Marcius Censorinus, mas ele sabia utilizar a psicologia de seus adversários.

Quando este sutil guerreiro se apresentou diante de Cartago, a grande cidade era considerada a mais rica capital do mundo antigo. As artes e o comércio ali floresciam e os pacifistas igualmente. Após ter longamente decantado para estes últimos os benefícios da paz e amaldiçoar os horrores da guerra, Censorinus concluiu dizendo: "Entreguem-me as armas e Roma se encarregará de vos proteger". Os pacifistas __ gente de mentalidade sempre medíocre __ se apressaram em obedecer. "Entreguem-me agora vossos navios de guerra; eles são um estorvo, de manutenção cara e inúteis, já que Roma vos defenderá contra vossos inimigos". Os pacifistas obedeceram mais uma vez. Continuou o cônsul: "Vossa submissão é louvável. Só me

resta vos pedir mais um sacrifício. Para evitar uma possível revolta, Roma me ordenou arrasar Cartago. Ela vos autoriza, aliás, que se estabeleçam no deserto, no lugar onde escolherdes, contanto que seja situado a 80 estádios do mar". Somente então os cartagineses compreenderam os perigos do pacifismo e, diante da perspectiva certa de morrer de fome nas areias, trataram de se defender. Já era tarde. Cartago foi tomada, incendiada com todos os seus habitantes e desapareceu da história.

Essa aventura, mesmo que um pouco antiga, contém, no entanto, ensinamentos muito modernos. Eu imagino que ela __ após a primeira greve dos carteiros __ deva ter assustado o sono de um de nossos homens de Estado, naquele momento presidente do Conselho. Eu baseio esta suposição na leitura do discurso que ele pronunciou diante do monumento a Gambetta. Nele, ele destaca as seguintes verdades:

> *Só há direito para os fortes... O futuro está com quem não teme nada... Toda sociedade capaz de tolerar a revolta de funcionários públicos se afundará debaixo do desprezo universal. A pronta repressão se torna aqui, por consequência, uma necessidade de saúde pública.*

Esta linguagem contrasta, felizmente, com a de um outro membro do governo que, para remediar a insurreição dos funcionários públicos, as ameaças, as greves e as sabotagens dos trabalhado-

res, só encontrou estas vagas fórmulas: “Levar em conta os fatos novos, ser de seu tempo, ter confiança na classe trabalhadora”.

O autor termina se dirigindo àqueles que ele chama de “os felizes da vida” e lhes aconselha que sejam liberais com os trabalhadores e com os funcionários.

Esta pobre linguagem é uma das manifestações da nova filosofia humanitária qualificada de solidariedade e que, segundo a justa expressão de G. Sorel, seria mais exato chamar de “a filosofia do hipócrita covarde”. O humanitarismo é nossa praga social.

Conhece-se a resposta dos trabalhadores e dos funcionários públicos a estes balidos humanitários. Quanto mais eles se sentem temidos, mais eles desprezam e ameaçam. Para a menor resistência: greve, sabotagem e incêndio.

O que predomina atualmente entre os governantes é, infelizmente, o medo; o horrível medo que pôs a perder tantas batalhas e preparou tantas revoluções.

As sábias palavras do ex-presidente do Conselho, já citadas, que foram pronunciadas após a greve dos carteiros, teriam ganhado muito se tivessem sido pronunciadas no momento da greve, quando a defesa oferecia pouca dificuldade. Elas teriam evitado ao seu autor ser qualificado, pelo diretor de um grande jornal socialista, de “folha morta levada sem resistência pela marola”.

A defesa era fácil, com efeito. Ceder só fez dar aos revoltados consciência de sua força e provocar seu desprezo. Maquiavel já havia afirmado há muito tempo: as massas não têm nenhum reconhecimento por aquilo que elas obtém pela força.

Sendo Maquiavel muito velho, não foi ouvido e entrou-se na via das concessões. O **Officiel** registrou um aumento rápido e notável dos vencimentos dos carteiros. Suas exigências, naturalmente, não deixaram de crescer e o governo teve que reconhecer que, sob pena de dissolução, havia se tornado impossível se submeter sempre.

Foi, aliás, com a mais extrema insolência e a ameaça repetida de uma nova greve que os carteiros revoltados manifestaram suas vontades. Os outros funcionários públicos, vendo o sucesso desse método de intimidação, logo começaram a fazer reivindicações. Para satisfazê-los teria sido preciso dobrar o orçamento e, por consequência, os impostos.

Sem dúvida que os ministros e o Parlamento se preocuparam muito pouco com as consequências de sua fraqueza, sabendo muito bem que eles não estarão mais lá para suportar seus efeitos, mas as exigências tinham crescido tão rapidamente que, sob pena de muito indignar a opinião pública, foi preciso resistir um pouco.

A segunda greve dos carteiros não aconteceu sem resultados úteis. É bom que o público sofra um pouco com as greves dos carteiros, das estradas de ferro etc., para compreender o que lhe prepara o

regime sindicalista. Então e somente então a opinião pública, muito poderosa hoje em dia, se voltará energicamente contra todos os revolucionários.

Se os caprichos dos revoltados tivessem continuado a ser atendidos, eles teriam criado um Estado dentro do Estado, que rapidamente se transformaria num Estado contra o Estado. Foi um verdadeiro abuso a pretensão de alguns milhares de escriturários de parar a vida de um grande país. Seria de surpreender as insanidades que podem germinar em pequenos miolos, se não fosse revelado, no movimento atual, um desses casos de epidemia mental propagado pelo contágio, muito frequente em épocas perturbadas e que não surpreendem as pessoas familiarizadas com a psicologia das massas.

É preciso aprender a se defender e isso sem medo. O medo, esse terrível conselheiro, sempre foi a origem de perturbações sangrentas e de todos os despotismos militares que elas geram. É de se acreditar, na verdade, que os agentes dos correios, os professores primários etc. teriam ousado se utilizar da linguagem reproduzida nos jornais se eles não estivessem certos do terror que inspiraria seus discursos? É possível tolerar por um instante que funcionários mantidos pelo Estado venham pregar o antipatriotismo e o antimilitarismo, ou seja, a destruição da sociedade onde vivem? Devemos aceitar que professores se exprimam como fez um de seus representantes autorizados num encontro público: “A fim de emancipar o proletariado, eu

exijo para os professores primários o direito de se filiar às Bolsas de Trabalho e à CGT e o direito de incrustar nos cérebros das crianças o ódio à burguesia".

Não há o que discutir com desviados fanatizados por alguns líderes. Essa gente, que reclama tão ruidosamente, pertence, na realidade, a uma das frações mais privilegiadas da burguesia. Destaca-se o irônico paradoxo de um líder do movimento dos carteiros que, recebendo quase 6.000 francos de salário e devendo receber mais de 3.000 francos de aposentadoria, se qualifica como proletário! Se o sindicalismo triunfasse, os salários de todos esses empregados seriam rapidamente reduzidos ao de todos os trabalhadores.

Na greve dos carteiros assistimos ao espetáculo singular de um governo em que uma de suas partes se insurgiu contra a outra. Do que, com efeito, é formado o governo de um país? Não é somente do Parlamento que vota as leis e da dezena de ministros que ordena sua execução. Ele é composto sobretudo dos milhares de funcionários que as executam e entre os quais a autoridade é dividida. Se esses funcionários se revoltam o Estado desaparece. Os ministros, vive-se sem eles, mas como dispensar funcionários numa organização tão estatista como a nossa? Felizmente não há um mínimo de dificuldade para substituí-los. São necessários anos para formar um mecânico ou um forjador, mas algumas semanas bastam para fabricar um excelente chefe de escritório, um estimável recepcionista dos carteiros, um

bom coletor de impostos ou um perfeito carteiro. Nesse imenso exército de funcionários públicos, os técnicos cuja profissão exige um pouco de aprendizagem, como os telegrafistas, constituem a exceção.

*

* *

Epiteto disse: "O que perturba as pessoas não são as coisas em si, mas as opiniões que se fazem delas".

Eis precisamente o perigo da hora presente. Ele não reside nos fatos em si mesmos, mas nas ilusões provocadas por eles e nas ideias que elas geram.

As quimeras sozinhas levantam os povos e a história mostra que foi preciso séculos de luta e rios de sangue para abalar o poder de alguns fantasmas.

Em nenhuma época a sorte das classes populares foi mais favorecida do que hoje em dia, como mostrou muito bem, recentemente, a pesquisa do Sr. d'Avenel. Em nenhuma época, no entanto, se ouviu delas prantos mais vivos.

As divergências de interesses seriam fáceis de conciliar; o que é inconciliável são os ódios e as invejas semeadas por políticos que bajulam vilmente as massas. Nós vemos agora uma explosão disso.

O contágio mental tornou o descontentamento universal. O socialismo, há algum tempo; o sindicalismo e o anarquismo, agora, tornaram-se as panaceias indicadas para todos os males.

As massas, impregnadas com as novas doutrinas, formam uma mistura heterogênea de arrivistas fervorosos, de fanáticos convictos, de universitários frustrados, de humanitaristas lacrimosos e de uma massa imensa de mansos imbecis que seguem todos os movimentos, porque sua fraca mentalidade os condena sempre a seguirem qualquer coisa.

As crenças atuais __ coletivismo, anarquismo, sindicalismo etc. __ são fundamentadas unicamente nas visões que seus discípulos têm do futuro. Essas visões são forçosamente quiméricas, já que o futuro nos está fechado, mas elas não são por isso motivadores de ação menos poderosos.

A audácia crescente dos partidos revolucionários prova sobretudo a grande pusilanimidade dos governantes, cujo humanitarismo medroso é totalmente nefasto.

Nenhuma ilusão sobre os resultados dessa fraqueza me é possível. Em seu interessante livro, **Réflexions sur la Violence**, o Sr. G. Sorel, defensor desiludido das doutrinas socialistas, disse o seguinte:

> *O fator mais determinante da política social é a covardia do governo... Não foi preciso muito tempo para as lideranças sindicais perceberem bem essa situação... Eles ensi-*

nam para os trabalhadores que não se trata de pedir favores, mas que é preciso se aproveitar da covardia da burguesia para impor a vontade do proletariado... Uma política social fundamentada na covardia burguesa, que sempre cede diante da ameaça de violências, não podia deixar de gerar a ideia de que a burguesia está condenada à morte e que seu desaparecimento é apenas uma questão de tempo.

Convencidos do medo que eles inspiram, os socialistas revolucionários acentuam a cada dia suas ameaças. Podemos avaliar isso através do programa recente da Federação Socialista do Sena:

Para seu combate __ "que só terminará com a sociedade e o próprio Estado capitalista" e a tomada pelo proletariado dos meios e instrumentos de produção, da compra e da venda __ o partido emprega todos os meios de ação, de acordo com as circunstâncias: ação eleitoral e parlamentar, "ação direta, greve geral e insurreição".

É neste sentido que ele afirma que a ideia coletivista ou comunista será divulgada através de uma propaganda levada até os confins dos campos, "a fim de suscitar em todos os meios o espírito de revolta".

Bem entendido que não se poderia perguntar a esses selvagens sectários estatistas quais consequências adviriam da realização de seus sonhos. Eles não enxergam tão longe e só pensam em destruir.

Pode-se, no entanto, considerar como certo que se uma divindade malfazeja concedesse, com um balançar de varinha mágica, a realização de todos os seus desejos revolucionários e transformasse a sociedade de acordo com seus desejos, a sorte do trabalhador sob o regime sindicalista seria infinitamente mais dura do que hoje em dia.

Com esse futuro distante os revolucionários não se preocupam de forma alguma. Seu objetivo é provocar as fúrias populares e eles conseguem isso perfeitamente. Os socialistas parlamentares, que imaginam canalizar em seu proveito essas cóleras, se enganam muito e se iludem mais ainda, ao acreditarem que acalmam os anarquistas com concessões que não os beneficiam de forma alguma, como a encampação das estradas de ferro e o imposto sobre a renda.

Nenhuma ilusão deveria ser permitida sobre os efeitos dessas medidas, ao olharmos para qual lado se voltam progressivamente as massas trabalhadoras. É para o lado dos autores dessas inúteis reformas ou para os sindicatos revolucionários, que não propõem outras, além da destruição violenta da sociedade por meio de uma guerra civil?

Fora os motivos de ordem econômica que eu não examinarei aqui, uma causa evidente determina essa orientação nova das classes trabalhadoras rumo aos revolucionários. Entre governantes tímidos, curvados diante de todas as ameaças e um poder autocrático solidamente constituído, como o da CGT, a massa não hesita. Ela se dirige,

como sempre, para o lado onde ela sente uma autoridade ativa, com convicções inabaláveis.

É impossível desconhecer que o sindicalismo revolucionário possui uma autoridade forte. Ele conduz, com efeito, as massas trabalhadoras, curvadas sob seu jugo, com processos diante dos quais hesitariam os mais rudes déspotas. Mesmo falando pouco, esses senhores temidos sabem se fazer obedecer pelas massas, aparentemente as mais indisciplinadas. Deixando para os fracos os longos discursos, eles se contentam em agir. Seus decretos são formulados por um comitê geralmente anônimo, as greves são comandadas por toques de apitos ou por uma ordem levada de bicicleta por um delegado que não dá explicações. Quem resiste é logo abordado por camaradas muito desejosos em parecer zelosos aos olhos de seus mestres. É de se recordar a aventura do contramestre d'Herserange que, tendo tido a audácia de ir buscar seus trapos após uma ordem de expulsão do sindicato, só escapou da morte por causa da intervenção da polícia, que o retirou das mãos dos trabalhadores em um estado deplorável. Numa processadora de tabaco uma cigarreira sofreu recentemente uma sorte análoga, por ter ousado aceitar um salário superior àquele decretado pelo sindicato.

Todas as ordens são executadas, até mesmo quando ultrapassam os limites da insanidade pura. Em Hazebrouck, os trabalhadores permaneceram em greve por vários meses sob as ordens de um dele-

gado do sindicato, porque os diretores da fábrica de tecido haviam permitido a instalação, no lugar do seu velho maquinário, máquinas aperfeiçoadas, empregadas, aliás, na América, há dez anos. Se as estradas de ferro não existissem, eu duvido que sua criação fosse possível hoje em dia na França, com a mentalidade trabalhadora atual e a fraqueza dos governantes.

Tais exemplos são necessários àqueles que acreditam que as coletividades populares sejam capazes de raciocinar. A superioridade dos líderes da CGT está precisamente no fato de terem compreendido que elas não raciocinam jamais e só obedecem à força ou ao prestígio. Eles também repelem o sufrágio universal e proclamam o direito das minorias, ou seja, de alguns líderes sindicais. Esse direito, pouco democrático seguramente, acabará no entanto por se impor, pois as massas o aceitam docilmente.

*

* *

O perigo do movimento revolucionário não consiste unicamente nas violências suscitadas por ele, pois elas não poderiam durar. Ele reside principalmente, eu repito, na anarquia mental propagada por via do contágio em todas as classes. Foi assim que nasceram as greves dos funcionários dos correios e a dos policiais da cidade de Lion, o levante dos professores primários, os sindicatos dos funcio-

nários públicos etc. Diante desses ensaios de intimidação e com o governo cedendo sempre, fortificou-se nas almas dos revoltados a convicção de que bastava ameaçar para obter.

Equilibrando-se entre interesses contrários e percebendo por detrás de cada insurgido o eleitor de amanhã, os legisladores perdem toda noção da engrenagem das necessidades econômicas e votam ao acaso, sem prever as consequências de leis contraditórias, assim que as ameaças se tornam muito ruidosas.

Sendo, aliás, humanitários e principalmente medrosos, eles dizem que, apesar de tudo, esses reclamantes têm um pouco de razão, que sem dúvida é lamentável ver as fábricas saqueadas, soldados assassinados, indústrias arruinadas, mas que se deve ser indulgente com relação a esses desviados. Não está estabelecido que, com boas leis, esses desviados voltarão ao bom caminho e se tornarão sábios? Assim, se apressam em anistiar aqueles que, após massacrarem e incendiarem, passam alguns dias na prisão. Se eles reincidem é, evidentemente, porque as leis não eram suficientemente boas e se apressam em fazer outras.

Assim se estabeleceu, tanto no Parlamento quanto em toda a classe burguesa, um estado de espírito dos mais perigosos, pois ele criou a atmosfera de anarquia em que estamos mergulhados.

O Sr. R. Poincaré, destacou muito justamente as consequências dessa mentalidade nova das classes dirigentes, em um de seus belos discursos. Ele diz:

> *Quando o coletivismo nos mostra, em uma eterna miragem, o oásis onde a humanidade repousará, na igualdade perfeita, de suas fadigas seculares, nós ficamos incrédulos... Mas, estamos bem certos de que nós mesmos não facilitamos inconscientemente a tarefa desses sonhadores? Nós sorrimos de suas utopias, nós protestamos contra sua política __ que nós acreditamos decepcionante e quimérica __ mas, todos os dias, no entanto, na ilusão de apaziguar sua hostilidade sistemática, nós lhes entregamos pedaços de nossas convicções.*

Isso, infelizmente, foi o que fez o próprio homem de Estado, mostrando assim o poder inconsciente do estado de espírito que ele indica tão claramente. Seus colegas do Senado contavam com ele para combater a encampação da Estrada de Ferro do Oeste. Mesmo que, sozinho, fosse capaz de impedir um projeto tão desastroso para nossas finanças, ele, no entanto, se absteve. O medo é um poderoso transformador das opiniões.

É justamente por isso que se constata tanta contradição entre as palavras dos homens de Estado e seu comportamento. Vimos um presidente do Conselho protestar, em um discurso, contra as “criminosas divagações” dos sindicatos. Esse protesto não o impediu __

como lhe lembrou um grande jornal __ de continuar “a pagar, com os fundos dos contribuintes, a propaganda antipatriótica, sob o pretexto de subvenções aos sindicatos”. Uma das características mais visíveis da mentalidade atual dos povos latinos é o enfraquecimento da vontade, mesmo __ eu ia dizer sobretudo __ entre as mais altas inteligências. Porém, sempre foi pelo enfraquecimento do caráter e não pelo da inteligência, que grandes povos desapareceram da história.

*

* *

Além de suas causas aparentes imediatas, os acontecimentos são determinados por uma engrenagem de encadeamentos distantes. Na semente visível está contida a árvore invisível. As crises políticas atuais nos impressionam por sua violência, mas elas são acompanhadas e geralmente produzidas por muitas outras. Seu conjunto revela uma perturbação profunda das mentes.

Basta direcionar os olhos ao redor de si para constatar que a desorganização atual recai sobre todas as forças morais, verdadeiros pilares de um povo. Crise da família, que se dissocia e só se multiplica muito lentamente; crise das necessidades, que aumentam muito mais rapidamente do que os meios de satisfazê-la; crise da autoridade, que ninguém respeita; a ideia de igualdade, que faz repelir todas

as superioridades; crise da moral, que se desmorona enquanto a criminalidade aumenta em enormes proporções; crise da vontade, que se enfraquece a cada dia; crise dos funcionários públicos, que se insurgem; dos magistrados, que não ousam mais administrar a justiça; dos professores primários, que professam a anarquia etc. Os sindicatos que se multiplicam e que só sindicalizam descontentamentos e ódios; ódio pela pátria, pelo exército, pelo capital, pelas competências. É preciso realmente que a estrutura mental formada pela herança seja bem resistente, para que uma sociedade que se desagrega desta forma possa se manter ainda.

De alto a baixo na escala social a disciplina se evapora e a autoridade desaparece. A esse desmoronamento geral os dirigentes não fazem nenhuma oposição e aceitam com tranquila resignação. Aqueles que outrora ordenavam só pensam agora em obedecer. O Sr. Aulard, professor de história da Sorbonne, deu recentemente um exemplo desse estado de espírito, que ensina muito mais sobre a psicologia popular do que as montanhas de documentos reunidos por ele sobre o período da Revolução Francesa.

Este admirador convicto das virtudes das massas foi obrigado, após um atraso de trem, a ir numa manhã buscar em uma estação de Paris sua mala deixada no bagageiro. O local deste depósito era guardado por quatro sólidos despachantes de bagagem que perambulavam por ali num passo tranquilo. Julgando, pelo jeito modesto e

um pouco terno do reclamante, que ele não passava de um desses viajantes ilustres dos quais não se pode esperar uma gorjeta razoável, consideraram como inútil se apressarem e continuaram sua caminhada. Um pouco humilhado por essa desdenhosa indiferença, o professor foi reclamar junto ao chefe dos despachantes, que escrevia num gabinete próximo. Este reconheceu que seu interlocutor tinha perfeita razão, mas acrescentou que, não possuindo nenhuma autoridade sobre seus subordinados, ele só podia liberar ele mesmo a bagagem e a empurrou até um carrinho que rolou até à porta de saída. Os quatro despachantes que, por acaso, se viraram, perceberam a manobra. Exasperados pela possível perda de uma gorjeta, mesmo que modesta, se precipitaram sobre o seu chefe, o cobriram de impropérios e ordenaram que deixasse no lugar a bagagem, sob pena de ser espancado. O chefe se salvou dirigindo aos seus subordinados humildes desculpas.

Eu sei muito bem que não se deve ter uma confiança ilimitada nas palavras de um professor de história, mais apto a reunir documentos do que a interpretá-los, mas, mesmo que o relato precedente __ aliás, não desmentido pelos interessados __ fosse apenas meio exato, ele não seria menos instrutivo.

Qualquer um, afinal, pode observar cotidianamente, ao redor de si, fatos semelhantes. Olhe, por exemplo, um simples operário no exercício de sua profissão. Informe-se sobre o rendimento atual de

seu trabalho e compare em seguida com o rendimento de vinte anos atrás. A queda é enorme. Porque, aliás, ele trabalharia seriamente? Ele não tem a certeza de estar protegido contra seus chefes, por seu deputado e seu fornecedor de bebidas?

*

* *

A anarquia social não se manifesta somente nas camadas inferiores da sociedade. Ela é, como todas as epidemias mentais, uma doença essencialmente contagiosa. O contágio mental leva hoje em dia os próprios conservadores a se aliarem aos piores anarquistas. Vimos recentemente o arcebispo de Paris se confraternizar com um dos líderes da CGT. Num recente congresso católico, o direito de greve __ ou seja, de revolta do funcionário __ foi energicamente apoiado por um padre. Escreve o **Temps**: "Padres defendem e difundem as teorias mais audaciosas, mais antissociais, mais anarquistas!"

A necessidade de uma popularidade a qualquer preço não acontece, portanto, somente entre os socialistas radicais, mas também entre os conservadores, que deveriam ser os mais firmes suportes da sociedade.

Disse recentemente o jornal citado acima:

> *Eles podem contribuir eficazmente para arruinar uma ordem social da qual eles são, aliás, seus principais beneficiá-*

rios. Quanto a retirar eles próprios, dessa degradação, um proveito político... Utopia, quimera! Os sindicalistas e os revolucionários tirariam talvez mais proveito dela se não concordassem em nada com ela.

É principalmente pelo progresso do antipatriotismo que se revela o desenvolvimento de nossa anarquia. Nos discursos, sempre cheios de elogios, que eles dirigem aos professores e aos membros da Universidade, os ministros fingem acreditar que o desenvolvimento do antipatriotismo e do antimilitarismo __ o que se chama hoje em dia de *herveísmo*[25] __ é algo excepcional na França. A quem eles esperam iludir? Esconder um mal não é curá-lo.

Apesar de sua reserva habitual, o Sr. R. Poincaré não hesitou, em um discurso recente, em insistir sobre a grandeza do mal.

Após ter mostrado que esses antipatriotas, que se recusam a defender a França contra o estrangeiro e pregam a guerra civil para estabelecer o triunfo de seu partido, o orador acrescentou muito justamente:

O Sr. Hervé é um solitário, um espírito caprichoso que tem um projeto pessoal? Por pouco que examinemos as deliberações de alguns congressos, somos infelizmente forçados a constatar que, se ele coloca uma violência calculada na ex-

[25] Hervéisme. De Gustave Hervé (1871-1944). Político antimilitarista, socialista e depois fascista francês. (Nota do tradutor)

pressão de suas ideias, ele não é o único a professá-la e sim, definitivamente, um personagem representativo dela. Não exageremos a influência de sua ação e a de seus pares; mas não acreditemos que podemos destruir essa ação negando-a.

Enquanto o Sr. Hervé escrevia linhas sacrílegas, vós sabeis o que dizia Bebel no Reichstag? "Se um dia atacassem a Alemanha, se sua existência estivesse em jogo, então, eu posso lhes dar minha palavra, do mais jovem ao mais velho, estaríamos prontos para colocar um fuzil no ombro e marchar sobre o inimigo. Essa terra é também nossa pátria. Nós nos defenderemos até nosso último suspiro, eu vos juro!"

Em presença do claro contraste entre estas duas linguagens __ a linguagem do socialista alemão e a do revolucionário francês __ como não se lembrar das palavras de Edgar Quinet: "Se a França se fizer cosmopolita, ela será inevitavelmente trouxa perante todos os outros povos".

Sim, é a palavra que é preciso retomar. O antipatriotismo não pode ser __ na hora em que estamos, na Europa em que vivemos __ nada além do que uma terrível enganação. Ele apenas seria desculpável naquele país quimérico de que falava ironicamente Waldeck-Rousseau, com um povo sem passado e sem rivais, que habitasse o meio de um oceano desconhecido, uma ilha suficientemente fértil

para alimentá-lo e suficientemente pobre, ao mesmo tempo, para não despertar a ambição de ninguém.

*

* *

A história mostra, através de eloquentes exemplos, a sorte dos povos que caíram na anarquia.

Mas a história só fala de coisas passadas, que nem sempre são aplicáveis ao presente. É, portanto, no presente que é preciso examinar os fatos. Um vasto continente ocupado por 25 repúblicas espanholas nos informa sobre a sorte das nações caídas na anarquia pela ausência de um ideal moral, de ordem e de disciplina. Essas infelizes repúblicas soçobraram numa semibarbárie e se seu comércio e sua indústria não estivessem nas mãos de estrangeiros elas iriam para eles totalmente. Bandos armados as devastam sem trégua, buscando se apoderar do poder para nomear presidente um de seus líderes. E o poder deste é sempre efêmero, pois outros bandos, desejosos de poder pilhar, por sua vez, logo o assassinam.

O trecho seguinte, publicado em alguns jornais __ e que poderia se aplicar várias vezes ao ano na maior parte dessas repúblicas __ mostra no que se tornou a vida social nesses países:

Os despachos americanos mostram a Nicarágua como sendo um estado de total anarquia, que justifica a intervenção

dos Estados Unidos, demandada pelos próprios nicaraguenses.

Segundo esses despachos, o país todo está em plena fermentação e se levanta contra o presidente Zelaya. As manifestações continuam nas ruas de Manágua e de Corinto, onde se enfrentam a tiros de revólver. Teme-se um massacre generalizado de detentos políticos que lotam as prisões e que são deixados a morrer de fome. Comitês de vigilância são formados para impedir o presidente de fugir.

Num combate que aconteceu em Rama os zelaístas seriam os vencedores. O general Vasquez, comandante das forças governamentais, teria mandado massacrar um número enorme de revolucionários que teriam violado o armistício.

O governo americano insistirá no castigo do presidente Zelaya, por violação criminosa do direito das pessoas. Ele só aceitará a cooperação do México para impor aos estados centro-americanos a paz e o respeito a suas obrigações.

Impor a essa gente o respeito a suas obrigações! Essa noção já implica num nível de civilização que eles próprios jamais atingirão. Desejemos que os Estados Unidos se apoderem desses países para educá-los. Com a inteira transformação de Cuba em poucos anos e a organização próspera de um país que a administração latina havia mergulhado na mais completa anarquia, eles mostraram o que podem

fazer a ordem e a disciplina e criaram um admirável exemplo do papel dessas qualidades na história.

Os povos latinos dariam prova de sabedoria se meditassem e pensassem que eles perdem a cada dia as qualidades de caráter que asseguram a grandeza dos povos e sem as quais nenhuma sociedade civilizada conseguiria se manter.

***

CAPÍTULO II

Os progressos da criminalidade.

Sumário

Um dos resultados mais visíveis do desenvolvimento da anarquia social é a extensão da criminalidade.

A leitura das recentes discussões parlamentares sobre a criminalidade e a pena de morte é instrutiva. Nela se aprende com que facilidade oradores __ cuja inteligência não está, no entanto, abaixo da média __ perdem a razão quando têm como único guia suas convicções sentimentais. Também vemos nela como, da manipulação hábil dos mesmos números, é possível tirar conclusões diametralmente opostas.

Para proteger a vida dos assassinos e lhes permitir o exercício sem muitos riscos da profissão da qual eles vivem, motivos variados foram invocados, cuja lista eu fornecerei. Eu deixarei de lado nesta enumeração as causas da criminalidade descobertas por um deputado socialista e reveladas por ele a seus colegas. Os crimes desaparecerão, assegura ele, quando os cidadãos “estiveram certos de encontrar do que viver ao sol livremente, sem serem oprimidos como são na hora atual, por todo um sistema capitalista que os massacra sem que eles possam se libertar”. Suprimamos esses vilões capitalistas e evi-

dentemente não haverá mais assassinos. A grande força dos socialistas está em jamais hesitar diante desses solenes absurdos.

Eis os diversos argumentos apresentados diante da Câmara contra a pena de morte:

A pena de morte é má porque ela não preserva a sociedade e pune irresponsáveis.

A pena de morte não é nem moralizadora nem exemplar.

A pena de morte é um crime social. Uma pessoa não tem nenhum direito sobre a vida de outra pessoa.

A pena de morte só é explicável pela ideia de vingança.

Foi possível constatar que um certo número de guilhotinados eram loucos. Como nem sempre é possível reconhecer, de uma maneira certeira, os estigmas da loucura antes da execução, é preciso, a fim de não expor um louco à decapitação, um irresponsável consequentemente, é preciso suprimir a guilhotina.

A pena de morte desonra mais aqueles que a aplicam do que aqueles que a sofrem.

A pena de morte jamais exerceu qualquer ação eficaz sobre a marcha dos crimes em qualquer país.

Somente o último desses argumentos apresenta um aspecto sério. Ele foi invocado pelo Sr. Briand e este ministro fez um mal e-

norme a si mesmo ao tentar justificá-lo; sem conseguir, aliás, convencer ninguém e, talvez, nem a ele próprio.

Para provar que a pena de morte não tem nenhuma influência sobre a criminalidade, foram citados principalmente dados estatísticos. Infelizmente, esses números são tão precisos quanto consternadores. A criminalidade aumentou em proporções verdadeiramente aterradoras; 30% para os assassinatos e o conjunto da criminalidade dobrou em cinco anos. Eis os documentos fornecidos à Câmara pelo Presidente da Comissão da reforma judiciária:

> *Se nós considerarmos não apenas os casos julgados, mas o conjunto dos crimes cometidos __ o que se chama de criminalidade conhecida __ eis os números: 795 em 1901; 1313 em 1905; 1434 em 1907.*
>
> *Eu tinha, portanto, absolutamente razão, conclui o Sr. Berry, dizendo que a criminalidade ia num crescendo de ano para ano, desde a supressão de fato da pena de morte... Os assassinos, seguros de não mais sofrer a expiação extrema, não temem mais cometer os maiores crimes.*

Diante desse recrudescimento, compreende-se que todos os Conselhos Gerais, exceto três, tenham solicitado dos poderes públicos a manutenção da pena de morte e do poder executivo a sua aplicação.

O terror que a pena de morte inspirava outrora aos criminosos é peremptoriamente demonstrado, pelo orador citado acima, com a ajuda dos fatos os mais probatórios: confissão dos criminosos que recuaram diante do assassinato por medo da guilhotina, opinião de todos os chefes de segurança e dos advogados que defenderam os culpados etc.

> *É evidente, de acordo com suas declarações, que o assassino do comerciante de animais Lenthereau, só o matou porque sabia que não seria guilhotinado e de que não arriscava grande coisa. Declarou ele após seu crime: "As responsabilidades eu as conhecia; eu irei para a Novelle ou a Guiana e como eu tenho instrução e sei ser um bom sujeito quando eu quero, eu serei, ao fim de um ano ou dois, empregado da administração; em dez anos eu terei uma condicional e construirei uma nova vida; uma vida talvez mais feliz do que eu jamais tive na França".*

O papel da pena de morte é tão indiscutível que os raros países, como a Suíça, que a suprimiram, são obrigados a restabelecê-la. Dez cantões a restabeleceram, um após o outro.

Em sua qualidade de socialista, o Sr. Briand tinha sua posição estabelecida, mas os números eram muito claros, os fatos tão contundentes que era preciso se livrar pelo menos dos primeiros. Sua maneira de argumentar foi pouco probatória, mas engenhosa.

Os assassinatos, frequentemente não premeditados, foram separados dos assassinatos que geralmente o são. Bem entendido que a vítima perece nos dois casos e deve ser uma pequena consolação, quando se é degolado, sucumbir por um ato premeditado ou não. O Sr. G. Berry mostrou o absurdo dessa distinção relatando os assassinatos de passantes por bandidos, sem outro motivo além do simples prazer de matar e responde com razão ao ministro da justiça: “Um assassinato não premeditado, cometido em certas condições, vale por um premeditado”.

O ministro simplesmente manteve suas distinções. Teria feito melhor se tivesse ficado quieto. Os aplausos com que foram saudadas as palavras de seu adversário lhe demonstraram isso de maneira suficiente.

*

* *

Tentemos agora, nos elevando acima dessa casuística de teólogos, ver o fundo do problema e os motivadores secretos de tão longos discursos.

O motivador inconsciente dessas discussões foi a grande questão da responsabilidade que tanto pesou sobre a repressão nos últimos cinquenta anos, mas que se pode considerar como quase elucidada agora.

Responsabilidade implica livre arbítrio; porém, os cientistas e os filósofos acreditam pouco hoje em dia nesse livre arbítrio. Portanto, o indivíduo criminoso não seria responsável por seus atos.

Ele não o é, com efeito, filosoficamente, mas o é completamente sob o ponto de vista social, pois, sob pena de perecer, uma sociedade deve se defender e não tem que se preocupar com sutilezas metafísicas. Muito certamente não é culpa do bandido assassino se ele possui uma mentalidade de bandido ao invés da mentalidade de um pastor. No entanto, o bandido e o pastor gozam de uma consideração muito diferente. A ovelha, também ela, não é responsável por sua qualidade de ovelha e, no entanto, ela a condena fatalmente a perder suas costeletas para o açougueiro.

Essa distinção entre a responsabilidade social e a irresponsabilidade filosófica levou algum tempo para ser compreendida. Os diversos congressos dedicados ao seu estudo e particularmente o dos médicos alienistas acontecido em Genebra em 1907, acabaram por colocá-la nitidamente em evidência. Eu pego emprestado de R. de Gourmont o resumo das opiniões emitidas neste último congresso:

> *Loucos e semiloucos devem ser igualmente condenados se são culpados, ou seja, se voluntariamente ou involuntariamente violaram as leis sociais... Se é preciso abandonar a ideia de responsabilidade moral, não acontece o mesmo com a ideia de responsabilidade social... Pouco importa que o crimi-*

noso tenha agido com consciência ou com inconsciência: ele é igualmente perigoso, tanto num caso como no outro e deve ser banido da sociedade para a qual ele é um perigo. Ninguém deve escapar da responsabilidade social. Ela é e deve continuar a ser um ponto inatacável, um ponto sagrado. Sem a responsabilidade social, nenhuma civilização é possível.

Até aqui, diz o cientista criminalista Garofalo, as penas são graduadas de acordo com uma falsa ideia de livre arbítrio e de responsabilidade moral. Precisamos mudar tudo isso, não estando ninguém livre. Nós não punimos mais em razão do grau de liberdade, mas em razão do interesse da sociedade e graduando a pena de acordo com o perigo que representa o criminoso.

O doutor Bard, de Genebra, foi ainda mais longe ao dizer: "Se eu fosse legislador, eu não hesitaria em fazer da semiloucura uma circunstância agravante do crime, pois os semiloucos são, de todos os criminosos, os mais perigosos para a sociedade".

Os médicos estão quase todos de acordo em abandonar a ideia de responsabilidade moral, mas afirmam unanimemente a responsabilidade social dos criminosos e a necessidade de uma repressão cada vez mais atenta dos crimes que, mais do que nunca, afligem a civilização.

Não são somente os médicos e os criminalistas que defendem essas teorias. Eis o que diz o Sr. Faguet:

Soleilland é culpado moralmente? De maneira alguma; não mais do que um cão; já que é evidente que é um bruto; já que não o vemos expressar nenhum remorso, nenhum pesar, nenhuma inquietude de consciência. Então, ele não é culpável. Absolutamente... Ele não é culpável... Apenas ele é furiosamente perigoso.

Para fazer o que fez Soleilland, é preciso uma medula espinhal totalmente particular. Mas, é justamente porque ele tem uma medula espinhal totalmente particular que convém cortá-la.

... Quando se trata de doentes, de pobres doentes, eles são bem dignos de piedade, certamente. Mas se a doença consiste em degolar seus semelhantes, eu não vejo, de forma alguma, porque deveríamos nos aplicar em prolongar sua existência.

... Para mim, a pena de morte é uma questão de oportunidade. Ela serve: 1º) para eliminar a besta feroz que é um perigo permanente; 2º) aterrorizar as outras bestas ferozes.

Eu sou pela repressão bem severa dos criminosos e, muito particularmente, dos criminosos patológicos, porque es-

tes são os mais perigosos. Estejamos certos de que isso terá, sobre certas doenças, um efeito bem salutar.

É indiscutível que a maior parte dos degenerados, semiloucos, alcoólicos, desequilibrados etc. é muito influenciável pelo medo do castigo e que, quanto mais esse castigo for severo, mais eles o temerão.

Existe uma categoria de bandido para o qual a guilhotina deveria ser rigorosamente aplicada sem exceção, embora ela jamais o seja. Eu quero falar desses sinistros brutos, terror de nossos subúrbios, que matam unicamente pelo prazer de matar. O caminhante atrasado, a mulher ou a criança, encontrados ao acaso, tombam indiferentemente sob seus golpes. Presos, eles cumprem alguns meses de prisão e recomeçam tudo de novo, assim que são libertados.

Essa necessidade de matar por simples diletantismo se desenvolverá ainda mais se não se tiver o cuidado de reprimi-la, porque isso é um resíduo ancestral dos tempos primitivos, sempre pronto para renascer. O semicivilizado e até mesmo o civilizado obtém prazer com a caça, que não tem outros motivos que não seja o prazer de matar. Um magistrado ilustre, ele mesmo um grande caçador, descreve muito bem essa psicologia do caçador, que geralmente só se distingue da psicologia do bandido assassino pela ferocidade aplicada em diferentes criaturas.

Ah! Os remorsos de um caçador. Que doloroso capítulo! Matar impiedosamente e __ o que é mais atroz ainda __ "experimentar um prazer intenso, violento, magnífico em matar", em matar novamente esses animais doces, esses pássaros encantadores, essas maravilhas de graça, de beleza... e não poder se impedir de fazer isso, não poder renunciar a verter esse sangue inocente, a distribuir esses injustos sofrimentos. Que miséria!

Como o caçador, o bandido encontra em matar "um prazer intenso, violento, magnífico". Não mais que o caçador, "ele não pode se impedir de matar". Eis o porquê de devermos suprimi-lo, a fim de evitarmos ser suprimidos por ele.

Destaquemos, de passagem, o quanto se modificaram em alguns anos as ideias dos médicos e dos criminalistas. Há pouco tempo ainda, todos os criminosos eram loucos irresponsáveis que era preciso se limitar a cuidar. Hoje em dia, ainda são considerados perturbados, mas perfeitamente responsáveis. Sob o ponto de vista do interesse social, reclama-se agora, a seu respeito, a aplicação de todos os rigores do Código. Contentar-se em encarcerá-los não serviria para nada, já que, depois de pouco tempo, julgados curados, eles seriam liberados e logo recomeçariam tudo novamente.

Eu estou de acordo com a escola nova sobre a necessidade da repressão, mas eu gostaria que ela se estendesse a todas as varieda-

des de delinquentes que são reincidentes contumazes. Lembremos, a propósito, o que escrevi na **Revue Philosophique**, muito antes da eclosão das ideias atuais, com o objetivo de mostrar que "todos os criminosos são responsáveis". Naquela ocasião eu havia chegado a esta conclusão: para os criminosos de ocasião, penas corporais enérgicas; para os criminosos habituais __ seres incuráveis dos quais uma sociedade deve se desfazer __ a deportação para um país distante. Poder-se-ia utilizar, aliás, os reincidentes, incorporando-os às companhias de disciplina empregadas na construção de estradas e ferrovias no centro da África.

*

* *

O que foi dito nos leva a examinar nosso sistema penal. A pena de morte é apenas um elemento de influência sempre restrita, porque raramente aplicada.

O problema é muito mais vasto, com efeito, do que foi discutido na Câmara. A criminalidade cresce enormemente e algumas dezenas de execuções anuais não contribuiriam notavelmente para diminuí-la. Os assassinatos serão sempre os crimes menos numerosos. São, portanto, os outros que precisamos aprender a combater.

Nós os reprimimos atualmente da mais miserável maneira, somente através dos trabalhos forçados e das prisões. Nossas ideias

humanitárias transformaram os primeiros em verdadeiras vilegiaturas e as segundas em casas de luxo.

Um advogado geral me falava recentemente dos resultados produzidos hoje em dia por certas prisões modelos, cujo conforto ultrapassa em muito ao da maior parte dos pequenos burgueses. Eletricidade, aquecimento central, água quente e fria, salas de banho, calçadas com belos jardins sombreados etc. Ele viu por diversas vezes indivíduos cometerem delitos unicamente para serem presos durante os seis meses de inverno nesses abrigos principescos, onde encontram todos os luxos, exceto o da liberdade.

Bem diferente é o sistema da Inglaterra, país de penas breves, mas enérgicas e, por consequência, muito eficazes sobre as almas criminosas. Na prisão, é o trabalho forçado e a aplicação rigorosa do chicote de nove pontas.

Esse método reduziu rapidamente a criminalidade. O Sr. Lacassagne destaca que não se conhece em Londres um só bando de vagabundos; o emprego do chicote e do *hard labor* aos membros capturados os fizeram desaparecer em poucas semanas e desde essa época não se ouve mais falar desses bandidos, cujo número é de 30.000 em Paris.

O Sr. Lacassagne acrescenta:

> *Sabe-se no que Paris se tornou sob a influência do regime contrário, ou seja, graças a uma excessiva indulgência*

dos magistrados e dos promotores. Nove décimos dos vagabundos presos à noite são postos em circulação a cada manhã, após uma paternal reprimenda. A colocação em paralelo dos dois sistemas __ penas físicas e tolerância abusiva __ mostra onde estão a razão e o bom-senso prático. Somente os castigos corporais são eficazes para os criminosos profissionais.

Em 1905, na Dinamarca, como havia muitos ataques contra as pessoas, restabeleceu-se a porretada; em pouco tempo os crimes dessa ordem cessaram.

Estimamos que é preciso introduzir o uso dos castigos corporais: são os únicos que funcionam; a experiência inglesa provou bem isso. É mais correto e mais eficaz __ nós diríamos mesmo, mais higiênico __ infligir golpes de chicote do que aplicar meses ou anos de prisão.

Seguramente, diante da nulidade da repressão e da incompetência às vezes excessiva de nossos magistrados, a criminalidade está destinada a crescer ainda mais. As leis ditas humanitárias __ e, na realidade, ferozes __ sobre o trabalho nas fábricas contribuem fortemente para aumentar o número dos criminosos. Elas têm como resultado, como eu já mencionei, jogar na rua milhares de adolescentes que, por falta de atividade, adotam rapidamente a profissão de rufião e de bandido. Os poucos riscos que acarretam os assassinatos e a boa

vida que espera os condenados nas prisões ou nos trabalhos forçados provocam igualmente o aumento da criminalidade.

Durante uma sessão recente do Conselho Municipal de Paris, dois conselheiros lamentavam a frequência dos ataques noturnos em Paris. O Chefe de Departamento, Sr. Lépine, respondeu mostrando que a fraqueza da magistratura e as anistias contínuas haviam desarmado inteiramente a repressão e concluiu com estas palavras: “O vento do humanitarismo que sopra há alguns anos sobre o país colhe hoje em dia seus frutos”.

Somente o excesso do mal poderá trazer o remédio. Os cérebros mais duros e aqueles dominados pela mais lamuriosa sentimentalidade são obrigados a se render às lições da experiência. Quando alguns quarteirões das grandes cidades tiverem se tornado corta-gargantas temíveis, quando bandos de assaltantes tiverem infestado os campos, quando se tornar impossível sair à noite em Paris sem estar armado até os dentes, talvez nos decidamos tomar medidas para nos defender.

Mas então, com as leis repressivas sérias não existindo ainda e cada um sendo obrigado a se proteger sozinho, veremos __ como bem mostrou na Câmara o relator da comissão __ se desencadear as fúrias populares e se tornar usual o linchamento dos criminosos.

A justiça da massa é impulsiva, brutal, sumária, cega às vezes e os poderes públicos seriam culpados se deixassem nas

mãos de irresponsáveis o direito social de infligir a pena de morte para a defesa das pessoas honestas. Os poderes públicos seriam culpados se os cidadãos fossem levados a se munirem com armas para eles próprios fazerem justiça, por não terem mais confiança na proteção da lei.

A covardia excessiva de nossa magistratura, que teme a vingança dos criminosos e que só agem com rigor quando a polícia lhes leva mulheres sem defesa, culpadas de pequenos delitos, é também uma causa ativa do crescimento da criminalidade. Este ponto foi bem destacado por um magistrado em uma entrevista que eu reproduzo aqui uma parte. Ele diz:

Vós faleis de processos e não olhais jamais a repressão. Sabeis vós que nos últimos anos a escala das penas foi abaixada em cinquenta por cento, que a libertação condicional e a redução da prisão preventiva perturbou a ação da justiça? A lei sobre o banimento não é mais aplicada e, desta forma, a cada dia cresce o número dos reincidentes. Vós quereis o processo inglês. Que seja! Mas então tomeis a repressão inglesa, o chicote, o ***hard labor****; punais sem piedade os delitos e os crimes que têm por natureza enfraquecer a autoridade; rodeais os agentes do poder de uma tal solicitude que eles sejam intangíveis. Os policiais não têm nem sabre nem revólver e circulam sozinhos em Londres em quarteirões aonde nossos*

agentes só iriam em tropa e armados até os dentes. Então, quando vós tiverdes suprimido o crime através do terror do castigo implacável, nós falaremos de processo.

O terror do castigo é, de resto, o único meio de interromper o progresso da criminalidade, como mostrou, igualmente muito bem, Maxwell, em seu belo livro **Le Crime et la Société.** Até mesmo o alienado é perfeitamente sensível à ameaça do castigo.

*

* *

Para chegar às repressões necessárias, será preciso curar o público de seu humanitarismo doentio e a magistratura de seus medos. Alguns indícios __ muito insuficientes ainda __ permitem, no entanto, ter um pouco de esperança.

No sepultamento recente de um bravo policial assassinado por um bandido, o presidente do Conselho Municipal disse muito justamente: “Mas, o que importa principalmente é não nos deixarmos invadir por essas doutrinas que se dizem humanitárias e que só servem para esgotar todas as energias e são mais perniciosas do que os próprios malfeitores”.

Eu sou absolutamente desta opinião. Os humanitaristas são __ indireta, mas certamente __ muito mais perigosos do que os bandidos.

Esperando a vulgarização dessas verdades, o humanitarismo continua a se espalhar. Uma de suas mais funestas manifestações foi a incorporação dos criminosos profissionais nas forças armadas.

É de se perguntar em que cérebro de burocrata limitado pôde germinar a ideia de introduzir os condenados reincidentes nas casernas. Alguns regimentos __ como o 82º de Linha __ chegaram a ter, em alguns momentos, uma centena de bandidos que haviam sofrido numerosas condenações. O **Journal**, de 28 de dezembro de 1909, indicava as consequências de sua presença.

> *Desde o mês de outubro último, duas carteiras batidas __ especialidade até então desconhecida dos montargineses __ em plena luz do dia, no centro mesmo da cidade; a casa de um tenente foi invadida segundo todas as regras da arte; um morador foi atingido por uma faca lançada entre seus ombros por dois militares que ele não pôde, infelizmente, reconhecer; por fim, há uns oito dias, encontrou-se no canal o cadáver de um soldado afogado "acidentalmente", concluiu a promotoria, após uma discussão com um camarada, diz-se abertamente na cidade. O comportamento desses soldados bandidos não autoriza as piores suspeitas?...*

Se a opinião pública não acabar por se revoltar e obter a revogação dessa funesta lei, a perniciosa ingerência dos humanitaristas acabará por desorganizar inteiramente as forças armadas.

Infelizmente, as tendências atuais nos levam muito mais, na França, rumo à proteção dos criminosos do que à sua repressão.

As divagações de certos professores de direito sobre a criminalidade atingem o ridículo. Eles consideram que o criminoso raciocina como eles próprios raciocinam e agem de acordo com os mesmos motivos. Não é infantil querer comparar o estado de espírito de um bandido com o de um professor de direito?

O Sr. Chaumet, deputado da Gironda, se mostrou muito mais inteligente ao escrever as seguintes linhas sobre a necessidade de penas corporais, para limitar os progressos espantosos da criminalidade:

> *Eu peço desculpas por escandalizar as almas sensíveis. Mas eu declaro com toda clareza: eu peço que se puna com castigos corporais os jovens delinquentes que cometem tantos covardes e odiosos atentados contra as pessoas.*
>
> *Antes de filosofar é preciso viver. A questão não é saber se os criminosos são responsáveis, mas se eles são perigosos. Eis a questão! Com relação a isso não há contradição. Não há um só dia em que não registramos agressões selvagens, assassinatos, emboscadas, cometidos geralmente por jovens e às vezes sem motivo aparente, por bravata, por nada além de prazer.*

Faça a análise psicológica desses bandidos. Ela não é muito complicada. Eles são preguiçosos, hedonistas e principalmente exibicionistas. Em vez de trabalhar numa fábrica ou num estaleiro, eles acham mais cômodo serem sustentados por alguma mulher. Eles exibem sua pretensiosa ociosidade de cabaré em cabaré, diante de seus pares, desejosos de parecerem mais audaciosos, menos escrupulosos do que seu vizinho, orgulhosos de provocarem a admiração particular de seu meio todo especial.

O bandido geralmente mata para roubar, mas também pela glória. Quantas vezes não lemos nos jornais proezas significativas como estas: "Aposto um litro que eu degringolo o primeiro burguês que passar!" Aposta feita... e ganha. Eis um bravo homem, um pai de família covardemente assassinado por um moleque tomado pelo exibicionismo.

É preciso então, quando pensarmos em nos defender dos bandidos, levar em conta esse traço essencial de seu caráter. As penalidades, para serem eficazes, devem primeiramente não ser de natureza a acrescentar um raio à auréola que eles ambicionam.

A principal vantagem dos castigos corporais está precisamente no fato de que eles são ao mesmo tempo dolorosos e humilhantes. Um bandido se vangloriará de arriscar pegar

trabalhos forçados ou até mesmo o cadafalso. Ele não se vangloriará de ter recebido dez ou vinte chicotadas.

Porém, se não considerarmos a pena como um castigo nem como uma redenção e a consideramos como o que ela deve ser __ um meio de preservação, um procedimento de intimidação para desencorajar as tentativas criminosas __ que objeção poder-se-ia levantar contra os castigos corporais?

Enquanto isso os bandidos já começam a recrutar defensores. Um jornal publicou o manifesto de uma brava doutora que diz ter sido convertida ao "banditismo" por um jovem delinquente que lhe mostrou que "a honestidade só serve para salvaguardar os ricos". Ser trabalhador, acrescentou o triste salafrário, "é entediante. A profissão de bandido, pelo contrário, é cheia de imprevistos agradáveis".

Seduzida por tão luminosos argumentos, a amável dama chegou a esta conclusão: "que não seria mal se houvesse em nosso exército revolucionário alguns bandidos conscientes". Um belo exemplo dos problemas que pode causar a instrução em miolos fracos.

Somente a experiência poderá nos ensinar sobre as consequências de nosso humanitarismo.

Quando o perigo tiver se tornado bem agudo e um número suficiente de filantropos tiver sido estripado, nossa sentimentalidade desaparecerá rapidamente. Então, como os ingleses, empregaremos meios eficazes; principalmente as penas corporais. Quando os

30.000 bandidos que infestam Paris tiverem adquirido a sólida convicção de que, ao invés de uma vilegiatura na Nova Caledônia ou numa prisão bem aquecida, eles arriscam o chicote, um trabalho forçado ou a guilhotina, o trabalho lhes parecerá preferível ao roubo e ao assassinato. Em algumas semanas Paris será purgada de seu exército de bandidos. Nossos legisladores descobrirão então que, de todas as formas de imbecilidade conhecidas, o humanitarismo é o mais funesto, tanto para os indivíduos quanto para as sociedades. Ele sempre constituiu um enérgico fator de decadência.

***

CAPÍTULO III

O assassinato político.

Sumário

Os assassinatos políticos, que se tornaram tão frequentes hoje em dia, são uma manifestação da anarquia social atual. Eles traduzem um desequilíbrio mental profundo.

A impressão mais chocante para o público, nos assassinatos políticos, após o horror que eles inspiram, é seu absurdo prático. Que a vítima seja o imperador da Rússia, o rei da Itália, a imperatriz da Áustria, o presidente da república, o rei de Portugal etc. é evidente que os soberanos assassinados serão imediatamente substituídos e que o regime que eles representam não mudará. Esses assassinatos produzem até mesmo reações que fortificam o regime combatido. É igualmente certo que o assassino não pode esperar nada, pessoalmente, de seu crime.

Tais evidências parecem derrotar todas as noções de psicologia correntes que mostram o crime como consequência de um interesse pessoal qualquer: vingança, cupidez etc.

Esses crimes políticos derivam, portanto, de motivos que parecem estranhos ao interesse pessoal e à utilidade geral. Como a psicologia atual pode explicá-los?

Para compreendê-los é preciso buscar o modo de propagação de certas convicções nas mentes e seu poder.

A necessidade de se submeter a uma fé qualquer __ divina, política ou social __ constitui, para muitas almas, um instinto muito imperioso. Elas têm uma necessidade de crenças para dirigir maquinalmente sua vida e poupá-las de todo esforço de pensar. É a escravidão do pensamento e não a liberdade, que a maior parte das pessoas aspira.

As crenças fortes escapam inteiramente da influência do pensamento e se tornam poderosas motivadoras de ação. Nenhuma das grandes crenças que regeram a humanidade e em nome das quais se estabeleceram duráveis religiões e sólidos impérios foi filha da razão. Elas tiveram como autores um pequeno número de alucinados e foram propagadas por apóstolos imbuídos de convicções suficientemente intensas para transformar em verdades incontestáveis os mais manifestos erros e escravizar as almas.

As convicções desses apóstolos são tão poderosas que eles obedecem a suas sugestões sem se preocuparem com seu interesse pessoal. Hipnotizados pela fé que os subjugou, eles sacrificarão tudo para estabelecer seu reino.

Esses semialucinados, cujo estudo diz respeito sobretudo à patologia mental, gozaram no entanto de um papel imenso na história.

Eles são recrutados principalmente __ como demonstrei em meu **Psychologie du Socialisme** __ entre as mentes dadas a um alto grau de instinto religioso, instinto cuja característica essencial é a necessidade de ser dominado por um ser ou por um *Credo* qualquer e de se sacrificar para fazer triunfar o objeto de sua adoração. Todos sonham com uma sociedade paradisíaca, bem semelhante ao paraíso celeste de nossos pais. Os terroristas russos e as diversas variedades de anarquistas fornecem curiosos exemplos deles. Em seus miolos rudimentares, inteiramente dominados pelo atavismo religioso e que nenhum argumento lógico poderia abalar, o velho deísmo ancestral se objetivou sob a forma de um paraíso terrestre, governado por um Estado providencial que repara todas as injustiças e é dotado do poder ilimitado dos antigos deuses.

A incapacidade do apóstolo em raciocinar, sua necessidade de propagar sua crença, sua ignorância das necessidades e das realidades o tornam muito perigoso, porque ele age sobre as massas, também elas incapazes de raciocinar e cujas opiniões se formam principalmente por via do contágio.

Um dos grandes erros da era moderna está em acreditar que se convence as massas através de argumentos racionais. A afirmação, a repetição, o prestígio e o contágio são __ eu lembro mais uma vez __ as fontes quase únicas de suas convicções. Que estas contrariem seus interesses mais óbvios, que elas se choquem com impossibilidades

evidentes, pouco importa. As crenças aceitas __ por mais absurdas que elas sejam __ se tornam poderosos motivadores de ação. Foi em nome de crenças muito contrárias à razão que o mundo foi convulsionado por diversas vezes e o será, sem dúvida, muitas vezes ainda.

Tais verdades, que deveriam ser elementares, explicam os assassinatos políticos. Eles podem nos indignar, mas não nos surpreender. A característica essencial do apóstolo convicto é fazer com que sua crença seja compartilhada a todo preço e destruir sem piedade todos aqueles que, em sua mente, opõem algum obstáculo a ela e são, por consequência, os inimigos evidentes da humanidade. O apóstolo experimenta uma ardente necessidade de propagar sua fé e de levar ao mundo a boa nova que tirará a humanidade do oceano de misérias em que ela vegetou até então.

Essa sede de destruição é, eu repito, um dos elementos constitutivos da mentalidade do apóstolo. Não há um verdadeiro apostolado sem a necessidade intensa de massacrar alguém ou quebrar alguma coisa. Para destruir os inimigos de sua fé, o apóstolo não hesita em fazer perecer milhares de vítimas inocentes. Ele lança suas bombas num teatro repleto de espectadores ou numa rua populosa. Que importância tem tais hecatombes quando se trata de regenerar o gênero humano, estabelecer a verdade e destruir o erro?

Esses apóstolos alucinados não são recrutados essencialmente entre os elementos inferiores de um povo. Eles são encontrados ge-

ralmente entre semi-intelectuais que receberam uma educação universitária mal adaptada à sua mentalidade simplista. Eles são às vezes mansos filantropos dominados pela ideia fixa de renovar a sociedade. Torquemada, Ravaillac, Marat, Robespierre se consideravam amigos do gênero humano, que só pensavam em sua felicidade e estavam prontos a sacrificar suas vidas por ele.

Escreveu Lombroso:

Os alienados e os apaixonados com tendências altruístas surgiram em todos os tempos, mesmo em épocas selvagens. Mas então eles encontraram um alimento nas religiões. Mais tarde eles se jogaram nas facções políticas e nas conjurações antimonárquicas da ocasião. Inicialmente, nas cruzadas; depois, rebeldes; depois, cavalheiros errantes; depois, mártires da fé ou do ateísmo.

Em nossos dias __ e principalmente entre os povos latinos __ quando um desses fanáticos altruístas surge, ele não encontra outro alimento possível a suas paixões que não seja no terreno social e econômico.

São quase sempre as ideias mais discutidas e as menos corretas que deixam o campo livre para o entusiasmo dos fanáticos. Vós encontrareis cem fanatizados por um problema de teologia ou de metafísica; vós não encontrareis nenhum para um teorema de geometria. Quanto mais uma ideia é es-

tranha e absurda, mais ela carrega, atrás de si, uma multidão de alienados e histéricos; principalmente no mundo político, onde cada triunfo privado se torna uma derrota ou um triunfo público e essa ideia sustenta até a morte os fanáticos, para os quais ela serve de compensação para a vida que eles perdem ou os suplícios que eles suportam.

As doutrinas anárquicas multiplicam cada vez mais o número dos assassinatos políticos. Conhece-se aquele bem recente do coronel ajudante de campo do ministro da Índia, por um jovem estudante hindu, imbuído das doutrinas de um jornal onde se liam as seguintes linhas: "Sob o risco de perder a estima e a simpatia de nossos velhos amigos, repetimos que o assassinato político não é um crime. Todas as pessoas livres de preconceito tratam o assassino político, não como um criminoso, mas como um vingador da humanidade".

Em um ano registrou-se em Bengala 329 crimes, dos quais muitos não passam talvez de atos de simples banditismo, mas que foram qualificados como crimes políticos.

O número dos assassinatos cometidos nos últimos trinta anos pelos anarquistas, os terroristas e diversas variedades de convictos é considerável. Nada indica que ele vá diminuir. Tudo leva a crer, pelo contrário, que ele aumentará mais ainda. Os místicos e os alucinados, absorvidos outrora pelas religiões, se voltam hoje em dia para a

política. É inútil discutir com esses perigosos alucinados. É preciso suprimi-los ou ser suprimidos por eles.

***

CAPÍTULO IV

As perseguições religiosas.

Sumário

Os ódios religiosos são uma das numerosas causas do progresso da anarquia social na França. Impulsionado por barulhentos sectários, o governo entrou, infelizmente para ele, numa fase de perseguições religiosas que nunca beneficiou ninguém. Isso indica, aliás, uma perfeita ignorância da psicologia e da história.

Essas perseguições se manifestaram principalmente através da lei de separação entre a Igreja e o Estado e pela lei de expropriação das congregações.

O ódio sempre cega. Foi preciso, na verdade, uma cegueira excessiva para votar essa lei de separação, cujo verdadeiro objetivo era expropriar o clero dos modestos vencimentos que eles tinham para viver e cujo resultado será bem outro.

Nenhuma medida poderia ser mais perigosa para a República. O clero não tem muito que lamentar, pois ela lhe proporcionou uma liberdade e lhe dará um poder que o mais católico de nossos reis jamais tolerou. É possível imaginar medida mais inoportuna do que retirar o clero da autoridade secular, deixar o Papa nomear bispos,

que eram escolhidos outrora pelo governo, que os tinha na mão graças a essa escolha e ao salário que lhes pagava?

Nada poderia ser mais infeliz igualmente do que a perseguição mesquinha dos membros do clero, expulsos de seus presbitérios e privados de seus meios de subsistência. Quão mais inteligente foi a conduta do governo alemão na Alsácia! Foi através do clero que ele empreendeu a conquista moral da região, manifestando grandes respeitos para com ele em vez de persegui-lo e aumentando notavelmente seus vencimentos.

Muito pouco esforço seria necessário para proporcionar à República um clero pobre, com poucas opiniões políticas para defender. Cegos por nosso imprevidente fanatismo, agimos contra nossos mais evidentes interesses. As potências morais não são combatidas com violências. É na escola primária que deveriam ser ensinas tão rudimentares verdades.

Quanto às leis de expropriação dos bens das congregações, elas não foram somente infelizes, mas de uma iniquidade selvagem e traindo uma incapacidade prodigiosa para compreender certas noções de equidade. Elas mostraram também a que ponto as leis imorais eram geradoras de imoralidade naqueles que as aplicam.

Todo mundo sabe que a origem dessas leis foi o projeto de se apoderar do bilhão que supostamente pertencia às congregações, para distribuí-lo em parte aos trabalhadores sob a forma de aposen-

tadorias a fim de assegurar seus votos. O único resultado obtido foi assegurar seus ódios, pois o bilhão desapareceu rapidamente. A liquidação final não produzirá mais do que uma dezena de milhões e a operação será totalmente desastrosa, com as inumeráveis obras de assistência mantidas pelas congregações __ e para onde iam todas as suas rendas __ recaindo agora nas costas do Estado.

As únicas pessoas que ganharam alguma coisa com a operação foram os liquidantes e os especuladores. Eles conseguiram brilhantes fortunas e o principal autor dessa lei, o Sr. Combes, teve razão ao reconhecer, numa entrevista, que sua execução foi um ato de banditismo.

Os números fornecidos pelo Sr. Regismanset, em seu relatório ao Senado, jogam as mais tristes luzes sobre essa sombria aventura. Alguns liquidantes recebiam, de complacentes tribunais, 100.000 francos, sobre um ativo de 600.000 francos. Em Nice, um liquidante recebeu 16.000 francos, enquanto o ativo era zero e por aí vai.

Mas essas somas embolsadas pelos liquidantes e seus protegidos são muito pouca coisa comparadas com os lucros colossais obtidos pelos industriais adquirentes, após licitações feitas sem publicidade, justo num ano onde possíveis compradores estavam ausentes. Na sessão de 14 de dezembro de 1909, o Sr. Villaine citou fatos típicos que não puderam ser desmentidos e que, aliás, se multiplicaram em imensas proporções.

Foi assim que a Abbaye-aux-Bois foi vendida por 2.600.000 francos a uma pessoa que imediatamente a revendeu por 8 milhões. Um outro amador, de mesma origem, que estava atento, teve a oportunidade de adquirir, por um preço três vezes abaixo de seu valor real, o Convent des Oiseaux e suas dependências.

Hoje em dia espera-se continuar essa série escandalosa. A propriedade do Sacré-Coeur possui 52.000 metros quadrados. Foi posta a venda por 5.200.000 francos. É de se supor que as ofertas não subirão muito, pois todo mundo sabe que por detrás dessa compra está um financista pronto para entrar em cena.

É, portanto, de se prever que a oferta definitiva e total não ultrapassará 6 milhões. Por consequência, a propriedade irá para X..., por 6 milhões, ou seja, ao redor de 100 francos o metro; uma propriedade que, por sua localização em Paris, vale pelo menos 400 francos o metro. Será entregue por 6 milhões __ acrescidos ainda de 2 milhões de custas, ou seja, 8 milhões no total __ a uma empresa ou a um indivíduo, uma propriedade que vale, por baixo, 20 milhões.

Assim interpelado, o presidente do Conselho foi forçado a reconhecer que a licitação que deveria produzir lucros tão grandes, não tinha sido regular. Eis o que ele disse:

A venda foi marcada para o alto verão, em fins de julho, numa época pouco propícia a operações desse gênero. Ademais, o ministro da justiça constatou que a licitação não havia sido precedida por uma publicidade suficiente. Ele fez observações sobre este assunto no tribunal. O procurador da República partilhou de seu ponto de vista e apresentou, por consequência, ao tribunal civil da região do Sena, conclusões, às quais este, na liberdade de sua apreciação, acolheu.

Conhece-se as manobras cuja história revoltou a Câmara e as cumplicidades, que fizeram o próprio ministro da Justiça dizer, em pleno Parlamento, que havia decididamente alguma coisa de gangrenado em nossa organização judiciária. Graças a isso, foram transferidas por 500.000 francos, aos amigos de um liquidante, a fábrica e a marca da Grande Chartreuse, avaliadas oficialmente em 8 milhões. Sabe-se igualmente que, apesar de muito persistentes proteções, foi preciso prender por roubo de 5 milhões um dos membros do sinistro bando que vivia com o bilhão das congregações.

Quanto aos expropriados, ninguém pensou em se preocupar com eles. A maior parte desses infelizes caiu numa negra miséria. Alguns esperam inutilmente há cinco anos as pobres ajudas prometidas por seus espoliadores, que não ousaram propor que eles fossem deixados morrer inteiramente de fome. Suas promessas foram rapidamente esquecidas, a se avaliar pelo seguinte trecho de uma carta

que o Sr. Briand, presidente do Conselho, dirigiu em julho de 1908 ao seu colega da instrução pública:

> *Permita-me acrescentar que eu não posso assumir até o fim do ano a responsabilidade de deixar "na mais atroz miséria" mulheres que, após terem cumprido a lei, se veem privadas, por causa do próprio Estado, da indenização alimentar que pretendia lhes assegurar essa lei.*

Foram reportados à Câmara, sem um desmentido, outros fatos que mostram um muito triste aspecto da mentalidade de alguns legisladores. Isso faz pensar em Torquemada. Se o socialismo triunfante os expropria, eles encontrarão, por sua vez, muitos historiadores que se comoverão com sua sorte? Eu espero que eles não encontrem nenhum. Quando, para satisfazer às exigências de alguns demagogos fanáticos, dedica-se a tais espoliações, não se merece desculpa nem piedade.

Após ter citado o Sr. Briand, que parece estar com remorsos hoje em dia e que, em todo caso, reconhece que o fanatismo extremo leva à extrema inabilidade, eu forneço agora a passagem reproduzida no **Officiel**, do discurso de um orador:

> *Última questão capital que eu dirijo ao Sr. Presidente do Conselho: quem, hoje em dia, vai alimentar esses religiosos e religiosas expropriados por vossos liquidantes e como ireis vós prover às suas necessidades?*

Eles não têm aposentadorias, eles não têm recursos! Neste momento, o diretor do Stanislas, um padre idoso com mais de sessenta anos, não tem um pedaço de pão e dá aulas para viver. Por seis vezes eu solicitei uma aposentadoria para esse velho!

Foram roubados 2 milhões daquela casa, conveniada no entanto com a Universidade e onde os anos de magistério contavam para a aposentadoria.

E aquele que a dirigiu vegeta em altíssimo grau, tendo inutilmente estendido a mão e feito valer seus anos de serviço! Isso não é odioso?

O Sr. Georges Berry: __ Eu compreendo vossa indignação e eu me solidarizo com ela.

__ Quem dará o pão aos irmãos das escolas cristãs, das quais tomaram o dinheiro que usavam para dar instrução às crianças do povo? Não tendo encontrado nenhuma benevolência nos senhores, eles não encontraram também diante de vossos liquidantes!

Conhecemos agora a utilização do famoso bilhão das congregações. Sabemos para que serviu: para caçar jovens santas, bravas gentes que só queriam fazer o bem, que eram os suportes dos infelizes e os protetores da infância.

Desta forma, vós haveis caçado, perseguido, expropriado, arruinado, colocado na impossibilidade de sobreviver, ou então expatriado os melhores dentre nós. E por quê? Para permitir a alguns Duez forrarem seus bolsos com dinheiro. Ah! Senhores! Que tristeza para nós! Mas, para vós, que responsabilidade!

Eu não poderia reproduzir aqui os artigos de tão legítima indignação, que essa expropriação digna das eras mais bárbaras provocou no mundo inteiro. Eu me limitarei a citar as palavras de um grande personagem, candidato à presidência da República de seu país e reproduzida num jornal brasileiro insuspeito de clericalismo:

A França, obcecada pelo eterno fantasma do clericalismo, continua sem parar de reação em ração; inquieta, agressiva, despótica. Com ela, sob a aparência de liberdade republicana, o século XX assiste a um espantoso acesso de regalismo, que já baniu do país as congregações religiosas. No seio da América se reúnem os exilados da perseguição d'além-mar e as coletividades religiosas se desenvolvem tranquilas, prósperas, fecundas, sem a menor nuvem em seu horizonte. É na mais perfeita cordialidade que os prelados romanos e os membros do Sagrado Colégio se sentam à mesa do protestante Roosevelt.

Nenhum espírito independente pode negar a perturbação do sentido de justiça e a desmoralização que comporta o confisco pelo Estado das propriedades privadas, como a fábrica da Grande Chartreuse, que pertencia a uma associação de indivíduos que a havia criado com seus capitais privados e seu trabalho. É uma monstruosidade espoliar pessoas de seus bens unicamente porque suas opiniões religiosas não se enquadram nas ideias dos governantes que detém o poder.

Com um desprezo tal pelo direito, sobre que bases uma sociedade pode viver? É um retorno às eras de barbárie, em que só existia o direito do mais forte.

Alguns deputados da esquerda __ muito poucos, infelizmente __ já começam a reconhecer o quanto são odiosas essas perseguições religiosas que nos remetem à Idade Média plena. Eis o que, disse diante da Câmara, um deles, o Sr. Labori:

> *Uma boa parte da efetiva tarefa nos últimos vinte anos se limitou a uma guerra religiosa, declarada ou surda, de acordo com a hora. O anticlericalismo, tal como é entendido, não é mais a defesa do poder contra as intromissões do clericalismo. Sob o pretexto de tolerância ou de liberdade de consciência, sob a cobertura destas palavras magníficas, raramente se abusou tanto e se tratou de atormentar aqueles que possuem uma fé ou uma concepção filosófica da qual não se com-*

partilha. Eu me levantei e ainda me levanto contra a hipocrisia daqueles que querem destruir as religiões, enquanto eles próprios ou seus próximos observam, nas circunstâncias solenes, os ritos da sua. Não cabe ao Estado tentar fazer a unidade moral da nação num ateísmo oficial que mesmo as pessoas no poder não respeitam quando se trata deles próprios. A França sofreu muito outrora, quando Luís XIV quis fazer essa unidade moral na fé católica, para que o Estado republicano tente hoje um esforço análogo, em nome de eu não sei que dogma materialista, de todos o menos satisfatório, na minha opinião, para a razão.

As gerações do futuro julgarão, certamente, as perseguições religiosas de hoje, a expropriação do clero e das ordens monásticas, como nós julgamos a Inquisição e a Revogação do Édito de Nantes. Nossos governantes invocaram, aliás, as mesmas razões que Luís XIV: obter a unidade moral e política do país. As consequências de sua obra serão tão nefastas quanto os éditos do grande rei.

*

* *

Um único motivo, aparentemente científico, poderia ser invocado, não para justificar as injustificáveis expropriações, mas para explicar a expulsão das congregações. Estas ensinavam teorias reli-

giosas errôneas, que difundiam erros. Bons professores, saturados de livros científicos, deveriam substituí-las.

Estas teorias são concepções primárias muito estranhas à evolução da psicologia moderna. Esta mostrou, com efeito, que os dogmas não devem ser julgados de acordo com seu valor racional, mas pelos atos que eles inspiram. Pouco importa então seu grau de verdade ou de erro. Somente podem nos interessar as ações provocadas por sua influência. Vemos nascer a cada dia, nos Estados Unidos, religiões novas, úteis como motivadoras de atividades e, por isso mesmo, respeitadas. A religião dos Mórmons, por exemplo, foi um benefício para a América, pois ela determinou a fundação de várias grandes cidades prósperas, em lugares outrora incultos.

Este ponto de vista utilitário é praticamente capital. Os livres-pensadores. que atacam os dogmas, sob o pretexto de que eles são errôneos, não compreendem nada do papel das religiões. É evidente que, sob o ponto de vista racional, elas só contém pequenas parcelas de verdade. A história nos mostra, no entanto, que foi com o apoio das grandes crenças que as civilizações mais importantes foram criadas. Ela nos ensina também que a fé nos dogmas embalou a vida de milhões de pessoas e que jamais doutrinas filosóficas inspiraram tais abnegações, devoções e tão intenso altruísmo. As religiões constituem forças para serem utilizadas e só combatidas quando elas querem perseguir outras crenças.

Criadoras de grandes esperanças, suporte dos fracos e dos deserdados do destino, as religiões sempre foram o asilo daqueles que a sorte condenou ao sofrimento. Somente elas souberam suavizar o desesperante horror da morte. Consideremos como grandes benfeitores da humanidade os sonhadores, cuja imaginação encantadora inventou e glorificou os deuses. Julgadas por suas obras, das quais elas foram os alicerces, essas augustas almas merecem toda a veneração dos pensadores. A ciência, que as conhece melhor, desiste de combatê-las e proclama a grandeza de seu papel. Elas foram, no passado, os elementos mais certeiros da estabilidade moral dos povos. O futuro as transformará, sem dúvida, mas, enquanto a alma humana tiver necessidade de esperanças, elas não poderão perecer.

***

CAPÍTULO V

As lutas sociais.

Sumário

Situada nas nebulosas regiões que os antigos consideravam como os confins do mundo, Estocolmo é uma cidade de reputação discreta e pouco visitada. Os guias dizem que ela lembra Veneza, mas os turistas não se convencem muito da justeza dessa comparação. Eles dão uma olhada distraída nos pontos interessantes da cidade e não pernoitam nela.

Estocolmo, no entanto, conheceu a celebridade durante algum tempo. Os viajantes, levados até lá por acaso, assistiram a um espetáculo que talvez veremos novamente, mas que, desde a origem das eras, nenhum olho humano ainda havia contemplado.

A inédita visão que essa capital proporcionou durante longos dias, foi um mundo onde as antigas hierarquias sociais estiveram invertidas. O pedreiro se tornou rentista e o grande senhor desempenhando as funções de pedreiro, engenheiros substituindo os condutores de bondes, banqueiros varrendo as ruas, estudantes carregando e descarregando os navios, sérios magistrados exercendo a profissão útil, mas sem brilho, de limpador de esgotos. Contemplando esse

espetáculo, com um olhar espantado, lentos trabalhadores ociosos perambulavam pelas ruas e os canais.

De qual poder mágico resultaram tais transformações? Seriam elas obra desses espíritos que, no dizer das lendas escandinavas, povoam o céu, a terra e as ondas? Certamente que não. Os espíritos não são suficientemente influentes para perturbarem a esse ponto os pensamentos que nos dirigem e até mesmo o selvagem Odin não teria conseguido isso.

Mais poderosa do que eles, uma dessas forças invisíveis e soberanas que guiam o mundo tinha bastado para derrubar num instante as hierarquias sociais e as condições normais da existência.

Essa força foi a necessidade de defesa social, que surgiu bruscamente para todos os cidadãos. Somente ela conseguiria modificar tão completamente suas almas e impor a prática imediata das mais duras profissões.

Orgulhoso de seu poder crescente, certo de ser sempre obedecido pelos trabalhadores escravizados, um sindicato operário internacional declarou, através de uma greve geral, uma guerra sem piedade à sociedade. Todo mundo logo sentiu que, sob pena de ver perecer a pátria, a defesa era urgente contra as pretensões desses novos bárbaros.

Sem dúvida que se poderia __ apesar do absurdo das exigências sindicais __ ceder, como fez na França um presidente de Conse-

lho na primeira greve dos carteiros, mas essa covardia só conseguiria adiar o perigo e acentuá-lo. Seria a perspectiva de novas greves gerais, que levariam fatalmente à destruição do comércio e da indústria e a substituição das camadas superiores, criadoras de todos os progressos, por elementos inferiores. A necessidade de resistência se impôs e, sem nada pedir ao Estado, só contando com sua iniciativa e sua coragem, a classe burguesa substituiu quase instantaneamente a classe operária.

Após três meses de luta, a formidável greve foi derrotada. Ela o foi, apesar dos esforços desesperados do sindicato para reduzir a sociedade e sujeitá-la a seu jugo.

Com essa corajosa defesa, a Suécia prestou um imenso serviço à civilização. Ela ensinou às classes dirigentes, cuja resistência em outros países é tão fraca, como se proteger.

Revelando a uma massa de humanitaristas limitados de quais perigos o socialismo nos ameaça, essa greve teve uma utilidade incontestável. Um importante jornal sueco escreveu: “que seu resultado mais tangível foi soldar em um bloco compacto todos os elementos não socialistas __ ou seja, cinco sextos do país __ e voltar todas as suas energias hostis contra o perigo socialista”.

A defesa só foi possível, aliás, graças à coesão admirável dos sindicatos patronais __ainda tão pouco coordenados entre nós __ e à simpatia da opinião pública.

Ela foi favorecida também pelo fato de que a maior parte dos burgueses recebeu uma preciosa educação manual que ensina a utilizar as mãos; educação que lhes permite, quando eles moram nos campos um pouco distantes, realizarem uma gama enorme de pequenos trabalhos urgentes: limar, tornear, esculpir, soldar, forjar etc. Um ensino assim deveria fazer parte de toda educação. Nós não poderíamos, infelizmente, solicitar isso à nossa Universidade.

É preciso considerar ainda que, na Suécia, a burguesia não possui esse caráter resignado e apático tão comum na França e que facilita sua espoliação sem outros protestos além de inúteis discursos. Se ela não pensar em se associar para se defender, a burguesia francesa será rápida e completamente espoliada e depois desaparecerá.

Escreveu recentemente o Sr. S. Lausanne:

> *Vivemos uma época em que, com relação ao Estado, ele não serve para nada além de se mostrar eloquente, humilhado ou indulgente. Ele precisa se mostrar forte. Reparem em tudo o que os trabalhadores obtém a cada dia: é porque eles são unidos, poderosos e rudes. Repare, pelo contrário, como, a cada manhã, esmaga-se um pouco mais os burgueses, os industriais e os comerciantes; é porque eles são divididos, tímidos e apáticos. Eles pertencem ao que um ex-presidente dos Estados Unidos chamou de "tipo fraco".*

*

* *

Essas tentativas de greve geral, as revoltas de funcionários como a dos carteiros, os golpes militares na Grécia etc. podem parecer ter surgido de causas diversas. Na realidade, são fenômenos semelhantes, resultantes de uma mesma lei psicológica verificada pela história em todos os povos, em todas as épocas.

Essa lei pode ser formulada desta forma: cada vez que, em uma sociedade, uma classe qualquer vê, por um motivo qualquer, sua influência crescer, ela logo tende a se tornar preponderante e a sujeitar as outras.

A preponderância inicial que precede a absorção final se produz assim que os diversos elementos constitutivos da vida social deixam de se equilibrar. A vida de um povo, como a de um indivíduo, só pode se manter através do equilíbrio das forças em presença. A perturbação desse equilíbrio é a doença. A persistência da perturbação é a morte. Existem doenças sociais comparáveis às doenças individuais. Um tratado de patologia social completo formaria certamente um grosso volume. Mas, se os empíricos que propõem remédios para essas doenças são inumeráveis, os cientistas capazes de determinar sua gênese continuam singularmente raros.

Uma olhada bem rápida na história basta para justificar essa lei da tendência constante ao domínio das diversas classes sociais por

aquela que se tornou preponderante. Roma, que dominou o mundo com seus exércitos, acabou por tê-los como mestres assim que o poder do Senado, que lhes fazia equilíbrio, foi aniquilado pelos imperadores. No declínio do Império, somente os soldados possuíam o poder de criar os césares.

A mesma ação absorvente foi exercida mais tarde pelos diversos elementos que se tornaram os mais preponderantes: feudalismo, clero, monarquia etc. O excesso de preponderância rompia, com o esmagamento das classes antagonistas, o equilíbrio que lhes era necessário, levando à sua perdição. A monarquia francesa pereceu por não ter compreendido a importância desse equilíbrio.

É, portanto, um princípio político primordial, sempre manter o balanço entre os diversos elementos de uma sociedade e, por consequência, não favorecer a expansão de um deles às custas dos outros.

Se a monarquia pereceu por não ter conhecido esse princípio, nossa república perecerá igualmente se continuar a desconhecê-lo. Bastaria que ela deixasse os poderes novos que vemos crescer __ CGT, sindicatos de funcionários públicos etc. __ adquirirem muita influência. Quem exerce um papel tal logo se torna o único mestre.

Essa lei geral será verificada sempre e nós tivemos uma prova bem impressionante dela na Grécia. Ela explica como uma classe de oficiais, que foi deixada descuidadamente se desenvolver, pôde acabar por estabelecer uma verdadeira ditadura militar.

*

* *

As vãs palavras humanitárias, as perpétuas capitulações diante de todas as revoltas, tornaram-se inúteis. Estamos agora em presença de um inimigo cujo programa de destruição é absolutamente claro e do qual, em caso de derrota, nenhuma piedade seria de se esperar.

Disse um de seus escritores: "O sindicalismo revolucionário tomou nitidamente posição contra o exército e a pátria" e, num recente discurso, um deputado socialista de Paris "mostrou, como exemplo aos jovens engajados, a conduta dos trabalhadores de Barcelona, que se recusaram a responder à ordem de mobilização e se revoltaram contra a autoridade militar".

Eis, portanto, a guerra vigorosamente declarada à ordem social, pelos líderes da classe trabalhadora, cuja bandeira vermelha é seguida por um certo número de deputados e muitos funcionários públicos e professores primários. Compactuar com eles, como faz alguns ricos burgueses, na esperança de agradar aqueles que eles consideram como seus futuros vencedores, é de uma pobre psicologia. Todas essas covardias e muito vergonhosas fraquezas só fazem aumentar a audácia dos assaltantes. Tais lutas não comportam outra alternativa que não seja vencer ou perecer. Compactuar não evitaria a derrota e produziria, por outro lado, a ruína e a vergonha no presente e o desprezo de nossos filhos no futuro.

De nada serviria então continuar a mascarar seu medo com hipócritas discursos filantrópicos que ninguém acredita mais; nem aqueles que os fazem nem aqueles que os ouvem.

A tática atual dos socialistas revolucionários é muito simples: ameaçar sempre e, através da ameaça, tudo obter. Eu mostrei, num outro capítulo, que o medo que eles inspiram constitui hoje em dia um dos mais poderosos fatores psicológicos das decisões do Parlamento.

As incidências de todas as medidas que os socialistas fazem ser adotadas são fatais. É particularmente a ruína próxima de nossas finanças. Mas, quem se interessa hoje em dia por esse resultado, aparentemente tão distante e, na realidade, tão próximo?

É possível, no entanto, constatar a cada dia as consequências de leis votadas sob a pressão dos anarquistas e dos coletivistas. A famosa encampação da Oeste, efetuada apesar da oposição quase unânime das câmaras do comércio e que deveria, asseguravam seus defensores, criar uma era de prosperidade, escavou no orçamento um novo buraco. O Sr. Doumer mostrou que o déficit dessa estrada de ferro foi de 31 milhões em 1909 e será de 50 milhões em 1910. É, aliás, uma lei geral para todas as empresas privadas que passam para as mãos do Estado e cujas causas nós já mostramos: ausência de responsabilidade dos empregados, indiferença total dos funcionários pela boa gestão etc.

As perdas financeiras causadas por teóricos dominados por suas quimeras crescem a cada dia. A encampação da Oeste simplesmente mostrou mais uma vez seu funesto papel. Na esperança de satisfazer o fanatismo de alguns coletivistas e sem que ninguém possa retirar disso qualquer benefício, o Estado criou um novo encargo de 50 milhões por ano e que, de acordo com os cálculos do Sr. Senador Boudenoot, representará em dez anos uma perda total de um bilhão.

Mas isso é apenas um pequeno começo. Sob a influência das ideias que dirigem o Parlamento vai-se cavar muito rapidamente o abismo do déficit.

Ainda não falamos das leis não formuladas, mesmo que elas figurem na lista das reformas socialistas, como o monopólio do ensino que, segundo os cálculos mais moderados, exigirá uma despesa anual que ultrapassa 150 milhões.

Tinha-se a secreta esperança de poder consagrar a essa reforma uma parte do famoso bilhão das congregações, sem prever que hoje em dia quase nada restaria __ exceto nas mãos de pessoas da lei __ dessa gigantesca espoliação.

Uma vez entrado na via das expropriações autocráticas, não se para mais. Ou não se é mais parado, com efeito. Inúmeras leis recentes constituem, sob o disfarce de medidas humanitárias, em verdadeiras leis expropriadoras. Nenhum jurista conseguiria qualificar de

outra forma a lei que forçou as companhias de estradas de ferro, que já propiciavam aposentadorias elevadas a seus empregados __ 2.400 francos por anos para os mecânicos __ a aumentá-las ainda mais. Somente para a PLM o acréscimo anual fica ao redor de 10 milhões. São, portanto, 10 milhões que se espolia a cada ano dessa companhia, ou seja, de seus acionistas.

A obtenção de tal lei de expropriação só exigiu dos sindicalizados uma ameaça de greve. Como sempre, o Parlamento cedeu. Seria ingênuo contar com ele para assegurar a defesa social.

Os agentes das companhias, vendo com que docilidade são obedecidos, se reuniram a fim de elaborar um novo projeto destinado a obter, sob pena de greve, como sempre, aumentos nos vencimentos. A cifra total desses aumentos chegaria, de acordo com suas próprias estimativas, a 80 milhões para o conjunto das estradas de ferro. É o que eles chamam de “dar um vigoroso golpe de aríete na caixa-forte capitalista”.

É interessante pesquisar o quanto a nova expropriação custará às companhias. Tomemos a mais importante, aquela considerada como a mais inteligentemente administrada, a Companhia Paris-Lion-Mediterrâneo. Sua parte contributiva exigiria uma despesa anual de 25 milhões. Dividindo esta cifra pelas oitocentas mil ações da Companhia, vemos que a carga por ação seria de 31,25 francos.

O acionista, ao invés de receber, como hoje, 56 francos, não receberia mais do que 24,75 francos; ou seja, muito menos do que a metade de sua antiga renda anual. É inútil contar com a garantia do interesse do Estado, pois ela expira, para esta companhia, em 1914.

Naturalmente que os socialistas se regozijarão com a perda sofrida pelos acionistas, se esquecendo de que muitos deles são ex-trabalhadores e pequenos funcionários públicos que levaram muitos anos para economizar o dinheiro para comprar algumas ações.

Que esses acionistas aprendam a se defender. Que eles tenham suficiente iniciativa para provocar, no momento propício, um movimento de opinião, reuniões públicas e, principalmente, descobrir deputados suficientemente influentes para proteger suas pequenas rendas, tão dura e proximamente ameaçadas.

Se todas essas ameaças de ruína puderem tirar de sua apatia nossa burguesia, seria preciso abençoá-las.

*

* *

Nossos atos visíveis são geralmente a consequência de forças invisíveis que nos controlam. Nós só as conhecemos, comumente, através de seus efeitos. Elas inspiram, no entanto, não apenas nossos atos, mas também as razões imaginadas posteriormente para explicá-los.

Essa lei se aplica sobretudo às mentes que possuem apenas convicções sentimentais. Os políticos, não possuindo outras, não conseguiriam escapar delas.

Os motivos dados por eles para justificar sua conduta diferem muito, geralmente, daqueles que os inspiraram. Estes permanecem ignorados porque são elaborados na obscura região do inconsciente.

Os princípios diretores dos cientistas de uma geração nunca são muito numerosos. Aqueles que conduzem os políticos de uma época também não o são.

Ao procurar os fatores dos atos de nossos governantes nos últimos trinta anos, descobrimos os três seguintes, que dominam todos os outros, mesmo que eles não sejam jamais confessados: 1º) um medo intenso dos eleitores; 2º) a crença de que, para agradá-los, é preciso perseguir vigorosamente as minorias, mesmo que elas abranjam classes inteiras de cidadãos; 3º) a influência de doutrinas coletivistas.

Mostraremos agora, através de exemplos bem claros, a ação desses três fatores.

No que diz respeito ao medo, eu já consagrei um capítulo inteiro aos seus efeitos. Ninguém pretenderia, eu creio, contestar sua enorme influência. Seu papel, visível na elaboração da maior parte das leis recentes, se manifestou em uma grande escala por ocasião da primeira greve dos carteiros, quando se viu os ministros e o Parla-

mento cederem, se inclinando bem baixo, às injuriosas ameaças dos funcionários revoltados.

O segundo destes fatores enunciados, o espírito de perseguição, é igualmente muito aparente para ser preciso discuti-lo. Perseguições de todo tipo constituíram a principal alavanca da maior parte dos ministérios que se sucederam.

Escreveu um grande jornal:

> *Waldeck-Rousseau conviveu três anos com a lei contra as congregações; o Sr. Combes conviveu o mesmo tanto com o fechamento das escolas e a expulsão dos monges; o Sr. Rouvier, com a lei de separação das igrejas e o Estado. Esperou-se acalmar a superexcitação popular dando-lhes, como pasto, os bens das fábricas e das igrejas.*

Dos três fatores políticos precedentemente enunciados, o último, a influência coletivista, desempenha, como eu já demonstrei, um papel dos mais ativos. Por sugestão, repetição e contágio, as teorias coletivistas acabaram por constituir uma religião, com dogmas mais intolerantes do que as velhas crenças. Mesmo aqueles que não os aceitam estão fortemente impregnados por eles e mal ousam combatê-los. Assistimos a uma reedição do nascimento do cristianismo, quando, já bem difundido, não tinha ainda triunfado completamente.

A influência coletivista inspirou inúmeras leis desastrosas. Como a ruinosa encampação da Oeste, de que já mencionei acima.

Para bajular os coletivistas, muitos radicais fizeram com que figurasse em seus programas e esta única razão os levou a votá-la, sem se preocuparem com as consequências de uma operação tal; consequências previstas por todos os economistas e realizadas imediatamente.

São, igualmente, filhas das teorias coletivistas e do vago humanitarismo __ que elas utilizam como apoio __ muitas leis, cujo resultado foi, como já mostrei em um outro capítulo, desorganizar profundamente tanto nossas crenças morais quanto nosso comércio, nossa marinha e nossa indústria. Como, por exemplo, aquela sobre o trabalho nas fábricas que, através da supressão da aprendizagem, transformou em bandidos uma massa de ex-aprendizes desocupados.

Enquanto os membros esclarecidos das classes ainda um pouco dirigentes persistirem num desencorajamento tão terno, numa indiferença tão profunda para com a sorte que os ameaça, os fatores políticos enumerados acima continuarão a agir com regularidade e constância.

Logo ainda os veremos agir na sinistra lei do imposto sobre a renda, baseada na inquisição fiscal. Votada pela Câmara com uma esmagadora, mas muito humilhante maioria, ela é discutida agora no Senado. De seu sucesso ou de sua rejeição dependerá certamente a duração do regime republicano. A França suportou muitas tiranias,

mas a inquisição burocrática que nos ameaça seria muito vexatória para ser tolerada por muito tempo.

Ninguém ignora, aliás, que a isenção anunciada de algumas categorias de cidadãos seria totalmente insignificante e obtida unicamente ao custo de intoleráveis investigações da vida privada.

Sendo assim, quais foram os motivos que levaram o Parlamento a votar uma lei cujo primeiro resultado será desorganizar inteiramente nossas finanças já tão abaladas? Nós já o dissemos, mas não será inútil repeti-la mais uma vez.

Esse voto teve várias causas psicológicas. Primeiramente, a ameaça dos comitês eleitorais que, em sua enorme ignorância das leis econômicas, pensaram poder fazer recair todos os impostos sobre uma única classe de cidadãos, isentando totalmente as outras. A inquisição fiscal, sem a qual a lei seria inexecutável, foi igualmente uma causa de seu sucesso. É de se imaginar a utilidade que poderá ter, para as facções políticas, essa inquisição, nas pequenas cidades provincianas, já tão divididas. Vislumbra-se também que informações preciosas ela fornecerá aos coletivistas sobre a fortuna dos cidadãos e que partido os socialistas poderão tirar dela, no dia em que, à frente de uma maioria suficiente, tornar-se possível aplicar aos capitalistas, através de um simples decreto, os processos sumários de expropriação já empregados contra as congregações.

As doutrinas coletivistas, o espírito de perseguição e o medo foram, portanto, os geradores dessa lei. Assim, são encontrados em sua base os três grandes fatores das convicções políticas, cujos efeitos estudamos precedentemente.

*

* *

Nosso futuro depende do que pensará, dirá e fará a juventude que vemos crescer. A de ontem chegou à vida social sobre um monte de ruínas. Ela contemplou o desaparecimento das crenças do passado e a desagregação das antigas convenções sociais. Não encontrando mais um ideal a defender, vendo as velhas hierarquias, a família, a propriedade, a pátria e o exército atacados abertamente e sem descanso, ela acabou por se convencer da inutilidade de todo esforço. Tal convicção deveria rapidamente levar a esse desgaste das personalidades que faz com que se suporte com resignação as perseguições e as violências.

Uma atitude tão passiva encorajou a audácia de revolucionários ousados, sem tradição nem escrúpulos, que só pensam na hora presente e não concebem outras fontes de riqueza que não seja a pilhagem de fortunas penosamente adquiridas pelos outros. O fanatismo do mal se torna rapidamente poderoso, quando o fanatismo do bem não lhe faz oposição.

A juventude burguesa continua a ser, no entanto, a elite, porque a ciência, a indústria, a literatura e as artes ainda permanecem em suas mãos; mas uma elite sem caráter logo deixa de ser uma elite. Muito refinada era a elite romana ao fim do império, mas, tendo perdido toda energia moral, ela não soube resistir à avidez dos bárbaros, que possuíam uma vontade forte. Quando as classes outrora dirigentes se deixam cada vez mais serem dirigidas, elas estão bem próximas de seu fim.

Apesar de aparentemente contrárias, as lutas do futuro não serão unicamente conflitos de interesses econômicos, mas sim lutas de ideias, ou melhor, de sentimentos produzidos por essas ideias.

Os sentimentos, cujo conjunto constitui o caráter de uma nação, só mudam muito lentamente. No entanto, ao longo das eras, nós os vimos evoluírem várias vezes. Foi assim, por exemplo, que a educação, que continua a desempenhar na França um papel muito nocivo, conseguiu, dirigida por mãos hábeis, transformar a Alemanha em menos de um século. Os mestres-escolas não ganham batalhas, como se diz por aí, mas eles podem criar a mentalidade que as faz serem perdidas. Modificar os sentimentos de um povo seria mudar o curso de sua história.

***

CAPÍTULO VI

O fatalismo moderno e a dissociação das fatalidades.

Sumário

É possível pressentir os destinos de uma geração através do estudo das ideias diretoras que orientam suas vontades e determinam sua conduta. Mas, onde pesquisar essas ideias? Não é, certamente, nos atos das multidões. Elas possuem apetites e não pensamentos. Será entre os intelectuais que escrevem livros e pronunciam discursos? Eles geralmente só nos fornecem o reflexo de opiniões adotadas para seduzir ouvintes ou leitores.

Apesar da dificuldade em extrair nitidamente as ideias de uma época, pode-se ter uma noção aproximada delas através do ensino dos mestres mais ouvidos.

Recentes discursos acadêmicos __ particularmente os dos Srs. Lavisse e Pierre Loti __ traem claramente as preocupações atuais dos guias da juventude.

Não são reconfortantes, esses discursos. Um pessimismo entristecido os domina. O que se lê neles é sobretudo a convicção da inutilidade do esforço, uma resignação passiva diante dos acontecimentos e a proclamação da impotência da ciência para esclarecer os mistérios que nos envolvem. Um fatalismo sombrio parece invadir,

no declínio de seus dias, a alma de pensadores que, na aurora de sua atividade mental, estavam radiantes de esperanças.

Essa nota fatalista constatada nos professores e acadêmicos, nós a encontraríamos igualmente entre os políticos atuais. Numa entrevista, um ex-presidente da república, o Sr. Lubet, disse o seguinte: "A força indestrutível das coisas leva vantagem sobre a vontade das pessoas. Uma lógica misteriosa nos conduz". Logo veremos de quais elementos é composta essa força indestrutível e essa lógica misteriosa.

Dentre os acadêmicos que mencionei, Pierre Loti se mostrou o mais entristecido. Numa linguagem harmoniosa ele reedita o velho pranto do Eclesiastes, tantas vezes repetido no curso das eras.

É à impotência da ciência, criadora de todos os progressos civilizadores, que se prende o Sr. Loti. Ele a reprova por não saber explicar nada.

> *Não sabemos e nem saberemos nada de nada: este é o único fato adquirido. A verdadeira ciência não tem nem mesmo a pretensão de explicar que ela tinha ontem. Cada vez que um pobre cérebro humano de vanguarda descobre o porquê de alguma coisa é como se ele conseguisse forçar uma porta de ferro, mas somente para abrir um corredor mais amedrontador, mais sombrio, que leva a uma outra porta mais selada e mais terrível. A medida em que avançamos, o mistério, a noite*

se adensa mais e o horror aumenta... É então que o "resíduo" cristão tenta mais uma vez protestar, docemente no fundo de nossas almas. Vemos que não é isso, que não é possível que seja isso. Mas, por detrás do inefável símbolo __ infinitamente bem atrás, se quisermos, lá embaixo, nos confins do incompreensível __ nós nos dizemos que talvez esteja a "verdade", junto com a esperança.

Pouco confiante no poder explicativo da ciência, o célebre escritor não acredita também no poder do esforço para se defender contra a ameaça dos acontecimentos. Ele diz: "Não há luta possível contra esse sopro moderno que se levanta para tudo abater e tudo nivelar".

Eu duvido muito desse nivelamento e admito, pelo contrário, um desnivelamento crescente entre os indivíduos e, por consequência, entre suas situações, na medida em que evolui a civilização. Eu forneci, há um tempo atrás, as razões psicológicas dessa diferenciação progressiva, de que eu já falei num capítulo precedente. Com as complicações da ciência e da técnica industrial, as distâncias entre as mentalidades do cientista e do ignorante, entre o engenheiro e o operário, tornam-se imensas e cresce a cada dia. Iguala-se cada vez mais as aparências, mas cada vez menos as pessoas. O capitão que sabe ler nos astros a direção que deve seguir seu navio, para evitar os recifes dos mares tenebrosos, jamais será igual ao obscuro marinheiro,

infalivelmente perdido se abandonado à própria sorte. As desigualdades mentais são fatalidades inevitáveis, que nenhuma violência conseguiria eliminar.

O pessimismo e o fatalismo do Sr. Lavisse não parecem menores do que os do Sr. Loti. Recebendo o Sr. R. Poincaré, ele começou primeiro repreendendo-o pelo seu meio otimismo e reprovando-o pelo "uso de fórmulas um pouco enfraquecidas". "Eu ficaria aborrecido com o senhor e também comigo se acreditais que alguns princípios antigos e simples podem bastar para conduzir as pessoas em sua política hoje em dia", acrescentou o Sr. Lavisse.

Quais seriam então os novos princípios diretores? O Sr. Lavisse não os indica, sem dúvida porque os ignora, mas ele está muito apreensivo com eles. Os fantasmas distantes parecem sempre perigosos.

Continua o orador:

> *O Estado e a sociedade estão em questão e em perigo... Uma democracia começa por ser um tumulto enorme de instintos, de paixões e de ideias. Ela não sabe e não pode saber nem o que ela quer e ninguém está em condições de propor, a suas obscuras vontades, o plano da cidade futura. Perturbada, irritada pelas instituições, leis e costumes, ela se prende a todos os detalhes da cidade presente e tudo se abala e parece pender rumo à ruína.*

... Um dia, será preciso, em todos os Estados do mundo, escolher entre as despesas militares e as despesas sociais. Esse dia virá, ele se aproxima. Ele colocará em presença dois mundos, duas concepções diferentes de humanidade. Esse será o grande dia.

O eminente profeta está bem certo de que seus temores não sejam um pouco inúteis? Terá ele se esquecido de que os mesmos problemas foram colocados para todos os povos, sob as mesmas formas; à Atenas, à Roma, à Florença, da antiguidade aos tempos modernos? Repetidos em termos quase idênticos, eles levaram em toda parte às mesmas soluções. A barbárie geralmente muda de nome, mas sempre foi preciso lutar sem parar contra a barbárie interna e a externa. Essa luta constitui, aliás, um dos fatores do progresso. Ela só é perigosa se os defensores de uma ordem social estabelecida se conformam antecipadamente com a derrota. Fatalmente derrotados então, eles merecem o esmagamento que termina com sua inútil existência.

A heterogênea aliança dos pacifistas, dos socialistas e dos universitários latinos, poderá, talvez, fazer eclodir num país o "grande dia" do Sr. Lavisse, mas este grande dia sonhado teria um dia seguinte. Seria a servidão imediata e a pilhagem do povo desarmado por vizinhos ávidos por embolsar bilhões e suprimir a concorrência dos derrotados.

Essas deploráveis realidades são fundamentadas em paixões que os devaneios humanitários não conseguiriam impedir. Elas governaram até aqui o mundo e, sem dúvida, o governará sempre.

As tendências pessimistas e fatalistas, cujos sintomas nós indicamos, não são encontradas somente nos discursos acadêmicos. Elas invadem cada vez mais nosso ensino universitário.

Os professores que não se resignaram logo se tornam revoltados. Muitos se colocam hoje em dia a frente do socialismo revolucionário. A leitura de suas obras mostra a mistura de humanitarismo, de religiosidade e de inveja que satura suas almas. Os escritos recentes de um professor do Collège de France são típicos sob este ponto de vista. Em seu livro **Paroles d'Avenir**, escrito em estilo apocalíptico, aprendemos que a liberdade do trabalhador consiste em "se arrebentar num fosso, como um cão, ou num leito de hospital, como um miserável que é. Ele tem a liberdade de morrer de fome ou de miséria".

Quanto aos ricos, o autor revela a seus leitores que eles quase não possuem outra ocupação que não sejam "orgias estúpidas e imundas". Deve-se espoliá-los de suas riquezas. "Livrar esses inúteis das taras e das misérias morais, que produz a extrema opulência, seria lhes prestar um relevante serviço". É, como se vê, nos templos da ciência pura que crescem hoje em dia os futuros Marats.

Elucubrações tão odiosas são, certamente, muito desprovidas de estilo, de pensamento e de verdade, para exercerem qualquer influência sobre mentes esclarecidas. Mas não nos esqueçamos que seus autores são os guias da juventude. Que geração sairá das mãos de tais mestres?

A resignação fatalista por um lado e a revolta invejosa do outro, parecem se tornar a cada dia as dominantes dos educadores latinos.

A influência da mente revolucionária só leva a violências efêmeras; a do fatalismo é mais durável e, por esta razão, mais perigosa. O fatalismo é a religião dos fracos e incapazes de esforço. Apoiado aparentemente em bases científicas, ele parece um monstro temível. Sua força é, no entanto, somente ilusória.

*

* *

O fatalismo é uma herança antiga, continuada pelas religiões e as filosofias. Acima das coisas, dominando os deuses e as pessoas, os antigos colocavam um poder soberano chamado destino. Suas sentenças eram invioláveis. “Tu matarás teu pai e desposarás tua mãe”, disse o oráculo a Édipo e Édipo, apesar de todos os seus esforços, teve que obedecer a seu destino.

As religiões perpetuaram essa tradição. Na doutrina da predestinação __ ainda cara a várias seitas protestantes e que está no fundo do jansenismo __ Deus, desde a origem das coisas, decretou que algumas almas seriam salvas e outras condenadas.

Se o determinismo da ciência moderna parece justificar para muitos seu fatalismo atávico é porque eles confundem fatalismo com determinismo; coisas, na realidade, bem diferentes. O determinismo ensina que um fenômeno é a consequência rigorosa de certas causas anteriores. Eles se repetem quando as mesmas causas se reproduzem e sem que as vontades de nenhum ser superior possam intervir nesse encadeamento. Os antigos tinham divinizado todas as forças naturais porque, ignorando sua engrenagem invariável, eles esperavam, com preces, modificar seu curso. Rejeitar a intervenção de seres superiores, eis todo o determinismo.

O fatalismo comporta uma definição bem diferente. Enquanto o determinismo escapa da ação de nossa vontade, muitas fatalidades podem, pelo contrário, ser dominadas por ela.

Deixemos aos metafísicos as discussões sutis sobre o livre arbítrio, pois o problema é filosoficamente insolúvel. Colocando-se sob um ponto de vista exclusivamente prático, torna-se fácil provar que a fatalidade não passa, geralmente, da síntese de nossas ignorâncias e desaparece assim que se consegue desagregar os elementos que a compõem.

*

* *

Três classes distintas podem ser estabelecidas na grande família das fatalidades:

1º) **As fatalidades naturais, inevitáveis**. Como a velhice, os fenômenos meteorológicos, o curso dos astros. Quanto muito, podemos determinar suas leis, prevê-las e, algumas vezes, nos proteger contra elas.

2º) **As fatalidades evitáveis**. Desde que os progressos da ciência permitem dissociar seus elementos e atacá-los separadamente, elas desaparecem. As grandes epidemias, as fomes, que outrora faziam perecer milhões de pessoas, são exemplos delas.

3º) **As fatalidades artificiais**. Criadas por nós, com estas a história está cheia. Lutar contra elas é difícil, porque, constituída uma de suas causas, seus efeitos têm um desenrolar necessário. Para dominá-las é preciso saber opor à causa, que possui um certo peso, uma outra causa com um peso maior. Geralmente foi assim que os grandes homens souberam quebrar as fatalidades.

O exame sumário do papel da ciência sobre os fenômenos considerados outrora como inexoráveis destinos, mostra claramente de que maneira podem ser desagregadas e aniquiladas certas fatalidades.

Há quarenta anos era uma inevitável fatalidade que todo sujeito amputado em um hospital parisiense sucumbia em alguns dias. Era igualmente uma fatalidade que os habitantes de diversas regiões fossem vítimas de flagelos como o impaludismo e a febre amarela.

Hoje em dia, estando os elementos dessas fatalidades dissociados, foi possível aniquilá-las. Os amputados pereciam pela ação de certos micróbios. Assim que os métodos de assepsia permitiram suprimir essa ação, as operações outrora mortais se tornaram inofensivas.

O mesmo aconteceu com o impaludismo e a febre amarela. Tão logo se soube que eles eram produzidos por parasitas introduzidos nos glóbulos do sangue pela picada de certos mosquitos, vislumbrou-se o meio de fazer desaparecer essas epidemias e a fatalidade começou a se dissociar. Ela só o foi inteiramente quando, estudando as condições de existência desses mosquitos, descobriu-se que eles se reproduziam somente nos pântanos ou poças d'água. Pântanos e poças d'água secos, os mosquitos desaparecem e, ao mesmo tempo, as epidemias. Lugares como Havana, de estada geralmente mortal, tornaram-se habitáveis sem perigo. A fatalidade desapareceu.

Mesma observação para a peste, que algumas explosões fizeram perecer outrora até vinte e cinco milhões de pessoas. Nós sabemos agora que ela é resultante de um bacilo produzido pela mordida das pulgas que abandonaram os cadáveres de ratos pestilentos.

Mesma coisa ainda para a doença do sono, que despovoava diversas regiões da África etc.

Fatos análogos são inumeráveis. Os holandeses souberam se livrar, através de um enérgico esforço, da fatalidade das inundações que o mar os ameaçava. A Prússia transformou as areias da Pomerânia e os pântanos de Brandemburgo em florestas magníficas e em campos férteis. Todos estes dominadores da natureza lutaram contra as fatalidades e as venceram, porque se recusaram à resignação.

*

* *

O que acabamos de dizer sobre a desagregação de certas fatalidades naturais pode se aplicar igualmente às fatalidades históricas. Embora, às vezes, muito pesadas, quando são derivadas da cultura e do passado político de um povo, elas não escapam da lei do desaparecimento através da dissociação de seus elementos. É principalmente nossa ignorância da natureza dos elementos de uma fatalidade que faz sua força.

Cada página da história confirma estas afirmações. Considereis um evento importante __ a guerra de 1870, por exemplo __ analisai todos os fatores psicológicos imediatos e sobretudo distantes; vós descobrireis rapidamente que, se nossa derrota tinha se tornado inevitável, os diversos elementos que a tornaram tal, poderiam ter sido

sucessivamente anulados por inteligências superiores, antes que seu acúmulo se tornasse por demais esmagador.

Os erros de psicologia no presente e a incapacidade de previsão para o futuro são sempre a origem de fatalidades ruinosas que pesam em seguida sobre várias gerações. Que fatalidades foram criadas por cegos conselheiros do soberano que presidia nossos destinos há cinquenta anos! Erros semelhantes __ a ausência completa de espírito de observação e uma ignorância inacreditável da psicologia dos japoneses __ provocaram as derrotas dos russos e as consequências destinadas, talvez, a mudar o futuro da Europa.

As fatalidades artificiais que nos rodeiam são inumeráveis. Como, por exemplo, o alcoolismo. Sabemos a que ponto ele nos invade e que quase um quarto dos conscritos são eliminados em razão das taras herdadas provocadas por pais alcoólatras. Sobre esta fatalidade nós temos pouca ação. O Estado, aliás, está quase obrigado a desencorajá-lo, sob pena de provocar um enorme déficit em seu orçamento.

Todas essas fatalidades, que criamos sem descanso, acabam por se tornar tão poderosas que se torna quase impossível dissociá-las.

Um livro recente do Sr. Cruppi, ex-ministro do comércio, fornece um excelente exemplo disso. Nele vemos como um ministro, aparentemente todo-poderoso, pode permanecer muito impotente

para reformar qualquer coisa em seu próprio ministério e se vê obrigado a sofrer com a anarquia que nele constata. O autor nos revela a desordem prodigiosa dos serviços administrativos que ele esperava inutilmente poder dirigir: disputas perpétuas entre funcionários, confusões de responsabilidades, falta de unidade de comando, organismos obsoletos etc.

Durante os dois anos em que ele permaneceu na função, esse ministro não conseguiu nenhuma modificação útil e vemos bem em seu livro que ele não compreendeu muito nitidamente os motivos de sua ineficácia, pois o único remédio proposto por ele foi "mudar a própria moral da democracia através da reforma eleitoral". Para conseguir combater as forças reais que conduzem as coisas é preciso conhecê-las melhor.

As fatalidades sentimentais são talvez as mais temíveis de todas por causa de suas consequências. É por isso que o humanitarismo, forma inferior do cristianismo, se tornou um dos flagelos da França moderna. Ele corrói sem descanso as bases do edifício social. Foi pelo humanitarismo, eu já demonstrei isso, que nós criamos tantas leis geradoras de revoluções assustadoras. Foi pelo humanitarismo também que foram introduzidos os delinquentes no exército, sob o risco de desorganizá-lo inteiramente. Sempre pelo humanitarismo nós reservamos a esses delinquentes prisões bem aquecidas, providas

de todo conforto moderno e bem superiores às casas da maior parte dos trabalhadores.

Graças aos humanitaristas os assassinos se multiplicam em assustadoras proporções. Em alguns anos o número dos assassinatos triplicou. Foi preciso uma verdadeira explosão de indignação pública para que o governo decidisse deixar guilhotinar assassinos que queimaram suas vítimas em fogo brando. Quando a funesta raça dos filantropos se abate sobre um povo, ele está próximo de grandes catástrofes. Sabe-se a que ponto eles pulularam às vésperas da Revolução Francesa. Que invocações ao Ser superior e apelos emocionados à fraternidade foram feitos antes dos Massacres de Setembro e da introdução da guilhotina!

A última etapa da evolução do humanitarismo foi, invariavelmente, sangrentas hecatombes. É preciso temer a peste, mas temer muito mais ainda os filantropos. As sociedades jamais tiveram piores inimigos. O filantropo não é, de forma alguma, uma pessoa do progresso, mas aquela que destrói todas as iniciativas e entrava todos os progressos.

*

* *

A utilidade dos conhecimentos psicológicos para desagregar as fatalidades aparece claramente, eu suponho. Um dos mais ilustres

ministros dos negócios estrangeiros, o Sr. Hanotaux, consultado recentemente por mim sobre este ponto, me disse que ele não via para o homem de Estado nenhum conhecimento mais necessário, nenhum que ele tivesse tido que empregar com mais frequência em sua longa carreira.

A psicologia da política não ensina somente a combater com sucesso as fatalidades que entravam sem parar a vida dos povos. Ela ensina também a conduzir as pessoas e a dirigir os acontecimentos.

Os grandes homens de Estado __ Richelieu, Cavour, Bismarck, o rei Eduardo etc. __ souberam, não somente governar, mas também dissociar e destruir os elementos cujo conjunto forma as fatalidades da história.

Todas essas mentes brilhantes manejaram com uma precisão maravilhosa os fatores psicológicos que nos guiam. Eles compreenderam também o papel das necessidades religiosas, sociais e econômicas que cada época vê surgir e que nós não conseguiríamos controlar. Separar as fatalidades inevitáveis daquelas que não o são e jamais se desgastar em inúteis lutas é um dos pontos fundamentais da psicologia política.

Não se pode, com efeito, destruir as fatalidades criadas por condições exteriores independentes de nossa vontade, mas a pessoa superior as utiliza como o marinheiro utiliza o vento, apesar de sua direção. Foi assim, por exemplo, que, diante do problema da super-

produção e das concorrências ruinosas que ela gera, os alemães, em vez de entrar em luta contra fatalidades econômicas, as utilizaram para a criação de sindicatos de produção, chamados de cartéis, que impedem a concorrência e a superprodução. Incapazes de compreender as necessidades inevitáveis da concentração industrial, nós combatemos através de leis draconianas esses sindicatos, que o imperador da Alemanha ajuda, pelo contrário, com todo seu poder. Clarividência de um lado, cegueira do outro.

Quando se é incapacitado, pela ignorância, de utilizar as fatalidades resultantes de leis naturais, tenta-se resistir a elas e disso resultam calamidades cujas consequências as gerações futuras sofrem por muito tempo. Cada fatalidade artificialmente criada implica, com efeito, num desenrolar necessário. Nós invocamos acima a guerra de 1870. Muitos franceses já a esqueceram; a tal ponto que um professor da École Supérieur Normal assinalou recentemente no **Temps**, que certos candidatos a esta escola a ignoravam completamente. E, no entanto, estamos tão envolvidos ainda por sua influência que suas consequências continuam a reger a Europa. Somente sob o ponto de vista financeiro, nós pagamos 450 milhões por ano de juros dos 15 bilhões que essa guerra custou. Dentre as outras consequências de nossa derrota, figura ainda esta, que, para evitar o ataque com que nossos vizinhos vitoriosos não deixaram há quarenta anos uma única

ocasião de nos ameaçar, nós gastamos em armamentos, segundo os cálculos do Sr. Cochery, 53 bilhões.

Vê-se o quanto pesa a imprevidência dos homens de Estado e o quanto são preciosos para seu país os grandes políticos, aqueles que sabem ler no presente um pouco do futuro e evitar criar fatalidades. Eles são, infelizmente, muito raros.

Desde o desenvolvimento do parlamentarismo muitos homens de Estado consideram que a política é simplesmente a arte de bem falar e pouco se preocupam com o bem pensar. Seduzir seu auditório através da exibição encantadora de fórmulas sonoras constitui, no entanto, apenas um sucesso efêmero.

Habituado a tomar as palavras por realidades, o grande orador é frequentemente um homem de Estado medíocre. Não há necessidade, com efeito, para discorrer elegantemente, de possuir o conhecimento das pessoas e das coisas que permite as decisões justas, enérgicas e rápidas, nem a continuidade no esforço, que é a geradora dos sucessos duráveis.

Para o orador político, obrigado a satisfazer às necessidades de explicações de um público pouco capaz de refletir, os acontecimentos são gerados por causas muito simples, que parecem evidentes.

A verdade é, no entanto, bem outra. Não é, de maneira alguma, o evidente, o imediato, o claro e o simples que explicam os fenôme-

nos históricos. Eles são criados, pelo contrário, pelo distante e o complexo.

E é por isso que a faculdade de prever as consequências de seus atos escapa tão frequentemente aos homens de Estado atuais. Se eles não tomam constantemente suas ideias por fatos, eles acreditam com boa vontade que suas ideias modificarão os fatos e vivem muito exclusivamente a hora presente para que tentem prever um pouco.

Porém, o homem de Estado incapaz de previsões é, eu repito, um criador de fatalidades desastrosas. Se a Inglaterra se debate atualmente contra as imensas dificuldades que gera a necessidade de aumentar consideravelmente seus impostos, para aumentar sua frota e lutar contra a ameaçadora supremacia da Alemanha, é porque, há quarenta anos, seus governantes não souberam prever nada. Para satisfazer rancores que um verdadeiro estadista deveria ignorar, ela nos recusou, após a guerra franco-alemã, apoiar uma conferência que teria limitado as pretensões da Alemanha e mudado o futuro. O medo da realização dessa conferência era o pesadelo de Bismarck. Ele pensava nesta conferência dia e noite, diz ele em suas **Memórias**. Este grande psicólogo compreendia bem que uma conferência tal teria conseguido "corroer o prêmio de suas vitórias". Foi justamente o que aconteceu, alguns anos mais tarde, na conferência de Berlim, que obrigou os russos vitoriosos sobre os turcos, a desistirem de se apoderar dos territórios cobiçados por eles.

Jamais, com efeito __ e apesar de nossas derrotas __ uma conferência teria deixado o equilíbrio da Europa ser perturbado por uma única potência. A Inglaterra, a Áustria e a Rússia não tinham um interesse evidente em impedir a formação de um Estado preponderante no centro da Europa? Os homens de Estado ingleses expiam hoje os erros de previsão cometidos naquela época.

O destino dos povos latinos tornou-se muito incerto hoje, porque os políticos __ que possuem uma existência efêmera __ vivem unicamente o tempo presente, sem se preocuparem com o futuro. Uma política que só leva em conta a hora atual é sempre de ordem inferior e condenada a sofrer os golpes de todas as fatalidades. Em política, como na indústria, o sucesso pertence aos previdentes.

A história recente da Bélgica nos fornece também um impressionante exemplo disso. Há quarenta anos, a África era bem desconhecida. Alguns exploradores ousados começaram com muito custo a revelá-la. Um jovem rei, dotado de ampla visão, compreendeu que a Ásia escaparia da Europa e o futuro dos europeus estava na África. Então, quase sem recursos e apesar da má-vontade de seus súditos, ele iniciou no centro do continente africano a construção de um império que progressivamente cresceu e ocupa agora uma superfície igual à metade da Rússia. Ele finalmente se tornou para a Bélgica uma fonte de riquezas tal que este pequeno país vai constar dentre as maiores potências econômicas do mundo.

*

* *

O leitor que nos seguiu até aqui deve ter agora da fatalidade uma ideia bem diferente do que aquela fornecida pelos livros. Olhada como nós fizemos, ela perde seu poder inexorável e misterioso. Muitas fatalidades naturais são forças que nós devemos vencer. Aquelas produzidas pela imprevidência dos ancestrais são destrutíveis pela vontade.

Nós não deixamos, infelizmente, de criar fatalidades artificiais, cujas consequências recaem duramente sobre nossos descendentes. Acreditam mesmo, por exemplo, que é inofensivamente que se prega o antipatriotismo, o antimilitarismo e a anarquia; que nós suportamos a revolta dos funcionários públicos; que nós acumulamos leis cada vez mais opressivas para a indústria; que os mestres da Universidade fornecem uma educação cujo nível técnico e moral diminui a cada dia? É impunemente que eles infiltram na alma da juventude, junto com o ódio a todas as superioridades __ criadoras, no entanto do poder de um povo __ a indiferença para com todas as causas, a resignação morna, o espírito de negação e de denegrecimento, a ausência de moral diretora capaz de orientar as vontades? Como consequência, perdemos importância rapidamente, enquanto a Alemanha, guiada por outros mestres, cresce sem parar. É através da educação,

que nós não soubemos manejar, que ela consegue desagregar as fatalidades sofridas há séculos.

É muito perigoso para um povo entrar numa via que leva inevitavelmente à desordem e às revoluções. No entanto, essa via tão perigosa nós a seguimos cada vez mais. Criar privilégios para a incompetência e para a desordem, perseguir com um ódio cego as elites e tentar praticar a igualdade por baixo, perseguir as crenças, tentar através de leis vexatórias se apoderar das fortunas construídas com trabalho, desconhecer as necessidades naturais, excitar sem parar a inveja e o ciúme, este é atualmente o papel dos líderes populares. Todas as suas tentativas constituem uma obra de demagogos, que um grande povo deveria rejeitar.

E enquanto se acumulam tantas causas de decadência, deixamos se desenvolver um exército de revolucionários fanáticos, sem tradições, sem princípios, sem escrúpulos, que não possuem outro ideal que não seja a violência de seus apetites e uma imensa necessidade de destruição. Nós opomos a eles somente nossas pálidas incertezas, nossa indiferença e nossa resignação fatalista. Na medida em que eles ameaçam, nós cedemos mais. Não acreditando mais em nada, nada sabemos defender. Fraqueza crescente de um lado, poder crescente de outro. A balança oscila ainda um pouco no sentido da ordem, mas logo ela não oscilará mais.

*

* *

Se esta obra pôde esclarecer algumas mentes, o pesado trabalho que ela demandou não terá sido perdido.

Geralmente, aliás, eu só digo verdades banais que, com um pouco de reflexão, qualquer um pode enunciar. Os povos que nos seguiam outrora e agora nos precedem, as conhecem perfeitamente. Todos os seus guias as proclamam. Nós a encontraremos no discurso pronunciado na Sorbonne em 24 de abril de 1910 por um dos mais ilustres presidentes dos Estados Unidos, o Sr. Roosevelt. Ele também mostrou o absurdo de nossas teorias igualitaristas, o perigo das doutrinas socialistas, a superioridade do caráter sobre a inteligência na condução da vida e muitas outras verdades ainda. Eis alguns trechos de sua magistral lição:

> *... Não devemos jamais esquecer que nenhuma acuidade ou sutileza de inteligência, nenhuma polidez, nenhuma habilidade conseguiria compensar a falta das grandes qualidades fundamentais do caráter. O domínio de si mesmo, o poder de se controlar, o senso comum, a faculdade de aceitar a responsabilidade individual e, no entanto, agir em união com os outros, a coragem e a resolução: eis as qualidades que podem ser reconhecidas em um povo mestre. Sem elas, nenhum povo consegue reger a si mesmo, nem evitar ser regido de fora.*

Diante da inteligência eu me inclino, mas eu acrescento que, mais importante ainda são as qualidades comuns e as virtudes de todos os dias.

... Nunca é demais insistir no funesto papel, sobre um povo, da adoção de um sistema lógico de socialismo levado ao extremo. Ele só poderia sair disso através da destruição; ele produziria os maiores males e uma injustiça maior ainda, uma imoralidade pior que qualquer sistema atual.

... Não devemos consentir em praticar uma mentira, como não consentimos em dizê-la. Não poderíamos declarar que as pessoas são iguais, quando de fato elas não o são, nem agir como se considerássemos real uma igualdade não existente.

... Houve bem poucas repúblicas no passado. Elas caíram e o primeiro fator de sua ruína foi o fato de que os partidos tendiam a se dividir segundo a linha de partilha da riqueza e da pobreza. Pouco importa qual partido conseguiu dominar o outro; pouco importa sob a regra de quem caiu a república e se foi sob uma oligarquia ou um populacho. Tanto num caso quanto no outro, quando a fidelidade a uma classe substituiu a fidelidade à república, o fim da república estava próximo.

Estas são coisas que há muitos anos eu não paro de repetir, mas que é preciso repetir constantemente. Somente a repetição pode fazer com que elas entrem nas mentes. As ideias raramente se impõem através da demonstração de sua exatidão; elas somente se impõem após terem invadido as regiões profundas da mente onde são elaborados os motivadores de nossas ações.

***

CAPÍTULO VII

A defesa social.

Sumário

A anarquia e as lutas sociais, cujo quadro nós traçamos, se manifestam por toda parte, principalmente entre os povos que tentaram romper com seu passado e cuja mentalidade, por consequência, perdeu sua estabilidade.

A alma de uma nação é formada por uma rede de tradições, de crenças, de sentimentos comuns, até mesmo de preconceitos, fixados por herança. Essa alma orienta inconscientemente nossos pensamentos e dirige nossa conduta. Graças a ela os povos pensam e agem de maneira semelhante em condições fundamentais de sua existência.

Uma sociedade só está solidamente constituída e a ideia de pátria, que leva a defendê-la, só pode existir quando a alma nacional nasceu. Até à sua formação um povo não passa de uma poeira de bárbaros, capazes somente de uma coesão momentânea e sem uma ligação durável. Ele retorna à barbárie assim que alma nacional de desagrega. Roma pereceu ao perder sua alma nacional. Os invasores que herdaram suas ruínas, mas não sua grandeza, levaram vários séculos para adquirir essa alma nacional, cuja posse somente poderia tirá-los da barbárie.

Porém, estamos precisamente numa dessas fases críticas da história em que as crenças religiosas, políticas e morais, que orientavam nossos pensamentos e nossa conduta, desaparecem progressivamente e aquelas que deveriam substituí-las ainda não estão formadas. É uma coisa terrível para um povo ter perdido seus deuses. O ceticismo, possível em alguns indivíduos, é um sentimento que as massas não conseguiriam ter. Elas precisam de um ideal criador de esperanças. Como disse muito justamente um poeta:

O ser humano sempre precisa, para encarnar seu desejo,

Heróis, doutrina ou deus, algum fetiche estranho;

Em vão, sem descanso, um tenebroso arcanjo

Joga abaixo os palácios que ele se esgota para construir.

Em vão a sorte zombeteira incessante desfaz

As nuvens fugazes que ele se obstina em prender.[26]

Os deuses mudam algumas vezes, mas eles não podem morrer. Uma crença nova logo vem substituir aquela gasta pelos séculos.

Os dogmas socialistas tendem hoje a substituir os dogmas cristãos. Sua principal força está em poder se conectar facilmente com as crenças ancestrais. O Estado providência é uma forma enfraqueci-

[26] E. Picard. Poésies Philosophiques.

da do céu providente de nossos pais. Os paraísos socialistas são parentes próximos daqueles das primitivas lendas.

Jamais foi de outra maneira. Os povos muito velhos, que carregam o peso de heranças muito pesadas, só podem possuir antigas crenças transformadas e, por consequência, simplesmente mudar seus nomes. Os sentimentos que demandaram sucessões de eras para se fixarem nas mentes simplesmente não desaparecem bruscamente.

É em parte por essa razão que, apesar da pouca elevação de seu ideal, a fé socialista, herdeira imediata da fé cristã, progride na mente das massas. Ela propicia aos simples a esperança que os deuses não lhes dão mais e as ilusões que a ciência lhes tirou.

Seus apóstolos combatem erradamente, com um ódio intenso, os velhos dogmas. Clericais, socialistas, anarquistas etc. são variedades muito próximas de uma mesma espécie psicológica. Suas almas estão curvadas sob o peso de quimeras semelhantes. Eles possuem uma mentalidade idêntica, adoram as mesmas coisas e respondem às mesmas necessidades com meios pouco diferentes.

Se os propagadores da nova religião se limitassem a pregar pacificamente sua doutrina eles não seriam muito perigosos, mas os socialistas partilham com todos os apóstolos a característica comum de querer impor pela força o ideal que eles acreditam estar destinado a regenerar o mundo.

O ódio que a sociedade inspira às mentes dominadas por um atavismo religioso mal laicizado se difunde rapidamente por entre os trabalhadores. Sua sorte é muito melhor hoje do que outrora e, no entanto, suas maldições contra a organização atual são idênticas àquelas dos primeiros cristãos contra o mundo antigo, que eles acabaram por destruir.

*

* *

Mesmo que o ataque à sociedade seja a cada dia mais violento, sua defesa continua tão fraca quanto a do mundo pagão diante da nova fé e pelas mesmas causas. Agora, como outrora, as mentes de elite não acreditam mais na solidez dos princípios sobre os quais o edifício social foi construído. Sofrendo as influências atávicas que as desafiam e pelas necessidades da hora presente, elas são incapazes de uma vontade forte e acabam cedendo a todos os movimentos de opinião popular. Porém, essa opinião é extremamente cambiante. Explosões inesperadas de fúria, de indignação, de entusiasmo, explodem por causa dos menores acontecimentos.

Não possuindo mais um fundo comum de princípios suscetíveis de indignar suas oscilações mentais, nenhum farol diretor para orientar sua conduta, os governantes seguem as massas, em vez de

guiá-las. A ação das elites perde assim gradualmente sua força e logo estará sem nenhum peso.

Todas as fórmulas que condensam agora os instintos populares e que visam à destruição total da sociedade são propagadas por uma categoria de semialucinados chamados de líderes ou apóstolos e cuja psicologia não variou através das eras.

São geralmente mentes muito limitadas, mas dotadas de uma tenacidade forte, que repete sempre as mesmas coisas nos mesmos termos e estão prontas geralmente para sacrificar seus interesses pessoais e sua vida para o triunfo do ideal que os conquistou. Seu poder sobre a alma das massas é considerável, porque eles prometem sem trégua luminosos paraísos. Um paraíso é esperança e a esperança sempre foi o grande motivador da atividade humana.

Hipnotizados por seus sonhos, eles acabam por alucinar as multidões e insuflá-las furiosamente contra todos os obstáculos. A mentalidade das massas pouco se modificou no curso dos séculos. A inteligência pode evoluir, mas os sentimentos e as paixões, que são nossos verdadeiros guias, jamais mudaram.

Apóstolos só são combatidos, infelizmente, com apóstolos; porém, se os apóstolos da desordem são numerosos, os da ordem continuam muito raros. O erro apaixona; as frias verdades não entusiasmam.

A tarefa de glorificar ilusões é mais fácil, aliás, do que defender realidades. Assegure ao trabalhador que seu patrão é um ladrão e que é preciso incendiar a fábrica, ele acreditará em você facilmente. Explique a ele que o patrão é obrigado a reduzir os salários porque homenzinhos amarelos fabricam, nos confins da Ásia, com preços bem melhores, os mesmos produtos; você, de forma alguma, será ouvido.

O mundo foi até aqui conturbado por quimeras. Grandes impérios foram destruídos sob ilusões de convicções sentimentais, cuja insignificância nos parece hoje extrema. Não esperemos que a razão desempenhe no futuro um papel que ela não conseguiu exercer no passado e nos aprontemos para continuar sofrendo o invencível poder das quimeras. As ilusões penetram lentamente na alma das massas, mas quando elas estão lá implantadas, é por muito tempo e é impossível prever suas devastações.

*

* *

Num dos primeiros capítulos desta obra eu tratei de mostrar que as violências da Revolução Francesa resultaram do instinto de barbárie primitiva que sempre está adormecido no fundo da alma de um povo e que foi, graças a certas teorias filosóficas, aceito como a gênese de um direito novo. Acreditou-se agir em nome da razão,

invocando-a sem cessar, enquanto se lutava, na realidade, contra ela e instintos ancestrais liberados de todas as amarras eram os únicos guias. O Terror representa a transformação de instintos inferiores em direitos. Ele foi o esforço do instintivo para dominar o racional e não uma dominação do racional, como imaginaram os personagens que foram seus autores e os historiadores que o narram.

Esse triunfo legal de instintos atávicos foi uma coisa bem nova na história, pois todo o esforço das sociedades __ esforço indispensável para permitir sua sobrevivência __ foi constantemente refrear, através do poder das tradições, costumes e leis, certos instintos naturais legados ao ser humano por sua animalidade primitiva. É possível dominá-los __ e um povo é tão mais civilizado quanto mais dominá-los __ mas não se pode destruí-los. Sob a influência de excitantes diversos __ o socialismo, por exemplo __ eles facilmente reaparecem.

Os grandes movimentos populares jamais são um resultado da razão, mas, na maioria das vezes, uma luta contra a razão. Procurar explicar pela lógica racional o que foi criado pela lógica dos instintos é não entender nada da história.

O movimento revolucionário atual não passa __ como todos aqueles que o precederam __ de uma reação de instintos bárbaros que aspiram se livrar dos laços sociais suficientemente enfraquecidos para que se possa esperar destruí-los. O que muitas mentes cegas por

quimeras consideram progresso é uma simples regressão a formas inferiores de existência.

Toda civilização implica em incômodos e restrições. Só nos tornamos mesmo civilizados quando aprendemos a suportar essas restrições e esses incômodos. É criando freios sociais poderosos que os povos saem da barbárie e, ao deixá-los enfraquecer, retornam a ela.

Os laços sociais criados pela civilização só se mantêm com um constante esforço. Uma das grandes causas de decadência está em renunciar a este esforço, acreditando que é inútil.

Esta sensação de impotência está difundida principalmente nas camadas esclarecidas da nação. Elas se resignam com as calamidades sociais, como se resignava outrora com as epidemias, que uma ciência imune ao pessimismo acabou por vencer.

O ceticismo indiferente, que faz nossa fraqueza, não atingiu, de maneira alguma, os apóstolos revolucionários. A confiança no sucesso é um dos elementos de sua força.

Mesmo que a situação dos trabalhadores seja muito próspera hoje em dia, os doutrinários os convenceram tanto da injustiça de sua sorte que eles acabaram por acreditar nela. A verdadeira realidade das coisas é a ideia que se faz delas.

Retornada progressivamente aos instintos primitivos, a mentalidade do trabalhador moderno está em vias de se tornar a mentalidade de um bárbaro.

Será pesada a tarefa de reconduzi-lo à civilização. Será preciso primeiro conseguir demonstrar a ele o valor da inteligência, do capital e do trabalho; depois fazê-lo compreender que a ordem social nova oferecida como uma miragem a seus olhos, seria a miséria para os trabalhadores. Mas, onde estão os mestres capazes de ensinar essas coisas?

*

* *

Não os possuindo e não podendo se apoiar numa universidade desprovida de regras diretoras e nem sobre um governo sem força, nossa burguesia deve contar somente com ela mesma e aprender a se organizar para se defender, como fez a Suécia na luta contra a insurreição da classe operária.

Instruído pela experiência, o governo sueco compreendeu que o direito de greve, como é praticado hoje, que concede a uma minoria de subversivos o direito de interromper todos os serviços públicos de um país e semear por toda parte a desordem, era completamente incompatível com os progressos da civilização. Ele enviou ao Parlamento um projeto de lei regulamentando os contratos coletivos e

estabelecendo penalidades severas contra as greves de natureza a produzir um perigo público. Um tribunal especial de arbitragem julgará as diferenças. Com uma lei assim não teríamos conhecido nem a greve dos carteiros nem as repetidas greves dos inscritos marítimos, que levaram à ruína nossa marinha mercante.

Um movimento semelhante começa a se desenhar na França diante das duras lições da experiência. Mas nossa mentalidade deverá sofrer algumas mudanças antes que ela gere algumas leis[27].

Nossa burguesia está ainda muito indecisa e muito apática para pensar em se proteger, mas a energia do ataque produzirá talvez a energia da defesa. O Sr. Georges Sorel mostra muito bem isso. Ele diz:

> *No dia em que os patrões perceberem que eles não têm nada a ganhar com as obras de paz social ou com a democracia eles compreenderão que foram mal aconselhados e então haverá alguma chance de que eles recobrem sua antiga energia. Uma classe operária crescente e solidamente organizada pode forçar a classe capitalista a permanecer ardente na luta industrial.*

[27] Encontram-se interessantes desenvolvimentos deste assunto no livro do Sr. Bouloc, **Le Droit de Grève**. Ele mostra claramente as ilusões psicológicas e econômicas de um direito tal. Eu sugiro ao autor que insista, se ele quer interessar influentes oradores para sua causa.

Quem quer merecer viver deve permanecer o mais forte. Com a evolução moderna do mundo, ninguém poderá conservar o que não souber defender. Para triunfar nas lutas que vemos surgir, nossa burguesia deverá adquirir algumas virtudes e renunciar a certos vícios. A insolência do luxo de alguns ociosos, luxo que o trabalhador acredita composto de uma parte considerável de seu trabalho, suscitou mais ódios do que todos os discursos socialistas.

Comparada, seja com a aristocracia inglesa, seja com a aristocracia francesa, nossa burguesia envelheceu muito rapidamente e não duraria muito, se quase a cada geração ela não fosse consolidada por elementos retirados da classe situada abaixo dela.

Não é, no entanto, de se espantar muito. As velhas aristocracias só se perpetuam através de direitos hereditários e não necessitam de nenhuma superioridade. As aristocracias da inteligência só sobrevivem, pelo contrário, com a condição de manter sua superioridade intelectual. Porém, a hereditariedade não propicia muito isso. Eu mostrei num outro livro[28] que as elites sociais estão condenadas a se renovar constantemente, porque as leis da hereditariedade reduzem muito rapidamente ao tipo mediano da raça os descendentes dos indivíduos que se afastaram muito dele. A natureza __ também ela __ é às vezes igualitarista, mas não como sonham os socialistas. Longe de igualar os indivíduos de uma geração, ela os diferencia. Somente

[28] Lois Psychologiques de l'Évolution des Peuples, 9ª. edição.

os descendentes das elites chegam à igualdade. A natureza iguala então somente no futuro, enquanto que os socialistas querem igualar no presente.

*

* *

Não parece hoje que seja nas camadas elevadas da burguesia que a defesa social se desenha, mas em seus níveis mais humildes: lojistas, pequenos comerciantes etc. Sempre muito ameaçados e jamais defendidos, eles compreendem agora que só podem contar com eles mesmos e começam a se organizar para sustentar a luta.

Eles se sindicalizam, formam associações e planejam mesmo constituir uma milícia para protegê-los. O exemplo dado pela Suécia lhes serviu de lição. Não se pode desencorajá-los desse caminho.

A situação se tornaria, aliás, intolerável para eles. Eis o que disse recentemente sobre isso o **Temps**:

> *O comerciante foi lançado, pelas promessas eleitorais demagógicas dos legisladores e a fraqueza dos poderes públicos, aos lobos do sindicalismo. Sob o regime de repartição fantasiosa, batizado com o nome de política social, para ele os impostos, para ele as multas. As leis ditas sociais ele as suporta em dobro como patrão.*

E em troca desses sacrifícios crescentes não se lhe assegura a proteção a que tem direito? De forma alguma. De tempos em tempos, os voluntários da ação direta o visitam. Se o comerciante não concorda com suas intimações ele é forçado a isso. Sindicalistas se espalham por seus estabelecimentos, invadem os setores de suas lojas, caçam os balconistas, espantam os compradores.

Os comerciantes varejistas, raça sacrificada sem piedade, se revoltam enfim. Eles se mostram firmemente resolutos a se defender por conta própria, já que não são defendidos e planejam a organização de uma milícia que responderá a força com a força. Eis aonde a indiferença dos governantes que se sucedem há uma dezena de anos nos levou: à defesa direta dos cidadãos molestados.

O que foi dito diz respeito somente à defesa imediata contra violências. Seria também importante adquirir alguns princípios fixos capazes de nos orientar um pouco no meio da desordem em que estamos mergulhados e lutar contra as forças que desagregam cada vez mais o edifício social.

São justamente esses princípios fixos que nos faltam. Alguns fatos registrados diariamente pelos jornais e que constituem úteis fragmentos de nossa história social, demonstram uma psicologia que as pessoas do futuro não compreenderão. Que aventura típica foi a

dos manifestantes que, levados por seu deputado, interromperam bruscamente um trem expresso que ia para Villeneuve-le-Roi, arriscando produzir uma catástrofe, com o objetivo de obrigar a companhia a lhes fornecer uma estação! É preciso uma mentalidade de selvagens para chega a isso.

*

* *

Quando o desprezo pelas leis é geral, o princípio da autoridade desapareceu e todas as disciplinas que fazem a força de uma civilização desapareceram, o desmoronamento de uma civilização está próximo. Nada mais é respeitado hoje em dia além da força. O funcionário é insolente com seus chefes, o marinheiro com seu capitão, o operário com seu patrão.

E é preciso reconhecer também que as velhas autoridades perdem a cada dia seu direito de serem respeitadas. A magistratura não ministra mais a justiça e parece reservar toda sua indulgência para com os crápulas que, por sua vez, a protegem. Os governantes obedecem aos piores sectários, não protegem mais os cidadãos contra as violências e só demonstram energia para expropriar e perseguir velhos monges sem defesa.

É toda uma civilização que desmorona, um passado glorioso que se extingue. Fenômenos de mesma ordem se manifestaram ao

fim do Diretório, após dez anos de anarquia. Sem dúvida que a rude mão de um déspota bastou então para restabelecer a ordem, mas a que preço! Podemos, na verdade, recomeçar experiências semelhantes?

Onde então buscar um freio a isso? Em direção a quem se voltar? Somente em direção a nós mesmos, eu repito e não em direção aos governantes e menos ainda em direção aos legisladores.

O que poderiam fazer, aliás, esses governantes e esses legisladores sem liberdade, sem dignidade e sem força? Eles só pensam em obedecer às exigências dos comitês dos quais eles são escravos.

O Sr. R. Poincaré mostrou recentemente que o deputado, às vezes tão altivo diante do Parlamento, não passa de um modesto despachante, "que não faz nada sem ouvir o ruído das correntes que lhe lembram de sua escravidão" e que está sempre pronto "a se ajoelhar orgulhosamente diante dessas divindades misteriosas e temidas que se chamam comitês distritais".

O legislador, tal como é eleito hoje em dia, constitui um verdadeiro perigo, porque, desprovido de caráter e só pensando em sua reeleição, ele obedece aos mais baixos instintos da multidão.

*

* *

Seria inútil esconder isso. Somente a plebe nos governa hoje em dia. Porém, ignorante de seus próprios interesses e roída pela inveja, ela sonha unicamente em se apoderar das riquezas conquistadas pela inteligência e suprimir todas as superioridades. Ela chega a exigir o confisco brutal das fortunas, sem as quais nenhuma indústria conseguiria prosperar. Imposto inquisitorial sobre a renda, confisco de um quarto das heranças etc. É rumo à ruína completa de nossas finanças que, sob seu impulso, marchamos a grandes passos. A história será justamente severa para com os escravos que seguem tais mestres, sem jamais procurar esclarecê-los.

Os humildes servidores do governo popular acreditam refazer com leis as sociedades, estabelecer a igualdade e expropriar os detentores das riquezas. Mostramos nesta obra a inutilidade e os perigos dessas tentativas, às quais se atracam incansavelmente nossos legisladores.

Estudando recentemente as origens dos grandes progressos que transformaram as condições de existência da humanidade e fizeram do trabalhador moderno o rico de outrora, o Sr. d'Avenel mostrou, mais uma vez, que esses progressos jamais foram o resultado de empreendimentos coletivos, mas esforços individuais.

> *O que o livre jogo desses últimos realizou, nem a caridade cristã (esse socialismo facultativo de ontem) nem o socialismo moderno (essa caridade obrigatória de hoje) teriam*

podido e nem poderiam obter... os progressos futuros serão o resultado do livre esforço individual e não a bondade coletiva, fosse ela erguida como sistema legal. A bondade serve muito para a melhoria moral daqueles que a exercem como um dever e muito pouco para acalmar aqueles que a reclamam como um direito. Ela cria somente a virtude para uns; ela não cria riquezas para os outros. Sob o ponto de vista econômico, os benfeitores efetivos da humanidade não são os organizadores da bondade, mas os que treinam para o trabalho.

Nossos esforços para mudar leis naturais indestrutíveis __ estabelecer, por exemplo, a igualdade, onde a natureza impõe a desigualdade __ representam tão perigosas tentativas quanto às de um dirigente industrial que quisesse violar todas as leis da física e da mecânica. A falência logo lhe mostraria o perigo de uma tentativa dessas.

*

* *

Procurar aqui quais as regras morais que dirigirão as sociedades do futuro seria bem inútil. Devemos nos preocupar principalmente com esta em que vivemos e os meios de preservá-la, interrompendo a crescente anarquia.

Os princípios diretores capazes de guiar um povo não precisam ser numerosos, se eles são fortes e universalmente respeitados. O culto à Roma, ideal dominante entre os romanos, assegurou sua grandeza até o dia em que ele se enfraqueceu na alma dos cidadãos.

É precisamente na noção de pátria, que implica em toda uma organização moral, que nossos esforços devem se concentrar. Ela está profundamente sapada na França pela maior parte das seitas socialistas que sentem nitidamente que essa ideia, pivô do edifício social, estando destruída, o edifício se desmoronaria em um só golpe.

Dessa noção fundamental muitas outras decorrem e, particularmente, esta: um povo não pode viver sem exército, sem hierarquia, sem respeito pela autoridade, sem disciplina mental. Estes elementos essenciais, nenhum partido, salvo o partido dos revolucionários, poderia rejeitar, pois todos aspiram necessariamente pela sobrevivência do país onde vivem.

O amor pela pátria forma o verdadeiro cimento social capaz de manter o poder de um povo. A pátria é o símbolo das aquisições herdadas de toda nossa existência ancestral. Não podendo viver sem ela, devemos viver para ela. Foi fazendo apelo ao culto à pátria que os autores da recente revolução turca conquistaram as almas. Dizia uma de suas proclamações: “Toda pessoa de coração e de consciência

sabe que a pátria é a coisa mais santa, mais cara do que a mãe e o pai, enfim, do que todo o mundo".

Infelizmente, o culto à pátria, que criou outrora a potência de Roma e tanto contribuiu em nossos dias para o desenvolvimento rápido da prosperidade alemã, é muito pouco defendido entre nós agora. Na Alemanha, como na América, ele é propagado pelas universidades nas classes letradas e pelos professores primários nas camadas populares. Podemos contar na França com a mesma categoria de defensores junto à juventude e à infância? Há muitas razões para duvidar disso.

O Sr. Bouglé destacou recentemente que, o que os "jovens" compreendem de mais claro, é que o que mais os revolta e atira ao socialismo é o "*herveísmo*"[29]. Sabe-se com que vigor ele foi repelido pelos alemães no último congresso socialista internacional. Tal lição não corrigiu nossos professores.

Se essa mentalidade se perpetua, se os professores se agregam progressivamente aos sindicatos que pregam o ódio à pátria e ao exército, o que devemos esperar das gerações assim formadas? Quando as pessoas renegam sua pátria e se insurgem contra suas leis, sobre quais elementos uma sociedade poderá se apoiar para continuar a viver?

[29] Ver nota 25. (Nota do tradutor)

Verdades evidentes, sem dúvida, mas que não se pode deixar de repetir. Os socialistas se repetem sem cessar e, de tanto vociferar contra o capital e a organização atual, eles acabarão por convencer as massas da justeza de suas teorias. Uma verdade só se incrusta nas almas após repetições inumeráveis. Se os defensores da sociedade fossem animados por uma fé tão ardente e propagassem suas doutrinas com o mesmo zelo que os revolucionários, a derrota destes últimos aconteceria rapidamente.

Chegamos à hora decisiva em que cada um deverá se convencer a ser um apóstolo para defender o edifício social contra a barbárie destrutiva dos sectários. O triunfo destes levaria rapidamente à ruína geral, às guerras civis e às invasões. Defender a pátria e combater a anarquia tornou-se um dever ao qual ninguém deve escapar.

As leis morais derivadas da noção de pátria bastam para constituir a estrutura social de um povo. Sua força depende unicamente da ação que elas exercem sobre as almas. Mantida somente pelos códigos, essa força seria muito fraca.

Não são as constituições, nem as frotas, nem os exércitos que dão a coesão a uma nação e mantém sua grandeza. Sua verdadeira força é seu ideal. Potência invisível criadora das coisas visíveis, ele dirige as almas. Um povo leva séculos para adquirir um ideal e recai na barbárie assim que o perde.

*

* *

Da decadência que nos ameaça, o mais certo sintoma é o enfraquecimento geral dos caracteres.

Numerosas hoje em dia são as pessoas cuja energia enfraqueceu, principalmente entre as elites que, justamente, mais precisariam dela. Tanto entre os grandes senhores colocados à frente das nações, como entre os pequenos chefes que as governam nos detalhes, a indecisão e a apatia tornaram-se dominantes.

Os fanáticos revolucionários, dotados de energia pelo seu próprio fanatismo, são, por esta razão, temíveis. Diante de uma vontade forte, toda vontade fraca deve se curvar.

Esses agitadores não são ainda tão perigosos quanto poderão ser no futuro, porque as tradições sociais, criadas por um longo passado, mantêm um pouco o edifício cotidianamente sapado. Na sombra das tumbas se encontram nossos verdadeiros senhores. Contra as fantasias dos vivos se volta o despotismo dos mortos.

Parece mesmo que, hoje em dia, somente os mortos possuem energia para nós. No entanto, eles não poderão nos ajudar para sempre. O poder do passado só se mantém se o presente lhe fornece um aporte constante.

*

* *

Chegado ao termo deste longo trabalho, é preciso concluir. Eu o farei tentando mostrar, em uma breve síntese, que os fenômenos físicos, biológicos e sociais são condicionados __ quaisquer que sejam as leis que os regem __ por necessidades gerais de mesma ordem. Essas necessidades superiores parecem constituir a última filosofia acessível das coisas.

O mundo do conhecimento adquiriu no último meio século uma extensão mais vasta do que durante toda a série de eras anteriores.

Às descobertas realizadas nos fatos são acrescentadas as teorias propostas para interpretá-los.

A ciência moderna desiste de descobrir um elemento fixo no universo, uma referência invariável no escoamento dos fenômenos. Todos desapareceram, um a um e a própria matéria, a última coisa com a qual se acreditava poder contar, perdeu sua eternidade. A instabilidade sucede assim a estabilidade. Flutuações perpétuas do equilíbrio substituíram o repouso.

A razão primeira das coisas recua para um infinito inacessível. Somente são conhecíveis as relações entre os fenômenos. O conjunto das experiências leva a esta conclusão tão profunda de Poincaré: “Em nosso mundo relativo toda certeza é uma mentira”.

Abandonando as explicações muito sumárias, a ciência substitui agora as grandes leis gerais pelo acúmulo de causas infinitamente pequenas, mas infinitamente numerosas. Ela ensina que o mundo físico, o mundo biológico e o mundo social são a obra de mínimas individualidades, sem ação quando permanecem isoladas, mas muito poderosas quando estão associadas. Os infinitamente pequenos fazem surgir os continentes, germinar as colheitas e mantém a vida. As multidões humanas fazem evoluir as civilizações.

Mas, ao mostrar o papel da multiplicidade e da adição das causas na gênese e evolução dos fenômenos, a ciência provou também __ demonstração capital __ que todas essas diversas individualidades (átomos físicos, células vivas, unidades humanas etc.) permanecem sem efeito, se forças diretrizes não provocam e canalizam suas ações.

Que os elementos considerados pertençam ao círculo físico, biológico ou social, não importa. Os agentes diretores são sempre indispensáveis para orientá-los. Assim que deixam de sofrer sua influência, os elementos individuais se tornam uma poeira inútil. Para as células de um ser organizado, a orientação é a vida; sua interrupção é a morte. Para as unidades do ser social, a lei funciona igual.

No círculo humano (o único a ser considerado aqui) vemos as forças diretoras __ crenças, ideal etc. __ se sucederem sem jamais desaparecerem. Elas podem mudar de nome, mas persistem sempre.

Orientação pela fé, pela espada, pela ciência ou pela ideia, isso foi necessário em todas as fases da história. Privar uma sociedade de potências diretoras, ou submetê-la a forças caprichosas que oscilam constantemente, seria condená-la a perecer.

O papel dos governantes na conduta dos povos é totalmente comparável ao do cientista na manipulação dos fenômenos. Como este, o homem de Estado só pode utilizar, orientando-as sabiamente, as forças naturais que ele não conseguiria criar. Também como o cientista, ele pode lutar contra elas opondo-lhes forças antagonistas.

*

* *

Dentre as diversas forças disponíveis ao ser humano para a luta vitoriosa contra as potências que o envolvem, a vontade sempre foi a mais ativa. Divindade soberana, ela fez surgir do nada, com as maravilhas das ciências e das artes, tudo o que faz o brilho das civilizações.

Ao remontar a cadeia da história e ao pesquisar como certos povos adquiriram sua grandeza, como os mestres do pensamento obrigaram o universo a entregar-lhes seus mistérios, encontra-se sempre na base de seu sucesso uma vontade forte.

Se tratarmos em seguida de descobrir porque tantas nações pereceram após um longo declínio; porque Roma, outrora rainha do

mundo, acabou por cair sob o jugo dos bárbaros, constataremos que essas quedas profundas tiveram geralmente uma mesma causa: o enfraquecimento da vontade.

Essa faculdade é, portanto, a qualidade mestra dos indivíduos e dos povos. O objetivo primordial da educação deveria ser fortificá-la e não enfraquecê-la. O difícil não é querer por um instante, mas querer sem trégua. Uma vontade forte jamais se desespera. “Eu sobreviverei apesar dos deuses”, gritava Ájax, já envolvido pelas vagas desencadeadas pela fúria de Netuno. A fé que remove montanhas se chama vontade. Ela é a verdadeira criadora das coisas.

E se a história moderna nos mostra nações crescendo a cada dia, enquanto outras permanecem estacionadas ou declinando, a razão está nas quantidades variáveis de vontade que essas nações possuem. Não é a fatalidade que rege o mundo, é a vontade.

FIM

SUMÁRIO

PSICOLOGIA DA POLÍTICA **4**

LIVRO I **4**

Objetivo e Método 4

CAPÍTULO I 4

A psicologia da política. 4

CAPÍTULO II 21

As necessidades econômicas e as teorias políticas. 21

CAPÍTULO III 39

Métodos de estudo da psicologia da política. 39

LIVRO II **56**

Fatores Psicológicos da Vida Política. 56

CAPÍTULO I 56

A origem das leis e as ilusões legislativas. 56

CAPÍTULO II 70

Os malefícios das leis. 70

CAPÍTULO III 86

O papel político do medo. 86

CAPÍTULO IV 100

Transformação moderna do direito divino. O estatismo. 100

CAPÍTULO V 118

Fatores psicológicos das lutas guerreiras. 118
CAPÍTULO VI 137
Fatores psicológicos das lutas econômicas. 137
CAPÍTULO VII 143
Influências psicológicas do ensino universitário. 143
LIVRO III **165**
O governo popular. 165
CAPÍTULO I 165
A elite e a massa. 165
CAPÍTULO II 186
Gênese da persuasão. 186
CAPÍTULO III 199
A mentalidade operária. 199
CAPÍTULO IV 213
As novas formas das aspirações populares. 213
CAPÍTULO V 227
A impopularidade parlamentar e a promessa eleitoral. 227
CAPÍTULO VI 245
Os progressos do despotismo. 245
LIVRO IV **260**
As ilusões socialistas e sindicalistas. 260
CAPÍTULO I 260
As ilusões socialistas. 260
CAPÍTULO II 281

As ilusões sindicalistas. 281
CAPÍTULO III 299
A evolução anárquica do sindicalismo. 299
LIVRO V **315**
Os erros de psicologia política em matéria de colonização. 315
CAPÍTULO I 315
Nossos princípios de colonização. 315
CAPÍTULO II 340
Resultados psicológicos da educação europeia sobre os povos inferiores. 340
CAPÍTULO III 357
Resultados psicológicos das instituições e das religiões europeias sobre os povos inferiores. 357
CAPÍTULO IV 369
Razões psicológicas da ineficácia da civilização europeia em transformar os povos inferiores. 369
CAPÍTULO V 384
As novas formas de colonização. 384
LIVRO VI **397**
A evolução anárquica e a luta contra a desagregação social. 397
CAPÍTULO I 397
A anarquia social. 397
CAPÍTULO II 420
Os progressos da criminalidade. 420

CAPÍTULO III 441
O assassinato político. 441
CAPÍTULO IV 448
As perseguições religiosas. 448
CAPÍTULO V 460
As lutas sociais. 460
CAPÍTULO VI 477
O fatalismo moderno e a dissociação das fatalidades. 477
CAPÍTULO VII 501
A defesa social. 501
SUMÁRIO 526